

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

CARLOS ALEXANDRE RAMOS

A democracia no pensamento político  
dos comunistas brasileiros (1979-1983)

São Carlos  
2013

CARLOS ALEXANDRE RAMOS

A democracia no pensamento político  
dos comunistas brasileiros (1979-1983)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Área de concentração: Teoria, Instituições e Comportamento Político.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Alves Cepêda

São Carlos  
2013

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

R175dp

Ramos, Carlos Alexandre.

A democracia no pensamento político dos comunistas  
brasileiros (1979-1983) / Carlos Alexandre Ramos. -- São  
Carlos : UFSCar, 2013.  
270 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos,  
2013.

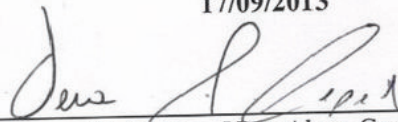
1. Partido Comunista Brasileiro. 2. Democracia. 3.  
Comunismo. I. Título.

CDD: 324.281 (20<sup>a</sup>)

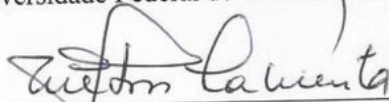
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

BANCA EXAMINADORA DA TESE DE DOUTORADO DE  
Carlos Alexandre Ramos

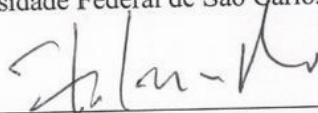
17/09/2013



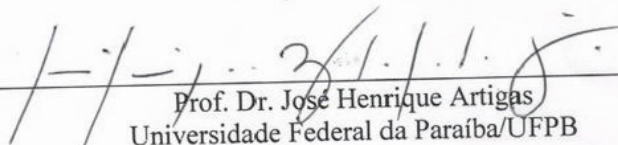
Prof. Dra. Vera Alves Cepêda  
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar



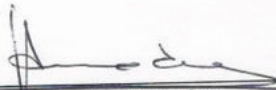
Prof. Dr. Milton Lahuerta  
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar



Prof. Dr. Fernando Antonio Farias de Azevedo  
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar



Prof. Dr. José Henrique Artigas  
Universidade Federal da Paraíba/UEPB



Prof. Dr. Javier Amadeo  
Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP

Submetida à defesa em sessão pública  
Realizada às 14:00h no dia 17/09/2013.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Vera Alves Cepêda  
Prof. Dr. Milton Lahuerta  
Prof. Dr. Fernando Antonio Farias Azevedo  
Prof. Dr. José Henrique Artigas  
Prof. Dr. Vera Lucia Javier Amadeo

Homologado na CPG-PPGPOL na  
30ª Reunião no dia 29/09/2013.

Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade  
Coordenador do PPGPOL

*À Bruna e aos frutos do nosso amor,  
Enrico e Joaquim*

## **AGRADECIMENTOS**

À professora Vera Cepêda pela orientação e, acima de tudo, por acreditar em mim e neste trabalho mesmo nos momentos em que ambos pareciam perdidos. Por seu conhecimento e generosidade, muito obrigado.

Aos professores Milton Lahuerta e Javier Amadeo pelas contribuições decisivas e enriquecedoras na banca de qualificação e também pela honrosa participação na banca de defesa.

Aos professores Fernando Azevedo e José Henrique Artigas por me honrarem com a participação na banca de defesa.

Aos meus pais, José Carlos e Fátima, que me deram a formação fundamental como pessoa e compartilham comigo cada etapa da minha vida.

Aos meus familiares e amigos, pelo incentivo, compreensão e solidariedade.

À Bruna, pelo amor e companheirismo incondicionais.

Às crianças Enrico e Joaquim, meus filhos, e Julia, minha sobrinha e afilhada, que ainda pequenos e sem entenderem a situação foram motivação e deram sentido ao esforço de dias e noites.

*“Ser comunista não era entrar para um partido.  
Ser comunista era uma opção de vida.”  
Gildo Marçal Brandão*

## RESUMO

RAMOS, C. A. **A democracia no pensamento político dos comunistas brasileiros (1979-1983)**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013

Esta pesquisa investiga a “questão democrática” no pensamento político dos comunistas brasileiros. Analisa o modo como esta foi concebida e tratada no interior e no entorno do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ao longo de sua trajetória, com maior interesse no período entre 1979 e 1983. Procura demonstrar a existência de um processo de emergência da “questão democrática” com seu deslocamento à centralidade deste pensamento. Este processo teria sido acompanhado de uma ressignificação do conceito de democracia enquanto fundamento de sua prática política. Além de ampla bibliografia, as fontes pesquisadas estão classificadas, basicamente, em três tipos: a) documentos do partido, como resoluções, notas e informes; b) publicações vinculadas ao partido, como jornais e revistas; c) produção teórica dos “intelectuais orgânicos” do partido. O primeiro capítulo resgata a gênese deste pensamento, identificando-a nos anos 1940; O segundo capítulo analisa a formulação da “nova política” do PCB a partir de 1956 com o processo de “desestalinização” que culmina no documento conhecido como Declaração de Março de 1958. O terceiro capítulo procura demonstrar a “mudança” que sofre este pensamento no “momento decisivo” entre 1979 e 1980, analisando a influência teórica e política de autores como Lukács e Gramsci e do movimento eurocomunista e também os efeitos do rompimento entre Luiz Carlos Prestes e o PCB. O quarto capítulo aborda a expressão deste “novo” pensamento entre 1980 e 1983, especialmente no modo como foi tratado no jornal *Voz da Unidade*. Os resultados indicam alguns “traços” fundamentais que delinearão este “pensamento democrático”. Como expressão de “continuidade” em relação à sua gênese e desenvolvimento identifica a permanência da *concepção politicista*, entendida como opção pela política institucional, pela defesa reiterada de frente ampla pluriclassista e pluripartidária, de processos Constituintes e a participação em eleições. Como expressões de “rupturas” (ou tentativa de rupturas), identifica o distanciamento da *dupla lealdade* em relação ao “marxismo de matriz soviética” e o modo como procurou assimilar e se adaptar às mudanças na *agenda política* do país, que nas última décadas se caracterizou por uma sensível alteração na correlação forças, por um lado, entre economia e política, e por outro, entre Estado e sociedade, especialmente pela valorização da “sociedade civil”.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia. Marxismo. Partido Comunista Brasileiro



## ABSTRACT

RAMOS, C. A. **Democracy in the political thought of the Brazilian communists (1979-1983)**. Thesis (Ph.D.) - Graduate Program in Political Science, Federal University of São Carlos, São Carlos, 2013

This research investigates the "democratic issue" in the political thought of the Brazilian communists. Examines how it was conceived and treated inside and around the Brazilian Communist Party (PCB) over his career, with greater interest in the period between 1979 and 1983. Seeks to demonstrate the existence of a process of emergence of "democratic issue" with its shift to the centrality of this thought. This process has been accompanied by a redefinition of the concept of democracy as the basis of their political practice. Besides extensive bibliography, sources surveyed are classified basically into three types: a) party documents, such as resolutions, reports and notes, b) publications linked to the party, such as newspapers and magazines c) theoretical production of "organic intellectuals" Party. The first chapter recalls the genesis of this thinking, identifying it in the 1940s, The second chapter discusses the formulation of the "new politics" of the PCB from 1956 with the process of "de-Stalinization" which culminates in the document known as the Declaration of March 1958. The third chapter seeks to demonstrate the "change" that suffers this thought in the "decisive moment" between 1979 and 1980, analyzing the influence of theoretical and political authors as Lukacs and Gramsci and movement Eurocommunist and also the effects of the split between Luiz Carlos Prestes and PCBs. The fourth chapter deals with the expression of this "new" thinking between 1980 and 1983, especially in the way he was treated in the newspaper Voice of Unity. The results indicate some "traces" fundamental outlined this "democratic thought." As an expression of "continuity" in relation to the genesis and development identifies the continuing design politician understood as choice of institutional policy, the defense reiterated the broad front multiclassist and multiparty, processes Constituents and participation in elections. As expressions of "breaks" (or attempted breaches), identifies the distance of dual loyalty towards the "matrix Soviet Marxism" and how they sought to assimilate and adapt to changes in the country's political agenda, which was characterized in the last decades by a significant change in the correlation strength on the one hand, between economics and politics, and on the other, between state and society, especially the appreciation of "civil society".

KEYWORDS: Democracy. Marxist. PCB

## **LISTA DE SIGLAS**

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

AI - Ato Institucional

ALN - Aliança Libertadora Nacional

ANL - Aliança Nacional Libertadora

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

CC - Comitê Central

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea

CNDC – Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas

CNOP - Comissão Nacional de Organização Provisória

IC - Internacional Comunista

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MNR - Movimento Nacionalista Revolucionário

MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de outubro

MRT - Movimento Revolucionário Tiradentes

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCI – Partido Comunista Italiano

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP - Partido Popular

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SNI - Serviço Nacional de Inteligência

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

USP – Universidade de São Paulo

VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 FORMAÇÃO DO “PENSAMENTO DEMOCRÁTICO” DO PCB</b> .....	45
1.1 Considerações iniciais acerca do Partido Comunista Brasileiro .....	48
1.2 Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista .....	54
1.3 Os comunistas brasileiros na legalidade (1945-1947) .....	61
1.3.1 A <i>dupla lealdade</i> : entre o marxismo “soviético” e o “brasileiro” .....	67
1.4 De volta à ilegalidade e o processo de “desestalinização” .....	71
1.4.1 A realização do IV congresso do PCB em 1954 .....	79
1.4.2 O impacto do XX Congresso do PCUS (1956) .....	84
<b>2 A DEMOCRACIA PELA “VOZ” OPERÁRIA</b> .....	92
2.1 A <i>Declaração de Março de 1958</i> , marco da “nova política” do PCB .....	94
2.1.1 O programa <i>etapista</i> da “revolução democrático-buguesa” .....	100
2.2 O pós-1964: os comunistas na “resistência democrática” .....	112
2.2.1 Novos ares: o PCB e o processo de redemocratização a partir de 1974 ....	120
<b>3 MUDANÇA DE “VOZES”</b> .....	133
3.1 O Brasil entre 1979 e 1980: um período de “transições” .....	135
3.1.1 O deslocamento da <i>agenda política</i> .....	142
3.2 O “valor universal” da democracia para os comunistas brasileiros .....	146
3.2.1 O “texto-síntese”: A democracia como valor universal (1979) .....	156
3.3 O rompimento entre Prestes e o PCB: o “velho” e os “novos” .....	161
<b>4 A DEMOCRACIA PELA “VOZ” DA UNIDADE</b> .....	180
4.1 Em busca da “voz” da unidade das forças democráticas .....	183

<b>4.2 A ressignificação do conceito de democracia .....</b>	<b>188</b>
<b>4.3 A permanência da <i>concepção politicista</i> .....</b>	<b>198</b>
<b>4.4 Distanciamento da <i>dupla lealdade</i> e o deslocamento da <i>agenda política</i> .....</b>	<b>210</b>
<b>4.5 O rompimento entre a <i>corrente renovadora</i> e o PCB .....</b>	<b>217</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>225</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>232</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>247</b>

## INTRODUÇÃO

A democracia no pensamento político dos comunistas brasileiros é o tema deste trabalho. A proposta foi investigarmos o modo como esta foi concebida e tratada no interior e no entorno do Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>1</sup> ao longo de sua trajetória, com maior interesse a partir de 1979 quando o processo de emergência e deslocamento da “questão democrática” sofre uma ressignificação conceitual ao mesmo tempo em que, enquanto fundamento da prática política dos comunistas brasileiros, parece atingir seu limite. Deste fenômeno, interessa-nos reconhecer alguns “traços” fundamentais que delinearão ou procuraram delinear a fisionomia intelectual de um determinado “pensamento democrático dos comunistas brasileiros”,<sup>2</sup> identificando-os enquanto expressões de “continuidades” ou de “rupturas” nesse pensamento em relação à sua gênese e desenvolvimento.

Como ensinou Antonio Gramsci, quando não dirigido apenas aos aspectos organizacionais ou às disputas internas, mas, direcionado à relação e ao papel para fora do âmbito partidário, um estudo orientado pela história de um partido político pode contribuir objetivamente para a compreensão e explicação da própria história do próprio país, ou seja, de algum modo,

[...] pode-se dizer que escrever a história de um partido significa nada mais do que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico, pondo em destaque um seu aspecto característico. Um partido terá maior ou menor significado e peso precisamente na medida em que sua atividade particular tiver maior ou menor peso na determinação da história de um país. (GRAMSCI, 2000b, v.3, p. 87)

---

<sup>1</sup> O PCB surgiu com o nome “público” de “Partido Comunista do Brasil”, fundado em março de 1922, no Rio de Janeiro, e como era comum no movimento comunista mundial, nasceu com vínculos internacionais. Por isso, seu nome “oficial” era “*Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista*”. Em 1961, na tentativa de conseguir o registro partidário, mudou o nome para “Partido Comunista Brasileiro” (com propósito de demonstrar, para a Justiça Eleitoral, uma independência em relação à União Soviética). Naquele período as divergências internas estavam acirradas e em 1962, um grupo “dissidente” optou em seguir com o nome de “Partido Comunista do Brasil”, dando origem ao PCdoB. Embora os dois grupos reivindiquem a tradição desde 1922, nosso objeto de pesquisa é o PCB – Partido Comunista Brasileiro – e não abordaremos o que se refere ao PCdoB. Como não avançaremos para além de 1983, também não discutiremos o “racha” de 1992 quando o grupo majoritário entre os dirigentes decide fundar o Partido Popular Socialista (PPS), partido que também reivindica a tradição desde 1922 e um grupo minoritário prosseguiu com o nome de PCB até hoje. O **Anexo 01** traz a reprodução do Estatuto de Fundação do PCB, de 1922.

<sup>2</sup> Ao longo deste trabalho as expressões “pecebistas”, “comunistas brasileiros” e mesmo “comunistas” (sem adjetivação) serão utilizadas genericamente como sinônimas, referindo-se exclusivamente aos dirigentes, militantes e intelectuais reconhecidamente ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Desta perspectiva, nosso foco não está direcionado ao cotidiano do partido, aos bastidores, quer dizer, não se trata de um olhar voltado “para dentro” da organização, mas, uma tentativa de apreendermos, a partir das reflexões de dirigentes e intelectuais comunistas em plena interação com a realidade brasileira em dado momento, alguns elementos que nos ajudem pensar a história política do PCB e do próprio país em que este partido foi construído. Reconhecemos sua origem entre anarquistas em 1922; sua filiação confusa e atrapalhada à Internacional Comunista<sup>3</sup> em 1924, de quem assumiu as diretrizes de seu modo de pensar e fazer política; sua conveniente união com Luiz Carlos Prestes, garantindo a este uma estrutura quase militarizada e que resultou, para o partido, em notoriedade e expressão nacional; suas tentativas frustradas ou pouco exitosas de levantes insurrecionais como em 1935; sua disposição em se tornar um partido de massas, primeiro, com forte conteúdo de classe, e depois, quase independente desse conteúdo classista; enfim, reconhecemos uma trajetória repleta de fatos e ideias que produziram a singular história dos comunistas brasileiros, mas, não a tratamos como objeto final e completo desta análise, e sim como ponto original de investigação.

Estamos em busca de um pensamento; ou melhor, de um tipo específico de pensamento político elaborado por dirigentes e intelectuais de esquerda, precisamente comunistas, direta ou indiretamente ligados ao PCB, em relação à democracia brasileira. Admitimos nesse sentido os desafios impostos pela sociedade brasileira em determinados momentos nos quais as exigências por liberdades democráticas e reorganização do sistema político foram mais agudas, como no período entre os anos 1970 e 1980. Se considerarmos, genericamente, que um pensamento político precisa servir ao agente como uma espécie de instrumental que lhe permita a execução das tarefas de interpretar determinada realidade e propor intervenção política que a conserve ou transforme, o que buscamos é justamente as bases sobre as quais os comunistas brasileiros construíram sua interpretação da realidade e suas propostas de intervenção, de outro modo, os fundamentos de seu modo de pensar e agir em dado momento.

---

<sup>3</sup> A chamada III Internacional ou Internacional Comunista (IC) ou ainda Komintern foi fundada em março de 1919 sob liderança de Lênin. Um de seus documentos mais importantes expôs as “21 condições” para ser admitido pela IC. O PCB foi fundado em 1922, como Seção Brasileira da Internacional Comunista, mas só foi admitido e com dificuldades em 1924, pois entendiam que ainda “faltava” algo para que fosse um partido comunista típico.

Mas, por que um estudo dessa natureza? Um questionamento provocativo feito por Carlos Estevam Martins num encontro promovido pela *Lua Nova* em 2005 para comemorar os vinte anos da revista, cujo registro da conferência foi por ela publicado sob o título *Vinte anos de democracia?*, pode ser um bom indicativo nesse sentido. Neste evento Martins colocou o seguinte problema:

Em suma, depois que os militares regressaram à caserna e a seus deveres de ofício, passamos a nos defrontar, de um lado, com uma situação de fato, a realidade que aí está, e, de outro, com o termo “democracia” utilizado para designar o estado de coisas superveniente. Existe adequação entre esses dois lados? Se sim, chegamos ao que foi previsto pela tese de transição. Se não, urge continuar a refletir sobre o assunto. (MARTINS, 2005, pp. 13-37)

No debate longo sobre a política brasileira, muito se disse e escreveu sobre a tal democracia que “não temos”. Mas, nesse caso, a realidade como está não se adequa à “democracia” ou a alguma forma particular de democracia? Existe algum tipo em algum lugar que possa ser considerada a “legítima” podendo servir de modelo para todos os que anseiam por ela?

Entendemos que não. Mas, então, por que esse problema continua em pauta dessa forma? Por que boa parte de intelectuais e políticos que se envolveram profundamente nos acontecimentos que marcaram o processo de redemocratização<sup>4</sup> no Brasil nos anos 1980 até hoje apontam com certo pessimismo e de maneira bastante crítica os desdobramentos daquele processo?

Há pouco tempo, em 2006, num seminário promovido pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) realizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP em comemoração aos 30 anos de sua fundação, Marco Aurélio Nogueira, intelectual e militante comunista que participou ativamente do momento o qual nos propusemos investigar, defendeu a existência de um certo “pensamento democrático” atribuindo a ele a tipificação “de esquerda” e o tratando como fator importante no período da redemocratização. Para ele, esse pensamento se constituía em alguma medida como herdeiro e tradutor das elaborações teóricas dos comunistas as quais marcaram a fase que Gildo Marçal

---

<sup>4</sup> Há uma discussão em torno do termo apropriado, pois se utiliza “redemocratização” ou “transição democrática” para definir o período marcado pelos acontecimentos basicamente entre 1974, quando o Regime Militar anunciou o início do processo de distensão, até a segunda metade dos anos 1980, concluindo-se com a Constituinte em 1987/1988 e as eleições diretas em 1989. Pela abordagem que fazemos, mantendo vínculos com o sistema político brasileiro anterior ao Golpe de 1964, optamos em tratar genericamente como “redemocratização”.

Brandão chamou de “esquerda positiva”, cujo auge teria sido atingido nos anos que antecederam ao Golpe de 1964. Além disso, partidos políticos como PMDB, PSDB e PT, que nos últimos anos chegaram ao poder, seriam de alguma forma suas “expressões práticas”. Na sua avaliação,

Em seu momento inaugural, era um pensamento eminentemente político; o mundo com o qual passou a interagir é hostil à política, até mesmo porque está impregnado de colonização econômica do Estado, de demolição social, de corporativismo e pragmatismo. Algumas expressões práticas daquele pensamento – como o PT, o PSDB, o PMDB – “chegaram ao poder”. Não se pôde, porém, celebrar a vitória das promessas da redemocratização. A passagem das oposições para o centro do poder político nacional fez-se em conjunto com a progressiva prevalência de uma idéia de política que não ajuda a democracia, não produz consensos, não fere a hegemonia e é refratária a perspectivas consistentes de coalizão democrática. Nas diferentes situações em que aqueles partidos assumiram “posição estatal” e governaram, pouco houve de significativo no que diz respeito à transformação do Estado; todos se submeteram ao Estado existente e nada produziram em termos de “reforma social” ou de alterações sustentáveis da correlação de forças. O impacto que o amplo processo de transfiguração social teve sobre o pensamento político e particularmente sobre o pensamento e as práticas de esquerda é certamente um tema aberto. (NOGUEIRA; CHAUI, 2007, pp. 221-222)

Quais eram as “promessas da redemocratização” que não obtiveram vitória? Grosso modo, entre os comunistas, poderíamos pensar que essa democracia que se desejou de alguma forma deveria ter trazido consigo melhores condições do ponto de vista socioeconômico; ou estas condições sociais e econômicas aparentemente mais justas seriam para eles uma condição essencial para que ela se efetivasse. Mas, qual era a proposta de democracia defendida efetivamente naquele momento pelos comunistas?

E, quanto às origens na “esquerda positiva” (formulação de San Tiago Dantas nos anos 1960 para definir um comportamento de uma esquerda que colaborasse com as reformas pensadas pelo governo de João Goulart às vésperas do Golpe de 1964, depois assimiladas no competente trabalho empreendido por Brandão (1997) intitulado *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*<sup>5</sup>), haveria pertinência nessa afirmação, quer dizer, poderíamos tratar esse “pensamento democrático” como uma espécie de herdeiro dessa “esquerda positiva”?

---

<sup>5</sup> Nessa obra Gildo Marçal Brandão demonstrou e defendeu a existência de uma espécie de “alma positiva” manifesta nas propostas de luta democrática e pacífica, ensaiadas nos anos 1940 e aprofundadas e convertidas em programa de ação do PCB entre 1958 e 1964.



Podemos partir de um outro escrito de Brandão, um artigo chamado *Sobre a fisionomia intelectual do Partido Comunista (1945-1964)*, para verificarmos uma nota na qual aponta a existência, basicamente e no limite, de duas concepções paradigmáticas sobre o modo de fazer política que permearam toda a história do PCB: a *politicista* e a *insurrecional*. Nesse caso, apontou também para o fato dessas concepções se expressarem, respectivamente, em comportamentos e propostas dentro do partido que pudessem pender para um caráter de ação “civilista” ou “militarista”.<sup>6</sup>

Embasamo-nos nestes referenciais para estabelecer como pressupostos da pesquisa as seguintes definições. Como *concepção insurrecional* reconhecemos aquela que se expressou em determinadas decisões e resoluções tomadas pelo partido ao longo de sua história embasadas na perspectiva de ações de confronto, visando a derrubada de governos, pelo assalto, procurando “revolucionar” por movimentos abruptos e até violentos.

Tratar-se-ia, grosso modo, de admitir a ideia de revolução no sentido consagrado a partir da Revolução Francesa, sendo uma categoria histórica e política utilizada para se referir aos fenômenos sociais caracterizados por mudanças bruscas em curto espaço de tempo. Conforme José Antonio Segatto,

[...] de ruptura drástica, súbita, convulsiva, insurrecional, concentrada num curto espaço de tempo, que subverte a antiga ordem ou “estado de coisas reinante” e constrói uma outra, radicalmente nova. Seu paradigma passaria a ser o episódio da tomada da Bastilha pelo povo de Paris, em 14 de julho de 1789, e seus desdobramentos: abolição dos privilégios e instituições feudais e absolutistas, instauração de um poder temporal e laico, introdução dos princípios da igualdade, liberdade, soberania popular, direitos do homem e do cidadão, etc. — uma revolução democrático-burguesa. (SEGATTO, 1999, site)

Por outro lado, como *concepção politicista*, reconhecemos aquela que se expressou em proposituras que visavam ações mediatas e demoradas em relação à realidade, direcionadas politicamente para derrotar governos ou conquistar sua direção ao longo do tempo. Representaria uma espécie de tentativa de “revolucionar” nos limites institucionais, ou seja, revolucionar “por dentro”,

---

<sup>6</sup> Ver BRANDÃO, 1988. Diz a nota: “A contradição entre ‘civilistas’ e ‘militaristas’ permeia toda a história da esquerda brasileira e do PCB; e não se reduz à origem militar ou civil de seus dirigentes. Tem a ver, ao contrário, com a concepção de fazer política: politicista ou insurrecional.”

respeitando as “regras do jogo” e não comprometendo ou desestruturando radicalmente a ordem estabelecida.

Estes dois paradigmas já renderam uma infinidade de debates, acusações, autocríticas, na maioria das vezes motivadas por uma espécie de busca de explicações para os erros ou derrotas históricas do partido. Mas, parece-nos equivocado o tratamento dualista que percebe esse tipo de prática política embasada numa *concepção politicista* ignorando seu caráter, pelo menos do ponto de vista das elaborações teórico-políticas dos comunistas brasileiros, também “revolucionário” ao seu modo. Não demonstra acerto considerar mais pelo preconceito do que pela análise que essa prática seja, *a priori*, um desvio programático ou ideológico, sem levar em conta que a ideia de revolução brasileira estava “desdobrada” entre os militantes comunistas tanto no sentido *insurrecional* quanto no *politicista*.

Pretendemos dizer, com isso, que muitas dessas propostas que marcaram as resoluções políticas do PCB traziam consigo, em diferentes níveis interpretativos, a crença na perspectiva revolucionária a partir, principalmente, do modelo de “revolução democrático-burguesa” concebido na base do “marxismo de matriz soviética”<sup>7</sup> divulgado pela Internacional Comunista (IC) desde a década de 1920. Segatto mais uma vez pode ser lembrado pela explicação de que,

O tema ou a problemática da revolução burguesa foi intensa e extensamente discutida pela *intelligentsia* brasileira desde a década de vinte. Inúmeros foram os intelectuais que se debateram e se preocuparam em analisar a revolução burguesa no Brasil ou a “revolução brasileira”, como foi por alguns denominada. Objeto de intermináveis polêmicas, foi abordada pelos mais diversos ângulos, métodos e concepções; mas todos com a mesma preocupação: interpretar e intervir no processo histórico em curso. Introduzida pelo PCB na década de vinte como projeto político a ser perseguido, e referenciada nas formulações de Lenin e da Internacional Comunista de uma revolução democrático-burguesa, antiimperialista e antilatifundiária, a questão ganharia vulto nas décadas seguintes. (SEGATTO, 1999, site)

Esta advertência se torna importante, pois, como veremos, ao menos na construção teórica, o “pensamento democrático dos comunistas brasileiros” se pretendia revolucionário, evidente que pela “via pacífica” e baseado na *concepção*

---

<sup>7</sup> Utilizaremos ao longo deste trabalho a expressão “marxismo de matriz soviética” no sentido formulado por Gildo Marçal Brandão, ou seja, referindo-se do ponto de vista intelectual à “crescente subordinação” do PCB aos “ditames e ziguezagues da política soviética” refletindo no seu “modo de ser, concepções e modo de fazer política”. (BRANDÃO, 1988, p. 145).

*politicista*, ou seja, com uma perspectiva de revolução que não fosse a do tipo *insurrecional*, mas nos parece distorcida a visão reducionista de tratar esse comportamento como “anti-revolucionário”.

Feita a ressalva, reforçamos o esclarecimento de que a *concepção politicista* para não resulta, necessariamente, de um abandono da perspectiva revolucionária, mas, configura-se numa atitude legalista que admite em determinados momentos uma tática ou estratégia que não se embasa na ação de confronto direto. É neste sentido estrito que identificamos como uma determinada “opção pela política”, ou por um caminho pacífico da institucionalidade. Isso tem vários níveis de significado. Ela não se reduz à tática reformista que ao longo de sua trajetória, a partir de 1945, principalmente, esteve sempre presente, mas, envolve, além do sentido opositor ao comportamento insurrecional ou militarista, também uma forte tendência em aderir e colaborar com os governos nacionais; de preferir a institucionalidade como espaço privilegiado de ação política, demonstrado, por exemplo, pela sua defesa incisiva de processos Constituintes e eleitorais; de se manter fiel à tática frentista ou política de frente ampla pluripartidária e pluriclassista; de agir de modo conservador em defesa da ordem tanto nos momentos em que essa posição convergiu com os interesses governistas quanto nos momentos que ela divergiu deles.

É essa problemática que motivou este trabalho. Entendemos que uma resposta razoável seja de que a *concepção politicista* do PCB, independente de seu enquadramento mais exato nos limites de uma perspectiva “revolucionária” ou “reformista”, como se convencionou tratar, tornou-se um “traço” marcante e definitivo na sua trajetória intelectual quando entendido que (ao longo desta trajetória e apesar do sentido mais amplo que pretendiam atribuir a cada decisão) significou na prática uma disposição (ou até predisposição) em aderir ou dialogar com governos nacionais, participar de eleições, defender Assembleias Constituintes e a Constituição, obter registro de legalidade, participar, enfim, do processo de uma “democracia institucional.”

Partindo desse pressuposto, entendemos ser possível uma análise deste “traço” da fisionomia intelectual do PCB sem lhe privar de interesse científico ao relativizar analiticamente o significado das “intenções” ideológicas, filosóficas ou políticas dos dirigentes e intelectuais comunistas ao longo de sua história. Tratamos, portanto, de investigar como houve uma predominância da *concepção politicista* como fundamento do pensamento político dos comunistas brasileiros, algo que se

verificou nas propostas de ação política delimitadas pelos aspectos político-institucionais, quer dizer, da defesa de uma democracia ou de um processo de democratização na forma de sistema político, independente do sentido ideário ou do valor político ou existencial que isso pudesse ter. Em síntese, pretendemos demonstrar a relação histórica e conceitual do PCB com uma “democracia institucional” ou “procedimentalista” no sentido que a Ciência Política consolidou nos últimos anos.

E, aqui, faz-se necessária uma localização adequada da “questão democrática” conforme a possibilidade de apurá-la em termos analíticos e objetivos. Parece-nos perceptível que as decisões e resoluções políticas dos comunistas brasileiros foram muitas vezes tratadas a partir de um persistente convívio tenso, confuso e, algumas vezes, atrapalhado, que admitia contrastar unicamente uma espécie de “pensamento reformista” com seu suposto antípoda, o “pensamento revolucionário”, sendo este tão impreciso quanto aquele, e, conseqüentemente, valorizar um ou outro de acordo com as convicções, sejam estas dos protagonistas da história (os próprios comunistas que divergiam entre si) ou dos pesquisadores que analisaram o problema.

Em linguagem lógica, um *dilema* pode ser construtivo ou destrutivo, mas sua característica elementar é apresentar ao sujeito o desafio de decidir entre duas possibilidades de conclusão, podendo acontecer de ambas terem validade, apesar de distintas, e serem divergentes ou convergentes em relação a um objetivo final estabelecido. No caso, esse *dilema* entre “reforma” ou “revolução” se tornou em alguns momentos da história do partido um grave problema, provavelmente mais pela cobrança e pressão excessivas em apresentar definições do que pelos efeitos concretos dessas possíveis definições. Entre outros fatores, essas divergências ficaram explícitas em episódios como dos rompimentos do PCB com Carlos Marighela em 1967 ou com Prestes em 1980. Além disso, nem sempre foram encaradas com rigor teórico, tomando muitas vezes as falácias ou sofismas por algo verdadeiro.

Ao anunciarmos que o nosso interesse está restrito na relação entre pecebistas e a democracia institucional, procuramos estabelecer uma dimensão precisa do tratamento da “questão democrática” entre os comunistas brasileiros. Neste caso, redefine-se o seu lugar nesse *dilema*, passando a ser impertinente analisá-la apenas por uma das duas lentes, “reformista” ou “revolucionária”, pois,

enquanto procedimentos no âmbito institucional empreendidos na busca de transformações na sociedade, tais como ampliação de espaços de expressão popular, garantia de liberdades democráticas, eleições livres e periódicas, aprimoramentos no sistema partidário e adequações constitucionais, os elementos constitutivos da categoria conceitual de “democracia” nesse caso podem ser apreendidos, historicamente, sem estarem em oposição ou em condição excludente, necessariamente, com qualquer uma das duas possibilidades.

Noutras palavras, a relação entre os comunistas e a democracia institucional, nos termos que aqui utilizamos, será analisada menos pelo seu condicionamento imediato a uma das duas posições tradicionalmente defendidas, de “reforma” ou de “revolução”, e mais pela sua localização dentro do projeto de “revolução democrático burguesa” que foi a base sobre a qual os debates entre os comunistas em relação à “questão democrática” se desenvolveram.

O fundamento dessa “revolução democrático burguesa” defendida pelos comunistas brasileiros e que embasou as discussões no período analisado sobre a “questão democrática” corresponde ao entendimento de que em países como o Brasil, onde o capitalismo ainda não tinha se desenvolvido plenamente, seria preciso, “antes” da revolução propriamente socialista, que se concretizasse uma “etapa” imprescindível de consolidação desse capitalismo local, ou seja, uma “etapa democrático-burguesa”. É nesse contexto que o tratamento da “questão democrática” pelos comunistas pode ser melhor analisada nas suas oscilações entre propostas que a concebiam como “valor instrumental” ou “valor universal”, como “tática” ou “estratégia”, como expressão da “visão reformista” ou da “visão revolucionária”.

Nas últimas décadas, o sentido de democracia institucional foi bastante influenciado pelas interpretações procedimentalistas ou minimalistas de Joseph Schumpeter (1984), pelos termos de desenho institucional ou procedimentos que envolvem o coletivo, como descreveu Anthony Downs (1999), quer dizer, um modelo caracterizado por um governo exercido por um partido político único (ou coalizão) escolhido por eleições populares ocorridas periodicamente com participação dos adultos com direito de um voto cada um e, ainda, como “poliarquia” conforme a definição desenvolvida por Robert Dahl (1997).

Atualmente, não é difícil reconhecermos tanto no meio acadêmico quanto no campo da ação política uma tendência influente de reduzir a democracia como um

tipo de sistema político com forte identificação com sociedades nas quais predominam os ideários liberais, resultando numa espécie de desvalorização de aspectos próprios da política tais como o Estado, os partidos políticos e outras instituições e as organizações populares. Entende-se que nessas sociedades, geralmente, os partidos políticos não fazem “política” baseada em programas claros e projetos de sociedade que os identifiquem, como se representassem e estivessem em sintonia com espécie de sociedade “pré-política”, tomando emprestado o conceito na acepção de Hannah Arendt (2005).

Não nos parece correto analisarmos o tratamento da “questão democrática” pelos comunistas apenas nesse sentido interpretativo minimalista, mas, por outro lado, entendemos que objetivamente muitas das propostas de ação política dos comunistas foram embasadas na defesa de elementos institucionais que compõem os sistemas democráticos demonstrados por essas interpretações.

Assim, basta-nos, neste trabalho, demonstrar a maneira reiterada com que os comunistas conceberam a “questão democrática” como parte de seu projeto “revolucionário” socialista pelo sentido da luta por via institucional definida pela formação de frente ampla pluriclassista e pluripartidária, convocação de Assembleias Constituintes e realização de eleições livres e periódicas.

Este fato intelectual, digamos, de conceber um processo “revolucionário” de tipo socialista que passasse, necessariamente, por uma “etapa” de reformas típicas de democracias institucionais, em nenhum momento pode ser confundido como algo deliberadamente consensual dentro do partido. É apenas enquanto expressão de uma visão majoritária e circunstancial entre dirigentes que essa concepção pode ser compreendida, mas, como demonstraremos, embora criticada com veemência em várias situações, ela prevaleceu, fez convergir no programa político os objetivos concretos do partido, foi uma espécie de “programa mínimo” que permitiu ao PCB certa “unidade” de pensamento e ação que contribuiu para sua importância e longevidade na história política brasileira.

Ao que nos parece, a dicotomia “reforma” ou “revolução” nos moldes como era tratada na tradição marxista parece ter sido interpretada pelos comunistas brasileiros a partir de 1979, principalmente, de modo muito influenciado por particularidades locais, ou seja, a condição de estarem sob um regime autoritário e repressivo pode ter causado uma convergência entre os grupos que divergiam em relação às visões “reformistas” ou “revolucionárias”, nos termos convencionais. A

impressão é de que o *dilema* entre “reforma” e “revolução” passava a dividir espaço no pensamento político dos comunistas brasileiros com outro *dilema*, este mais imediato, entre “autoritarismo” ou “democracia”.

Essa situação complexa, combinada com revisões, do ponto de vista teórico, em relação ao “marxismo de matriz soviética” e sobre o próprio marxismo em geral, e, do ponto de vista da realidade política, tanto em relação ao “socialismo real” de modelo soviético no âmbito internacional, quanto às mudanças conjunturais no âmbito nacional, provocou um acirramento da luta política interna no PCB, demarcada por tendências e correntes de pensamento fortemente constituídas pelos problemas em torno da “questão democrática”, na tentativa de “responder” às exigências impostas pela realidade brasileira. Noutros termos, a partir de 1979, acreditamos ser possível identificar uma luta política no partido que repercutia, “para fora”, na disposição em participar da vida política e institucional brasileira que exigia naquele momento um processo de democratização e, “para dentro”, na disputa pelo “significado” da democracia, ou seja, pela definição de sua função e conteúdo.

A tarefa de investigarmos esse verdadeiro “dilema democrático” do ponto de vista teórico-político entre os comunistas não é fácil, especialmente pela precariedade do material teórico disponível. É de Brandão uma descrição primorosa em relação a essa condição deficitária do patrimônio intelectual do PCB:

Sua "teoria", quando deixa de ser mera cópia dogmática das injunções e variações da política externa soviética, estabiliza-se como um esforço para organizar e sistematizar um conjunto de intuições táticas, guiadas por forte senso da realidade e instinto de sobrevivência. (BRANDÃO, 1988, pp. 145-145)

No mesmo sentido, já em 1954, Ribeiro de Lire<sup>8</sup> observava e apontava essa fragilidade teórica.

[...] excetuado o sr. Caio Prado Jr., não há no Brasil nenhum comunista - particularmente nenhum dirigente do PC - que tenha publicado qualquer obra realmente valiosa sobre qualquer aspecto teórico ou prático da política ou da ideologia do partido, pois na verdade não podem ser considerados tais aqueles informes e outros documentos do PCB, cada um dos quais refuta o anterior, e são, de per si, nulos por si mesmos, dada a pobreza de seu conteúdo, para não falar da monotonia sem fim de sua forma,

---

<sup>8</sup> Artigo intitulado *Três etapas do comunismo brasileiro*, publicado sem assinatura em *Cadernos de Nosso tempo*, n. 2, Rio de Janeiro, janeiro-junho de 1954, pp. 123 a 138. depois publicado em *O pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo*, coletânea organizada por Simon Schwartzman, para a Editora da UnB, Brasília, 1970

servilmente imitada dos relatórios soviéticos. (RIBEIRO DE LIRE, 1954, p. 134-135)

Em relação aos registros sobre o que defendiam como prática política a situação não é muito diferente. Seu “senso da realidade e instinto de sobrevivência” os levaram à resoluções, decisões e encaminhamentos que o marcaram como organização inconstante, por muito tempo se confundindo com decisões pessoais de sua maior liderança, Prestes, oscilando por esses posicionamentos desde a adesão colaboracionista com governos nacionais por frente ampla ao isolamento sectário, da condição de defensor ferrenho da ordem e da tranquilidade à ameaça insurrecional e golpista.

Mais que isso, por ser um agrupamento que pelas circunstâncias atuou a maior parte do tempo na ilegalidade<sup>9</sup>, como partido clandestino, o que, por um lado, dava-lhe uma aura revolucionária, como se essa condição marginal fosse a sina de partidos de vanguarda comprometidos com as classes subalternas, por outro, estreitava sobremaneira seus horizontes e condições objetivas para desenvolver e aplicar sua política. Disso, como reflexo, pode-se perceber entre outros aspectos uma sensível falta de produção teórica sistematizada e de registros mais consistentes de suas propostas, avaliações e ações. Algumas dessas decisões foram tomadas por pouquíssimos militantes, exclusivamente dirigentes, algumas inclusive no exílio, como ocorreu por alguns anos da década de 1970 devido às perseguições e mortes de comunistas no país, provocando em certas situações um “descolamento” de sua base, inclusive operária.

Contudo, o impressionante é que o PCB, mesmo nas precárias condições que viveu por décadas, teve razoável importância institucional em dadas circunstâncias e, sobretudo, no âmbito da cultura política, exerceu influência decisiva no campo da esquerda, sendo por muito tempo um referencial teórico-político praticamente hegemônico, reconhecido como expressivo representante da classe operária e formulador do marxismo no país ao ponto de se tornar dessa maneira reconhecidamente influente na política e na história brasileira.

---

<sup>9</sup> Períodos de legalidade do PCB: de março a julho de 1922; de janeiro a agosto de 1927; de outubro de 1945 a maio de 1947; de 1985 a 1992, quando um “racha” cria os partidos PPS e PCB existentes até hoje.



## Objeto

Referimo-nos como “pensamento democrático dos comunistas brasileiros”, optando em não utilizar a classificação “de esquerda” como o faz Nogueira (2007) porque, mais que mudar apenas a nomenclatura, esta opção nos permite conduzir e direcionar o trabalho com mais clareza, evitando o caminho tortuoso de se falar em esquerda ou em esquerdas no Brasil, focando exclusivamente num determinado grupo dentro da esquerda: os comunistas ligados ao PCB.

Numa primeira aproximação, o tema do “pensamento democrático dos comunistas brasileiros” foi admitido por parte da bibliografia especializada como elaborações teórico-políticas desenvolvidas no círculo do PCB que encontrariam sua gênese nos anos 1950 e atingiriam seu limite de aprofundamento na virada dos anos 1970 para os 1980. Autores como Raimundo Santos (1988, 1994) Leandro Konder (1980) e Marco Aurélio Nogueira (2007), entre outros, admitiram que a relação entre os períodos significaria que as produções mais antigas teriam servido de referencial não apenas em sua função política partidária, mas, principalmente, refletido em boa parte da ação da esquerda brasileira como um todo e chegando a influenciar o processo de redemocratização nos anos 1980. O seu momento mais criativo estaria concentrado entre 1979 e 1983, quando essas elaborações parecem ter chegado ao auge e, ao mesmo tempo, ao seu limite de interpretação e proposição.

Um primeiro recorte, do ponto de vista teórico, procura enquadrar esse “pensamento democrático dos comunistas brasileiros” em termos de “linhagem” do pensamento, reconhecendo-o no campo do que Brandão (2007) chamou de “marxismo de matriz comunista”, uma espécie de versão brasileira do marxismo-leninismo ou, como preferimos, do “marxismo de matriz soviética”.<sup>10</sup> Neste caso, estamos nos referindo ao conjunto de conceitos teórico-políticos elaborados por Marx e Engels e que foram revistos e reinterpretados ao longo da experiência soviética (primeiro, pela influência marcante das ideias de Lênin e sua difusão pela Internacional Comunista; depois, pela determinação de Stálin em codificar essas propostas e as tornar, mais do que em ideologia oficial do movimento comunista

---

<sup>10</sup> A distinção (que consideraremos neste trabalho) entre “marxismo de matriz **soviética**” e “marxismo de matriz **comunista**” é que este é uma versão já “adaptada” à realidade brasileira pelos “comunistas brasileiros” dos ditames e dogmas que constituíram aquele. Noutras palavras, este se forjou em relação àquele.

mundial, em um “método” esquemático e simplificador que se impôs historicamente influenciando o movimento comunista mundo afora e que, de certo modo, modelou intelectualmente a pensamento dos comunistas brasileiros).

Em *A democracia e os comunistas no Brasil*, Konder recuperou parte significativa dos problemas e ideias que forjaram esse “pensamento democrático dos comunistas brasileiros”, desde os embates até as conciliações entre comunistas. De certa forma, o problema de fundo tratado na sua obra corresponde ao nosso, embora analisado por um ângulo diferente. Para ele, um intelectual e comunista que protagonizou os fatos investigados, em pleno ano de 1980, o necessário era averiguar,

[...] a natureza e a extensão dos problemas que nos pareciam existir no âmbito do movimento comunista brasileiro com certo patrimônio de ideais democráticos, que, a nosso ver, representa uma conquista do gênero humano. Servindo-nos da expressão empregada no artigo<sup>11</sup> (já histórico) de Carlos Nelson Coutinho, podemos dizer: queríamos saber por que, em que medida, setores significativos do movimento comunista brasileiro resistiam ao reconhecimento da democracia como “valor universal”. (KONDER, 1980, pp. 9-10)

Se para Konder o propósito era reconhecer o porquê da “resistência” à centralidade da “questão democrática” entre setores do PCB, para nós interessa compreender e explicar também o quê aparecia em termos teórico-políticos nas formas de “divergências” ou “convergências” entre os comunistas brasileiros em relação à “questão democrática”. Não apenas entre os grupos em disputa naquele momento, mas também em relação ao histórico desenvolvimento desse “pensamento democrático”. Noutras palavras, depois de limparmos o terreno dos preconceitos, dogmatismos, vaidades, aspirações pelo poder, conveniências, defesa da tradição e tudo o mais que envolveu aqueles acontecimentos, pretendemos apurar em quê diferiam ou em quê se assemelhavam as “correntes” dentro do PCB especificamente no que se refere à “questão democrática”?

Em relação a identificação desse pensamento na trajetória pecebista, uma forma de tratá-la foi desenvolvida por Santos, principalmente, em dois de seus livros, *A primeira renovação pecebista – reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)* e *O pecebismo inconcluso – escritos sobre ideias políticas*,<sup>12</sup> nos quais

<sup>11</sup> Referia-se ao artigo *A democracia como valor universal*, publicado pela primeira vez em 1979 pela *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*. Ver: COUTINHO, 1979.

<sup>12</sup> Ver SANTOS (1988; 1994)

procurou demonstrar relações entre a produção do período que ele denominou de “primeira renovação pecebista” entre 1956 e 1957 (cujo conteúdo seria traduzido como a “nova política” do PCB e estaria registrado tanto na *Declaração de Março de 1958* quanto nas *Resoluções do IV Congresso do PCB* em 1960) e a produção do período que chamou de “segunda renovação pecebista” na virada dos anos 1970 para os 1980.

Embora entendesse que esta “segunda renovação” estaria incompleta ou aberta, o essencial nos parece a sua percepção de que no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 quando, segundo ele, a política de frente democrática defendida pelos comunistas desde os anos 1950 parecia exitosa,

[...] surgia no PCB, cada vez mais visível, uma corrente logo conhecida como **corrente renovadora, que começou a defender abertamente a democracia (sem adjetivos) como valor histórico-universal**, numa complicada tentativa de substantivação da política pecebista para os novos tempos. Não articulados organicamente, mas portadores de um conjunto de ideias-chave compartilhadas, esses militantes, até meados dos anos 80, marcaram presença no PCB, ora servindo como “espantinho eurocomunista” para o setor conservador, a justificar o “centrismo auto-reprodutivo” da ala pragmática do Comitê Central; ora servindo as suas ideias como base para que esse núcleo majoritário pudesse dotar o PCB de uma orientação mais eficaz no novo período de transição democrática. (SANTOS, 1994, p. 37, grifo nosso)

Além da produção bibliográfica e outros registros, as ideias dessa *corrente renovadora* poderiam ser identificadas e analisadas, principalmente, no rico conteúdo que foi publicado nas páginas do jornal semanário *Voz da Unidade*, uma publicação legalizada e vinculada ao partido. Não só, mas, principalmente, entre a data de seu lançamento em março de 1980 até julho de 1981 (quando por determinação do Comitê Central do PCB ocorreu o afastamento de militantes identificados com essa *corrente renovadora* da direção do jornal) o semanário serviu como uma espécie de “porta-voz” desses comunistas brasileiros comprometidos com a defesa da democracia enquanto fundamento do socialismo e espaço privilegiado de atuação política.

Destaca-se desse grupo, com critério prioritário de colaboradores mais ou menos assíduos do jornal *Voz da Unidade*, Armênio Guedes, Gildo Marçal Brandão, Luiz Werneck Vianna, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, David Capistrano Filho, entre outros.

Interessante é que muitos desses colaboradores se tornaram as principais

referências do ponto de vista intelectual não apenas no que se refere ao PCB, mas, também no campo mais alargado da esquerda brasileira nos últimos anos. Não seria despropositado tratá-los aqui como “intelectuais orgânicos” do partido, na acepção da já bastante conhecida formulação gramsciana sobre a relação fundamental entre intelectuais e a realidade em que atuam. Fica claro o trecho “clássico” do *Caderno 12*:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (GRASCI, 2001, vol. 2, p. 15).

Nesse sentido, os chamados “intelectuais orgânicos” manteriam um vínculo essencial com determinados grupos sociais, no caso, com o partido e as classes subalternas. Não significa, entretanto, como algumas vezes se pretendeu afirmar, entendê-los em contraposição aos “intelectuais tradicionais” (aqueles que se manteriam com certa “autonomia” em relação aos grupos sociais) como se estes fossem negativos e aqueles positivos, mas apenas compreender diferenças do ponto de vista do compromisso mais explícito com determinadas classes.

Partindo desse reconhecimento, admitimos importância às elaborações desses “intelectuais orgânicos”, as quais, pelos aspectos que tratamos, aparecem na bibliografia especializada como uma espécie de retomada e de um aprofundamento do que foi produzido pelo grupo de comunistas que protagonizou a “primeira renovação pecebista”. Haveria entre eles uma forte ligação.

O comum nesses grupos é que, cada um a seu modo, leram o sentido emblemático das nuvens que passavam por suas cabeças vindas do Leste – o desnudamento do estalinismo há 35 anos e o esgotamento do socialismo, percebido pelo menos desde 16 anos atrás; e já vinham procurando projetar a “tática” comunista de frente única como política estratégica - para isso sendo necessário **ultrapassar os paradigmas marxistas-leninistas**, notadamente no caso dos renovadores dos anos 80. (SANTOS, 1994, p. 39, grifo nosso)

Apesar dos questionamentos que podem e devem ser feitos sobre essa demarcação, admitimos que ela seja razoável e suficiente como ponto de partida para o reconhecimento da existência de uma relação forte entre o que dirigentes e

intelectuais comunistas pensaram e escreveram na virada dos anos 1970 para os 1980 com o que pensaram e escreveram em meados dos anos 1950.

Haveria, desse modo, uma espécie de “linha evolutiva”, digamos precariamente, cujo ponto culminante estaria localizado no período da “segunda renovação pecebista” quando, segundo Santos, teria atingido o limite do propósito de “repensar os desafios do país a partir da reavaliação do tema da democracia” e, sobretudo, ser levado,

[...] também a uma **reavaliação do comunismo brasileiro da III Internacional**, inclusive com o exame crítico do socialismo real, postura mais acentuada na parcela intelectualizada do PCB, cuja reflexão sobre a política pecebista começava a **superar o leninismo num momento de intensa divulgação das ideias de Gramsci**, pela qual alguns desses intelectuais foram os seus principais responsáveis no Brasil. (SANTOS, 1994, p. 40, grifos nossos)

Parece-nos crucial a produção teórico-política correspondente ao grupo denominado *corrente renovadora*, entretanto, vemos uma limitação analítica em identificarmos apenas nela o “pensamento democrático dos comunistas brasileiros”. De outra forma, no tratamento da “questão democrática” no pensamento político dos comunistas o reconhecimento da contribuição desse grupo é necessário, mas não suficiente para compreender e explicar os fundamentos, limites e perspectivas desse pensamento. Até porque não nos interessa uma compilação do que escreveram considerando seu conteúdo a única expressão desse “pensamento democrático”. Nosso objetivo será reconstituir as condições materiais e imateriais que provocaram e delinearão alguns de seus “traços” constitutivos.

Esses dirigentes e intelectuais impulsionaram a reflexão, forçaram um debate rico em torno do tema, inovaram e enriqueceram o vocabulário político dos comunistas, apontaram equívocos e fizeram proposições fundamentais durante o processo, porém, associar mecânica e exclusivamente o pensamento dos comunistas da época com o pensamento da *corrente renovadora* no que se refere à “questão democrática” nos parece uma decisão equivocada. Por isso, levamos em conta também o que foi escrito e defendido pelas outras correntes dentro do partido, pois, interessa-nos justamente extrair conteúdo do debate entre elas.

Ajustado o foco, nossa tarefa será verificarmos em que medida, sob quais condições objetivas e contextuais se forjou esse “pensamento democrático dos comunistas brasileiros” e o que dele ainda faz sentido recuperar ou revigorar. A

maneira encontrada foi analisar seu desenvolvimento, segmentando e sedimentando seus “traços” marcantes, para compará-los posteriormente com o que se pensou a partir de 1979.

No passado recente e no presente a “democracia”, enquanto categoria conceitual, vem sendo mais discutida em termos de senso comum do que analisada com rigor, mais defendida como bandeira genérica de luta do que definida, interpretada e analisada como fundamento de algum projeto político. A democracia brasileira, nessas condições, permanece como questão mal resolvida, em aberto, uma espécie de “teoria incompleta”, como que referendando a afirmação de Sérgio Buarque de Holanda feita muitos anos antes de que “a democracia no Brasil foi sempre um grande mal-entendido.”<sup>13</sup>

Ao mesmo tempo, entendemos que naquele momento e naquelas produções intelectuais e propostas políticas dos comunistas brasileiros, apesar de não se apresentarem como uma “teoria da democracia” robusta, assumiram forma significativa no debate que se travou sobre a “questão democrática” de modo geral e sobre a democracia brasileira especificamente naqueles anos de redemocratização. Parece-nos um momento rico de conteúdo e profícuo enquanto fonte de pesquisa não apenas pelo que registrou em palavras, mas, principalmente, sobre o que estas palavras registraram da realidade brasileira.

Talvez porque os grupos de “esquerda”, dos quais os comunistas faziam parte, (definidos aqui no sentido mais amplo, como grupos que lutam por igualdade numa sociedade desigual, que lutam por liberdade numa sociedade repleta de limitações e constrangimentos, que se dispõem tensionar ou até confrontar a ordem estabelecida com objetivo de ampliar as condições de justiça social, enfim, que procuram cumprir o papel histórico de apresentar a “antítese” política de uma dada realidade na qual persista a desigualdade e a liberdade seja reprimida e ameaçada) sejam aqueles que mais se dediquem, ou pelo menos naquele momento se dedicaram, a pensar o país. Talvez porque eles só façam sentido considerados como sujeitos políticos desempenhando esse papel de apresentar o “projeto alternativo”, sob pena de, ao não fazerem, abandonarem-se a si mesmos junto com a perspectiva dialética.

---

<sup>13</sup> HOLANDA, S.B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

De forma mais decidida, porque os dirigentes e intelectuais envolvidos fortemente no processo naquele momento se mostraram permeáveis às mudanças na sociedade, fomentaram debates dentro do PCB, procuraram dialogar com outras forças políticas que também se colocavam na oposição ao Regime Militar, relacionaram-se com intelectuais de centros de pesquisa importantes como Cebrap<sup>14</sup> e o Cedec<sup>15</sup>, voltaram o olhar para fenômenos determinantes como o crescimento reinterpretado da “sociedade civil” e a força do conservadorismo político que permanecia sob variadas formas, inclusive como autoritarismo no próprio campo da oposição, e neste, nos comunistas; enfim, porque naqueles anos a esquerda política, pelo menos a representada pelos comunistas, apresentou ou tentou apresentar alguma proposta política, fato hoje raríssimo.

Por esses critérios se fez a escolha do material. De sua análise acreditamos ser possível revelar elementos constitutivos do esforço dos comunistas brasileiros em pensar a democracia no Brasil. Independente de erros e acertos, avaliações mais ou menos razoáveis ou incompletas, propostas com ou sem viabilidade concreta, o fato é que procuraram ao seu modo e no seu limite, pensar o país; pensar a democracia que “deveria ser” conquistada no país e pensar a democracia “que foi sendo efetivada” no país.

Em 1984, já vivenciando os desdobramentos dos acontecimentos que pesquisamos, mas fazendo uma leitura avaliativa pertinente daquele momento, Francisco Weffort escreveu:

A luta política no Brasil, hoje, é tanto uma luta pelo poder quanto uma luta em torno do significado da democracia. [...] é tanto uma luta pela democracia quanto uma luta pela hegemonia dentro da democracia. Quando se examina o curso da transição, desde 1974, percebe-se que algo se rompeu – ou está se rompendo – em nosso tradicional realismo político. (WEFFORT, 1984, pp. 59-60)

Num recorte retrospectivo, trabalhamos com ideias e fatos marcantes dos anos que antecederam e forjaram as condições teóricas e práticas que levaram os

---

<sup>14</sup> Cebrap – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Segundo apresentação em seu site: “O Cebrap foi fundado em 1969 por um grupo de professores universitários, parte dos quais afastados das universidades pela ditadura militar. Desde então o foco principal da instituição tem sido a análise da realidade brasileira, através de pesquisas nos diversos ramos das ciências humanas”.

<sup>15</sup> Cedec – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. Segundo apresentação em seu site: “O Cedec é um centro de pesquisa, reflexão e ação. Como associação civil sem fins lucrativos e econômicos, reúne intelectuais e pesquisadores diferenciados no tocante à formação e às posições teóricas e político-partidárias.”

comunistas brasileiros a participarem ativamente dessa “disputa”. Assim, daquele momento, daqueles grupos políticos na “disputa” envolvendo tanto o poder quanto o conceito de democracia com seu significado e direção, destacamos os opositoristas ao Regime Militar; destes, destacamos os grupos identificados como de esquerda política; destes, destacamos os comunistas. E, na história destes comunistas, destacamos um momento de crise no partido, aprofundada a partir de 1979 com o retorno dos principais dirigentes do exterior propiciado pela recém-aprovada Lei da Anistia e estendida até pelo menos 1983 com as decisões e desdobramentos em torno do *VII Congresso do PCB*.<sup>16</sup>

Nesse momento, havia uma aparente convergência em relação à defesa da democracia e da democratização do país visando o socialismo, ao mesmo tempo, surgiam divergências quanto ao significado, conteúdo e dimensão, tanto da democracia quanto do socialismo. É, precisamente, esse fato político e intelectual que nos interessa. Esse “debate”, essa disputa baseada em convergências e divergências em torno da “questão democrática” entre os comunistas brasileiros.

O que a bibliografia parece ter consolidado foi o entendimento de que naquele momento se revelavam tendências ou correntes de pensamento concentradas em pelo menos três grupos: um chamado *centro dirigente* em torno, principalmente, de Giocondo Dias; uma *esquerda* em torno de Prestes e a chamada *corrente renovadora* representada por dirigentes e intelectuais que defendiam uma democracia mais substantiva, ou como diziam, como um valor estratégico universal e não apenas tático. Conforme afirmou Santos, dessa *corrente renovadora*, na “[...] direção nacional, a expressão mais clara desse tipo de pensamento é o membro do Comitê Central Armênio Guedes, com entrevistas à grande imprensa e artigos que publica na *Voz da Unidade*”. (SANTOS, 1994, p. 40)

Desse período recortado, concentramo-nos com maior interesse em dois momentos significativos nos quais as convergências e divergências se evidenciaram: o primeiro (e, para nós, o principal deles) em torno do episódio do rompimento entre Prestes e o PCB, processo que se tornou crítico no final de 1979 e se definiu em 1980 com o afastamento definitivo de Prestes do cargo de Secretário-Geral do partido; o segundo, em torno do rompimento entre os dirigentes e

---

<sup>16</sup> O chamado VII Congresso do PCB foi convocado para dezembro de 1982, mas, teve que ser suspenso devido à invasão e prisão de dirigentes por parte dos militares. Foi retomado no final de 1983 e só se concluiu com a publicação de sua resolução política no início de 1984.



intelectuais comunistas da chamada *corrente renovadora* e o PCB, processo que se evidenciou desde o afastamento desses militantes da direção da *Voz da Unidade* em julho de 1981, dando início ao seu isolamento dentro do partido, e se completou no marco do *VII Congresso do PCB* entre 1982 e 1983, quando após as polêmicas discussões sobre as “Teses” apresentadas, parte significativa desses dirigentes e intelectuais se desliga do partido.

É fato que pesquisar algo sobre o pensamento político brasileiro, especificamente no campo dos comunistas brasileiros, apresenta-se como tarefa arriscada e, certamente, sujeita a duros embates. Primeiro, porque não se consegue delimitar algo de natureza subjetiva em elementos materializados, verificáveis, mensuráveis, como atualmente parece ser exigência da visão predominante para se fazer Ciência Política, exigência que muitas vezes se manifesta em um certo cientificismo exagerado que superestima os modelos explicativos, resultando em uma espécie de “metodolatria”<sup>17</sup>. Segundo, porque mesmo que fosse possível encontrar um único referencial que a materializasse como um “livro sagrado” condensando todos seus fundamentos e postulações, nada garantiria a unitariedade entre os escritos e os fatos, especialmente com a já conhecida deficiência da produção intelectual brasileira, no caso da esquerda, marcada não apenas por “importações”, mas por releituras e adaptações de ideias, muitas vezes tardias, como se a nossa “coruja de Minerva” não alçasse voo no crepúsculo e deixasse para a manhã do dia seguinte<sup>18</sup>.

Estamos cientes de que esse “pensamento democrático dos comunistas brasileiros” na acepção com a qual trabalhamos não se identificou automaticamente pelos escritos dos comunistas registrados em resoluções, artigos, textos de jornais e outras publicações. Estes são, no entanto, fontes indispensáveis. Acreditamos que quando analisados em conjunto com a bibliografia especializada, com a reconstituição do contexto histórico e os considerando em relação às incursões teóricas que definiram seu embasamento, esse material pode revelar elementos

---

<sup>17</sup> Em *Linhagens do pensamento político brasileiro*, 2007, Gildo Marçal Brandão utilizou a formulação “metodolatria” para se referir ao cientificismo exagerado que ganhou espaço na Ciência Política nas últimas décadas, como excesso de preocupação com metodologias e modelos explicativos ao ponto de engessar e empobrecer os estudos por uma certa recusa ao teórico. Luiz Eduardo Soares afirma que a expressão “metodolatria” foi cunhada por ele em 1995 e que sugeriu à Brandão que a utilizasse, sugestão que fora aceita.

<sup>18</sup> Expressão utilizada por Hegel para ilustrar a tarefa da Filosofia em pensar sobre o que já aconteceu.

constitutivos relevantes do modo como esse comunistas interpretaram a realidade naquele momento e propuseram agir politicamente sobre ela.

Desse modo, materialmente, utilizamos como fontes principais da pesquisa os registros textuais, sobretudo os primários, que podem ser classificados basicamente em três tipos:<sup>19</sup>

a) Os documentos formais produzidos pelo PCB ao longo de sua trajetória desde os anos 1940 que trataram da linha política definida em cada momento, especialmente os documentos conhecidos como “resoluções políticas”, teses de debates e outros, tanto do período recortado quanto da história do partido em geral. Entre outros registros, a *Declaração de Março de 1958*, as *Resoluções Políticas dos IV, V, VI e VII Congressos do PCB*, respectivamente, dos anos de 1954, 1960, 1967 e 1983; as *Resoluções Política do Comitê Central* e assim por diante.

b) As publicações vinculadas formal ou informalmente ao PCB, priorizando dos respectivos períodos os jornais *Tribuna Popular* (1945 – 1947) , *Voz Operária* (1949 – 1959 e 1964 - 1980), *Novos Rumos* (1959 – 1964) e, principalmente, o semanário *Voz da Unidade* para o período a partir de 1980 quando começou a circular com o objetivo de elaborar ideias, discutir e disseminar uma “cultura comunista” que se pretendia atual e adequada à realidade brasileira na época. Também as revistas: *Problemas – Revista Mensal de Cultura Política*, entre outras.

c) A produção acadêmica elaborada por dirigentes e intelectuais reconhecidamente vinculados ao partido, ou seja, autores que escreveram sobre os temas e problemas relacionados ao processo atuando como espécie de “intelectuais orgânicos” do partido, como dizia Gramsci, entre eles, Gildo Marçal Brandão, Marco Aurélio Nogueira, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna. E, também a produção de dirigentes como Luiz Carlos Prestes, Armênio Guedes e Giocondo Dias, entre outros.

Como embasamento para análise destas fontes mobilaremos ampla bibliografia especializada e reconhecida na Ciência Política, procurando reconstituir os fatos sob vários ângulos, procurando encontrar na diversidade de opiniões sobre o mesmo objeto as referências para um entendimento mais preciso.

---

<sup>19</sup> Estas fontes de pesquisas prioritárias, bem como as demais (complementares) que forem sendo consultadas, serão apresentadas mais detalhamento ao longo dos capítulos conforme serão utilizadas com maior especificidade.

Dos três tipos de fontes privilegiadas de pesquisa, quer dizer, documentos do partido, publicações do partido e produção dos “intelectuais orgânicos”, às publicações do partido será dado maior ênfase. Significa que aos jornais do partido será atribuída relevância, baseado no entendimento do papel específico que essas publicações tiveram como objeto de formulação de ideias e divulgação e expressão pública de sua política. Para Lênin, o jornal do partido serve como “organizador coletivo”. Gramsci defendeu que “o jornal comunista é sangue da classe operária” (GRAMSCI, 2004a, p. 432). Utiliza o sentido de “jornalismo integral”, atribuindo-lhe capacidade de intervir e influenciar o meio político-cultural, de buscar relacionar de forma coerente a consciência crítica da classe operária e realidade. Nesse caso, aos jornais caberia a função de orientar e conquistar o

[...] leitor em toda a sua concretude e densidade de determinações histórico-políticas e culturais, de motivações éticas, como indivíduo e como expoente de uma associação humana, como depositário de recursos intelectuais latentes e como elemento econômico, ou seja, precisamente como adquirente de uma mercadoria, de um produto. (GRAMSCI, 2002b, p. 40)

## **Pressupostos**

Do ponto de vista metodológico, reconhecemos que nas últimas décadas a Ciência Política brasileira, influenciada fortemente pela tradição da Ciência Política norte-americana, desenvolveu-se baseada num certo distanciamento do que entendia por estudos “teóricos” ou “culturalistas”, negando muitas vezes o papel relevante dessa área de conhecimento. Em contraste com estes estudos, privilegiava análises “frias” de instituições e agentes pela perspectiva comportamentalista. Entendemos que a realidade da política não se resume em expressão materializada de ideias políticas, entretanto, consideramos extremista e equivocada a visão que procura, primeiro, separar categoricamente “fatos” de “valores” e, segundo, desconsiderar estes ao superestimar aqueles.

Apesar disso, no que se refere ao tipo de abordagem que pretendemos realizar, apoiamo-nos com importância em conceitos desenvolvidos por Gramsci, considerando principalmente a perspectiva de “historicidade”. Significa estarmos atentos aos conflitos e implicações dos fatos e conceitos, reconhecendo sempre o

sentido mais amplo historicamente construído em comparação ou em relação aos fenômenos analisados pontualmente em vistas do objeto. Num ambiente quase hostil à produção acadêmica que insiste em considerar traços ou movimentos teóricos mais amplos, tanto do ponto de vista histórico quanto do econômico, social e cultural, para compreender e explicar o desenvolvimento dos aspectos políticos no país, este estudo arrisca insistir nesse tipo de análise. Na prática, é admitir que determinadas escolhas interpretativas da realidade em dado momento, bem como formulações teóricas produzidas pelos sujeitos políticos em resposta a esta realidade interpretada, podem ser melhor compreendidas se consideradas em interlocuções históricas mais amplas, com os fatores que “cruzam” aquela realidade, passíveis de serem investigadas numa abordagem sincrônica.

Com isso, visamos analisar a situação de modo consciente evitando (sem se tornar imune) problemas (ou obstáculos) de caráter eminentemente filosófico e epistemológico, caracterizados por uma espécie de “separação” arbitrária e imprecisa (se assim podemos chamar) entre fatos e ideias que acabam levando a dois fins indesejáveis neste caso: à metafísica ou ao dogmatismo. A advertência de Gramsci nesse sentido é precisa:

Se é necessário, no perene fluir dos acontecimentos, fixar conceitos, sem os quais a realidade não poderia ser compreendida, deve-se também – aliás é imprescindível – fixar e recordar que a realidade em movimento e conceito de realidade se podem ser logicamente distinguidos, devem ser concebidos historicamente como unidade inseparável. (GRAMSCI, 1978, p. 247)

Sem isso, tornam-se impertinentes as análises que consideram como pressupostos fundamentais espécies de comportamentos ou ideários em formato definitivo, cristalizado, expresso nas afirmações corriqueiras sobre o PCB como “reformista”, “revolucionário” ou “democrático”, “oportunista”, enfim, como se a manifestação de uma ideia e o debate sobre ela, tal qual a frequência de determinadas escolhas empíricas circunstanciais criassem, por si sós, uma condição existencial, categórica ou condicional.

Especificamente, admitimos um tipo de produção sobre pensamento político ou “história das ideias” que vem sendo realizada pela Ciência Política com resultados mais satisfatórios, da qual aceitamos as contribuições do chamado “contextualismo linguístico” muito difundido pelos estudos dos pesquisadores da Escola de Cambridge, cujos expoentes seriam Quentin Skinner e John Pocock,

defendendo a necessidade de considerar do ponto de vista da linguagem o contexto em que foi elaborada e utilizada.

Admitimos também que essas contribuições são melhores utilizadas quando tratadas na perspectiva mais aprimorada que parecem ter conseguido apresentar os estudos relativos à chamada “história dos conceitos” (*Begriffsgeschichte*), cujo expoente seria Reinhart Koselleck, isso porque trouxe a preocupação, que é a nossa, de reforçar a importância da relação entre linguagem, conceitos e experiência concreta histórica. Esclarecendo essa visão,

Koselleck chama a atenção para a importância da análise lingüística e semântica na investigação das variadas dimensões do mundo social em diferentes épocas. Segundo o autor, o estudo dos conceitos e da variação dos seus significados ao longo do tempo é uma condição básica para o conhecimento histórico. Koselleck denomina História dos Conceitos o procedimento que permite apreender o complexo processo de ressignificações de alguns conceitos ao longo do tempo. Mais do que um método a ser aplicado ou uma disciplina autônoma, a História dos Conceitos seria um instrumento complementar e necessário para a interpretação histórica (KIRSCHNER, 2007, p. 49).

Segundo escreveu o próprio Koselleck,

A história dos conceitos é, em primeiro lugar, um método especializado da crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social e político (KOSELLECK, 2006, p. 103).

Considerando estes pressupostos, para analisar os dados recorreremos como método às técnicas de análise histórica-comparativa. Dessa forma, estabelecendo parâmetros claros de comparação entre dois fatos intelectuais e históricos, ou sistemas de análise, semelhantes genericamente, mas que apresentam diferenças, especificamente.

Tanto no estudo em História quanto em Ciência Política, quando se dedica analisar variáveis não controladas ao longo de um tempo histórico, exige-se isolar certas variáveis e partir delas para a comparação. Objetivamente, entendemos ser possível “comparar” o tratamento referente à “questão democrática” da gênese e desenvolvimento do que denominamos “pensamento democrático dos comunistas brasileiros” em relação ao tratamento dado no período recortado como objeto.

Evidentemente que nosso esforço não pode ignorar alguns riscos no trato dos conceitos, principalmente de generalizações imprudentes, algo muito comum na

produção acadêmica no campo das ciências sociais e, no caso, na Ciência Política. Giovanni Sartori (1997) adverte que qualquer discurso é baseado em conceitos e, estes conceitos, por sua vez, são essencialmente “generalizações disfarçadas”, de modo que mesmo quando examinamos um caso singular, devemos ter presente o contexto geral ou, quando menos, outros casos parecidos, sem os quais o trabalho perde o “senso de proporção”. Isso nos obriga usar os conceitos de maneira consciente de sua complexidade e se dispor, na medida que se faça necessário, fazer frequentes atualizações das definições conceituais que estamos utilizando como embasamento para a análise. Não se trata de interromper a todo momento o trabalho para lembrar ou relembrar o sentido de cada conceito, mas de ter em mente que certas situações exigem uma definição mais precisa, sem a qual se torna insustentável a construção do conhecimento.

O mesmo vale para os riscos do embaraço analítico reduzindo os fenômenos e conceitos em termos de “tipos ideais” weberianos, ou seja, abstraindo da realidade determinados “tipos” puros servindo de referenciais e a partir dessa abstração construir modelos ou explicações demonstrando as aproximações e distanciamentos desse parâmetro de descrição básico.

Propomos, portanto, partir de um “inventário” de sua formação histórica e intelectual para em contraste com seu significado no período que interessa, por uma análise comparativa, identificar “continuidades” e “rupturas” no âmbito do pensamento expresso em termos teórico-políticos, quer dizer, verificarmos o que “permaneceu” e o que “mudou” na constituição desse “pensamento democrático dos comunistas brasileiros” e como esse fenômeno intelectual se expressou principalmente no período entre 1979 e 1983 no Brasil.

## **Hipótese**

A hipótese com a qual trabalhamos se refere à existência de um determinado processo de emergência da “questão democrática” com seu deslocamento à centralidade do pensamento político dos comunistas brasileiros acompanhado pela ressignificação do próprio conceito de democracia que teria provocado direta ou indiretamente uma secundarização de certos fundamentos do

socialismo tradicional que por décadas foram as referências do modo de pensar e agir politicamente dos comunistas brasileiros. Acreditamos que ao longo do tempo e, principalmente, após 1979 a “questão democrática” subordinou as demais questões relevantes entre os comunistas, provocando um certo “esvaziamento” teórico se considerarmos as bases convencionais do marxismo-leninismo ou do “marxismo de matriz soviética”, como referimos, que embasavam as propostas de socialismo até aquele momento. Não que isso tivesse acontecido fatalmente em data determinada, mas admitíamos que a virada do ano de 1979 para o 1980 foi seu “momento decisivo” e que os desdobramentos até 1983 acabaram consolidando este processo.

Isso significa reconhecermos determinadas tentativas de superação do “marxismo de matriz soviética”, digamos assim, apresentando novos referências e fundamentos que tratassem do vínculo entre democracia e socialismo, definindo com isso novas abordagens. De outro modo, significa admitir uma espécie de secundarização dos fundamentos do socialismo tradicional, cuja tarefa investigativa seria justamente apurar até que ponto esse processo teria sido capaz de provocar “rupturas”, ou caso contrário, de que maneira esses fundamentos teriam permanecido no limite de distanciamentos, mantendo essencialmente elementos constitutivos comuns.

O ponto de partida hipotético será admitirmos uma trajetória desse “pensamento democrático dos comunistas brasileiros” considerando sua gênese nos anos 1940 (identificando, portanto, seus “traços” principais antes mesmo da chamada “primeira renovação pecebista” entre 1956 e 1957) e investigarmos comparativamente suas manifestações da gênese e desenvolvimento com suas manifestações em meio ao debate entre os comunistas a partir de 1979. Temos a impressão de que com isso seja possível demonstrarmos que ele foi “perdendo” referências que no campo do socialismo tradicionalmente o caracterizaram e foi “ganhando” outras referências menos comprometidas com essa tradição, mas que procuravam “responder” de maneira mais eficiente aos problemas da realidade brasileira.

Nesse sentido, arriscamos afirmar que neste pensamento, em alguma medida, persistiu um “traço” marcante e constante de sua fisionomia intelectual que denominamos aqui de *concepção politicista*. A demonstração da suposta permanência da *concepção politicista* como persistência de um dos seus “traços” essenciais se apresenta para nós como objetivo e desafio central deste trabalho.

Para isso, levaremos em conta três indicadores na condução da análise que podem revelar esse compromisso do PCB com a legalidade e a institucionalidade: a escolha da política de frente ampla pluriclassista e pluripartidária; a defesa pública de processos Constituintes; a defesa e participação efetiva em processos eleitorais.

Ao mesmo tempo, em relação aos aspectos ou fatores que o diferenciaram ou procuraram diferenciá-lo nesta produção mais recente, quer dizer, daquilo que “mudou” ou procurou mudar, ou ainda daquilo que era “novo”, “diferente” ou “renovador” a ponto de poder causar resistências em setores expressivos dos comunistas, como percebia Konder (1980) à época, arriscamos afirmar que foram variações no âmbito de dois “traços” complementares, os quais denominamos, respectivamente, de *dupla lealdade*<sup>20</sup> e de *agenda política*. Se confirmadas, tais variações nestes dois “traços” complementares poderiam ser interpretadas como os fundamentos da suposta “mudança de vozes” entre os comunistas brasileiros que, simbolicamente, corresponderia à mudança de seus órgãos de divulgação política, do jornal *Voz Operária para o jornal Voz da Unidade*, na virada dos anos 1970 para os 1980.

No que se refere ao “traço” fisionômico da *dupla lealdade* temos a impressão de que as variações se manifestaram na tentativa de “distanciamento” (que em alguns casos chegaria a tentar o rompimento) caracterizada tanto no sentido original do conceito, em condição conjuntural, quanto de forma mais complexa do ponto de vista teórico-político, e ainda em relação as exigências dos problemas nacionais. Para isso, como indicadores, serão considerados a relação desses comunistas com a política externa soviética, com o “marxismo” dos soviéticos em termos teóricos e, ainda, com a própria realidade brasileira que exigia deles “respostas” teórico-políticas para os problemas concretos que se apresentavam.

Precisamente, o aparente movimento se manifestaria na tentativa dos comunistas em se “distanciarem” da predominante influência do “marxismo de matriz soviética” na formulação de sua política, fenômeno entendido no sentido que Franco De Felice e Giuseppe Vacca desenvolveram. De certo modo, o rompimento entre Prestes e o PCB concluído em 1980 teria sido o fato simbólico dessa tentativa de distanciamento.

---

<sup>20</sup> No sentido desenvolvido por Franco de Felice e Giuseppe Vacca, de uma situação caracterizada pela necessidade de interpretar e propor encaminhamentos para problemas políticos nacionais com compromisso com a política soviética. Da maneira como trabalhamos, o compromisso com o “marxismo de matriz soviética”.



Isso corresponderia, entre outras coisas, às mudanças importantes do ponto de vista analítico, por exemplo, de uma interpretação do Brasil como um país cujos obstáculos ao desenvolvimento seriam principalmente o latifúndio e o imperialismo norte-americano, expressa efetivamente no chamado programa da revolução nacional-democrática, para uma interpretação do Brasil como um país de capitalismo moderno e em expansão; de uma visão negativa ou receosa das reformas institucionais para uma visão positiva; de uma perspectiva baseada numa concepção de socialismo com fundamentos quase que exclusivos como classe operária, hegemonia de classe, alternativa ao capitalismo, etc., para uma perspectiva baseada numa concepção de socialismo permeável, flexível, com categorias que já não o caracterizava como “marxismo ortodoxo”.

Em síntese, um movimento que pretendia interpretar a realidade, ou mais precisamente, interpretar a objetivação do capitalismo no Brasil, problema de fundo para as demais questões, não apenas se baseando no marxismo tradicional por Marx, Lênin e Stalin, mas valendo-se de “novos” conceitos ou formas mais elaboradas de conceitos conhecidos como “via prussiana” ou “revolução passiva”, respectivamente, referenciados em Lukács e Gramsci e influenciado por movimento internacionais como o “eurocomunismo” que visavam encontrar formas mais atualizadas e adequadas aos tempos e às sociedades de tipo “ocidentais”.

A análise desse “pensamento democrático dos comunistas brasileiros” por estes indicadores implica, também, a exigência de tratarmos dos aspectos constitutivos desse “marxismo de matriz soviética” que nos parecem muito presentes ao longo de sua trajetória: o *etapismo*<sup>21</sup> e o *estalinismo*.<sup>22</sup>

No que se refere ao “traço” fisionômico que estamos denominando de *agenda política*, as variações teriam ocorrido por exigência das próprias mudanças conjunturais e estruturais que marcaram a sociedade brasileira no período. As variações envolveriam, por um lado, as relações econômicas e políticas, no contexto do que já mencionamos processo de objetivação do capitalismo no Brasil; por outro, a forma como essas mudanças foram assimiladas e se refletiram nas interpretações da realidade brasileira realizadas pelos comunistas. Admitimos um movimento de

---

<sup>21</sup> No sentido da leitura terceiro-internacionalista do desenvolvimento e do caráter da revolução socialista em “etapas”, no caso brasileiro, da necessidade de efetivar uma etapa “democrático-burguesa” para “depois” criar as condições para a revolução propriamente socialista.

<sup>22</sup> No sentido dado por Lukács, como método simplificador repleto de esquematismos que procurava “enquadrar” e entender a realidade a partir desses esquemas de maneira generalizada.

“deslocamento” que não foi restrito ao horizonte do meio político, ou seja, não se tratou de uma mudança na agenda do sistema político, mas, de uma mudança no contexto histórico, político, socioeconômico, cultural e intelectual da sociedade brasileira nas últimas décadas.

Serão dois os indicadores básicos: relação economia e política e relação Estado e sociedade. Do ponto de vista da relação entre economia e política, aproveitando uma formulação emblemática feita por Francisco Weffort (1984) nos anos 1980, verificamos uma mudança no fato da “questão do desenvolvimento”, principalmente o econômico, ter sido a ideia-força ou *leitmotiv* da política brasileira até pelo menos o início dos anos 1970 e, nesse período de virada para os anos 1980 e daí por diante, ter sido deslocada do centro da agenda política que passou a ser preenchida pela “questão democrática”. Desse modo, o contexto mudou, e com isso a ideia-força ou *leitmotiv* da política brasileira passou a ser a “questão democrática”.

Do ponto de vista da relação entre Estado e sociedade, verificamos principalmente a ascensão dos movimentos sociais e do chamado “novo sindicalismo”, impulsionado pela geração de sindicalistas que se desenvolvimento principalmente a partir da experiência na região do ACB paulista, como manifestações organizadas e valorativas da chamada “sociedade civil”.

Estes fenômenos serão analisados por um modelo lógico-analítico que construímos baseados nos fundamentos gramscianos. Por este modelo, procuramos demonstrar um movimento de valorização da “superestrutura” (sociedade política e sociedade civil) em detrimento da “infraestrutura” (elementos socioeconômicos, estruturais, etc.) e, um segundo movimento que o complementou, demonstrando a valorização, no âmbito da “superestrutura”, da “sociedade civil” em detrimento da “sociedade política”, em especial do Estado.

Em resumo, no campo hipotético, trabalhamos com a possibilidade de um “pensamento democrático dos comunistas brasileiros” que teria se caracterizado a partir de 1979 pela permanência da *concepção politicista* e, ao mesmo tempo, pelo esforço de distanciamento da *dupla lealdade* e pela necessidade de se adequar às mudanças na *agenda política* nacional.

## Estrutura do trabalho

A estrutura expositiva do pesquisa está dividida em quatro capítulos seguidos e se completa pelas considerações finais. Sua demarcação utilizou critérios cronológicos e factuais de modo a contribuir para o esclarecimento dos momentos em que se verificou mais claramente momentos de “continuidades” e de “rupturas” no âmbito do pensamento político dos comunistas brasileiros.

O primeiro capítulo, *Formação do “pensamento democrático” do PCB*, procura demonstrar a gênese e desenvolvimento do que estamos denominando “pensamento democrático dos comunistas brasileiros”. Investiga histórica e conceitualmente como esta vertente de pensamento político em sua relação com a “questão democrática”. Analisa os acontecimentos que marcaram os anos 1940, destacando o partido no contexto da Segunda Guerra Mundial. Avança ao período de curta legalidade do PCB, precisamente entre 1945 e 1947, quando a *concepção politicista* nos parece ter encontrado um espaço privilegiado para ganhar força internamente, apesar do refluxo provocado pela precoce cassação do seu registro partidário. Encerra tratando do momento que Santos (1988) chamou de “primeira renovação pecebista” entre 1956 e 1957, preparando o estudo do segundo capítulo que começa a partir da *Declaração de Março de 1958*.

Entre os materiais analisados, além da ampla bibliografia especializada e da produção mais específica por parte dos que estamos chamando aqui de “intelectuais orgânicos”, pesquisaremos documentos partidários como a *Declaração de Janeiro de 1948*, o *Manifesto de Agosto de 1950* e as *Resoluções Políticas do IV Congresso do PCB de 1954*; bem como as publicações do partido, sobretudo, os jornais *Tribuna Popular* e *Voz Operária*, complementando pela revista *Problemas – Revista Mensal de Cultura Política*, lançada em agosto de 1947.

O segundo capítulo, *A democracia pela “voz” operária*, procura demonstrar como o PCB decidiu assumir a partir de 1958 uma “linha política” embasada no que chamamos de *concepção politicista*, afastando-se decisivamente da prática política embasada na *concepção insurrecional*. O estudo começa com uma análise do conteúdo da *Declaração de Março de 1958*, marco teórico-político que representou essa “nova política” dos pecebistas, verificando também seus desdobramentos no período pré-1964; avança no período pós-1964 identificando as características que

nos levam a pensar numa espécie de “resistência democrática” do PCB em relação ao Regime Militar; encerra no limiar do ano 1979, que aqui entendemos como “momento decisivo” na definição do pensamento político dos comunistas nos primeiros anos da década de 1980, sobretudo no que se refere à “questão democrática”.

Sobre os materiais pesquisados, além da ampla bibliografia especializada e da produção dos chamados “intelectuais orgânicos” do partido, destacamos documentos partidários como a *Declaração de Março de 1958*, a *Resolução Política do V Congresso de 1960*, a *Resolução Política do VI Congresso de 1967*, o *Informe de Balanço do CC ao VI Congresso do PCB de 1967*, a *Resolução Política do Comitê Estadual da Guanabara de 1970*, a resolução *Por uma Frente Patriótica contra o Fascismo de 1973*, as *Resoluções Políticas do PCB* dos anos de 1977, 1978 e 1979, bem como a *Nota da Comissão Executiva do PCB a propósito da Campanha Eleitoral* e a *Declaração do PCB sobre o Movimento Sindical*, ambos de 1978; também utilizaremos as publicações do partido, prioritariamente, os jornais *Voz Operária* e *Novos Rumos*.

O terceiro capítulo, *Mudança de “vozes”*, começa por uma breve, mas necessária, contextualização do período do ponto vista histórico e político, do qual a virada do ano de 1979 para o 1980 nos parece demarcar o “momento decisivo” do fenômeno de emergência da “questão democrática” combinado com um deslocamento à centralidade no pensamento político dos comunistas brasileiros. Neste caso, procuraremos descrever o processo de “transição” em curso na época utilizando conceitos atuais na Ciência Política como a relação entre “liberalização” e “democratização”. Tentaremos reconstituir o momento considerando as mudanças estruturais e superestruturais no país, por um lado, da relação mais ampla e histórica entre economia e política e, por outro lado, da relação mais circunstancial entre Estado e sociedade civil.

Trataremos a seguir essencialmente de dois tópicos, conforme os objetivos e material básico utilizado, respectivamente: primeiro, pretendemos encontrar elementos teóricos e políticos considerados “inovadores” utilizando como “texto-síntese” para análise o artigo *A democracia como valor universal*, de Carlos Nelson Coutinho, abordando três aspectos: a recepção das ideias de Georg Lukács pelos comunistas e sua influência teórica, sobretudo pelo conceito de “via prussiana”, a recepção das ideias de Antonio Gramsci e sua influência teórica pelo conceito de

“revolução passiva” e, por fim, a influência política do movimento internacional conhecido como “eurocomunismo”, utilizando como referência escritos de Enrico Berlinguer; segundo, dedicaremos atenção ao episódio do rompimento entre Prestes e o PCB, utilizando como fontes privilegiadas documentos como *Carta aos Comunistas*, *Ecos da Carta aos Comunistas*, *Nota do CC em resposta à Carta aos Comunistas*, bem como as manifestações nas publicações do partido, prioritariamente a *Voz da Unidade*. Também procuraremos enriquecer a reconstituição deste período de crise com registros da imprensa nacional, utilizando um grande jornal de São Paulo, *Folha de S. Paulo*, e outro do Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, que fizeram uma ampla cobertura desse episódio.

Como fizemos nos capítulos anteriores, neste também lançaremos mão de bibliografia especializada, dando ênfase aos trabalhos daqueles que estamos admitindo no trabalho como “intelectuais orgânicos” ligados ao PCB. Por fim, demonstraremos que esta “inovação” teórica combinada com o rompimento político com uma tradição comunista (representada pelo rompimento com Prestes), marcaram um processo de mudança nas concepções pecebistas que irá se firmar com o lançamento do jornal *Voz da Unidade*. Por isso, a sugestão do capítulo de uma mudança de “vozes”.

O quarto capítulo, *A democracia pela “voz” da unidade*, procura demonstrar, prioritariamente, pelo conteúdo do jornal *Voz da Unidade* o que nos parece confirmar o fenômeno que estamos identificando como a permanência da *concepção politicista* enquanto “traço” fundamental do pensamento político dos comunistas na época. Ao mesmo tempo, procuraremos demonstrar as possíveis variações mais significativas em outros dois “traços” da sua fisionomia intelectual, em relação à *dupla lealdade* e à *agenda política*. Reconstituiremos brevemente o que poderíamos chamar de “momento de divergência” acentuado marcado pelo rompimento entre os comunistas da chamada *corrente renovadora* e o PCB, processo que toma forma com o afastamento dos comunistas identificados com esta corrente do controle do jornal *Voz da Unidade*, em julho de 1981, se acentua com as divergências e as disputas que irão travar do ponto de vista teórico-político em torno das “Teses” apresentadas para discussão preparando as deliberações congressistas e encerra com o rompimento definitivo em meio ao conturbado *VII Congresso do PCB* que começa em dezembro de 1982 mas só se conclui efetivamente na virada do ano 1983 para o

1984. Por fim, o capítulo encerra analisando o distanciamento dos dirigentes e intelectuais da *corrente renovadora* em relação ao PCB.

Como fontes, além de ampla bibliografia especializada, será prioritário o conteúdo do jornal *Voz da Unidade* entre março de 1980 e dezembro de 1981. Deste período, daremos ênfase às manifestações de dirigentes como Giocondo Dias e Armênio Guedes e dos intelectuais/militantes, os “intelectuais orgânicos”, que vivenciarão no período um momento profícuo de suas elaborações. Referimo-nos à textos de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna, Marco Aurélio Nogueira, Gildo Marçal Brandão e Leandro Konder. A última parte do capítulo se concentra no documento *Teses para um debate nacional de comunistas pela legalidade do Partido Comunista Brasileiro* e no debate realizado sobre estas teses. Encerra o capítulo uma breve investigação em torno dos acontecimentos que marcaram o *VII Congresso do PCB* como referencial para o afastamento decisivo de boa parte dos comunistas da *corrente renovadora*.

Seguem as breves *Considerações Finais*, momento que pretendemos recuperar os resultados da pesquisa e apresentar algumas afirmações conclusivas considerando as hipóteses deste trabalho.

Estabelecidos nossos objetivos, objeto, pressupostos, hipótese e estrutura do trabalho, assumimos a tarefa de resgatar e analisar alguns momentos históricos, fatos e ideias que forjaram a impressionante trajetória dos comunistas brasileiros com seus modos de pensar e agir politicamente, restringindo-se, como esclarecemos, às suas manifestações em torno da “questão democrática”. Tomando de empréstimo a bela formulação de Brandão (1997, p. 21), pretendemos traçar um perfil intelectual dos comunistas “num dado período histórico, recuperar os problemas reais a partir dos quais construiu determinadas respostas conceituais, forjou sua concepção e modo de fazer política; realizar, portanto, uma análise genética de sua visão de mundo”.

## 1 FORMAÇÃO DO “PENSAMENTO DEMOCRÁTICO” DO PCB

Da revolução à reforma; ou como preferimos tratar, de uma *concepção insurrecional* para uma *concepção politicista* dos modos de pensar e agir politicamente. Esta formulação nos parece representar a lógica do movimento de mudança de perspectivas que marcou o período no qual identificamos a gênese do que aqui estamos denominando como “pensamento democrático dos comunistas brasileiros”. Neste capítulo, nosso objetivo será demonstrarmos como as elaborações teórico-políticas desenvolvidas no interior e no entorno do Partido Comunista Brasileiro (PCB) começaram a enfrentar a “questão democrática” já a partir dos anos 1940 (portanto, antes mesmo do conhecido processo de renovação nos anos 1950), na medida em que o partido se esforçou para se reorganizar depois de duras perseguições e de uma situação de quase extinção. Entendemos que desde então o partido começou a considerar em sua “linha política” elementos que identificamos como característicos da *concepção politicista*, dos quais identificamos, fundamentalmente, a prática decidida de uma política de frente ampla pluriclassista e pluripartidária, a defesa de processos Constituintes e a participação efetiva em eleições.

Ao que nos parece, já era a opção em “fazer política” dentro dos limites institucionais creditando aos avanços no campo da democracia enquanto sistema político a capacidade de “servirem” ao projeto revolucionário dos comunistas, apesar das oscilações e reveses sofridos pela *concepção insurrecional* que insistia permanecer. A impressão é de que, apesar de muito limitada a partir de 1943, com breves “resultados” relevantes entre 1945 e 1947 (período em que o PCB vivenciou a legalidade enquanto partido político) e rapidamente sufocada em 1948, a sua *concepção politicista* já era percebida em suas elaborações teórico-políticas antes mesmo do conhecido processo de desestalinização e de “renovação pecebista” que, como defende Raimundo Santos (1988), entre outros, teria ocorrido a partir de 1956 e chegado a uma forma que se tornaria duradoura na *Declaração de Março de 1958*, documento considerado um divisor de águas no pensamento político dos comunistas e referencial do que se chamou “nova política”.<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> O documento conhecido como *Declaração de Março de 1958* na verdade era intitulado *Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro*.

Iniciamos o capítulo com um enquadramento do PCB enquanto partido político moderno, procurando identificá-lo como um agrupamento de certo modo “fora” dos padrões de análise que se convencionou adotar na Ciência Política nos últimos anos embasados comumente em autores como Joseph Schumpeter (1984), Anthony Downs (1999), Angelo Panebianco (2005) e Mancur Olson (1999), para citarmos alguns, reconhecendo-o mais próximo de um partido político de “tipo gramsciano”, ou seja, de um partido inserido e orientado por um projeto político de transformação da sociedade. Depois de algumas breves considerações iniciais sobre as características peculiares do PCB enquanto organização política e de identificarmos alguns aspectos de sua própria formação diretiva e programática, passaremos à análise histórica e conceitual de uma vertente de seu pensamento político que se formou em torno da “questão democrática”.

Investigaremos nos acontecimentos que marcaram os anos imediatamente anteriores à conhecida *Conferência da Mantiqueira*, realizada em 1943, quando Luiz Carlos Prestes foi escolhido Secretário-Geral<sup>24</sup> do PCB, mesmo este estando na condição clandestina da ilegalidade e aquele na prisão. Destacaremos o contexto da Segunda Guerra Mundial naquilo que repercutiu e influenciou no meio político brasileiro, principalmente, os desdobramentos do pós-guerra a partir de 1945 que serão pautados no ambiente dualista da “guerra fria” entre os Estados Unidos e a União Soviética, produzindo efeitos diretos e indiretos na trajetória do PCB.

Destacaremos o período de curta legalidade do partido, precisamente entre 1945 e 1947, quando a *concepção politicista* nos parece ter encontrado um espaço privilegiado para ganhar força internamente, apesar do refluxo provocado pela precoce cassação do seu registro partidário em maio de 1947, fato que provocou uma espécie de reação carregada de elementos sectários e “esquerdistas”, como acusam os críticos, ou de retorno as origens “revolucionárias” como entendiam os favoráveis a linha política adotada. Nesse caso, entendemos que as manifestações da *concepção politicista* que aos poucos se firmavam ficaram à margem da política pecebista naquele momento. Nesse aspecto, utilizaremos como base documental algumas manifestações de Prestes em artigos e entrevistas e, sobretudo, os documentos que ficaram conhecidos como *Declaração de Janeiro de 1948*,

---

<sup>24</sup> Mesmo nos longos períodos de clandestinidade, o PCB internamente se organizou basicamente por um Comitê Central e, alguns membros do CC compunham a Comissão Executiva, na qual o Secretário-Geral era o cargo máximo de direção.



*Manifesto de Agosto de 1950 e as Resoluções Políticas do IV Congresso do PCB de 1954.*

Da fase que Raimundo Santos (1988) chamou da “primeira renovação pecebista”, entre os anos 1956 e 1957, influenciada por mudanças no contexto nacional combinadas com acontecimentos internacionais impactantes no campo comunista como as revelações no *XX Congresso do PCUS em 1956*, que provocarão um processo de revisão da linha política pecebista, especialmente no que concerne à “questão democrática”, utilizaremos além dos registros relativos ao *XX Congresso do PCUS* (não só o “relatório secreto” de Krushev, mas também os documentos “públicos”), o importante documento *Informe de Palmiro Togliatti ao Comitê Central do PCI*, de 1956.

Além destes documentos partidários, também faremos uso das publicações vinculadas ao partido cuja finalidade era servirem de instrumentos na luta política, entre elas: *Tribuna Popular*, um jornal diário que circulou entre 1945 e 1947; *Problemas – Revista Mensal de Cultura Política*, lançada em agosto de 1947 e que esteve por meses sob direção de Carlos Marighela, depois ficando à cargo de Diógenes Arruda; e *Voz Operária*,<sup>25</sup> jornal semanal que teve sua primeira fase de circulação entre 1949 e 1959.<sup>26</sup>

O trabalho desenvolvido neste capítulo também resulta da mobilização de ampla bibliografia especializada sobre o tema, não apenas de pesquisadores que se dedicaram ao objeto, mas, principalmente dos autores que como militantes e intelectuais do PCB, os quais aqui identificamos em termos gramscianos como “intelectuais orgânicos”, e que terão participação efetiva nos acontecimentos investigados, sobretudo sendo protagonistas no processo de reformulação política na virada dos anos 1970 para os 1980, a exemplo de Leandro Konder (1980) e Gildo Marçal Brandão (1997).

---

<sup>25</sup> Boa parte dos exemplares da *Voz Operária*, bem como do jornal *Tribuna Popular* estão digitalizados pela Fundação Biblioteca Nacional e disponíveis pelo site: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br)

<sup>26</sup> A primeira fase de circulação da *Voz Operária* encerra em 1959, quando foi substituída pelo jornal *Novos Rumos*, voltando para uma segunda fase de circulação entre 1964 e 1980 (as edições em 1980, no entanto, foram conduzidas por Prestes de maneira desvinculada do Comitê Central).

## 1.1 Considerações iniciais acerca do Partido Comunista Brasileiro

Antes de enveredarmos no universo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), valem algumas considerações iniciais que nos permitam acompanhar com mais clareza sua trajetória. Uma primeira observação se refere ao reconhecimento de que esse pensamento político dos comunistas brasileiros se manifestou, não só, mas, significativamente, carregado de uma espécie de herança genética que poderíamos tratar como uma versão do “cardonismo”<sup>27</sup> que Antonio Gramsci identificou como característica de certos agrupamentos políticos. Conforme observou, era comum em alguns agrupamentos políticos um comportamento típico do “cardonismo”; nesses agrupamentos,

Acredita-se que, uma vez aceitos os princípios do próprio grupo, não só a obediência será automática e virá sem nenhuma demonstração de “necessidade” e racionalidade, como também será indiscutível (alguns pensam e – o que é pior – agem acreditando que a obediência “virá” sem ser solicitada, sem que o caminho a seguir seja indicado). Assim, é difícil extirpar dos dirigentes o “cadornismo”, isto é, a convicção de que uma coisa será feita só porque um dirigente acha justo e racional que seja feita: se nada acontece, joga-se a culpa em quem “deveria ter feito” etc. (GRAMSCI, 2005, pp. 12-13)

Não seria exagero nem desprestígio apontarmos uma certa persistência de aspectos dessa natureza no interior do partido, principalmente, se consideramos a postura de seu maior líder até pelo menos os anos 1970, o histórico “Cavaleiro da Esperança”, Luiz Carlos Prestes. De formação militar, sem militância expressiva na base do partido, ingresso primeiro no movimento comunista internacional pelas mãos da Internacional Comunista (IC) e depois no PCB, tendo sido escolhido para Secretário-Geral durante a *Conferência da Mantiqueira* realizada em 1943, mesmo estando ausente, uma vez que se encontrava preso, Prestes projetou o partido nacionalmente devido a seu prestígio advindo do movimento tenentista entre os anos 1920 e 1930, sobretudo pela sua história no comando da famosa *Coluna Miguel Costa – Prestes*, um movimento que comandou entre os anos 1925 e 1927;

---

<sup>27</sup> Referia-se ao general Luigi Cadorna, então chefe do Estado-Maior das Forças Armadas italianas. O termo teria o significado de dirigentes autoritários que, internamente, desconsideram a necessidade de “convencer” os dirigidos para apoiá-los, acreditando bastar a tomada de decisão exigindo disciplina e obediência automática.

ao mesmo tempo, moldou o partido quase que à sua imagem e semelhança por um longo período.

Isso repercutiu fortemente no modo como o PCB foi se desenvolvendo teoricamente e concebendo seus modos de pensar e agir politicamente. Não discutimos aqui se poderia ter sido de outra maneira, mas, parece-nos indispensável levar em conta o fato do partido ter sido muito influenciado por essa convicção de que as deliberações dos dirigentes bastariam para que a ação política se desenvolvesse quase que automaticamente, comportamento que provavelmente permaneceria como um resquício da conduta militarista de boa parte de seus integrantes, combinada com situações adversas que precisou enfrentar, principalmente a ilegalidade e as perseguições. Isso tudo parece ter resultado num convívio tenso entre sua disposição em se tornar um partido de massas e a tendência condicional em se “distanciar” da base preso a um certo burocratismo.

Essa ressalva é necessária para evitarmos o equívoco de tratarmos as deliberações do PCB como se sua expressão na prática correspondesse mecânica e imediatamente aos fatos. Veremos quantas vezes essa crença no poder das deliberações provocou talvez mais problemas do que trouxe conquistas ao partido e aos seus projetos em cada momento histórico, provocando anacronismos que fragilizavam suas resoluções. Reconhecer esse ponto ajuda explicar também, em parte, o porquê do PCB ter vivenciado documentalmente tantas oscilações teóricas e políticas sem que isso tenha significado, quando visto à distância, efeitos concretos na ação política seguindo as mesmas oscilações correspondentes, gerando em alguma medida descompassos que certamente prejudicaram sua capacidade de articulação interna e externa em momentos decisivos como a partir de 1979 quando sua “linha política” era admitida pela maioria dos dirigentes nacionais como acertada, mas, ao mesmo tempo, as crises internas se acentuavam ao ponto de comprometerem a execução dessa sua política.

Outra observação é de que, por mais interessante que possa ser sua história interna enquanto organização política, nosso estudo não pretende mergulhar na vida íntima do partido, tampouco catalogar todas suas manifestações públicas ou de organização. Gramsci advertiu de maneira oportuna sobre os problemas que esse tipo de abordagem pode provocar e de seus limites restritos.

O que é a história de um partido político? Será a mera narração da vida interna de uma organização política, de como ela nasce, dos primeiros grupos que a constituem, das polémicas ideológicas das quais se forma o seu programa e sua concepção de mundo e vida? Tratar-se-ia, neste caso, da história de grupos intelectuais restritos, e em alguns casos da biografia política de uma individualidade singular.” (GRAMSCI, 2000c, p. 87)

Em todo caso, torna-se necessária uma definição sobre a forma com que encaramos esse partido, ou seja, de como o consideramos do ponto de vista de uma organização política moderna passível de ser pesquisada. Nesse sentido, o curioso nos parece que apesar de manter uma perspectiva institucional, quer dizer, de se dispor a participar das “regras do jogo” da política em dado momento e admitir importância e necessidade concreta de uma democracia enquanto sistema político (mesmo tendo vivido mais como organização clandestina, portanto, fora do sistema político oficial), digamos assim, seria um equívoco tratarmos o PCB apenas como um exemplar da tipificação de partido político moderno definida, por exemplo, nos escritos de Schumpeter (1984), para o qual um partido político não teria nada de parecido com o que desejava a doutrina clássica da democracia. Para ele, enquanto esta doutrina clássica defendia o papel de um partido político como “um grupo de homens que pretendem realizar o bem comum em função de algum princípio sobre o qual todos concordem”, o autor propõe reconhecermos a realidade com um modelo de partido como sendo “um grupo cujos membros se propõem agir combinadamente na luta competitiva pelo poder político”. (SHUMPETER, 1984, p. 353)

Também não nos parece tranquila uma análise do PCB e de sua relação com a “questão democrática” se trilharmos em sentido estrito os modelos desenvolvidos por Downs (1999), para quem a natureza do governo democrático é caracterizada pela existência de certas condições objetivas, entre elas, um governo exercido por um partido político único (ou coalizão) escolhido por eleições populares ocorridas periodicamente com participação dos adultos com direito de um voto cada um. Nesse modelo, há sempre dois ou mais partidos competindo pelo controle do aparato de governo. Até aqui poderíamos enquadrar a perspectiva pecebista de participação do sistema político-institucional, porém, o PCB se poria também à meio caminho deste modelo, pois, embora fosse um agrupamento político composto de pessoas que buscavam controlar o aparato governamental, procurando o fazer por meio dos mecanismos disponíveis como as eleições devidamente constituídas, não parece correto reduzir sua política ao referencial de homens que agissem

politicamente “apenas” em busca de poder, renda e prestígio, o que acarretaria interpretá-lo como outros partidos que “formulam políticas a fim de ganhar as eleições, e não ganham as eleições a fim de formular políticas”. (DOWNS, 1999, p. 50).

O “fim” almejado pelo PCB em sua história, pelo menos até os anos 1980, não nos parece ser apenas a conquista de votos que o garantisse nas posições de poder. Havia um elemento “programático” que o conduzia para além do mero pragmatismo eleitoral e de poder. Fosse o dogmatismo do “marxismo de matriz soviética”, fosse o voluntarismo político de pessoas em nome de uma causa, enfim, o fato foi que o partido transpassou os períodos históricos mantendo minimamente um “projeto político” que visava transformações na sociedade em que atuava. Havia, assim, um certo projeto de sociedade a ser defendido, mesmo que em alguns momentos essa orientação se manifestasse de maneira equivocada ou se apresentasse na forma de propostas inviáveis para o momento.

Em termos mais recentes, utilizados no meio acadêmico, o estudo dos partidos políticos poderia ainda nos remeter ao entendimento do PCB como uma organização de “vida institucional”, no caso, referindo-se à tentativa de Panebianco (2005) de explicar a exigência da investigação de sua estrutura de poder para analisarmos a ordem organizativa dos partidos políticos. Por esse ponto de vista, seria preciso admitirmos que no interior dos partidos “o poder é relacional, assimétrico, mas recíproco. Manifesta-se numa ‘negociação desequilibrada’, numa relação de troca desigual, em que um agente ganha mais do que o outro.” (PANEBIANCO, 2005, p.45)

Panebianco entendeu que as relações de troca envolvem incentivos que são distribuídos entre os membros de maneira desigual, porém, atendendo demandas próprias e satisfazendo assim os vários níveis de interesses. Para explicar essa distribuição, reclassificou as maneiras de incentivos e estabeleceu alguns tipos que promoveriam a dinâmica de um partido. Ele chamou de *incentivos de identidade*, aqueles correspondentes aos “incentivos coletivos” como definidos por Olson (1999). Nesta versão, entendeu que os incentivos coletivos estão relacionados aos objetivos oficiais dos partidos. Seriam eles que garantiriam uma espécie de identificação e solidariedade entre os membros a organização. Este nos parece um aspecto relevante na composição e dinâmica do PCB, talvez o tipo de incentivos mais forte até os anos 1980.

Os outros tipos de incentivos seriam: *incentivos seletivos materiais*, uma espécie de subdivisão do modelo olsoniano, reconhecendo um tipo específico de incentivos ligados a algo mais tangível, como compensações monetárias, patrocínios ou serviços de assistência; e *incentivos seletivos de status*, diferentes dos elementos materiais, teriam um caráter mais abstrato, embora representassem um elemento que gera maior poder, ou seja, mais status significaria na maioria das vezes aumento de poder. Estes dois tipos de incentivos aparentam oscilações, com menos ou mais intensidade, no interior do PCB.

Claro que o próprio Panebianco entendeu que as variações eram possíveis, e por isso levou em conta a existência como regra de incentivos coletivos (identidade) e incentivos seletivos (material e de status), colocando-os de modo relacional no seguinte quadro:

- 1) Todo partido deve distribuir, para garantir participação, incentivos dos três tipos caracterizados.
- 2) O sistema dos incentivos, isto é, a particular combinação entre os diferentes tipos de incentivos, varia de partido para partido e geralmente também num mesmo partido com o passar do tempo.
- 3) Todo agente organizativo tende a se beneficiar, mais do que de um único tipo de incentivo, de uma combinação de incentivos coletivos e seletivos. (PANEBIANCO, 2005, p. 49)

No caso dos comunistas brasileiros, temos registros relevantes dessas oscilações produzidos em momentos distintos e por lideranças importantes. Para citarmos, brevemente, pois isso será especificado ao longo do trabalho, poderíamos entender como críticas e denúncias de “excessiva” preocupação dos dirigentes com incentivos “materiais e de status” o conteúdo da *Carta à Comissão Executiva do Partido Comunista Brasileiro*,<sup>28</sup> de dezembro de 1966, escrita por Marighella, apontando o que entedia como um “distanciamento” da base e dos propósitos combinado com um “encastelamento”, típicos nestes casos.

O que torna ineficaz a executiva é a sua falta de mobilidade, é não exercer o comando efetivo e direto do Partido nas empresas fundamentais do país, é não ter atuação direta entre os camponeses. O centro de gravidade do trabalho executivo repousa em fazer reuniões, redigir notas políticas e elaborar informes. [...] A verdade é que a Executiva está ausente no trato com o marxismo-leninismo, não escreve trabalhos teóricos, não generaliza a experiência da revolução, teme a publicação de livros e as idéias neles

<sup>28</sup> O texto de Carlos Marighella pode ser consultado na obra organizada por Cristiane Nova e Jorge Nova: *Carlos Marighella - O Homem por trás do mito*. Editora UNESP, 1999, pp. 536-546

expostas, omite-se diante das questões fundamentais, preferindo a conciliação e o exercício do paternalismo. (MARIGHELA In: NOVA; NOVOA, 1999)

Mais diretas seriam as críticas descritas na *Carta aos Comunistas*,<sup>29</sup> de Prestes, publicada em março de 1980:

Na verdade, a justa preocupação da maioria dos comunistas com a unidade do PCB vem sendo utilizada pela atual direção como um biombo para tentar ocultar a falta de princípios reinante nessa direção, o apego aos cargos e postos, o oportunismo dos que mudam de posição política para atender a interesses pessoais, a tradicional conciliação em torno de formulações genéricas que nada definem e que visam apenas a manutenção do *status quo*, deixando, ao mesmo tempo, as mãos livres para que cada dirigente faça o que bem entenda. (PRESTES in: CARONE, 1982c, p. 322)

Como todo partido político, o PCB não esteve imune a essa situação, fato que precisa ser levado em conta para bem conduzirmos nossa investigação. Mas, insistimos na percepção de uma diferença fundamental em relação aos modelos com os quais a Ciência Política atualmente tende a se basear. Noutras palavras, há o que podemos denominar como uma diferença de *telos*, ou seja, uma diferença essencial em relação ao sentido, aos objetivos e à finalidade do partido, algo que tornou o PCB um objeto de estudo mais complexo e interessante.

Embora participasse e interagisse com atores políticos representados por setores e partido políticos de tipo schumpeteriano, para sermos didáticos, o PCB tenderia mais para um partido político de tipo gramsciano, quer dizer, enquanto aquele visava apenas acomodar interesses dentro de uma ordem, este visava subverter a ordem; enquanto aquele pretendia perpetuar a forma política existente, este pretendia transformá-la ao ponto de reposicionar inclusive o próprio papel do partido político; enquanto aquele era fortemente atraído pelos problemas da “pequena política”, este se atraía para a “grande política”, para utilizarmos uma abordagem do próprio Gramsci:

Grande política (alta política) - pequena política (política do dia-dia, política parlamentar, de corredor de intrigas). A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que

<sup>29</sup> Em Edgard Carone, 1982, este texto aparece com o título *Carta aos Brasileiros*.

se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela preponderância entre as diversas frações de uma mesma classe política. (GRAMSCI, 2000, p. 21)

Essa dimensão do *telos* do PCB não pode ser desconsiderada num estudo sobre seu pensamento político. E, se estamos nos referindo a um partido mais tendente ao tipo gramsciano (ou que pelo menos pretendia ser dessa forma), não podemos abstrair sua disposição revolucionária, ainda que ela fosse manifesta numa perspectiva não insurrecional.

Feitas ressalvas, digamos que o caminho alternativo que propomos e pelo qual nos orientamos será investigarmos menos o partido político “por dentro” e mais o partido político em relação à realidade, ou seja, sobre como a pensou em confronto com essa mesma realidade pensada. Será um esforço para identificarmos e problematizarmos o que o PCB foi capaz de construir e de destruir; de verificarmos como ele se relacionou com as instituições, com as classes sociais, com os grupos de vários tipos que compuseram as condições reais enfrentadas. Em suma, de apurarmos contra quem atuou politicamente? Esteve a favor de quem ou do quê? Como interagiu com o mundo político real à sua volta?

## **1.2 Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista**

Sem nos distanciarmos demais do período prioritário na análise do nosso objeto é preciso lançarmos um olhar mais ao passado para verificarmos que a tradição intelectual dos comunistas brasileiros se formou embasada nas teses da III Internacional ou Internacional Comunista (IC) ou ainda como alguns preferem, *Komintern*.<sup>30</sup> Por mais que sua história tenha demonstrado oscilações mais ou menos distantes desses princípios, é praticamente impossível compreender suas elaborações sem considerar suas origens no programa internacionalista liderado por Lenin como seu embasamento essencial.

---

<sup>30</sup> Komintern (Kommunistische Internationale) era um órgão com sede em Moscou e que entre 1919 e 1943 manteve uma rede de agentes e informantes que supervisionavam as missões dos comunistas internacionalmente e, além disso, financiava os partidos comunistas espalhados por muitos países, inclusive no Brasil.



É possível identificarmos entre pecebistas uma forte influência das principais teses discutidas e aprovadas ao longo dos congressos da IC e publicadas de forma direta nos documentos oficiais ou indireta em textos e reportagens dos líderes soviéticos que se tornaram leitura obrigatória entre os comunistas no Brasil. Pode-se ver que em alguns casos a assimilação dessas ideias foi quase simultânea, automática, como no caso do que se propôs no *VI Congresso da Internacional Comunista* entre 1928 e 1929, quando o movimento comunista internacional começou a se ocupar mais com os países que consideravam “colônias” ou “ex-colônias”, marcados por intensa dependência externa, conforme seu esquema interpretativo qualificava.

Para Michel Zaidán, a influência dessas teses foi claramente assimilada ainda no *III Congresso do PCB* realizado em 1929. Segundo avaliou,

Para os comunistas brasileiros, essas inovações teórico-políticas terão uma tradução muito específica: obreirismo e revolução democrático-burguesa antiimperialista, cujos efeitos na prática seriam a depuração dos intelectuais “pequeno-burgueses” da direção do partido e a sectarização de sua linha política. (ZAIDÁN, 1991, p. 103)

Outro apontamento nesse sentido foi feito por José Antonio Segatto:

Depois de 1933, com a ascensão do nazismo ao poder na Alemanha e do avanço do fascismo no mundo, a *Komintern* é levada a rever sua linha política de considerar as articulações de frentes democráticas como desvios “direitistas”. Já em 1934 começa-se adotar, ainda que timidamente, a política de *Frente Popular* contra o fascismo, incluindo comunistas, socialistas, liberais e outros. No ano seguinte (1935), no VII Congresso da Internacional Comunista, essa tática é definitivamente adotada, passando a se constituir em diretriz dos Partidos Comunistas a nível mundial. Essa tática aplicada no Brasil pelo PCB deu origem, em 1935, à Aliança Nacional Libertadora (ALN). Já em meados de 1934, o PCB havia começado a delinear a nova tática, visando unir todos os que se opunham ao fascismo e ao integralismo. (SEGATTO, 1989, p. 45)

Se, por um lado, a tática “frentista” passou a integrar a agenda dos comunistas brasileiros e não saiu mais dela (o que inclusive adotamos como um dos indicadores que nos mostram a permanência da *concepção politicista* na composição desse “pensamento democrático” que investigamos), não podemos afirmar que ela já estivesse consolidada na forma que se tornaria fundamento desse “pensamento democrático”, uma vez que a perspectiva das lideranças pecebistas naquele momento ainda era sustentada, de modo geral, por uma *concepção*

*insurrecional*. Embora se apresentasse em sua gênese, faltavam-lhe outros pontos importantes que só vão surgir na elaboração da “nova política” na segunda metade dos anos 1950.

Naquele período a relação entre o PCB e a IC era de subordinação daquele a esta, especialmente no momento ao qual Ricardo Antunes chamou de “primeira inflexão” estalinista. Consta que o problema dos países latino-americanos entrou em definitivo na pauta da IC no seu *VI Congresso*, entre 17 de julho e 1 de setembro de 1928, quando foram discutidos relatórios e aprovadas resoluções específicas. O Brasil era concebido como país de tipo colonial ou semi-colonial, distante dos modelos canadense ou australiano e próximo aos modelos chinês ou indiano. Como observou Antunes,

Neste ponto encontrava-se, para a análise presente no VI Congresso da IC, a dimensão decisiva do mundo colonial: este via-se tolhido para buscar um desenvolvimento autônomo e acabava por desempenhar funções de apêndice econômico do mundo imperialista; os produtos dos trabalhos dos assalariados drenavam-se para as burguesias dos países centrais. (ANTUNES, 1995, p. 19)

E, mas adiante, reforçando esse problema crucial na base dos referências de interpretação dos comunistas, apontou que

[...] apesar de conceber essa revolução democrático-burguesa no mundo colonial como "organicamente vinculada à *luta nacional de libertação*", através dela dar-se-ia o rompimento dos laços de subordinação ao imperialismo, realizando a nacionalização das concessões, ferrovias, bancos etc; pretendia-se também obter a unidade nacional onde esta ainda não houvesse sido conquistada, objetivando-se ainda a destruição do poder das classes exploradoras e a organização de conselhos operários e camponeses - os *soviets* - bem como a criação do exército vermelho e a instauração da ditadura do proletariado e do campesinato, com a hegemonia do primeiro. Enfatizava-se também a importância da revolução agrária como forma de libertação do campesinato frente às formas pré-capitalistas, coloniais e escravistas e propugnava ainda a nacionalização dos sub-solos, além da necessidade de ampliar os sindicatos operários e fortalecer os partidos comunistas. Era evidente que, além da contextualidade chinesa e indiana que moldavam a visão colonial para o universo latino-americano, já estava presente no seio da IC um forte *taticismo* marcado pelo "oportunismo de esquerda", onde a tática da luta de *classe contra classe*, concebida para o cenário europeu, transplantava-se sem mediações para o mundo latino-americano. (ANTUNES, 1995, p. 20, grifos do autor)

E, partindo desses apontamentos, Antunes concluiu que

[...] essa *primeira inflexão* stalinista no PCB se fortaleceu nos dois anos seguintes, o que se evidencia na análise que o Partido fez da Revolução de 30. Pouco a pouco a ambiguidade, fruto do confronto entre sua postura anterior e as novas concepções da IC, foi sendo substituída por uma assimilação acrítica dos esquemas vigentes no centro hegemônico do movimento comunista. (ANTUNES, 1995, p. 32, grifos do autor)

Consideradas tais características constitutivas na base das formulações teórico-políticas dos comunistas brasileiros, o fato é que, fragilizados após o fracasso do movimento conhecido como *Intentona Comunista* de 1935 liderada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL)<sup>31</sup> sob comando de Prestes, os comunistas viveram um período de duras perseguições, torturas e mortes. O governo de Getúlio Vargas decretou Estado de Sítio e, depois, Estado de Guerra, tornando o ambiente hostil e perigoso para os comunistas, piorando após o Golpe de 1937, com o qual o governo getulista impôs um regime autoritário que se tornou conhecido historicamente como Estado Novo.

Os registros demonstram que o PCB quase desapareceu nesse período, seja pela repressão externa cada vez mais violenta, seja pelos constantes conflitos internos. Cresceram dentro do partido tendências defendendo a tese de que não era conveniente sua reestruturação naquele momento, pois isso acirraria ainda mais as perseguições; outras teses mais extremas chegavam a pregar a autodissolução da própria organização, posição defendida por grupos que ficaram conhecidos internamente como “liquidacionistas”. Outras alas, entretanto, assumiram o compromisso de reorganização e convergiram para o processo que se intensificou a partir de 1941 com a criação da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) que atraiu outros grupos e se colocou como representante “oficial” dos comunistas. Dessa forma, mesmo em condições adversas, na clandestinidade e sob forte vigilância, num local discreto na região da Serra da Mantiqueira, no Rio de Janeiro, em agosto de 1943 esses comunistas realizaram a *II Conferência Nacional*, que ficou conhecida como a *Conferência da Mantiqueira*, na qual elegeram sua nova direção nacional<sup>32</sup> e definiram a linha política do partido em relação à política

---

<sup>31</sup> A Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi uma organização política e não um partido político. Foi criada em 1935 com propostas nacionalistas e em defesa da reforma agrária e uniu grupos de comunistas, militares, empresários, religiosos e liberais contra o governo de Getúlio Vargas. Surgiu como organização legalizada, mas, foi colocada na ilegalidade em pouco tempo. Em agosto de 1935 liderou um movimento armado para derrubar o governo, mas, o movimento foi contido e desestruturado pelas forças governistas. Esse episódio ficou conhecido como Intentona Comunista.

<sup>32</sup> A composição do Comitê Central eleito na Conferência da Mantiqueira em 1943, bem como os demais comitês eleitos ao longo das décadas até os anos 1980 podem ser consultados no **Anexo 02**.

nacional ainda com forte fidelidade à política soviética e considerando a conjuntura internacional em meio a Segunda Guerra Mundial.

Na celebração de dez anos da *Conferência da Mantiqueira*, a *Problemas – Revista Mensal de Cultura Política*,<sup>33</sup> publicou em 1953 um documento do partido chamado *A significação histórica da Conferência da Mantiqueira*, cujo conteúdo ufanista apontava o evento como fundamental na trajetória do partido.

Colhemos até hoje — velhos e jovens militantes do Partido — os frutos generosos da Conferência da Mantiqueira. Com ela aprendemos que não se pode traçar uma linha política efetivamente de acordo com os interesses de classe do proletariado sem partir do mais conseqüente internacionalismo proletário, da mais intransigente fidelidade à União Soviética, base e brigada-de-choque do movimento revolucionário mundial. Com ela aprendemos a zelar pelo Partido, como se fora o cérebro e o coração do proletariado, a defender o Partido em quaisquer circunstâncias, a dedicar os melhores esforços ao seu fortalecimento orgânico e ideológico, à sua construção como vanguarda consciente e organizada do proletariado, forjador e chefe da frente única democrática e nacional-libertadora, educador e dirigente de massas revolucionárias. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO in: PROBLEMAS, nº 49, set/1953)

Prestes, mesmo ausente, pois estava preso na ocasião, foi eleito Secretário-Geral, cargo máximo na direção partidária, tornando-se o “chefe” do PCB a partir de então. No mesmo documento em homenagem aos dez anos da *Conferência da Mantiqueira* era exatamente assim que o tratavam:

A Conferência prestou homenagem a Stálin, guia dos povos soviéticos e da humanidade progressista na luta contra o nazi-fascismo; ao chefe do Partido e herói do povo brasileiro, Luiz Carlos Prestes, então encarcerado; a Harry Berger (Arthur Ewert; dirigente comunista alemão que se sacrificou pela causa da libertação de nosso povo, e a outras figuras destacadas do movimento revolucionário. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO in: PROBLEMAS, nº 49, set/1953)

---

<sup>33</sup> A *Problemas – Revista Mensal de Cultura Política* foi lançada em agosto de 1947. Na primeira edição, a Apresentação começava reforçando o papel de publicações comunistas e o compromisso com o “marxismo de matriz soviética”, como pode se notar: “Iniciamos com o presente número de PROBLEMAS, a publicação mensal de uma revista de cultura política, tendo por base a divulgação e o debate de artigos e estudos marxistas. Nunca é demais repetir a clássica afirmação, tantas vezes já confirmada pelos fatos, de Lenin, de que sem teoria revolucionária não pode haver tampouco movimento revolucionário. Torna-se indispensável, de fato, em nossa terra, difundir o conhecimento e o debate das idéias marxistas-leninistas como uma contribuição básica para o desenvolvimento da luta de nosso povo, em defesa da democracia, da independência e do progresso de nossa Pátria. O marxismo-leninismo é a teoria de vanguarda do proletariado, a ciência social que conduz a humanidade à democracia e ao progresso, é um método de análise aplicado a todos os conhecimentos humanos, é a cultura em marcha, em seu duplo sentido geral de crítica e criação com a herança de todo o patrimônio cultural do passado, com a aquisição de novos valores e de novas experiências baseadas na atividade prática”. (PROBLEMAS, nº 1, ago/1947)

Outra referência relevante sobre o encontro foi a publicação em agosto de 1953, também como celebração de seus dez anos, de uma edição do jornal *Voz Operária* trazendo um balanço histórico e político do acontecimento. Além de um *Suplemento Especial* celebrando o 50º aniversário do PCUS, o jornal trouxe um texto cuja chamada era: *Há dez anos se reunia a Conferência da Mantiqueira*. Neste, tratavam o evento como um marco na história do partido, evento que lhe dera

[...] uma linha política fundamentalmente justa, rechaçando o liquidacionismo e reorganizando o Partido em bases leninistas, reafirmando a inquebrantável fidelidade do PCB à URSS, ao Partido Comunista da União Soviética e ao grande Stálin. (VOZ OPERÁRIA, nº 222, 15 de agosto de 1953)

Em outro trecho do mesmo texto, um ponto que chamou a atenção foi sua perspectiva de classe, ou melhor, sua crença no protagonismo da classe operária.

No terreno ideológico, além da vigorosa afirmação que fez do internacionalismo proletário, a Conferência concentrou o fogo no combate ao liquidacionismo. Os liquidacionistas, preconizando o abandono do trabalho ilegal e a dissolução do Partido, constituíam uma corrente colocada a serviço dos piores inimigos de nosso povo e do Partido. A Conferência rechaçou energicamente a “teoria” liquidacionista, de que era um dos principais pregadores o renegado Silo Meireles. Mantendo-se fiel aos princípios leninistas de organização do Partido, a Conferência afirmou que as lutas do povo brasileiro só poderiam ser vitoriosas se à sua frente estivesse o partido independente de classe do proletariado – o Partido Comunista do Brasil. (VOZ OPERÁRIA, nº 222, 15 de agosto de 1953)

O fato é que aquele ano de 1943, em plena Segunda Guerra Mundial, ainda reservaria à história o encontro no mês de dezembro entre os “três grandes” países, Estados Unidos, Grã-Bretanha e União Soviética, representados pelos seus dirigentes, respectivamente, Franklin Roosevelt, Winston Churchill e Josef Stálin, que uniram esforços para vencer as forças do “Eixo”, a Alemanha, a Itália e o Japão. Nesse encontro, realizado em Teerã, capital do Irã, a política mundial começava se realinhar e esse realinhamento refletiu e interferiu diretamente nos rumos que os comunistas brasileiros tomaram nos anos que se seguiram, principalmente, o contexto internacional que caracterizou o que ficou conhecido como “guerra fria”.

E, para os comunistas brasileiros, o ano de 1943 vai marcar também seu entendimento aparentemente contraditório de que, apesar das perseguições que sofrera e da avaliação publicamente negativa em relação ao governo, naquele

momento era preciso “colaborar” efetivamente com o presidente Getúlio Vargas de modo incondicional.

O argumento principal utilizado se referia a “nova” postura de Getúlio Vargas adotara face ao contexto internacional da Segunda Guerra Mundial. Sabe-se que até 1942, pelo menos, seu governo manteve relações preferencialmente com os países do “Eixo”, sobretudo a Alemanha. Mas, assediado pelos países da “Aliança” e interessado nas condições e acordos comerciais oferecidos pelos Estados Unidos, principalmente (como no caso concreto do financiamento da construção da Siderúrgica de Volta Redonda), e vivenciando uma crise de relações com os alemães cujo ponto crucial (ou pretexto) para o rompimento seriam os navios brasileiros afundados supostamente por submarinos alemães em 1942, Getúlio Vargas decidiu se distanciar destes e se aproximar das forças das “Aliança”, compostas formalmente desde 1943, como vimos, também pela União Soviética. Logo, os comunistas avaliaram que tinham um “novo” aliado do ponto de vista internacional. O Brasil “entrava” na guerra ao lado da União Soviética, materializando o apoio, por exemplo, com o envio de milhares de soldados que compuseram a chamada Força Expedicionária Brasileira (FEB).

Jacob Gorender, que além de militante comunista foi soldado da FEB, em entrevista para a revista *Teoria e Debate* <sup>34</sup> se referiu aos episódios de maneira sensata, claro que expressando seu ponto de vista, mas esclarecendo pontos importantes para se compreender as condições na quais os comunistas precisavam deliberar, relativizando inclusive a participação de Prestes naquelas decisões, especificamente.

A linha que a CNOP adotava era de união nacional em torno do governo de Getúlio Vargas, na guerra contra o nazi-fascismo e na paz, **o que revelava forte inclinação adesista**. Para que se faça justiça, deve-se esclarecer que isso era decorrência de uma direção sobre a qual Prestes não tinha influência, porque estava preso e impossibilitado de fazer contatos. Os principais responsáveis por essa palavra de ordem de apoio a Getúlio, na guerra e na paz, eram homens que depois se tornaram ultra-esquerdistas, como João Amazonas, Diógenes de Arruda, Maurício Grabois e Pedro Pomar. (GORENDER in: TEORIA & DEBATE, nº 11, 1990, grifo nosso)

---

<sup>34</sup> *Memória: Jacob Gorender - O PCB, a FEB e o marxismo*. Entrevista concedida a Alípio Freire e Paulo de Tarso Venceslau para a Revista Teoria e Debate nº 11, de julho/agosto/setembro de 1990. Disponível também no site da Fundação Perseu Abramo no endereço: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/memoria-jacob-gorender-o-pcb-feb-e-o-marxis>

Nesse mesmo sentido, sugerindo que seria prudente relativizar o papel de Prestes especificamente nessas deliberações de 1943, Leandro Konder observou que os acontecimentos nos anos seguintes iriam “convencê-lo” em apoiá-las.

A evolução da posição política de Vargas em 1944-1945 fortaleceu a linha política adotada na Conferência da Mantiqueira e Prestes, na medida em que ia sendo quebrada sua incomunicabilidade carcerária, apoiou as resoluções tomadas na conferência. (KONDER, 1980, p. 51)

Observações como estas corroboram com nosso entendimento de que a deliberação “aparentemente contraditório” na verdade surgia como resposta às exigências no cenário nacional como “opção” pela política institucional sob uma *concepção politicista* por parte dos comunistas naquele momento, tornando-se historicamente um verdadeiro “traço” fundamental do modo de pensar e agir politicamente dos pecebistas. Também ajudam reconstituir uma posição de disciplina partidária por parte de Prestes que o levaria, muitas vezes, comportar-se, principalmente nos anos 1970, de modo confuso e oscilante entre suas convicções e as resoluções do partido, até ao ponto que suas divergências extrapolaram os limites partidários e se tornaram públicas, culminando com o rompimento entre Prestes e o PCB em 1980, como veremos nos capítulos seguintes.

### **1.3 Os comunistas brasileiros na legalidade (1945-1947)**

Por enquanto, cabe-nos demonstrar que, objetivamente, o “pensamento democrático dos comunistas brasileiros” que nos interessa começou a tomar a forma duradoura e ser divulgado com mais especificidade no âmbito do PCB a partir de 1945. Podemos reconhecer entre os motivos que o produziram desse modo a influência internacional dos desdobramentos com o fim da Segunda Guerra Mundial, vencida pelos países da “Aliança” representada pelos Estados Unidos, França, Inglaterra e a União Soviética e, no aspecto nacional, pelos acontecimentos que marcaram o final do Estado Novo com um clima inspirado em redemocratização no âmbito da política. Essa situação forçava mudanças e cobrava dos sujeitos políticos e, entre eles, dos comunistas, tomadas de posições. Isso se manifestou em formas e

níveis diferentes em cada país, mas, no Brasil, combinou com mudanças institucionais e políticas que permitiram ao PCB “sair das sombras” ao mundo da política nacionalmente reconhecida. Para Brandão,

É apenas a partir de 1945 que o PC pesa na vida política, é então que ele começa a existir como partido político. [...] até 1945 a esquerda conta pouco; e falar em partido é claramente um abuso de linguagem. Entre 1945 e 1947, é mais um movimento do que um partido; a ele adere quase toda a intelectualidade mudancista e disputa, com a União Democrática Nacional, as lideranças das entidades que a reorganização institucional da precária sociedade civil da época havia gerado. Mais do que mero resultante de um projeto "leninista", o PC do período dá forma, canaliza ou enquadra vasto movimento das camadas subalternas urbanas, que então emergem na cena política e retomam a tentativa, derrotada nas precedentes ocasiões, de se autoconstruir como classe. (BRANDÃO, 1988, p. 134)

Na mesma direção, Konder admitiu que só nesse período do imediato pós-guerra os “comunistas puderam vir inteiramente à superfície, se revelaram completamente aos olhos da opinião pública e, além disso, apareceram no cenário da vida política nacional como um partido de massas”. (KONDER, 1980, p. 49)

Em 1945, no Brasil, assim como em muitos países, o clima do pós-guerra era de clamor por certa redemocratização. Havia implícita uma recusa a governos autoritários como o foram o nazista alemão e o fascista italiano, por exemplo, que acabavam de serem derrotados. Essa espécie de “onda” mundial simpática às liberdades democráticas, mesmo que fosse no seu sentido mais “grudado” ao liberalismo, provocou pressões também no meio político e, de certa forma, na sociedade brasileira, pelo menos nos grupos organizados.

Com isso, naquele ano, sob pressão internacional, o governo de Getúlio Vargas anistiou presos políticos, entre eles, Prestes; anunciou eleições para o final do ano e reconheceu legalidade ao PCB.

Havia também um clima de otimismo por parte dos comunistas, pois o resultado favorável na Segunda Guerra Mundial colocava a União Soviética como potência vencedora, logo, entendiam que isso também contribuiria para impulsionar o movimento comunista internacional que, naquele momento, alinhava-se às “forças da paz” contra o autoritarismo nazi-fascista. Objetivamente, definia-se um “inimigo” comum, que acabara de ser derrotado, fato que animava os comunistas brasileiros e, ao mesmo tempo, aproximava-os do governo getulista e da ação política pela via institucional.



Nesse ambiente, vale ressaltarmos que algumas forças políticas, entre elas o PCB, apoiaram o chamado movimento “queremista” que assim se chamava em referencia ao slogan “Queremos Vargas” e tinha como objetivo principal defender a convocação de uma Assembleia Constituinte “com Vargas”, procurando conter o que julgavam forças golpistas e forçar a ampliação dos espaços e garantias democráticas.

Essa decidida colaboração com o governo getulista foi significativa e, para nós, um marco daquilo que se manterá presente até os anos 1980. Para alguns pode ser considerado um certo grau de “realismo” político ou pragmatismo; para outros uma espécie de “oportunismo”, principalmente sob argumento de que essa aproximação dos comunistas ao governo funcionava como uma “troca” pura e simplesmente pela obtenção do registro que lhe conferisse legalidade como partido. Seja como for, o período trouxe novas exigências aos comunistas e estes responderam com uma linha política inclinada à legalidade e à institucionalidade, sobretudo pela defesa de processos Constituintes e de eleições, nas quais se propunham participar efetivamente, como o fizeram. Também foi marcante sua proposta de frente ampla, pluriclassista e pluripartidária, em que as alianças poderiam se dar com o que consideravam forças progressistas e democráticas, mesmo entre a burguesia nacional.

Alguns críticos mais à esquerda desse posicionamento à época e outros críticos mais recentes que o investigaram e se dedicaram compreender essa ação e reação aos acontecimentos apresentaram visões distintas do otimismo que se percebia entre os comunistas naquele momento. Classificando-a como uma “viragem à direita”, o que para nós não interessa discutir o mérito, mas, apenas tratarmos enquanto processo de mudança na perspectiva política dos comunistas, Antonio Carlos Mazzeo considerou essa “nova linha política” nos seguintes termos:

Essa nova diretriz tinha por norte a política das frentes populares, que punha de lado a tese da classe contra classe, apontando para unidades políticas de caráter pluriclassista dentro de um largo leque, chamado genericamente de “setores democráticos” da sociedade, no qual situava-se a burguesia “nacional”. Esses aspectos eram tidos como fundamentais, dentro da concepção tática para a construção da primeira “etapa” da revolução, cujo caráter seria “nacional democrático-burguês”, momento em que o proletariado não deveria ter a hegemonia política, o que significava também abandonar a antiga linha de independência de classe. (MAZZEO, 1999, p. 71)

Mais uma vez, alguns pontos elencados ajudam reconstituir o contexto que nos interessa. Conceitualmente, o problema que envolvia e envolveu o PCB ao longo de sua trajetória até os anos 1980 e que nos parece significativo foi sua opção decidida e incisiva pela política frentista, encarada quase sempre como proposta de participar com outras forças políticas e sociais da sociedade formando frentes populares, pluriclassistas e pluripartidárias cujo critério de participação foi sempre menos o conteúdo ideológico e mais a pauta pragmática que o momento exigia.

Pela ótica que analisamos, esse posicionamento creditando capacidade na política frentista nesse momento assumiu a forma definitiva e combinada com a decisão de participar do sistema político, de defender a Constituição e as eleições, tornando-se a tática concebida para tentar superar obstáculos e conquistar progressivamente espaços na composição de forças na sociedade, mudando apenas o modo como essa prática era interpretada e proposta. Um dos pontos principais que gerou conflitos e discussões ao longo desse caminho foi, basicamente, se o “proletariado”, num primeiro momento, ou se a “esquerda” no período mais recente, teria ou não função de liderar o processo. Se haveria ou não necessidade desse protagonismo histórico para que a ação fosse eficiente. Mas, a escolha da tática frentista permaneceu.

Em termos gramscianos, a discussão foi se o proletariado ou classes subalternas deveriam abrir mão da “direção”, da busca de hegemonia, da liderança do movimento em relação a seu significado histórico e político dentro de um projeto que visasse o socialismo. Para os críticos, essa linha política adotada significava considerar que a revolução socialista no Brasil não exigia o condicionamento, pelo menos na “etapa” de conquista de condições de liberdades e garantias democráticas sob uma perspectiva baseada no programa “nacional democrático-burguês”, de que o proletariado “conduzisse” o processo.

Essa postura não era novidade entre os comunistas no contexto mundial. Não faltaram seguidores nem intérpretes dos documentos que marcaram o *VII Congresso da Internacional Comunista*, realizado em 1935, para demonstrarem que os comunistas poderiam e deveriam agir assim sem confrontar ou ferir fundamentalmente os ideais do movimento comunista internacional.

Neste referido congresso, recuperou-se teses do *III Congresso* em 1921, reforçando a política de “Frente Única” como tática mais adequada para enfrentar os desafios que se apresentavam aos comunistas à época, tal como o fenômeno de

ascensão e fortalecimento do fascismo italiano e do nazismo alemão. Mais que isso, na ocasião foi ampliava a noção das “frentes”, flexibilizando ainda mais a participação, digamos assim, dos grupos, forças ou classes, dependendo do contexto. No seu famoso informe, Georg Dimitrov, então dirigente da IC, demonstrou o entendimento de que esses fenômenos autoritários representavam uma contra-revolução e propunha aos partidos comunistas a formação de frentes populares “antifascistas” atraindo outros grupos pelo critério de alinhamento a este posicionamento, mesmo que ideológica e politicamente pertencessem a campos muito diferentes, inclusive aqueles historicamente mais próximos da influência dos grupos tradicionais e burgueses.

No Brasil, isso desenvolveu o sentido de procurar entre a burguesia brasileira os setores chamados de progressistas que por circunstâncias peculiares os levassem a se opor aos governos ou aos modelos de governos em dado momento. Curiosamente, nos anos 1980, esse foi um ponto que gerou divergências entre os grupos dentro do partido, principalmente no episódio de rompimento entre Prestes e o PCB, como veremos mais adiante. Mas, naquele momento, em pleno pós-guerra, as diretrizes apontavam para a “colaboração” com o governo e para uma política frentista ampla e flexível.

O movimento de tentativa de “sair das sombras” que o PCB se impõe vai ser reforçado e de certo modo traduzido pela conquista da legalidade partidária em 1945. Um meio de divulgação dessa política foi o jornal *Tribuna Popular*<sup>35</sup> lançado

---

<sup>35</sup> Conforme o verbete no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV* (disponível no endereço: cpdoc.fgv.br), a *Tribuna Popular* era um jornal “carioca diário, criado em 22 de maio de 1945 e fechado em dezembro de 1947, vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Com a decretação da anistia por Getúlio Vargas, em abril de 1945, e a legalização do Partido Comunista nesse mesmo ano, os antigos militantes comunistas puderam voltar a atuar. Surgiu assim a necessidade de um órgão de imprensa que servisse de instrumento para ampliar a ação do partido. Dentro desse quadro, ocorreu a fundação da *Tribuna Popular*. Segundo Paulo Mota Lima, embora tivesse vinculações com o PCB, o novo jornal não era seu órgão oficial, pretendendo, antes, ser um jornal de massa. Da direção coletiva da *Tribuna Popular* faziam parte Pedro Mota Lima, Álvaro Moreira, Aidano do Couto Ferraz, Dalcídio Jurandir e Carlos Drummond de Andrade. A equipe do jornal era integrada tanto por comunistas como por não-comunistas. Além de participar de campanhas em que se envolveu toda a imprensa do país, a *Tribuna Popular* caracterizou-se pela defesa constante do trabalhador em sua luta contra os empregadores, posição essa que lhe valeu grande popularidade. Logo nos primeiros meses de vida, o jornal manteve uma periodicidade diária, chegando a atingir, segundo Aidano do Couto Ferraz, uma tiragem de 123 mil exemplares. Por outro lado, a abertura política trazida com o fim do Estado Novo apresentava muitas limitações. Ainda no ano de 1945, a redação da *Tribuna Popular* foi invadida e depredada, passando o jornal a sofrer perseguições permanentes e a ter sua existência constantemente ameaçada. [...] O fechamento do regime, que resultou na cassação, em 7 de maio de 1947, do registro do PCB, e, em janeiro de 1948, do mandato de seus representantes, tornava cada vez mais difícil a existência do jornal, que por sua

em maio de 1945 e que se apresentava comprometido com a defesa de avanços no setor produtivo e de melhora nas condições dos trabalhadores. O TP admitia como condição essencial ao país o processo de democratização, inclusive trazendo na sua capa as expressões simbólicas de seu conteúdo e da proposta política dos comunistas: “Unidade, Democracia, Progresso”.<sup>36</sup>

Curioso que se tratava de um jornal diário que, apesar do vínculo com o PCB, pretendia atingir o público em geral, era “aberto”, digamos, abordando junto com as questões políticas e ideológicas também os temas gerais como um jornal de tipo “burguês”, como diziam: notícias em geral, esporte, cultura, página de classificados, além de terem propagandas convencionais, com empresas privadas anunciantes que atuavam em variados setores.

Na primeira edição, no editorial intitulado *O jornal que o povo espera*, afirmavam as conquistas dependeriam “imediatamente de uma saída democrática, pacífica e unitária, para a atual crise política”. (TRIBUNA POPULAR, nº 1, 22/05/1945)

Interessante que naquela ocasião Prestes estava retornando à atividade política pública, procurando repercutir sua mensagem aos comunistas e à população em geral ao máximo possível. Em 23 de maio, por exemplo, realizou um grande comício no Rio de Janeiro com pretensões de apontar a solução ao país falando na condição de grande liderança nacional. No dia seguinte o *Tribuna Popular* estampou na capa a manchete: *Prestes condena o golpismo e a violência*. O jornal transcreveu o discurso que, entre outros pontos, apresentava os comunistas como “o esteio máximo da ordem e da lei” e defendia a “união nacional” que, na prática, significava se unir em apoio ao governo de Vargas como solução para os “dilemas” que enfrentavam.

A união nacional é possível. Existem em nossa terra todas as condições objetivas para sua realização. Unamo-nos pois! A desordem e a desunião só interessam ao fascismo, aos remanescentes da quinta coluna no país e aos agentes do capital estrangeiro mais reacionário, aos agentes do isolacionismo americano e do muniquismo inglês, inimigos todos da democracia e do nosso povo. **A união ou o caos; a democracia ou a desordem; o desenvolvimento pacífico ou a guerra civil — são os dilemas que defrontamos.** Nós, comunistas, não vacilamos. Já escolhemos há muito o nosso caminho — união, democracia,

---

vez combatia as investidas repressoras do governo. Essa situação conduziu finalmente à sua suspensão, ocorrida no mês de dezembro de 1947.

<sup>36</sup> O **Anexo 03** reproduz a capa do jornal *Tribuna Popular*, na qual se nota as palavras-síntese “Unidade, Democracia, Progresso”.

desenvolvimento pacífico — é o melhor caminho, é o que indicamos ao nosso povo. (TRIBUNA POPULAR, nº 3, 24/05/1945)

O ano de 1945 ainda reservaria à história do país a deposição de Vargas em outubro por meio de um golpe com apoio militar; uma candidatura “oficial” do general Eurico Gaspar Dutra pelo PSD com tímido apoio de Vargas, mas vencedora; e ainda eleições em dezembro que, para os comunistas, significaram um “salto” político-eleitoral importante elegendo Prestes senador e mais 14 deputados federais. Vale lembrarmos que disputavam a presidência o Brigadeiro Eduardo Gomes pela UDN e Yedo Fiúza pelo PCB.

A *Constituição Federal* promulgada em 1946 garantiu condições para que o PCB não apenas continuasse a ser reconhecido legalmente, mas permitiu formalmente aberturas em vários setores. Porém, o texto da lei não correspondia ao modo de agir político do governo e em pouco tempo os comunistas, ou parte deles, percebeu o caráter autoritário que o governo Dutra impunha gradativamente. Em todo caso, o partido se organizou para as eleições de janeiro de 1947 e conseguiu desempenho razoável.

### 1.3.1 A *dupla lealdade*: entre o marxismo “soviético” e o “brasileiro”

Esse período do pós-guerra significou aos comunistas brasileiros uma exigência conjuntural que referenciamos como *dupla lealdade*. Como se nota, os esforços dos comunistas de pensar o Brasil com parâmetros e premissas muitas vezes absorvidas direta ou indiretamente da política externa soviética em meio ao tensionamento cada vez mais acentuado entre as superpotências no contexto da “guerra fria” vai se tornar uma característica fundamental.

O sentido com o qual isso tratamos esse fenômeno neste trabalho pode ser referenciado, conforme anunciamos, no fato de não ser possível pensar os movimentos comunistas ou outros movimentos ligados aos problemas das classes subalternas, ou como diziam na época, classe operária ou proletariado, a partir de 1945 até pelo menos o final dos anos 1980 sem considerarmos o papel de influência ideológica, difusão teórica e envolvimento prático no campo da ação política desses

movimentos exercido pela União Soviética. Desde que se tornou símbolo e referencial revolucionário de inspiração marxista no mundo, seja de maneira pretensamente organizada como no âmbito da Internacional Comunista a partir de 1919, seja como projeto mais escancarado de poder mundial a partir da ascensão de Stalin em 1943, a União Soviética monopolizou e definiu os padrões de pensamento e modo de agir dos comunistas pelo mundo e, obviamente, no Brasil. Conforme Eric Hobsbawm,

[...] o marxismo, restaurado por Outubro como ideologia da mudança revolucionária, significava o marxismo do Instituto Marx-Engels-Lenin de Moscou, que era agora o centro global para disseminação dos grandes textos clássicos. Ninguém mais à vista se oferecia para interpretar o mundo e muda-lo, nem parecia melhor capacitado para fazer isso. Assim ia continuar até depois de 1956, quando a desintegração da ortodoxia marxista na URSS e do movimento comunista internacional centrado em Moscou trouxe pensadores, tradições e organizações marginalizados da heterodoxia esquerdista para a esfera pública. (HOBSBAWM, 2001, pp. 80-81 )

Assim, mesmo que não representassem uma transposição mecânica e acrítica das diretrizes do marxismo soviético, as elaborações dos comunistas brasileiros nelas se embasavam, partiam delas, e para elas muitas vezes voltavam quando o momento parecia esgotar seu repertório político.

Apesar de terminarem a Segunda Guerra Mundial juntos, compondo o grupo dos vencedores, Estados Unidos e URSS aos poucos foram se distanciando e demarcando suas áreas de interesse econômico e os limites de seu horizonte de influência política e ideológica.

Como é bastante registrado, o então primeiro-ministro britânico Winston Churchill utilizou a expressão "cortina de ferro" em discurso em Fulton, Missouri, nos Estados Unidos, em 5 de Março de 1946, para descrever como a União Soviética estava "dividindo" os países, polarizando contra os demais até então aliados. Nessa nova configuração que vai culminar nos anos da chamada "guerra fria", os comunistas em geral, e os comunistas brasileiros especificamente, eram como que "obrigados" a se alinharem ao campo de influência soviética. O que já era visível desde sua fundação em 1922, seu pensamento baseado num certo "marxismo soviético", agora se tornava uma exigência em termos até beligerantes, no limite.

Podemos tratar desse compromisso, desse vínculo entre o pensamento e a ação dos comunistas brasileiros com a União Soviética, em termos de "dupla

lealdade”, um importante conceito desenvolvido pelo historiador italiano Franco De Felice<sup>37</sup> e retomado nos últimos anos por Giuseppe Vacca.<sup>38</sup> O conceito de *doppia lealdade* resultou da análise da situação histórica e política da Itália no pós-guerra como característica de tensionamentos que compuseram o processo de institucionalização da nova condição republicana no lugar do fascismo. Inspirado na linguagem militar, remetia a processos envolvendo situações antagônicas ou dualidades próprias de fenômenos, no caso, políticos.

Tratando do papel do Partido Comunista Italiano (PCI) naquele contexto, Franco De Felice percebeu que uma das dificuldades para o partido interpretar devidamente o momento e se engajar de forma mais autêntica estavam relacionadas ao dualismo “nacional-internacional”, precisamente, à tarefa de pensar e responder à realidade italiana com o compromisso mais amplo com a União Soviética, especialmente na fase de acirramento de suas divergências com os Estados Unidos durante a chamada “guerra fria”. No texto intitulado *Doppia lealtà e doppio Stato*,<sup>39</sup> escreveu:

La particolarità italiana è nel fatto che l'intero movimento operaio d'ispirazione socialista è visto come una componente interna della guerra fredda, antagonista non solo sociale e politico ma strategico: tende cioè a mettere in discussione la garanzia internazionale e le scelte militari, politiche ed economiche che la rendevano operativa. Al di là delle proposte e dell'operare concreto, il movimento operaio era visto come un insidia alla doppia lealtà e non era riconducibile ad una dimensione trasformistica. (DE FELICE, 1989, p. 516)

Giuseppe Vacca, considerando que a cultura comunista nos anos da “República” na Itália nas décadas do pós-guerra era fortemente definida pelo PCI, confirma a pertinência do conceito de “doppia lealdade” nesse caso admitindo que,

No caso do PCI, ela gerou uma antinomia que limitou sua legitimação durante o período da sua existência. Enquanto Togliatti viveu, a dificuldade de romper o vínculo do PCI com a União Soviética também derivou do fato de que ele era um dos líderes mais influentes do movimento comunista

<sup>37</sup> Franco De Felice, historiador italiano que se destacou pelas análises e interpretações que desenvolveu sobre o período histórico de reconstrução republicana na Itália com o fim do Regime Fascista.

<sup>38</sup> Giuseppe Vacca é presidente da Fundação Instituto Gramsci, em Roma. Conhecido pelo seu trabalho intelectual no campo da “esquerda democrática” e se destacou como político ligado ao Partido Comunista Italiano (PCI).

<sup>39</sup> DE FELICE, F. **Doppia lealtà e doppio Stato**. Studi Storici, Anno 30, No. 3 (Jul. - Sep., 1989), pp. 493-563. Este texto está disponível na íntegra no JSTOR (Journal Storage), acessando o site: [www.jstor.org](http://www.jstor.org)

internacional. Além disso, correspondia à “dupla lealdade” uma duplicidade constitutiva da própria concepção do finalismo socialista. (VACCA, 2009, p. 47)

No caso brasileiro, ressalvadas suas particularidades, reconhecemos uma situação muito próxima, não em relação à conjuntura nacional e o momento histórico italiano, mas em relação ao compromisso dos comunistas brasileiros com um polo da guerra fria, a União Soviética, enquanto o país caminhava sob liderança de seu governo central para se alinhar cada vez mais com o outro polo, os Estados Unidos.

Também nos parece produtivo analisar no âmbito do pensamento político como essa *dupla lealdade* contribuiu por décadas ao comportamento político oscilante e muitas vezes anacrônico no que concerne ao “finalismo socialista” como descreveu Giuseppe Vacca. De maneira mais clara, entendemos que essa condição não significou uma reprodução adaptada e mecânica de ideias do comunismo soviético no meio comunista no Brasil, mas, significou um de seus traços fundamentais, repercutindo com maior ou menor intensidade ao longo do tempo, mas, sempre presente.

Nesse caso, percebemos uma tendência histórica manifesta no seguinte sentido: nos momentos mais críticos vividos pelos comunistas brasileiros houve uma espécie de “volta às origens” soviéticas para tentar responder aos problemas reais apresentados. Como vimos no decorrer deste capítulo, os comunistas brasileiros fizeram um enorme esforço intelectual e político para encontrar maneiras de pensar o país com critérios ainda “marxistas”.

Como demonstrou Brandão (1988, p. 144), em se tratando do PCB e seu pensamento político, a “influência do ‘marxismo soviético’ suplanta qualquer outra no horizonte intelectual” e, o que é mais importante, em termos de fundamentos do pensamento, “seu marxismo é russo, subsidiariamente francês, embora a influência italiana, desde 1945, possa ser detectada em momentos descontínuos.” E ainda, em outro texto, realçando essa tendência do marxismo “russo”, apontou que

Nascido em 1922 na esteira da Revolução de Outubro, nomeado “destacamento de exército internacional”, fora do Estado, a partir da junção de reduzido número de intelectuais e sindicalistas sem prévia experiência parlamentar e partidária, **e leitor de Lênin e Stálin de preferência a Marx**, o PC é um dos raros partidos nacionais, quase exclusivamente urbano num país de predominância agrária, o único que sobreviveu tanto tempo minimamente organizado, agência que conseguiu dar alguma fundamentação teórica ao vasto movimento nacionalista e democrático que toma corpo a partir de 50. (BRANDÃO, 1997, pp. 23-24, grifo nosso)



Quando olhamos para os anos 1980, por exemplo, entendemos que após o produto teórico do *VII Congresso do PCB* que iniciou no final de 1982, adentrou 1983 e só conseguiu ser publicado como resultado na forma da resolução intitulada *Uma alternativa democrática para a crise brasileira* em 1984, houve uma espécie de tentativa de retorno às origens em alguns aspectos cruciais. Mas, como o conceito de socialismo já era outro, o país era outro, enfim, essa atitude significou uma escolha anacrônica que pode ter sido um dos fatores causadores do “descolamento” definitivo do partido da base real da sociedade, ficando apenas um discurso “fora do lugar” e uma obstinada atuação para obter o registro e voltar à legalidade.

#### **1.4 Os comunistas de volta à ilegalidade e o processo de “desestalinização”**

Os acontecimentos que marcam o início da “guerra fria” repercutiram diretamente também na política adotada pelo presidente Gaspar Dutra que, por alinhamento com os Estados Unidos, e conseqüentemente, opondo-se à União Soviética, iria romper relações formalmente com esta em outubro de 1947. Mas, mesmo antes dessa decisão sobre a política externa, internamente o governo passou para uma ofensiva contra os comunistas, promovendo uma “onda” contrária que iria se abater de maneira decisiva ao ponto de redefinir a trajetória do partido.

Mais que ataques no campo ideológico e político, o PCB sofreria reveses no aspecto institucional, tendo seu registro cassado em 7 de maio de 1947. Conforme consta no longo relatório do Tribunal Superior Eleitoral, sua cassação era baseada na inconstitucionalidade de sua condição enquanto uma “organização internacional orientada pelo comunismo marxista-leninista” da União Soviética, “que, em caso de guerra contra a Rússia, os comunistas ficariam contra o Brasil” e que por ser partido estrangeiro estava “a serviço da Rússia”; além disso, o documento apontava uma segunda denúncia, a de “que, logo após registrado, o partido passou a exercer ação nefasta, insuflando a luta de classes, fomentando greves, procurando criar ambiente de confusão e desordem”.<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> Citações extraídas do “Relatório e voto do Relator” que compõem o processo de cassação do registro partidário definida pela Resolução do TSE nº 1.841, de 7 de maio de 1947. O **Anexo 04** traz

Como ponto crucial de um processo sustentado por um anticomunismo que se explicava pela conjuntura internacional, a cassação do registro desencadeou dentro do partido um movimento hostil e revisionista em relação às condições “democráticas”, chegando ao ponto de certa recusa à “democracia” enquanto sistema político-institucional. Na avaliação de Prestes, num artigo publicado na revista *Princípios* de setembro de 1947, a democracia estava avançando, mas, passou a sofrer o que ele chamou de “contra-ofensiva” autoritária.

Após as grandes vitórias democráticas que foram as eleições de 2 de dezembro de 1945 e de 19 de janeiro de 1947, depois da promulgação da Constituição de 18 de setembro de 1946, avançava consideravelmente a democracia no Brasil, cresciam as forças de nosso partido e aumentava a organização do povo, quando, às vésperas da promulgação das cartas constitucionais estaduais, toma novo vulto a contra-ofensiva da reação, preocupada em servir ao imperialismo, aos planos sinistros de Truman, e ansiosa por barrar a marcha da democracia no Brasil. Após um ano e pouco de governo, de vacilações e de quase inércia na administração, Dutra cede e capitula ao pequeno grupo reacionário que o cerca, determinando a cassação do registro eleitoral do PCB, o fechamento arbitrário de suas sedes, fazendo cessar a atividade da C.T.B., intervindo de maneira arbitrária no movimento sindical, tomando medidas contra o direito de reunião, ameaçando a liberdade de imprensa e todas as liberdades com o projeto monstruoso de "Lei de Seguranças", e pretendendo expulsar das assembléias parlamentares os representantes do povo eleitos sob a legenda do Partido Comunista. (PRESTES in: PRINCÍPIOS, nº 2, 1947)

É o momento, como dissemos anteriormente, do lançamento da *Problemas - Revista Mensal de Cultura Política*, no mês de agosto de 1947. O texto que apresentava a revista era direcionado no mesmo sentido:

Nunca é demais repetir a clássica afirmação, tantas vezes já confirmada pelos fatos, de Lenin, de que sem teoria revolucionária não pode haver tampouco movimento revolucionário. Torna-se indispensável, de fato, em nossa terra, difundir o conhecimento e o debate das idéias marxistas-leninistas como uma contribuição básica para o desenvolvimento da luta de nosso povo, em defesa da democracia, da independência e do progresso de nossa Pátria. O marxismo-leninismo é a teoria de vanguarda do proletariado, a ciência social que conduz a humanidade à democracia e ao progresso, é um método de análise aplicado a todos os conhecimentos humanos, é a cultura em marcha, em seu duplo sentido geral de crítica e criação com a herança de todo o patrimônio cultural do passado, com a aquisição de novos valores e de novas experiências baseadas na atividade prática. (PROBLEMAS, nº 1, ago/1947)

Naquele período boa parte dos textos publicados tinham ligações com o marxismo soviético, seja elo conteúdo ou pelos próprios autores. Por muito tempo textos de Stalin era reproduzidos, no todo ou em parte, na revista *Problemas*. Podemos citar, por exemplo, textos como *O Partido Comunista, Destacamento Organizado da Classe Operária* (nº 2, setembro de 1947), *O Partido Comunista Como Forma Superior de Organização da Classe Operária* (nº 3, outubro de 1947), *O Partido Comunista se Consolida Depurando-se dos Elementos Oportunistas* (nº 4, novembro de 1947), *Resposta ao camarada Ivanov* (nº 5, dezembro de 1947).

Desses textos muitas elaborações se tornavam base do discurso dos comunistas. Em *Vanguarda da Classe Operária*, um recorte de sua obra *Sobre os fundamentos do leninismo*, Stalin escreveu:

O Partido tem que ser, antes de tudo, o destacamento de vanguarda da classe operária. O Partido tem que incorporar em suas fileiras a todos os melhores elementos da classe operária, assimilar sua experiência, seu espírito revolucionário, sua abnegação sem limites pela causa do proletariado. Mas para ser um verdadeiro destacamento de vanguarda, o Partido tem que estar aparelhado com uma teoria revolucionária, com o conhecimento das leis do movimento, com o conhecimento das leis da revolução. Sem isto, não terá forças bastantes para dirigir a luta do proletariado, para conduzi-lo atrás de si. O Partido não pode ser o verdadeiro Partido se se limita a registrar o que vive e o que pensa a massa da classe operária, se marcha a reboque do movimento espontâneo desta, se não sabe vencer a inércia e a indiferença política do movimento espontâneo, se não é capaz de elevar-se acima dos interesses momentâneos do proletariado, se não sabe elevar as massas ao nível dos interesses de classe do proletariado. O Partido tem que marchar à frente da classe operária, tem que ver mais longe que a classe operária, tem que conduzir atrás de si o proletariado e não marchar a reboque da espontaneidade. (STALIN in: PROBLEMAS, nº 1, ago/1947)

Mas, sem dúvida, uma reflexão interessante foi feita por Prestes a partir dos conceitos estalinistas. Num texto publicado em dezembro de 1949, intitulado *O Camarada Stálin e a Luta Emancipadora dos Povos Nacionalmente Oprimidos* escreveu:

Como se vê, em ambos os desvios, o conteúdo no fundamental é o mesmo, ambos traduzem o abandono da luta pela hegemonia do proletariado, que, como ensina o camarada Stálin, é a tarefa básica dos Partidos Comunistas nos países coloniais e dependentes. Sem esta luta, sem que se consiga arrancar as massas populares da influência burguesa e nacional-reformista, o objetivo fundamental, quer dizer, a hegemonia do proletariado, não pode ser alcançado. (PRESTES in: PROBLEMAS, nº 23, dez/1949)

O texto do qual se referia era *O marxismo e o problema nacional e colonial*,<sup>41</sup> em que Stálin escreveu:

O primeiro desvio consiste no menosprezo das possibilidades revolucionárias do movimento de emancipação e na superestimação da idéia de uma frente nacional, que o abranja inteiramente, nas colônias e nos países dependentes, seja qual for a situação e o grau de desenvolvimento de tais países. É um desvio de direita, que ameaça enfraquecer o movimento revolucionário e dispersar os elementos comunistas no coro geral dos nacionalistas burgueses. A luta decidida contra esse desvio é dever imediato da Universidade dos Povos do Oriente.

O segundo desvio consiste em superestimar as possibilidades revolucionárias do movimento de emancipação e em menosprezar a aliança da classe operária com a burguesia revolucionária, contra o imperialismo. Parece que nesse desvio incorrem os comunistas de Java, que há pouco lançaram a palavra de ordem errônea do Poder Soviético em seu país. É um desvio de esquerda, que ameaça isolar das massas o Partido Comunista e convertê-lo em seita. A luta decidida contra esse desvio é condição indispensável na educação de quadros autenticamente revolucionários para os países coloniais e dependentes do Oriente. (STALIN, 1946, p. 278)

Um tipo de sentimento reativo à volta da condição de ilegalidade provocou discussões e conflitos no âmbito do partido levando a tensionamentos por uma espécie de “retorno” para uma condição na qual as concepções sobre a democracia eram “negativas” e havia predominância de uma postura mais “esquerdista” que culminava na concepção de que a política governamental representativa estaria sempre à serviço do imperialismo e dos latifundiários, teses que marcaram a *Declaração de Janeiro de 1948* (publicada com o título *Como enfrentar os problemas da revolução agrária e antiimperialista*, na revista *Problemas*, nº 9, abril de 1948).

Não apenas do ponto de vista político, mas, fortemente no âmbito de seu pensamento político, ou melhor, na formação de sua base conceitual de interpretação da realidade, o PCB por muito tempo esteve sob influência decisiva do chamado *estalinismo*. Precisamente, por *estalinismo* estamos considerando a leitura de Georg Lukács que o tratou mais como método caracterizado pela simplificação e esquematismo.

Começo por uma questão de método, aparentemente muito abstrata: a tendência staliniana é sempre a de abolir, quanto possível, todas as mediações, a de instituir uma conexão imediata entre os fatos mais crus e as posições teóricas mais gerais. Precisamente aqui aparece claramente o contraste entre Lênin e Stálin. Lênin distinguia com clareza entre a teoria, a estratégia e a tática, estudando-as sempre com o maior cuidado e levando

---

<sup>41</sup> STALIN, J. *O Marxismo e o Problema Nacional e Colonial*, Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1946, pág. 284

em conta todas as mediações existentes entre elas e que freqüentemente as relacionam de modo muito contraditório. (LUKÁCS, 1977, p. 6)

Noutro momento,

Stálin, que não dispunha da mesma autoridade que Lênin, achou um modo de dar uma justificação imediatamente evidente de todas as suas medidas, apresentando-se como a conseqüência direta e necessária da doutrina marxista-leninista. Para conseguir isso, precisou suprimir todas as mediações e estabelecer ligações imediatas entre a teoria e a prática. Por esta razão, tantas categorias de Lênin desaparecem do horizonte de Stálin. (LUKÁCS, 1977, p. 6)

O que parece ficar claro dessa herança do *estalinismo* foi essa tendência em simplificar e generalizar o particular em função de um esquematismo que chega a ser grosseiro. Ao lembrar do episódio em que Stalin e Trotsky discutiam sobre a situação na China, Lukács nos dá um bom exemplo dessa tendência. Ao mesmo tempo que Trotsky defendia que

Trotsky e seus seguidores defendiam a tese de que, já que na China predominavam relações asiáticas típicas de produção, estudadas teoricamente por Marx, uma revolução democrático-burguesa (correspondente à passagem do feudalismo ao capitalismo na Europa) era supérflua, devendo adotar-se o programa imediato de uma revolução proletária. Stálin compreendeu bem a falsidade e periculosidade política desta posição. Mas, em lugar de refutá-la com uma análise concreta da situação chinesa contemporânea e dos objetivos táticos pela mesma exigidos, deduziu *sic et simpliciter* a partir dos princípios gerais da ciência a estrutura das relações asiáticas de produção e estabeleceu a existência de um feudalismo chinês e asiático em geral. Em seguida, toda a orientalista na União Soviética foi chamada a situar uma formação inexistente (o “feudalismo asiático”) na base de suas pesquisas. (LUKÁCS, 1977, p. 7)

Nesse ambiente conturbado de retorno à ilegalidade o PCB lançaria ainda duas publicações importantes que, apesar dos objetivos específicos de cada uma, tinham em comum a tarefa de colaborar na luta política do partido. Assim, em 1948, para substituir o *Tribuna Popular*, com características muito próximas, lançam o jornal *Imprensa Popular*.<sup>42</sup>

<sup>42</sup> Conforme o verbete no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV* (disponível no endereço: cpdoc.fgv.br), a *Imprensa Popular* era um jornal “carioca diário criado em 1948 e fechado em 1958, vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). [...] Com o fechamento do jornal *Tribuna Popular* em dezembro de 1947 (ano da cassação do registro do PCB), tornou-se necessário criar um novo órgão de imprensa que preenchesse as mesmas funções do primeiro: ou seja, um órgão que funcionasse como um jornal de massa, apresentando formulações mais amplas do que o jornal oficial do partido. Com esse objetivo, no decorrer do ano de 1948, foi fundada a *Imprensa Popular*. O corpo de redatores do novo jornal permaneceu em sua maior parte o mesmo do *Tribuna Popular*. Dele participavam Pedro Mota Lima, Aidano do Couto Ferraz, Dalcídio Jurandir, Paulo Mota Lima, Moacir

No ano seguinte o partido lança o jornal *Voz Operária*,<sup>43</sup> do qual as edições se referiam aos trabalhadores, lutas sindicais sempre com um tom nacionalista e anti-imperialista ferrenho. O jornal que por alguns anos circulou ao mesmo tempo que o tradicional *A Classe Operária*,<sup>44</sup> firmou-se como órgão principal de divulgação e a partir de 1952 foi referência prioritária para os comunistas, por isso, adotamos como fonte privilegiada para tratar deste período na trajetória do PCB. A primeira edição da *Voz Operária*, dirigida por Waldyr Duarte, foi publicada em 19 de fevereiro

---

Werneck de Castro e outros. [...] A orientação seguida pelo Imprensa Popular valeu-lhe constantes perseguições e suspensões, como aconteceu entre os meses de abril e setembro de 1953. Além dos problemas trazidos pelas forças da repressão, o jornal — segundo Aidano do Couto Ferraz — enfrentava também dificuldades internas. A partir de 1955, começaram a surgir divergências entre alguns redatores e a direção do PCB. Um exemplo das restrições impostas ao jornal pela cúpula do partido foi a determinação de que só os membros do comitê central poderiam escrever no rodapé. Essas divergências se aprofundaram em 1956, com a divulgação do Relatório Krushev denunciando o stalinismo. Os chamados “abridistas” reivindicavam a abertura dos debates nas colunas do jornal e dentro do próprio partido, enquanto os “fechadistas” defendiam uma discussão com limites definidos. O desfecho desse conflito resultou, em 1957, na cisão e na demissão de grande parte da equipe do jornal. Seguiu-se uma fase difícil que culminou com o fechamento do Imprensa Popular no ano seguinte, em consequência da reformulação da linha editorial do PCB”. O **Anexo 05** traz a capa do jornal *Imprensa Popular*.

<sup>43</sup> Conforme o verbete no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV* (disponível no endereço: cpdoc.fgv.br), a *Voz Operária* era um jornal “carioca, inicialmente semanal e depois mensal, fundado em fevereiro de 1949 pelo Partido Comunista Brasileiro então Partido Comunista do Brasil (PCB). Circulou regularmente até fevereiro de 1959, quando foi fechado por iniciativa do próprio PCB. Voltou a circular, na clandestinidade, entre 1964 e 1975 e, de então até agosto de 1979, foi editado no exterior. Teve alguns números editados clandestinamente durante o ano de 1980 [...] Em 1959, dentro de um processo de reformulação de sua política editorial, o PCB decidiu fechar a *Voz Operária* e fundar um novo jornal, que recebeu o título de *Novos Rumos*. Com o movimento militar de 1964 e o consequente fechamento de *Novos Rumos*, o PCB fez ressurgir a *Voz Operária* como seu órgão oficial, editado agora clandestinamente e em condições precárias. O jornal passou a ser mensal e mimeografado. [...] Em dezembro de 1974, com a invasão pela polícia das gráficas do PCB no Rio e em São Paulo e com a prisão de toda a equipe do jornal, tendo à frente o ex-deputado federal Marco Antônio Coelho, a *Voz Operária* saiu de circulação. Nesse momento estava sendo preparado o nº 120, comemorativo de dez anos de circulação clandestina. Em 1976, o jornal foi relançado no exterior sob a direção de Armênio Guedes, passando a funcionar como o veículo através do qual eram discutidas as questões que abriram o caminho para a eclosão da chamada luta interna no PCB. [...] Em 1979, com a perspectiva de decretação da anistia e a consequente possibilidade de o PCB vir a agir abertamente, a edição de um jornal clandestino perdeu o sentido. O PCB decidiu então suspender a publicação da *Voz Operária* no mês de setembro, para dar lugar à criação de um novo periódico denominado *Voz da Unidade*, que foi lançado em março de 1980. Com a publicação de uma carta de Prestes ainda em março de 1980 denunciando a falência da direção do PCB e sua consequente destituição do cargo de secretário-geral do partido, a *Voz Operária* voltou a circular clandestinamente, editando alguns números”. O **Anexo 06** traz a capa do jornal *Voz Operária* em sua primeira edição.

<sup>44</sup> Conforme o verbete no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV* (disponível no endereço: cpdoc.fgv.br), *A Classe Operária* era um jornal “carioca, inicialmente semanal, fundado em 1925 pelo Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB). Circulou com interrupções como seu órgão oficial até 1952, quando foi fechado pelo próprio PCB. A partir de 1962, quando da fundação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), voltou a circular como órgão oficial do novo partido, atuando de forma clandestina até os dias de hoje”. O **Anexo 07** traz uma capa do jornal *A Classe Operária*.

de 1949, no Rio de Janeiro. Celebrando o 101º aniversário do Manifesto Comunista, de Marx e Engels, trazia um artigo de Jacob Gorender que ilustrava o pensamento do momento. Intitulado *Um século de degeneração do falso socialismo*, começava de modo incisivo:

Socialismo não existe mais do que um. É o que está nas páginas do “Manifesto” de Marx e Engels e na vida real da União Soviética. Entretanto, quantas variedades “socialistas” pode o comprador desavisado adquirir no mercado do reformismo e da traição à classe operária! (GORENDER in: VOZ OPERÁRIA, nº 1, 19 de fevereiro de 1949)

Referindo-se ao que chama de “falso socialismo”, concluiu que no Brasil o proletariado saberia distingui-lo do “verdadeiro”:

Mas o proletariado brasileiro, que possui consciência de classe, não pode vêr nessas caricaturas senão motivo para gargalhada. A sua bandeira de luta é outra. É a bandeira de Marx, Engels, Lênin e Stalin, que, no Brasil, vem sendo gloriosamente empunhada pelo Partido de Luiz Carlos Prestes! (GORENDER in: VOZ OPERÁRIA, nº 1, 19 de fevereiro de 1949)

Naquele ano seriam realizadas eleições em 64 municípios recém-criados no Estado de São Paulo, e numa matéria assinada por Armando Mazzo, intitulada *Participemos das Eleições*, era defendido que

Para os comunistas estas eleições serão mais um instrumento de luta contra a Lei de Segurança, por aumento de salários, pelo pagamento imediato da folga remunerada, contra o imposto sindical, pela baixa do arrendamento da terra, por crédito fácil e barato, contra o despejo e tantas outras reivindicações das massas trabalhadoras da cidade e do campo. (MAZZO in: VOZ OPERÁRIA, nº 1, 19 de fevereiro de 1949)

Um marco da linha política naquele momento foi o texto que ficou conhecido como o *Manifesto de Agosto de 1950*, no qual Prestes descreveu o que entendia serem os problemas mais graves do país sob um governo de “traição nacional” e que se dirigia a uma “guerra iminente”. O texto foi publicado na revista *Problemas* daquele mês com um conteúdo forte e dogmático, com avaliações contundentes como a que segue, interpretando o momento como na iminência de uma guerra:

É a preparação para a guerra que se intensifica no país. À medida que crescem no mundo inteiro as forças da democracia e do socialismo, que a União Soviética, cada vez mais poderosa, amplia seu prestígio mundial, que os povos da Ásia com o grande povo chinês à frente libertam-se do jugo imperialista, que os partidários da paz organizam-se em todo o mundo e

unem suas forças, que cresce o movimento operário e a influência do Partido Comunista, as forças do imperialismo do mundo capitalista minado por contradições cada vez maiores desesperam, tornam-se mais agressivas, preparam-se abertamente para a guerra, cujo desfecho querem precipitar e exercem pressão cada dia maior sobre os governos dos países dominados, dos quais exigem submissão e obediência crescentes. (PROBLEMAS, nº 29, ago/set, 1950)

Como propostas, o rumo não era menos dogmático. Em face da condição econômica dependente do imperialismo norte-americano e de uma burguesia que traía os princípios nacionalistas, propunha confiscar empresas.

Precisamos libertar o país do jugo imperialista e por abaixo a ditadura de latifundiários e grandes capitalistas, substituir o governo da traição, da guerra e do terror contra o povo pelo governo efetivamente democrático e popular. Para isso, é indispensável liquidar as bases econômicas da reação, o que significa a confiscação das empresas imperialistas e dos grandes monopólios estrangeiros e nacionais, a nacionalização dos bancos, dos serviços públicos, das minas, das quedas d'água, e, igualmente, a confiscação das grandes propriedades latifundiárias que devem passar gratuitamente para as mãos dos que nelas vivem e trabalham. (PROBLEMAS, nº 29, ago/set, 1950)

Investe duramente sobre o comportamento conivente das Forças Armadas e propõe formar um Exército Popular de Libertação Nacional combinando com a

Expulsão das forças armadas de todos os fascistas e agentes do imperialismo e imediata reintegração em suas fileiras dos militares delas afastados por motivo de sua atividade democrática e revolucionária. Livre acesso das praças de pré ao oficialato e suas respectivas corporações. Armamento geral do povo e reorganização democrática das forças armadas na luta pela libertação nacional e para a defesa da nação contra os ataques do imperialismo e de seus agentes no país. (PROBLEMAS, nº 29, ago/set, 1950)

Defendeu a organização de uma “Frente Democrática de Libertação Nacional” e outras ações que entende necessárias para o povo “substituir” o governo traidor e assumir seu comando, deixando claro que é o “caminho revolucionário” que apresenta como solução.

Para realizar esta tarefa histórica, saibamos organizar e unir nossas forças em ampla FRENTE DEMOCRÁTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL, organização de luta e de ação em defesa do povo, com raízes nas fábricas e nas fazendas, nas escolas e repartições pública nos quartéis e nos navios, em todos os locais de trabalho, enfim, no bairros das grandes cidades e nas aldeias e povoados. (PROBLEMAS, nº 29, ago/set, 1950)



Era, mais uma vez, entre outros fatores, a influência das disputas internas entre comunistas soviéticos e sua política externa o que, fortemente, refletia também em suas resoluções. Como assinalamos, evidenciava-se a questão da “dupla lealdade”. Segundo Ribeiro de Lire<sup>45</sup>,

A perspectiva era então, nitidamente a da iminência da "guerra imperialista" dirigida contra a União Soviética, e de transformação deste conflito em guerra de libertação nacional e em revolução, pelas forças comunistas de todo o mundo. (RIBEIRO DE LIRE, 1954, p. 129)

Conforme os indicadores selecionados, nos anos 1980, os comunistas brasileiros refletiram sobre esse posicionamento marcante nos primeiros anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial, de tal maneira que foi possível entender de antemão a tentativa de se distanciar desse dogmatismo e, de certa forma, dessa influencia determinante da política soviética política interna, deixando claro o quê dessa tradição desejavam superar ou recusar.

Por exemplo, o artigo *Há trinta anos, agosto começou muito mal* que Mauro Malin publicou no jornal *Voz da Unidade* (MALIN in: VOZ DA UNIDADE, nº 22 / de 29/8 a 4/9 de 1980) tratando o conteúdo do *Manifesto de Agosto de 1950* como “expressão concentrada da política dogmática, sectária e irresponsável adotada pelos comunistas nos últimos anos da década de 1940 e na primeira metade da década seguinte.” Ele lembrou que este documento se tornou público com um título sugestivo: *Prestes aponta aos brasileiros o caminho da libertação*.

#### 1.4.1 A realização do IV congresso do PCB em 1954

Esse conteúdo “revolucionário” e “esquerdista” ainda permaneceria nos debates e, principalmente, nas resoluções do *IV Congresso do PCB* em 1954. Num documento chamado *Informe de Balanço do Comitê Central do PCB ao IV Congresso do Partido Comunista do Brasil* apresentado por Prestes, encontrava-se,

---

<sup>45</sup> Artigo intitulado *Três etapas do comunismo brasileiro*, publicado sem assinatura em *Cadernos de Nosso tempo*, n. 2, Rio de Janeiro, janeiro-junho de 1954, pp. 123 a 138, depois publicado em *O pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo*, coletânea organizada por Simon Schwartzman para a Editora da UnB, Brasília, 1970

além de uma avaliação de que após a Segunda Guerra Mundial despontaram duas linhas de desenvolvimento sendo, uma “da paz” liderada pela União Soviética e a outra “agressiva”, liderada pelos Estados Unidos, uma apresentação do que seria o “caráter da Revolução” considerando a “etapa” em que se encontrava:

A revolução brasileira em sua etapa atual é, assim, uma revolução democrático popular, de cunho antiimperialista e agrária anifeudal. É uma revolução contra os imperialistas norte-americanos e contra os restos feudais e tem por objetivo derrocar o regime dos latifundiários e grandes capitalistas. Libertando o Brasil do jugo dos imperialistas norte-americanos e dos restos feudais, desloca, simultaneamente, o país do campo da guerra e do imperialismo para o campo da paz, da democracia e do socialismo. (PRESTES in: PROBLEMAS, nº 64, dez, 1954)

Mantendo a visão “etapista” que será a marca da proposta da revolução democrático-burguesa que deveria acontecer “antes” do projeto de implantação do socialismo, que veremos com mais atenção no capítulo seguinte, quando esse aspecto é mais uma vez evidenciado, mas sob uma roupagem de “nova política”, Prestes defende:

Atualmente, temos como objetivo a destruição do regime de exploração e de opressão a serviço dos imperialistas norte-americanos e sua substituição por um novo regime, o regime democrático popular. Tendo em vista as atuais condições econômicas, sociais e políticas do Brasil, não é possível realizar agora no Brasil transformações de caráter socialista. O novo regime não será uma ditadura do proletariado. Mas não será também uma ditadura da burguesia. Graças à atual correlação de forças de classes no mundo e ao papel dirigente da classe operária na revolução brasileira, irá ela adiante da revolução democrático burguesa, criará um poder de transição para o desenvolvimento não-capitalista do Brasil. Por sua essência de classe, o regime democrático popular será uma ditadura das forças revolucionárias antifeudais e antiimperialistas, será efetivamente o poder do povo, da maioria esmagadora da nação — operários, camponeses, pequena burguesia e burguesia nacional — sob a direção da classe operária e do seu Partido Comunista. A hegemonia do proletariado é indispensável à vitória da revolução e à instauração do novo regime, cuja força residirá fundamentalmente na aliança operário-camponesa. (PROBLEMAS, nº 64, dez, 1954)

Essas ideias também estariam presentes após as discussões realizadas entre os congressistas, aparecendo no texto de sua *Resolução Política do IV Congresso do PCB de 1954*, publicados na época na *Problemas - Revista Mensal de Cultura Política*, nº 64, dezembro 1954 a fevereiro de 1955.

Para substituir o governo de latifundiários e grandes capitalistas pelo governo democrático de libertação nacional, à aliança de operários e camponeses unir-se-ão os intelectuais, cientistas, escritores, artistas, técnicos, professores, pessoas de todas as profissões liberais, que também sofrem com a atual situação do país e não querem ser escravos dos colonizadores norte-americanos. Unir-se-ão aos operários e camponeses, por idênticos motivos, os empregados no comércio, nos escritórios e nos bancos, os funcionários públicos, as pessoas que trabalham por conta própria, os sacerdotes ligados ao povo, bem como os soldados, marinheiros, cabos, sargentos e oficiais das forças armadas. À aliança de operários e camponeses unir-se-ão os artesãos e os pequenos e médios industriais e comerciantes, que sentem as consequências desastrosas do domínio norte-americano e da política de traição nacional do governo de latifundiários e grandes capitalistas, unir-se-ão ainda parte dos grandes industriais e comerciantes que também sentem a concorrência dos imperialistas norte-americanos e sofrem os efeitos da política, econômica e financeira desse governo. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO in: PROBLEMAS, nº 64, dez/54-jan-55)

#### Em noutro trecho

O Partido Comunista do Brasil considera indispensável unir desde já em todo o país as mais amplas massas populares, pessoas de todas as classes e camadas sociais que desejam lutar pela democracia e pela paz contra a política de guerra, de fome e reação do governo de latifundiários e grandes capitalistas, pela derrubada do atual governo e sua substituição pelo governo democrático de libertação nacional. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO in: PROBLEMAS, nº 64, dez/54-jan-55)

Pensando nos debates mais recentes, aqueles nos anos 1980, um editorial da *Voz da Unidade* de 1981 intitulado *PCB: uma história de lutas pela renovação democrática do país* trazia uma avaliação dos comunistas sobre os acontecimentos destes anos de uma maneira bastante diversa e “crítica”:

Com o fim da Segunda Grande Guerra, emerge para uma vida legal de dois anos, período no qual floresceu como partido de massas ágil, flexível, defensor intransigente das liberdades políticas e da democracia. Com a “Guerra Fria”, é levado ao isolamento, volta já clandestinidade e fecha-se em torno de si mesmo. Enfrenta um confuso e difícil período, no qual vicejam práticas mandonistas em sua direção e impera em seu interior uma visão estreita e sectária. (VOZ DA UNIDADE, nº 50, de 27/03 a 02/04/1981)

Devemos reconhecer que a primeira metade dos anos 1950 presenciaria a morte por suicídio do então presidente da República Getúlio Vargas, em agosto de 1954, motivada entre outros fatores pela pressão de forças opositoras de vários

campos ideológicos e, junto destas, os comunistas. Em relação aos desdobramentos em torno do suicídio do ex-presidente, José Antonio Segatto nos conta que,

Surpreendidos pela situação, os comunistas – que chegaram mesmo a estampar em manchete de seu jornal *Imprensa Popular* a palavra de ordem “Abaixo o governo de traição nacional de Vargas” – foram obrigados a se juntarem nas manifestações populares. Além disso, o PCB – que caracterizava o governo Vargas como entreguista, a serviço do imperialismo norte-americano e que, portanto, precisava ser derrubado – é obrigado a, rapidamente, rever suas análises e postulações políticas, ainda que de forma um tanto tímida. (SEGATTO, 1995, p 34)

O impacto desses acontecimentos forçou os comunistas a reverem sua posição política. Conforme analisa Segatto,

Os comunistas brasileiros, diante deste conjunto de fatos e fatores, teriam suas análises e formulações políticas problematizadas ou mesmo postas em xeque e sua coesa e solidificada doutrina marxista leninista fraturada, ainda que parcialmente. Em função disso, o PCB, ao rever e repensar suas concepções e programa, passará por significativas mudanças e começará a elaborar uma política diversa daquele que o orientava nos anos imediatamente anteriores. Assim, neste período, o PCB inicia um processo de renovação e formulação daquela que ficou conhecida e reconhecida, pelo seu núcleo dirigente, como uma “nova política”. (SEGATTO, 1995, p. 29)

Para Santos (1988, p. 88) a análise dos pronunciamentos do PCB após o suicídio do presidente da República até a vitória de Juscelino Kubitschek nas eleições de 1955 com o apoio dos comunistas demonstram algumas possíveis mudanças ou “mutações”: um envolvimento na movimentação para evitar o golpe reacionário que parecia em marcha; um percepção de que era viável uma “coalização democrática”; a valorização das liberdades democráticas; confiança numa política governamental progressista e democrática.

Mas, algo interessante e que denuncia algumas “lacunas” ou imprecisões entre os conteúdos teóricos e as decisões práticas se mostra no episódio do *IV Congresso do PCB* que acontece no mês de novembro de 1954, ou seja, meses depois do suicídio de Getúlio Vargas. Mesmo impactados, como a bibliografia aqui citada apontou, as resoluções políticas aprovadas durante o *IV Congresso do PCB* mantiveram basicamente o conteúdo “esquerdista”, por exemplo, expresso no *Informe* de Prestes que já mencionamos. No registro do resumo dos trabalhos consta que este documento foi aprovado por unanimidade, apenas direcionando o

foco não mais para o governo de Getúlio Vargas, então morto, e sim para o de Café Filho, que havia assumido após o suicídio por ser o vice-presidente. Dizia o texto:

Após a leitura do Informe de Prestes iniciaram-se os debates. Sucediã-se na tribuna os delegados das mais diversas regiões, todos trazendo a confirmação de que, através do país inteiro, as grandes massas oprimidas e exploradas se erguem para grandes lutas contra o governo de Café Filho, lacaio do imperialismo norte-americano. Os delegados ressaltaram o papel do P.C.B. nessas lutas e mostraram a necessidade de combater os defeitos no trabalho do Partido, a fim de elevar cada vez mais o seu papel de dirigente e organizador das lutas pela paz, pelas liberdades democráticas, pela independência nacional e por um regime democrático popular. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO in: PROBLEMAS, nº 64, dez, 1954)

O que explica em partes essas contradições é que o PCB não era um agrupamento homogêneo, como também não o são outros partidos políticos e, por isso, era comum que alas internas, grupos ou tendências tivessem posicionamentos divergentes. Ao que nos parece, naquele final de 1954 deveria existir vários comunistas, entre os quais dirigentes influentes, que pensavam em rever profundamente o programa partidário, mas, na dinâmica partidária nem sempre os posicionamentos são “fiéis” às convicções, pois existem fatores circunstanciais que praticamente obrigam certas tomadas de decisão desconfortáveis ou até incoerentes em nome da unidade do partido.

É sempre necessário, portanto, considerar que os documentos expressaram em tese a posição do partido, embora no cotidiano movimentações diametralmente contrárias pudessem estar em curso. Foi o que nos aparece ter acontecido.

Mas, além do texto agressivo de Prestes, nosso interesse maior está nos aspectos mais teóricos e estes serão melhor compreendidos quando investigados no documento também resultante do *IV Congresso do PCB* chamado de *Programa do Partido Comunista do Brasil - Bandeira de Luta e da Vitória*, na verdade um “informe” apresentado por Diógenes Arruda, então Secretário do Comitê Central. No tópico *I - Bases e significação do Programa do Partido Comunista do Brasil*, o programa estabelecia a interpretação da realidade naquele momento, definia o perfil da revolução brasileira e, claro, o lugar da “questão democrática”:

Caracteriza a situação econômica e política do Brasil como um país semicolonial e semifeudal; revela a crescente dominação do Brasil pelos monopólios norte-americanos que procuram reduzi-lo à situação de colônia dos Estados Unidos; mostra o caráter despótico do poder dos latifundiários e grandes capitalistas ligados aos imperialistas norte-americanos; expõe as

insuportáveis condições de vida de nosso povo, particularmente dos operários e camponeses. Baseando-se nesta análise da realidade brasileira, o Programa do Partido define a revolução brasileira como uma revolução antiimperialista e agrária antifeudal, determina os objetivos e as tarefas do movimento revolucionário brasileiro, indica a direção, os caminhos e os meios que devem ser seguidos para se conquistar a vitória e formula as transformações democráticas necessárias para o Brasil ingressar no caminho do progresso, da democracia e da independência, que conduzirá à elevação do nível material e cultural da nação e a uma vida livre e feliz para nosso povo. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO in: PROBLEMAS, n° 64, dez, 1954)

Mais adiante, respondendo aos “camaradas” que julgavam modestos demais o objetivos do Programa, afirmavam, também reforçando o etapismo:

As transformações democráticas são as únicas que já se encontram maduras para serem concretizadas no Brasil. Somente a realização efetiva dessas transformações abrirá o caminho para atingirmos as futuras transformações socialistas. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO in: PROBLEMAS, n° 64, dez, 1954)

#### 1.4.2 O impacto do *XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética* (1956)

É comum atribuir aos acontecimentos de fevereiro de 1956 durante o famoso *XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética* (PCUS) quando o então Secretário-Geral do partido, Nikita Krushev, apresentou o “relatório secreto” denunciando crimes de Stalin, o fator impactante entre os comunistas que desencadeou o processo de revisão, o qual também pode ser entendido como processo de “desestalinização” impulsionado na segunda metade da década de 1950. O documento<sup>46</sup> é relativamente conhecido, porém, a leitura atenta do documento revela aspectos nem sempre aprofundados que vão além das críticas ao “culto a personalidade”. Tratava de reconhecer erros estratégicos dos comunistas soviéticos no período sob comando stalinista e sobre o Stalin como pessoa, inclusive no círculo de sua convivência íntima. Entretanto, e isso nem sempre ficou claro, apesar de cobrar mudanças no comportamento e na prática política dos comunistas

---

<sup>46</sup> Há uma versão em português disponível em: O DISCURSO SECRETO DE KHRUSHCHEV NO XX CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA. Rio de Janeiro, Ed. Ipanema, s/ data.

soviéticos, nem o “relatório secreto” e tampouco os resultados programáticos propriamente ditos do *XX Congresso do PCUS* foram capazes de provocar necessariamente um “abandono” radical da linha política tradicional soviética, pois preservavam e procuravam “retomar” certos parâmetros que julgavam terem sido prejudicados com o período estalinista. Pode parecer contraditório, mas não era objetivo rever radicalmente a estratégia política mais ampla, e sim reorganizar o partido e o movimento comunista como um todo a partir de compromissos renovados, sem alterar drasticamente a concepção de marxismo e os pressupostos de leitura da realidade e, claro, “afastar o fantasma” de Stalin que dificultava aos dirigentes o trabalho de imposição de suas diretrizes políticas à base partidária e ao governo soviético.

Apesar disso, assim como em outros países, esse episódio repercutiu entre os comunistas brasileiros de modo perturbador. Segundo a maioria dos registros, no começo, os comunistas chegaram a desconfiar ou negar a veracidade do fato, mas, depois, acabaram reconhecendo que o processo de discussão se tornara inevitável e, a partir disso, desencadeou-se um processo difícil de revisão programática como uma espécie de exigência histórica no momento.

Portanto, parece-nos aceitável que a absorção do impacto do “relatório secreto” de Krushev na ocasião do *XX Congresso do PCUS* tenha tido papel fundamental no desencadeamento de um processo de revisão e reorientação política no PCB, cujo resultado ficou expresso na *Declaração de Março de 1958* e depois foi ratificado na *Resolução Política do V Congresso do PCB* de 1960. Entretanto, não nos parece adequado reduzir apenas a esse fato as causas da chamada “primeira renovação pecebista”, para mantermos a descrição utilizada por Santos (1988), pois isso significaria ignorarmos o contexto nacional que naquele momento vivia o otimismo do governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek e que de certa forma empolgava boa parte dos comunistas brasileiros ao ponto de colaborarem também com esse governo.

Em todo caso, os registros em relação aos debates em torno do “relatório secreto” demonstram que o processo aconteceu entre os comunistas brasileiros de maneira traumática e inusitada.

O jornal *Voz Operária* publicou na época um *Suplemento Especial* contendo a íntegra do *Informe do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética ao XX Congresso do Partido*, assinado por Krushev, então reconhecido como seu

Primeiro Secretário (o documento não era o “relatório secreto” e nem fazia menção a este). A manchete anunciava na capa do jornal que se tratava de um documento essencial que recolocava várias questões importantes ao movimento comunista internacional, pois examinava a situação mundial e apresentava soluções baseadas na “doutrina científica do marxismo-leninismo”, sendo sintetizava nos debates do *XX Congresso do PCUS* que passara a ser chamado de *Congresso dos Construtores do Comunismo*. Segundo o jornal, o documento deveria ser “tratado como uma obra científica, um documento político a ser consultado muitas vezes, pela segura orientação que dá a uma série de problemas essenciais dos dias que vivemos”. (VOZ OPERÁRIA, nº 356, de 10/03/1956, p.1)

Apesar de toda importância atribuída ao texto, como dissemos, em nenhum momento foi citado tanto a existência do “relatório secreto” quanto, principalmente, seu conteúdo. Passaram-se meses até que a cobrança pela militância começasse se tornar mais incisiva ao ponto de forçar, e a palavra é esta, forçar os dirigentes comunistas a encarar e debater os casos denunciados, principalmente, o que consideravam desvios como o “culto à personalidade” pelo qual o período de comando de Stalin se caracterizou.

Embora os jornais “burgueses”, como diziam, tivessem publicado a respeito, muitos dos comunistas brasileiros não admitiam sua existência. Mas, o impacto das revelações já havia provocada reflexões e movimentações no movimento comunista internacional. O próprio *Voz Operária* (nº 358, de 24 de março de 1956) publicou em abril um quadro resumido com as atividades dos partidos comunistas em torno dos estudos e debates dos documentos do *XX Congresso do PCUS*. Anunciava que os partidos na Albânia, Finlândia, Bélgica, Iugoslávia, Alemanha, Tchecoslováquia e França haviam se reunido para discutir seu conteúdo.

Interessante que o assunto até então era tratado de forma indireta. Na edição de 14 de abril de 1956, o *Voz Operária* reproduziu a íntegra de um longo editorial do jornal *Pravda* (28/03/1956) com o título: *Por que o culto à personalidade é alheio ao espírito do marxismo-leninismo?* O texto demonstrava como essa conduta era prejudicial ao movimento comunista, citava que havia se tornado prática com Stalin, mas não tocava diretamente nos denunciados “crimes de Stalin”.

Em setembro veio à público o *Informe de Palmiro Togliatti ao Comitê Central do PCI*, com o título *A luta pelo caminho italiano para o socialismo*, publicado em duas edições do *Voz Operária*. O então Secretário-Geral do PCI apresentou uma



análise das condições políticas e econômicas da época e defendeu que havia um “reviramento tanto na situação internacional quanto no desenvolvimento do movimento operário e do movimento popular” que se orientavam para o socialismo, o que exigiu da União Soviética uma mudança na política e exigia de todos os comunistas uma mudança, principalmente pelo reconhecimento de era possível uma “variedade de caminhos” para o socialismo. (TOGLIATTI in: VOZ OPERÁRIA, nº 383, 15/09/1956)

Entendemos que esse texto foi essencial para apreendermos o sentido e os fundamentos da “onda” de renovação no movimento comunista. E, sobretudo, chama-nos atenção para seu tratamento da “questão democrática” tendo em vista o projeto de desenvolvimento do socialismo, pois, claramente, colocou a democracia como “método” possível de servir aos propósitos comunistas. Reconhecendo as especificidades que cada país, desenvolvido ou não, possuíam como condições objetivas para definirem seu “caminho” para o socialismo, Togliatti concluiu:

Daí a afirmação de que o método democrático, na luta pelo socialismo e no progresso a realizar adquire, atualmente, este relevo que não poderia ter no passado. **Quer dizer que se podem obter resultados determinados e grandes resultados na marcha para o socialismo sem abandonar este método democrático**, seguindo os caminhos diferentes daqueles que foram seguidos e que eram quase obrigatórios no passado, evitando-se as rupturas e as posições rígidas que então foram necessárias. (TOGLIATTI in: VOZ OPERÁRIA, nº 383, 15/09/1956, grifo nosso)

Na edição seguinte da *Voz Operária* as conclusões de Togliatti são ainda mais elucidativas aos nossos propósitos. Ele tocou superficialmente no caso dos “crimes de Stalin”, tratando-os como algo sabido e apenas falando em “corresponsabilidade” dos comunistas italianos em reforçar o culto à personalidade, mas, o momento relevante foi quando advertiu:

Devemos recordar o que dizia Lênin sobre o caráter ilusório da democracia burguesa. Podemos dar fim, atualmente, em parte e mesmo em grande parte, a este caráter ilusório. Quer dizer que podemos criar um terreno verdadeiramente democrático onde possa desenvolver-se vitoriosamente a luta pelo socialismo, como previam os clássicos da marxismo. [...] O engajamento do Partido no terreno democrático é uma premissa, assim como sua decisão de estar sempre mais estreitamente ligado às condições e às tradições do país e de nosso movimento operário é uma premissa indispensável. (TOGLIATTI in: VOZ OPERÁRIA, nº 384, 22/09/1956)

Definitivamente, o debate entre os comunistas brasileiros, no que diz respeito à seu órgão de imprensa, a *Voz Operária*, só começou no mês de outubro, portanto, sete meses depois, e provocado por uma carta enviada por Maurício Pinto Ferreira à redação do jornal criticando a falta de uma discussão aberta sobre o tema, e por meio de um artigo de seu redator à época, João Batista Lima e Silva, o PCB abriu publicamente a discussão que se fazia à miúdo, afirmando que “não se poderia adiar uma discussão que já se iniciou em todas as cabeças”. (SILVA in: VOZ OPERÁRIA, nº 386, 06/10/1956)

Na edição seguinte (VOZ OPERÁRIA, nº 387, 13/10/1956), o jornal trazia uma matéria sobre os debates promovidos pelo Partido Comunista Italiano (PCI) em relação aos documentos do *XX Congresso do PCUS*. Era anunciada como *Ampla e livre debate no Partido Comunista Italiano* e citava que os trabalhos tinham começado há alguns meses e a orientação era já comentado *Informe* de Palmiro Togliatti.

Em outras edições a *Voz Operária* publicou vários artigos de dirigentes e intelectuais de correntes de pensamento diferentes, mas que convergiam para a necessidade de rever a “linha política” do partido.

De modo geral, entendemos que o processo de revisão e elaboração da “nova política”, ou seja, essa disposição em trilhar o caminho da “política” pela tônica do “caminho pacífico para o socialismo”, remodelava o programa partidário sem fugir daquilo que estamos referindo como *concepção politicista*, ao contrário, confirmava-a, fruto de um processo que já vinha sendo desenvolvido mesmo antes do impacto do “relatório secreto” de Krushev.

Por outro lado, tendemos a considerar que em vários aspectos, porém, o chamado processo de “desestalinização” do PCB não foi além da revisão de alguns pontos de seu programa básico, ou seja, a suposta “primeira renovação pecebista”<sup>47</sup> nos anos 1950, como bem apresentou Santos (1988) não teria significado e nem poderia significar, dados seus objetivos, num “rompimento” com a tradição tanto soviética quanto estalinista, ou seja, não se desvinculou e nem iria se desvincular tão cedo do *estalinismo*, mesmo com Stalin estando morto. Isso vai ser marcante ao longo da trajetória do PCB e, principalmente, na virada dos anos 1970 para os anos 1980.

---

<sup>47</sup> Raimundo Santos desenvolve a tese de um processo de revisão programática do PCB com inspiração democrática ao qual ele denomina de “renovação pecebista”.

Contudo, o produto desses episódios, evidentemente somados a outros problemas internos e externos ao partido, resultou na famosa *Declaração de Março de 1958* e ela é considerada como definidora de uma “nova política” pecebista, sendo frequentemente tratada como um dos documentos mais importantes da história dos comunistas. Mas, o que não se discute muito é que uma decisão tida como de fundamental importância no caso do PCB se deu de maneira peculiar, para não dizer, curiosa.

Os acontecimentos que resultaram na sua elaboração, aprovação e divulgação são pouco explorados, mas, relevantes para se compreender a “distância” entre a direção partidária e a base partidária, pelo menos foi essa a nossa impressão. É de se pensar tamanha importância dada ao documento como “divisor de águas” no pensamento da esquerda brasileira como um todo, como muitos o fazem, tendo ele sido elaborado e aprovado em circunstâncias curiosas, sugerindo o quão limitado foi o espaço do tal processo de “renovação” política.

Assinada por Prestes, então Secretário-Geral do PCB, tempos depois foi se confirmar que a elaboração do texto acabou resultando numa espécie de “colcha de retalhos” definida com flexibilidade para acomodar posições divergentes entre os dirigentes. Por exemplo, nota-se a participação efetiva de dirigentes como Jacob Gorender, curiosamente, um dos dissidentes que em 1967 assumiria a luta armada como tática para “derrubar” o Regime Militar instaurado em 1964, organizando o PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

Aproximando mais, essa “flexibilidade” programática se explica e aparece com maior evidência. Em 1957 ficou definido que seria preparado um documento avaliando os acontecimentos em torno do *XX Congresso do PCUS* considerando seus reflexos na situação partidária local. Foi decidido que o trabalho seria coordenado por Giocondo Dias. Segundo consta, participaram do grupo que discutiu e redigiu o documento Mário Alves, Jacob Gorender, Armênio Guedes, Dinarco Reis, Orestes Timbaúba e Alberto Passos Guimarães ao longo do mês de dezembro de 1957 até fevereiro de 1958 reunindo-se no apartamento de Alberto Passos Guimarães em Copacabana, no Rio de Janeiro. Ao que se registra, o Comitê Central como um todo desconhecia esses detalhes das reuniões.<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> Essas histórias estão registradas na revista *Política Democrática*, editada pela Fundação Astrogildo Pereira, sob o título: *Os 50 anos da Declaração de Março*, (bibliografia)

Depois, o Comitê Central foi convocado para deliberar sobre o documento. Na presença de Prestes, inclusive, foi aprovada pela maioria dos presentes, com votos contrários de João Amazonas e Mauricio Grabois e abstenções de Sérgio Holmos e Calil Chade. O documento tido como “divisor de águas” no pensamento e na prática política dos comunistas brasileiros estava aprovado, trazendo à público a “nova política” do PCB.

Esses fatos foram revistos nos anos 1980. Para os comunistas dessa época mais recente a *Declaração de Março de 1958* foi, sem dúvida, o documento síntese da “nova política” que então se formularia e que eles, defenderiam, apesar de algumas reservas. Alguns registros da *Voz da Unidade* sobre o tema são reveladores, chamando atenção para a série de artigos intitulada *Elementos para a história do PCB*, escritos por Milton Freitas e Mauro Malin, nos quais os autores reconhecem significativos avanços do ponto de vista da “questão democrática” no conteúdo do documento, mas, ao mesmo tempo, apontam suas fragilidades, como no caso de sua precária interpretação da realidade.

É o que se nota nos artigos na *Voz da Unidade: Do Manifesto de Agosto à Declaração de Março* (nº 29, de 17 a 23/10/1980); *O impacto do XX Congresso na vida interna do PCB* (nº 30, de 24 a 30/10/1980); *O tortuoso processo de mudança da linha do PCB* (nº 32, de 7 a 13/11/1980); *Em 56, um mês de discussão aberta* (nº 37, de 12 a 18/12/1980); *A nova política de 1958 e suas contradições* (nº 54, de 1 a 7/05/1981), *Nacionalismo e democracia na nova política de 58* (nº 56, 15 a 21/05/1981).

No final da série de artigos naquele período, com o texto *Declaração de Março inaugurou novo estilo de conciliação* (nº 60, de 13 a 20/06/1981), Freitas e Malin afirmaram se tratar de um documento ambíguo, contraditório, que de certo modo atendia e expressava posicionamentos até então divergentes entre os comunistas. Contam ainda o modo como teria sido aprovada, retomando a história que mencionamos acima e revelando outros fatos interessantes que reforçam o entendimento de seu caráter limitado das elaborações e o modo confuso como a tal “nova política” do PCB foi definida. Segundo os autores,

[...] a Declaração resultou de um “golpe”. Havia uma comissão oficialmente designada pelo CC para preparar o documento, integrada, até onde sabemos, por Ivan Ribeiro, Zuleika Alambert e Maurício Grabois. Oficialmente, o texto distribuído aos membros do CC foi o que havia sido preparado por esta comissão. Acontece que, de comum acordo com

Prestes, uma outra equipe preparava o documento que acabou virando a Declaração: entre outros, Dias, Armênio Guedes (que não era do CC, do qual permaneceu afastado 13 anos, de 1954 a 1967), Orestes Timbaúva, Mário Alves e Jacob Gorender.” (FREITAS; MALIN in: VOZ DA UNIDADE, nº 60, 13 a 20 de junho de 1981)

Sem entrarmos nesse mérito, a *Declaração de Março de 1958*, na verdade, o documento cujo nome formal era *Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro*, publicada no jornal *Voz Operária* (nº 459, de 22/03/1958), estabelecia as diretrizes em relação à “questão democrática” que ao longo do tempo seriam debatidas, rechaçadas, retomadas, criticadas, defendidas e assim por diante, até as “disputas” teórico-políticas nos anos 1980. Conhecer melhor o conteúdo deste documento e acompanhar a trajetória do PCB após sua publicação até o limiar do ano 1979, para nós o momento crucial no processo de emergência e descolamento da “questão democrática” ao centro do pensamento político dos comunistas brasileiros, são tarefas que pretendemos realizar no próximo capítulo.

## 2 A DEMOCRACIA PELA “VOZ” OPERÁRIA

O PCB decidiu assumir em 1958 uma “linha política” embasada no que chamamos de *concepção politicista* e desde então procurou se afastar cada vez mais de qualquer prática política embasada na *concepção insurrecional*. Noutras palavras, apesar da perspectiva revolucionária enquanto possibilidade de transformação da sociedade brasileira permanecer como pano de fundo, a tática da revolução perdeu espaço definitivamente no seu programa partidário e os comunistas que não admitiram esse fato também perderam espaço, alguns inclusive se afastando do partido voluntária ou compulsoriamente. É demonstrar este processo de formulação da “linha política” adotada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) a partir de 1958, a qual se tornou predominante até os anos 1980, o objetivo que interessa alcançar neste capítulo.

Partiremos da análise do conteúdo da *Declaração de Março de 1958*, marco teórico-político que representou essa “nova política” dos pecebistas, verificando também seus desdobramentos no período pré-1964, especialmente as expressões do que Gildo Marçal Brandão chamou de “esquerda positiva”; avançaremos no período do pós-1964 caracterizado por uma espécie de “resistência democrática” e chegaremos até o limiar do ano 1979, momento que para nós assumiu características de um momento crucial e decisivo no pensamento político dos comunistas brasileiros cujos efeitos serão percebidos nos anos 1980.

Destacaremos os acontecimentos em 1974, quando o Regime Militar inicia um processo de “distensão política”, ao mesmo tempo em que as forças oposicionistas vão ganhando espaço na luta pelas liberdades democráticas, dando início a uma fase de impulso dessa luta que irá ser fundamental para o processo de aprofundamento da “nova política” do PCB que se baseia numa escolha pelo caminho pacífico e institucional como meio de atingir seus objetivos revolucionários. Essa trajetória entre 1958 e 1974 foi acidentada, confusa, repleta de perdas e ganhos no campo político, fatos que produziram graves conflitos no interior e no entorno do PCB, como por exemplo os cismas na organização, o de 1962 que deu origem ao PCdoB, o de 1967 na crise com Carlos Marighela, além de outros que não se tornaram tão conhecidos, mas, contudo, entendemos que a política baseada

na *concepção politicista* permaneceu como “traço” fundamental da fisionomia intelectual do PCB.

Procuraremos reconstituir este itinerário tortuoso utilizando fontes como os documentos do partido que, de alguma forma, delinearão esse caminho. Dessa forma, as elaborações teórico-políticas que constituem o que estamos chamando de “pensamento democrático dos comunistas brasileiros” (nos respectivos documentos por nós investigados) nos parecem terem sido formuladas decisivamente como “nova política” na *Declaração de Março de 1958* e refletidas no artigo de Luiz Carlos Prestes intitulado *São indispensáveis a Crítica e a Autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma Nova Política*; confirmadas na *Resolução Política do V Congresso de 1960*, quando se afirmaram enquanto “marxismo de matriz comunista” na sua “alma positiva”, reconhecidas como “soluções positivas”, como demonstrou Brandão (1997); depois do Golpe Militar de 1964, essas elaborações passaram a ser questionadas sob a denominação pejorativa de “reformistas”, ao mesmo tempo em que dissidentes do partido, pela *Carta dos Cem de 1961*, por exemplo, e militantes de outros grupos de esquerda tentavam agir pelo caminho do enfrentamento armado repetindo com mais força as palavras de ordem da “derrubada insurrecional” do Regime Militar; mesmo assim, estas elaborações foram confirmadas com dificuldade na *Resolução Política do VI Congresso de 1967* e no *Informe de Balanço do CC ao VI Congresso do PCB de 1967*; depois, foram melhor organizadas *Resolução Política do Comitê Estadual da Guanabara de 1970* e revistas na proposta *Por uma Frente Patriótica contra o Fascismo de 1973*; retomadas com razoável vigor após 1974, período que marcou o início do processo de transição política<sup>49</sup>, assumindo progressiva centralidade em *Resoluções Políticas do PCB* nos anos de 1977, 1978 e 1979, bem como na *Nota da Comissão Executiva do PCB a propósito da Campanha Eleitoral* e na *Declaração do PCB sobre o Movimento Sindical*, ambos de 1978.

Além de mobilizarmos também ampla bibliografia especializada sobre o tema, priorizando, a produção dos autores que admitimos aqui como “intelectuais orgânicos” do partido, manteremos como referenciais privilegiados os registros em

---

<sup>49</sup> Excetos a *Declaração de Janeiro de 1948* e o *Manifesto de Agosto de 1950*, a maior parte dos documentos do PCB utilizados estão também compilados em “PCB: vinte anos de política – 1958-1979 (documentos), São Paulo: LECH, 1980.

publicações vinculadas ao PCB, sobretudo os jornais *Voz Operária*<sup>50</sup> e *Novos Rumos*.

### **2.1 A Declaração de Março de 1958 como marco da “nova política” do PCB**

Em 1980, na apresentação da coletânea de documentos do PCB referentes ao período entre 1958 e 1979, Marco Aurélio Nogueira fez uma análise retrospectiva otimista em relação ao momento de formulação da “nova política” sintetizada na *Declaração de Março de 1958*.

Tendo sua elaboração iniciada nos desdobramentos o XX Congresso do PCUS (195), a nova política representará também os primeiros ajustes de conta do PCB com o stalinismo, com seus dogmas, seu estaticismo, suas concepções instrumentalistas, seu sistema mandonista, seu mecânico centralismo, seus dirigentes arrogantes e auto-suficientes. A Declaração de Março de 1958, neste sentido, representa o início de uma nova fase na vida do Partido, redefinindo a compreensão que os comunistas tinham do movimento democrático e nacionalista, da política de frente única e do papel da democracia na luta pelo socialismo. E é inegável que, a partir dela, o PCB passou a se inserir de forma mais ativa na sociedade brasileira. (NOGUEIRA, 1980, p. IX)

O que nos interessa, no entanto, foi o que ela trouxe de novidades (ou não) em relação ao conteúdo em torno da “questão democrática”. Basicamente, a análise deste documento demonstra uma interpretação fundamentada na admissão de que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil naquele momento enfrentava dois obstáculos históricos, categoricamente, o imperialismo (norte-americano) e o subdesenvolvimento agrário marcado pela existência do latifúndio. Uma interpretação ainda sob forte influência do marxismo divulgado pelos soviéticos. Num dos trechos, encontramos a seguinte colocação:

O Estado brasileiro atualmente representa os interesses dos latifundiários, dos setores de capitalistas ligados ao imperialismo, particularmente ao norte-americano, e também da burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional. Daí surgem compromissos e tipos

<sup>50</sup> A *Voz Operária* lançada em 1949 circulou regularmente até 1959, quando foi substituída pelo jornal *Novos Rumos*, que circula até 1964; depois do Golpe Militar, o PCB retoma a publicação da *Voz Operária* que, nesta segunda fase, circula regularmente até 1975, eventualmente no exílio entre 1975 e 1976, e retorna a regularidade a partir de 1976 sendo publicada no Brasil. Por isso, o longo período analisado neste capítulo nós identificamos simbolicamente pela “democracia pela ‘voz’ operária”.



diversos de compromisso de classe no seio do próprio Estado. (VOZ OPERÁRIA, nº 459, de 22/03/1958)

Entre outros, alguns pontos chamam a nossa atenção. Primeiro, que a interpretação sofre pela superficialidade quando trata de questões complexas como o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Segundo, ainda se baseia em conceitos-chaves do marxismo soviético, como a ideia de “classes”. Terceiro, a interpretação nos parece partir de uma noção determinista e etapista da história, uma visão que considerava a existência quase que “metafísica” de uma linha de desenvolvimento num sentido pré-determinado e, por isso, tornavam-se perceptíveis os “obstáculos” que atravancavam e algumas vezes impediam o transcorrer quase natural do processo.

Foi uma visão aparentemente influenciada, por um lado, pelo positivismo, bastante presente na história brasileira e temos a impressão de ter sido importante referencial nas concepções, principalmente, de Prestes, devido talvez à sua formação militar e sua identificação com o tenentismo pequeno-burguês, marcas que ele acabou levando para dentro do PCB; por outro lado, o problema que aqui estamos chamando em sentido amplo de *dupla lealdade*, pois essas elaborações nos parecem carregadas de significado quando consideradas pelo seus fundamentos no marxismo soviético e pela visão apologética e otimista que se fazia dos êxitos na União Soviética.

Na situação do Brasil, no desenvolvimento de suas forças antiimperialistas e democráticas, influem poderosamente as modificações essenciais verificadas na situação internacional, sobretudo após a segunda guerra mundial. A característica nova e principal de nossa época, o seu conteúdo fundamental, é a transição do capitalismo ao socialismo, iniciada pela Grande Revolução Socialista de Outubro na Rússia. [...] As modificações na arena internacional criam condições mais favoráveis para a luta pelo socialismo, tornam mais variados os caminhos da conquista do poder pela classe operária e as formas de construção da nova sociedade. A possibilidade de uma transição pacífica ao socialismo se tornou real numa série de países. (VOZ OPERÁRIA, nº 459, de 22/03/1958)

Em outro momento encontramos uma ideia fundamental e relativamente “nova” colocada no documento, talvez pouco comentada ou menos comentada do que poderia, que para nossos objetivos se mostrava extremamente significativa. Ao menos conceitualmente, à sua base na perspectiva de democracia pela *concepção politicista* que privilegiava o aspecto da legalidade democrática se somava um conteúdo inovador em certo sentido, nem tanto pela descrição dos fatos e mais pela

forma de interpretá-los em meio a um processo que passava a se considerar contínuo, não-linear, resultado de enfrentamentos, recuos, tensões, numa clara perspectiva de uma luta constante, talvez em termos gramscianos, uma verdadeira “guerra de posição”, como notamos neste trecho do documento:

A democratização do regime político do país, que tomou impulso com os acontecimentos de 1930, não segue o seu curso em linha reta, mas, enfrentando a oposição das forças reacionárias e pró-imperialistas, sofre, em certos momentos, retrocessos ou brutais interrupções, como sucedeu com o Estado Novo, com a ofensiva reacionária de 1947 ou por ocasião do golpe de 1954. Mas o processo de democratização é uma tendência permanente. Por isto, pode superar quaisquer retrocessos e seguir incoercivelmente para diante. Vem-se firmando, assim, em nosso país, a legalidade democrática, que é defendida por amplas e poderosas forças sociais. (VOZ OPERÁRIA, n<sup>o</sup> 459, de 22/03/1958)

Apesar da interpretação ainda vislumbrar como “inimigos” o imperialismo e o latifúndio, por assim dizer, percebe-se que ela aos poucos introduz uma concepção de processo que amplia a noção de participação e admite que a democratização não se faria apenas de um ponto de vista meramente passivo como um acomodamento à determinada situação institucional, nem de assalto ou algo parecido com movimentos insurrecionais, mas deveria se desenvolver na forma de conquistas progressivas sujeitas aos percalços e passíveis de recuos ou contratempos, porém, contínuas e de construção permanente, talvez uma inspiração por ideias expressas na Europa, particularmente na Itália, com traços parecidos com uma “democratização progressiva”<sup>51</sup> como a formulou Palmiro Togliatti que, como vimos, era lido e discutido entre os comunistas brasileiros.

Nota-se que o documento trazia em seu conteúdo uma “mistura” de interpretações mais ou menos limitadas da realidade, forte influência da política internacional e algumas noções “renovadas” especialmente no que se refere à democracia. Contudo, o essencial foi perceber que a expressão prática dessas reflexões e proposituras contidas na *Declaração de Março de 1958* reforçaram e puderam ser traduzidas em certa medida pelo empenho dos comunistas brasileiros em se envolverem na dinâmica institucional e, claro, sua obsessão pela forma frentista de agir político.

---

<sup>51</sup> Essa noção de “democratização progressiva” foi utilizada por Palmiro Togliatti na elaboração das diretrizes do Partido Comunista Italiano.

As tarefas impostas pela necessidade do desenvolvimento independente e progressista do país não podem ser resolvidas por nenhuma força social isoladamente. Disto decorre a exigência objetiva da aliança entre todas as forças interessadas na luta contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano. A experiência da vida política brasileira tem demonstrado que as vitórias antiimperialistas e democráticas só puderam ser obtidas pela atuação em frente única daquelas forças. A frente única se manifesta nas múltiplas formas concretas de atuação ou de organização em comum, que surgem no país, por iniciativas de diferentes origens e de acordo com as exigências da situação. Entre estas formas, a mais importante atualmente é o movimento nacionalista. (VOZ OPERÁRIA, nº 459, de 22/03/1958)

Também trazia outro elemento importante sobre essa política frentista. Sua manifestação seguia, conforme a situação, pontos comuns que os identificaria com as demais forças políticas. Noutras palavras, se naquele momento o “movimento nacionalista” era o fator mais importante, nos anos 1980 será a luta contra o autoritarismo que motivará com mais intensidade a união de comunistas com outras forças, porém, em ambos os momentos a política frentista pluripartidária e pluriclassista foi publicamente defendida.

Como era comum nas resoluções, no caso da frente única o documento elencava os pontos fundamentais que entendia serem necessários na composição da sua plataforma política. Entre eles, no caso,

1º) Política exterior independente e de paz. [...] 2º) Desenvolvimento independente e progressista da economia nacional.[...] 3º) Medidas de reforma agrária em favor das massas camponesas. [...] 4º) Elevação do nível de vida o povo. [...] 5º) Consolidação e ampliação da legalidade democrática. (VOZ OPERÁRIA, nº 459, de 22/03/1958)

Neste último ponto, ao qual se referem como da “legalidade democrática”, especificamente, os comunistas defendiam a:

Garantia de direitos democráticos contidos na Constituição. Abolição completa das discriminações políticas e ideológicas. Garantia do direito de greve e dos direitos sindicais dos trabalhadores. Direito de voto aos analfabetos, bem como aos soldados e marinheiros. [...] A frente única nacionalista e democrática acumula forças à medida que luta por soluções positivas para os problemas colocados na ordem-do-dia, realizando-as na proporção de sua capacidade e das condições favoráveis do momento. (VOZ OPERÁRIA, nº 459, de 22/03/1958)

No tópico VI – *O caminho pacífico da revolução brasileira*, afirmavam:

Os comunistas consideram que existe hoje em nosso país a possibilidade real de conduzir, por formas e meios pacíficos, a revolução antiimperialista e

antifeudal. [...] O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, o ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país. (VOZ OPERÁRIA, nº 459, de 22/03/1958)

E avançavam com clareza naquilo que estamos apontando como *concepção politicista*:

O caminho pacífico significa a atuação de todas as correntes antiimperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização de massas. É necessário, pois, defender esta legalidade e estendê-la, em benefício das massas. O aperfeiçoamento da legalidade, através de reformas democráticas da Constituição, deve e pode ser alcançado pacificamente, combinando a ação parlamentar e a extraparlamentar. (VOZ OPERÁRIA, nº 459, de 22/03/1958)

Mais adiante, o documento assinalava os meios pelos quais concretamente a “revolução brasileira” pela via pacífica se viabilizaria, apresentados da seguinte forma:

1. Pela pressão pacífica das massas populares e de todas as correntes nacionalistas, dentro e fora do Parlamento [...].
2. Através da vitória da frente única nacionalista e democrática nos pleitos eleitorais.
3. Pela resistência das massas populares, unidas aos setores nacionalistas do Parlamento, das forças armadas e do governo, para impor ou restabelecer a legalidade democrática, no caso de tentativas de golpe por parte dos entreguistas e reacionários [...].(VOZ OPERÁRIA, nº 459, de 22/03/1958)

Por fim, quanto ao seu compromisso com o marxismo soviético, demonstravam preocupação em não abandonar o marxismo-leninismo, mas, também não se prenderem em demasia ao ponto de se tornarem dogmáticos.

O abandono dos princípios universais do marxismo-leninismo, como síntese científica da experiência do movimento operário mundial, conduz inevitavelmente à desfiguração do caráter de classe do Partido, e à degenerescência revisionista. Mas o desconhecimento das particularidades concretas do próprio país condena o Partido, irremediavelmente, à impotência sectária e dogmática. (VOZ OPERÁRIA, nº 459, de 22/03/1958)

Interessante que ainda em março de 1958 Prestes publicou um artigo intitulado *São indispensáveis a Crítica e a Autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma Nova Política*. No texto, publicado no jornal *Voz Operária*, ele admitia erros de interpretação e de proposição política:

Os erros fundamentais da linha geral que seguimos nos últimos anos têm como fonte comum o subjetivismo, que impregnou todo o nosso pensamento político. Este subjetivismo se manifestava em duas atitudes simultâneas e inseparáveis. Por um lado, transformamos os ensinamentos do marxismo-leninismo em dogmas abstratos, em fórmulas gerais, uniformemente aplicáveis a todos os países, sem exame das particularidades concretas do seu desenvolvimento histórico. Por outro lado, menosprezamos o estudo da realidade brasileira, perdemos de vista o movimento real, os processos que estavam em curso na vida econômica e política do país. A nossa política deixou de ser, assim, a decorrência direta das condições objetivas do Brasil e se tornou uma adaptação mecânica de fórmulas gerais ou de experiências acertadas em outras partes do mundo. Deixamos de ver os fenômenos políticos e sociais em movimento e custamos, por isto, a perceber as transformações que se operavam na vida real. Não soubemos, em suma, aplicar corretamente os princípios universais do marxismo-leninismo às particularidades específicas do desenvolvimento histórico brasileiro. (PRESTES in: VOZ OPERÁRIA, n.º 460, 29/03/1958)

Para nós, o essencial se encontrava num trecho do artigo no qual refletia sobre as mudanças de perspectiva dos comunistas em relação aos processos de democratização, sobre a Constituição e sobre as eleições.

Partindo de premissas errôneas na caracterização do Estado, tornamo-nos incapazes de analisar com justeza as modificações que se verificavam no regime político, em consequência do processo de democratização resultante das mudanças ocorridas na estrutura econômica e da ação das forças progressistas. Víamos somente as limitações antidemocráticas, os aspectos reacionários, os atentados às liberdades, quando o movimento operário restabelecia a liberdade sindical e as massas ampliavam cada vez mais a prática das liberdades democráticas. A Constituição era definida como um "código de opressão", quando, na verdade, ao lado de aspectos reacionários que encerra, ela consagra as liberdades democráticas fundamentais e importantes direitos sociais das massas. Proclamávamos que as eleições eram "uma farsa" e, entretanto, as massas nos ensinavam que através delas era possível modificar a composição do parlamento e do governo e influir nos destinos do país no sentido do nacionalismo e da democracia. (PRESTES in: VOZ OPERÁRIA, n.º 460, 29/03/1958)

Como se nota, apesar de elementos como ampliação de liberdades democráticas formais, processos Constituintes e eleitorais terem sido assimilados aos poucos e pontualmente desde os anos 1940, parece-nos compreensível que se estabeleceram como marco definitivo a partir dessa "nova política", que absorveu esses fatores de modo explícito e complementou o processo de revisão interna que culminaria na *Declaração de Março de 1958*.

Essas ideias puderam ser divulgadas para fora do círculo restrito do Comitê Central com a divulgação dos documentos em si quanto pelo esforço nas

publicações vinculadas ao PCB. Do ponto de vista das concepções em torno da “questão democrática”, destacamos a divulgação desse impulso democratizante expresso no propósito de “renovação” no pensamento dos comunistas com o lançamento do jornal *Novos Rumos*<sup>52</sup>, cuja primeira edição datava da semana de 2 de fevereiro a 6 de março de 1959. Com a pretensão de representar o “pensamento de vanguarda da classe operária”, o editorial de apresentação intitulado *Nossos propósitos* trazia um rico informativo:

NOVOS RUMOS integra-se com entusiasmo e ânimo combativo na frente unitária das forças nacionalistas e democráticas, que lutam por superar os obstáculos ao desenvolvimento independente e progressista do país: a dependência ao capital monopolista estrangeiro, o atraso da estrutura agrária. [...] No movimento nacionalista e democrático, NOVOS RUMOS situa-se do ponto-de-vista dos interesses da classe mais revolucionária, o proletariado.” (NOVOS RUMOS, nº 1, 2/2 a 6/3/1959)

### 2.1.1 O programa *etapista* da “revolução democrático-buguesa”

Os comunistas brasileiros, apesar de suas idas e vindas teóricas e práticas, formularão ou adaptarão para a realidade brasileira como expressão do auge de sua capacidade de interpretação na época e que perpassa o período após o Golpe de 1964, avançando até o anos 1970, pelo menos, o chamado “programa nacional-democrático” da revolução brasileira. Sua elaboração teórica mais consistente estaria na obra de Nelson Werneck Sodré. Subsidiariamente, em *Quatro séculos de latifúndio*, de Alberto Passos Guimarães, nas críticas ao programa agrário do PCB

---

<sup>52</sup> Conforme o verbete no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV (disponível no endereço: cpdoc.fgv.br), o *Novos Rumos* era um jornal “carioca semanal, distribuído nacionalmente, criado pelo Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), em fevereiro de 1959 e extinto em 19 de abril de 1964. [...] A direção de *Novos Rumos* era integrada por Mário Alves e Orlando Bonfim, que tinham como chefe de redação Luís Mário Gazzaneo. Além desses elementos, colaboravam no jornal Fragmon Carlos Borges, Roberto Morena, Apolônio de Carvalho, Beatriz Bandeira, Leandro Konder, Ana Montenegro e outros. [...] *Novos Rumos* era editado legalmente, e chegou a alcançar tiragens de 60 mil exemplares. De início, era composto de dois cadernos de 12 páginas cada. Depois, reduziu-se a um único caderno. Eventualmente, nos momentos de crise, quando a conjuntura exigia informações mais regulares, como por exemplo nas greves gerais do país em 1962, transformava-se de semanário em diário. O novo jornal surgiu como órgão semi-oficial do PCB, com a dupla função de apresentar as discussões do partido para seus próprios quadros e de servir de porta-voz dos anseios e das lutas das massas. [...] Em março de 1964, *Novos Rumos* circulou com a seção “Teses para discussão”, visando o VI Congresso do PCB, convocado para aquele ano. Em virtude da deflagração do movimento militar de 31 de março, contudo, o jornal teve sua circulação suspensa”. O **Anexo 08** traz a capa do jornal *Novos Rumos* na primeira edição.

por Caio Prado Júnior em *A revolução brasileira*; em certa medida, em *O escravismo colonial*, de Jacob Gorender. Além de outras produções secundárias. Mas, há muitos indícios de que o referencial dessas elaborações teria sido o próprio Lenin.

Os neo-iskristas interpretam de modo radicalmente errado o sentido e a significação da categoria “revolução burguesa”. Nos seus raciocínios transparece constantemente a idéia de que a revolução burguesa é uma revolução que só pode dar aquilo que beneficia a burguesia. E, contudo, não há nada mais de errado nessa idéia. A revolução burguesa é uma revolução que não ultrapassa o quadro do regime econômico-social burguês, isto é, capitalista. A revolução burguesa exprime as necessidades do desenvolvimento do capitalismo, não só não destruindo as suas bases, mas, pelo contrário, alargando-as e aprofundando-as. Esta revolução exprime, portanto, não apenas os interesses da classe operária, mas também os de toda a burguesia. Uma vez que a dominação da burguesia sobre a classe operária é inevitável sob o capitalismo, pode-se dizer com todo o direito que a revolução burguesa exprime os interesses não tanto do proletariado como da burguesia. Mas é completamente absurda a idéia de que a revolução burguesa não exprime em nenhuma medida os interesses do proletariado. (LENIN, 1986, p. 405-6)

Na sua *Resolução Política do V Congresso do PCB* realizado em 1960, os comunistas reforçaram em boa parte as ideias da “nova política” e ratificaram substancialmente o conteúdo da *Declaração de Março de 1958*. Neste documento começam afirmando que o “objetivo supremo” que defendiam enquanto partido da classe operária era estabelecer uma sociedade socialista, “que se baseia na propriedade social dos meios de produção, põe fim à exploração do homem pelo homem e aos antagonismos de classe”, sendo a única alternativa que garantiria o pleno desenvolvimento, mas, consideravam que no momento, nas “condições atuais”, ainda não seria possível o socialismo, precisando completar o ciclo de desenvolvimento capitalista superando os dois crônicos entraves, o imperialismo e o latifúndio. Nesse caso,

As tarefas fundamentais que se colocam hoje diante do povo brasileiro são a conquista da emancipação do País do domínio imperialista e a eliminação da estrutura agrária atrasada, assim como o estabelecimento de amplas liberdades democráticas e a melhoria das condições de vida das massas populares. Os comunistas se empenham na realização dessas transformações, ao lado de todas as forças patrióticas e progressistas, certos de que elas constituem uma etapa prévia e necessária no caminho para o socialismo. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p. 39)

Num outro momento, o documento apontava o que seriam as contradições fundamentais, sendo que as duas primeiras, em relação, como dissemos, ao imperialismo e ao latifúndio, poderiam ser superadas na “etapa” em que estavam e,

uma terceira contradição, que surgiria entre a burguesia e o proletariado, poderia ser enfrentada numa “etapa” posterior. Conforme o texto:

A sociedade brasileira encerra duas contradições fundamentais que exigem solução radical na actual etapa histórica de seu desenvolvimento. A primeira é a contradição entre Nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, que se expressa, essencialmente, como contradição entre latifundiários e as massas camponesas. A contradição antagónica entre o proletariado e a burguesia, inerente ao capitalismo, é também uma contradição fundamental da sociedade brasileira. Mas esta contradição não exige solução radical e completa na actual etapa da revolução, uma vez que, na presente situação do País, não há condições para transformações socialistas imediatas. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, pp. 47-48)

Um outro ponto do documento que nos chama atenção e vai contrastar com as concepções dos comunistas brasileiros a partir de 1979, pelo menos do grupo majoritário no Comitê Central, diz respeito à necessidade, mesmo que flexível, do papel hegemônico do proletariado. Se para Giocondo Dias e seus apoiadores nos anos 1980 não fazia mais sentido exigir esse papel histórico, na *Resolução Política do V Congresso do PCB* de 1960 ainda permanecia a ideia de que para o sucesso da revolução democrático-burguesa, era

[...] indispensável a hegemonia do proletariado na frente revolucionária e a conquista do Poder pelas forças anti-imperialistas e antifeudais sob direção do proletariado. Uma vez completadas, nos seus aspectos essenciais, as tarefas da revolução nacional e democrática, a hegemonia do proletariado será também a condição política fundamental que deverá assegurar a transição ao socialismo, objetivo final da classe operária brasileira. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p. 61)

Como se mostra evidente, na “nova política” se manteria e se consolidaria o *etapismo* como fundamento, ou seja, uma visão de que o processo revolucionário rumo ao socialismo se daria em etapas.

Assim, entendendo que na realidade brasileira a “revolução socialista” (essa meta inspiradora do movimento baseada no modelo soviético) aconteceria em duas etapas, para os comunistas uma primeira etapa teria o caráter nacional e democrático, explicitamente anti-imperialista e anti-feudal, como escreviam, resultante da mobilização das forças políticas organizadas em frentes amplas pluriclassistas e pluripartidárias, reconhecendo como forte aliada a burguesia nacional pelos seus setores progressistas; e uma segunda etapa teria enfim o



caráter socialista, quando a sociedade estivesse numa outra condição objetiva em que a liberdade e a igualdade se fundiriam como era esperado. Decididamente, a maioria dos comunistas, pelo menos entre os dirigentes, decidiu a partir daí que o tema da revolução insurrecional que tanto influenciou nas décadas anteriores estava fora da agenda política. Qualquer posição mais incisiva na defesa desse caminho tradicional para o socialismo seria tratado como “esquerdismo”, como manifestação do atraso, e combatido até o ponto da exclusão.

Para nós, entretanto, esses debates e disputas acabaram sendo problema de fundo, mas, concretamente não trouxeram alterações significativas na tendência de “fazer política”, como nos referimos. Exceto alguns casos extremos e, nos quais algumas lideranças expressivas acabaram se desligando do PCB, grosso modo, haveria até o final dos anos 1970 uma espécie de convergência baseada nesse modo de pensar e agir político, pelo menos em relação à “primeira etapa”, mesmo que essa “convergência” fosse mais aparente do que efetiva dentro do Comitê Central.

Aparentemente, ficavam para um segundo plano os embates sobre o que deveria acontecer depois de realizada a primeira etapa da revolução, quer dizer, daquilo que poderia caracterizar a revolução na “segunda etapa”, esta de caráter socialista.

Mais relevante talvez seria o esforço de alguns dirigentes e intelectuais que estavam dispostos a enfrentar o problema de modo mais aprofundado, tratando inclusive do próprio instrumental interpretativo que naquele momento se baseava no *etapismo*. Poderíamos destacar a atuação de Caio Prado Júnior, um dos poucos intelectuais no círculo comunista que apresentou algo consistente fora do modelo do “marxismo soviético” como estamos tratando.

Prado Júnior foi crítico dessa concepção esquemática importada muitas vezes como referencial ao qual à realidade brasileira precisava se “adaptar” aos parâmetros etapistas para ser compreendida. Apesar de suas teses sofrerem críticas à época e também na bibliografia especializada recente, o fato é que em alguns aspectos ele procurara contribuir com um tipo de “marxismo brasileiro” mais sofisticado do que utilizado pelos dirigentes. Para o debate no *VI Congresso do PCB* em 1967 ela apresentou um texto ambicioso que procurava colocar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil de forma bem diferente do que se admitia, afirmando que a colonização brasileira tinha sido um “tipo” específico de

componente de um capitalismo mundial desenvolvido, uma espécie de fornecedor de produtos primários, em síntese. Portanto, para ele o Brasil tinha uma “origem capitalista” e por isso não fazia sentido a tese da condição “feudal” que sustentava o pensamento político dos comunistas.

Recentemente, Bernardo Ricupero descreveu que a perspectiva pradiana nesse ponto considerava que

[...] o sentido da colonização foi sempre fornecer produtos primários da agricultura tropical ou da mineração ao mercado externo europeu. Para isso, criaram os portugueses o primeiro exemplo bem-sucedido do que, em inglês, veio a se chamar o plantation system, sistema produtivo baseado no latifúndio das sesmarias, cultivado pelo trabalho do escravo africano. Como colônia de exploração, o futuro país já nasceu integrado, de maneira subalterna e não-autônoma, à economia mundial da época (RICUPERO, 2009, p. 43)

Naquilo que nos interessa, ou seja, de sua crítica ao *etapismo* que impregnava o meio intelectual comunista, Prado Júnior explicava.

Coisa bem diferente, logo se vê, é partir como se fez no caso da interpretação da evolução brasileira, da presunção, admitida a priori, de que os fatos históricos ocorridos na Europa constituíam um modelo universal que necessariamente haveria de se reproduzir em quaisquer outros lugares e, portanto, no Brasil também. (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 33)

E, dispondo-se ao debate mais duro, continuava sua descrição de uma forma mais incisiva.

Nada há portanto tão estranho ao marxismo e dele afastado como pretender dispor a evolução histórica das sociedades em geral dentro de uma sucessão predeterminada de sistemas econômicos, sociais e políticos que se encontrariam em todos os povos e que eles necessariamente atravessam. E é isso que fizeram e ainda fazem certos pseudomarxistas, sem ao menos se darem conta disso, quando prefixam para todo e qualquer país uma etapa feudal, que existiu na Europa precedendo o capitalismo, e de que esse capitalismo resultou ou a que sucedeu. (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 35)

A “teoria” pecebista interpretava a revolução brasileira, quer dizer, o modo como se daria o processo de desenvolvimento em etapas rumo ao socialismo alinhados (quando não reproduzindo mecanicamente) às teses do *VI Congresso da Internacional Comunista* de 1929. A leitura esquemática partia de pressupostos referentes ao nível ou grau de desenvolvimento em cada país, tratando por blocos conforme sua “posição” na escala pré-determinada de desenvolvimento. Assim

existiriam países de alto desenvolvimento, médio desenvolvimento, coloniais e semicoloniais.

Enquadravam o Brasil na categoria colonial ou semicolonial, tipificado pelo atraso sob influência imperialista e com bases ou resquícios feudais. De acordo com tais teses, nesse bloco de países a luta deveria concentrar forças contra o feudalismo neles instalado e pelo desenvolvimento agrário anti-imperialista, noutras palavras, a luta circundava a independência nacional,

No estabelecimento das bases em que se assentaria a teoria da revolução brasileira, partiram seus primeiros autores, [...] não da análise das condições econômicas, sociais e políticas vigentes no país [...] mas da consideração de um esquema teórico abstrato, admitido a priori e sem indagação prévia alguma, acerca da aplicabilidade desse esquema à realidade brasileira. Segundo esse esquema, a humanidade em geral e cada país em particular [...] haveria necessariamente que passar através de estados ou estágios sucessivos de que as etapas a considerar, e anteriores ao socialismo, seriam o feudalismo e o capitalismo. Noutras palavras, a evolução histórica se realizaria invariavelmente através daquelas etapas, até dar afinal no socialismo. (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 32)

Não é preciso muita consulta para verificarmos que as teses pradianas não encontraram guarida entre as lideranças comunistas que continuaram insistindo no seu referencial teórico baseado no método do *estalinismo* aplicado numa interpretação da realidade presa ao *etapismo*.

Vale destacarmos, aliás, que o debate sobre a “revolução brasileira”, na verdade o entendimento de uma “revolução de tipo burguesa” no Brasil, não era um problema apenas no âmbito do PCB, pois era um tema que perpassava todo o debate de uma época e que, longe de resoluções definitivas, permaneceu em aberto. Brevemente, poderíamos consultar Sérgio Buarque de Holanda (1978) que nos anos 1930 afirmava que a “revolução brasileira” tinha sido um processo amplo e demorado impulsionado no período entre o fim da escravidão e o crescimento do “trabalho livre” no século XIX:

A grande revolução brasileira não é um fato que se registrasse em um instante preciso; é antes um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de século. Seus pontos culminantes associam-se como acidentes diversos de um mesmo sistema orográfico [...] A forma visível dessa revolução não será, talvez, a das convulsões catastróficas, que procuraram transformar de um mortal golpe, e segundo preceitos de antemão formulados, os valores longamente estabelecidos. É possível que algumas das suas fases culminantes já tenham sido ultrapassadas, sem que possamos avaliar desde já sua importância transcendente. Estaríamos

vivendo assim entre dois mundos: um definitivamente morto e outro que luta por vir à luz. (HOLLANDA, 1978, pp. 127-135)

Nelson Werneck Sodré (1990), que apesar de importante ligação com o PCB não pode ser generalizado como um mero “historiador oficial” dos comunistas, como muitas vezes foi pejorativamente mencionado, diferente de Hollanda, entendia que a “revolução brasileira” era um processo incompleto, cujas “etapas” ainda não haviam sido concluídas plenamente, iniciando ainda no século XIX e se estendendo até o período do Regime Militar, pelo menos, mantendo certos “resquícios feudais” que poderiam ter correspondência com a leitura “etapista” do próprio programa do comunismo terceiro internacionalista. Interessante é a forma simbólica com que ele representa este processo, como sendo uma espécie de “roda quadrada”:

Tal processo se assemelha mais aos movimentos de uma roda quadrada, que vai se tornando redonda na medida em que rola, primeiro aos tombos, abalando as estruturas, depois mais suavemente. Nossa revolução burguesa não tornou ainda redonda essa roda gigantesca [...] Vamos, então, pelos trancos e barrancos de uma revolução burguesa que se desenvolve por patamares, sacudida de crises e acompanhada pelo imperialismo, que intervém no processo a cada passo". (SODRÉ, 1990, pp. 30-31)

Outra abordagem que mereceria ser lembrada foi feita por Florestan Fernandes (1976), para quem a “revolução brasileira” poderia ser entendida como processo longo desde os acontecimentos que marcaram a “Independência” do Brasil em 1822 até o pós-1964, caracterizando um movimento de emergência do capitalismo e sua consolidação, ainda que retardatária e com sérios problemas por ser um “capitalismo dependente”, o qual deixaria,

[...] poucas alternativas às burguesias [...] a redução do campo de atuação histórica da burguesia exprime uma realidade específica, a partir da qual a dominação burguesa aparece como conexão histórica não da “revolução nacional e democrática”, mas do capitalismo dependente e do tipo de transformação capitalista que ele supõe" (FERNANDES, 1976, p. 214)

Em suma, a *Resolução Política do V Congresso do PCB*, de 1960, não teve um aprovação tranquila, acirrando os tensionamentos entre tendências divergentes. As divergências mais evidentes nesse sentido vinham desde 1957, pelo menos, especialmente pelas posições contrárias (por considerarem “teses reformistas”) de João Amazonas, Maurício Grabois, Diógenes Arruda e Sérgio Holmos, que foram

destituídos dos cargos no Comitê Central do PCB e substituídos por Carlos Marighela, Giocondo Dias, Mário Alves e Calil Chade.

Significa perceber que em 1960 foram aprovadas as resoluções com conteúdo majoritário defendido pelo grupo prestista, mas, cedendo em alguns pontos por visões mais “revolucionárias”, se assim podemos identificar.

Um texto que marcou esse momento e sintetiza os argumentos do debate foi o artigo de Maurício Grabois intitulado *Duas concepções, duas orientações políticas*. Retomando o documento que embasava as teses do *V Congresso do PCB*, precisamente a *Declaração de Março de 1958*, Grabois afirmava que no documento,

Os objetivos de caráter democrático ficam inteiramente subordinados à contradição antiimperialista, que é considerada principal em toda a atual etapa histórica da sociedade brasileira. Assim, as tarefas democráticas são separadas mecanicamente dos objetivos nacionais e transferidas para outra etapa da revolução. Daí resulta que, tendo em vista a frente única, a Declaração apresenta um esquema de disposição das forças revolucionárias que inclui até mesmo latifundiários e grupos da burguesia ligados a monopólios estrangeiros rivais dos monopólios norte-americanos. Tal disposição de forças corresponde a uma revolução exclusivamente nacional. Portanto, a solução da questão agrária deixa de ser uma das tarefas da revolução. (GRABOIS, in: NOVOS RUMOS, nº 60, de 22 a 28/04/1960)

Apontava nesse sentido que o documento subordinava a “questão democrática” à “questão nacional”.

Depois de proclamar, em palavras, que a revolução brasileira na presente etapa é antiimperialista e antifeudal, a Declaração logo em seguida faz nova caracterização da revolução. Esta passa a ser somente nacional e deve enfrentar unicamente as tarefas antiimperialistas. Os objetivos de caráter democrático ficam inteiramente subordinados à contradição antiimperialista, que é considerada principal em toda a atual etapa histórica da sociedade brasileira. Assim, as tarefas democráticas são separadas mecanicamente dos objetivos nacionais e transferidas para outra etapa da revolução. Daí resulta que, tendo em vista a frente única, a Declaração apresenta um esquema de disposição das forças revolucionárias que inclui até mesmo latifundiários e grupos da burguesia ligados a monopólios estrangeiros rivais dos monopólios norte-americanos. (GRABOIS, in: NOVOS RUMOS, nº 60, de 22 a 28/04/1960)

Noutro momento de seu artigo, Grabois entendia que

A apresentação de soluções positivas sem que, simultaneamente, se desenvolva a crítica à política do governo, transforma, os comunistas na prática, em seus colaboradores. A ação dos comunistas que assume maior relevo tem sido a de apoiar. Geralmente, apóiam promessas que não se

tornam realidade ou medidas de fachada que logo são anuladas por outros atos reacionários. (GRABOIS, in: NOVOS RUMOS, nº 60, de 22 a 28/04/1960)

Mas, mesmo “vencidos” no congresso, continuavam os comunistas divergentes atuando dentro do partido, até o momento que decidiram sair do PCB. A gota d’água, e isso é relativamente admitido (claro que com reservas em relação aos outros pontos de conflito), foi a publicação em 11 de agosto de 1961 no jornal *Novos Rumos* dos novos programa e estatuto do PCB que seriam registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com objetivo de conseguir de volta a legalidade do partido. o que se coloca, pelo menos pelo lado dos defensores das mudanças, é que a mudança de nome de *Partido Comunista do Brasil*, como era desde 1922, para *Partido Comunista Brasileiro*, como na proposta, afastaria em certa medida o problema jurídico da relação internacionalista do partido, proibida pelas regras constitucionais.

Mas, para os críticos, havia muito mais que mudança de nome. Não se pode afirmar com precisão, e tampouco isso seria relevante, mas, em 1961 se torna público um documento que ficou conhecido como a *Carta dos Cem*, na qual os divergentes manifestavam seus argumentos.

Somos favoráveis a uma campanha que possibilite o retorno do Partido à vida legal. Acreditamos ser possível alcançar essa meta. Mas, queremos a legalidade do Partido revolucionário da classe operária que tenha como doutrina o marxismo-leninismo e se guie pelos princípios do internacionalismo proletário. (CARTA DOS CEM, 1961)

Depois da inesperada renúncia do presidente da República Jânio Quadros em setembro de 1961, da instabilidade sob a qual seu vice, João Goulart, assumiu (limitando-se seu poder com a mudança para Parlamentarismo, poder este restabelecido por plebiscito em 1963), o PCB, embasado no seu modo de pensar e agir pela institucionalidade com vocação para aderir e colaborar com governos nacionais, vislumbrou que chegara a hora tão esperada. O governo de Jango, como era conhecido o presidente, principalmente pelas propostas de Reformas de Base, pareceu-lhe materializar a possibilidade de um governo de cunho nacional e democrático disposto a realizar reformas estruturais significativas.

Aparentemente, o país parecia seguir o caminho da concretização da primeira etapa da revolução brasileira e, para os mais otimistas, a segunda etapa não tardaria chegar. Por algum tempo, os comunistas brasileiros tiveram uma expressão nacional no campo político que nunca haviam tido, mesmo estando em situação ilegal. Participaram do governo, efetivamente.

Curiosa a forma com a qual Prestes em 1982 lembrou desse período, demonstrando, por um lado, essa participação no governo, por outro, uma constante centralização e quase que confusão entre o que foi o PCB e o que foi Prestes. Numa matéria da revista *IstoÉ*, em meio aos festejos de seu aniversário de 84 anos, cuja chamada era *Rompi com o PCB*, ele relatou alguns fatos interessantes.

Quinze a vinte dias antes do golpe, Jango mandou entregar-me uma cópia do Projeto Brasil, através de Darcy Ribeiro, seu chefe da Casa Civil. Não queria apresentar o projeto sem nosso apoio. Levei o assunto à Comissão Executiva, que o aprovou, mas considerou que ainda era pouco. Marighella e Mário Alves estavam nessa posição esquerdista. Me chamavam de janguista. Entreguei o projeto de volta ao Darcy e ele ficou muito satisfeito. (REVISTA ISTO É, 13/01/82, p. 31)

Outro trecho revelador que, assim como boa parte do que envolveu o PCB, foi lido de maneira positiva ou negativa conforme a posição do crítico, respectivamente, como exemplo de bom senso e responsabilidade ou como vacilo e “desvio” da concepção revolucionária, remete aos acontecimentos às vésperas do Golpe de 1964.

Eu tenho responsabilidade política no golpe de 64, mas não responsabilidade pessoal. O golpe teve causas objetivas. Não foram nossos erros que o determinaram. Nossos erros podem sim tê-lo facilitado. [...] Na noite de 31 de março eu percebi que a classe operária estava isolada. E ia ser derrotada da forma mais desmoralizante possível: sem luta [...] E percebi que quem assumisse a responsabilidade de levar a classe operária à luta armada cometeria um crime. Determinar a resistência seria o massacre. Por isso, no dia 1º de abril, a instrução que eu dei, a responsabilidade que eu assumi, foi de recuar todas as frentes [...] (REVISTA ISTO É, 13/01/82, p. 30)

As manifestações dos comunistas pelo jornal *Novos Rumos* eram de otimismo com as medidas tomadas pelo presidente João Goulart e objetividade em relação aos propósitos imediatos, como apoio às chamadas Reformas de Base e às propostas do governo enviadas ao Congresso Nacional, como alguns projetos de Emendas constitucionais.

O que se sabe é que desde o governo de Juscelino Kubitschek, especialmente pela ação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), as discussões em torno de “reformas” consideradas essenciais para promover alterações importantes nas estruturas econômica, social e política no sentido do desenvolvimento do país foram tomando uma forma que avançaria ao governo seguinte.

Assim, com a chegada, mesmo que tumultuada, de João Goulart à Presidência da República, estas propostas se tornaram mais claras ao ponto de serem utilizadas como verdadeiras bandeiras do novo governo. De modo geral, falava-se em reformas em vários setores, como fiscal, administrativo, agrário e universitário, combinado com reformas no sistema eleitoral como estender o direito de voto aos analfabetos, enfim, procuravam estabelecer novos parâmetros.

Das propostas, a reforma agrária era o ponto mais polêmico, pois mexia com situações e convicções que formavam o pensamento político brasileiro e provocavam ameaças aos interesses de grupos tradicionais e influentes no cenário nacional.

A “onda” na qual o PCB aderiu em apoio ao presidente em 1964 ganhou mais visibilidade com os comícios nos quais essas propostas eram defendidas, numa estratégia de conseguir apoio popular para a aprovação das Reformas de Base e, ao mesmo tempo, tentar “escapar” do isolamento ao qual o presidente se encontrava diante do Congresso Nacional e de outros setores, inclusive nas Forças Armadas. Em 13 de março de 1964 o famoso comício na estação da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, também conhecido como “Comício das Reformas”, diante de milhares de pessoas, Goulart aumentou o tom contra o que classificava de forças anti-povo, anti-reformas, dirigindo-se à multidão repetidamente como “trabalhadores”, anunciou a “encampação” de refinarias privadas:

Acabei de assinar, antes de dirigir-me para esta grande festa cívica, o decreto de encampação de todas as refinarias particulares. A partir de hoje, trabalhadores brasileiros, a partir deste instante, as refinarias de Capuava, Ipiranga, Manguinhos, Amazonas, e Destilaria Rio Grandense passam a pertencer ao povo, passam a pertencer ao patrimônio nacional. [...] Ao anunciar, à frente do povo reunido em praça pública, o decreto de encampação de todas as refinarias de petróleo particulares, desejo prestar homenagem de respeito àquele que sempre esteve presente nos sentimentos do nosso povo, o grande e imortal Presidente Getúlio Vargas. (GOULART, 1964)



Depois, Goulart concluía seu discurso dizendo:

Hoje, com o alto testemunho da Nação e com a solidariedade do povo, reunido na praça que só ao povo pertence, o governo, que é também o povo e que também só ao povo pertence, reafirma os seus propósitos inabaláveis de lutar com todas as suas forças pela reforma da sociedade brasileira. Não apenas pela reforma agrária, mas pela reforma tributária, pela reforma eleitoral ampla, pelo voto do analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica, pela justiça social e pelo progresso do Brasil. (GOULART, 1964)

No que se refere aos comunistas, admitimos como um indicativo interessante o fato do jornal *Novos Rumos* em sua edição do final do mês de março de 1964, portanto, às portas do Golpe Militar, trouxesse um editorial analisando o momento político e fazendo proposições nitidamente baseadas na *concepção politicista*. Após contextualizar a importância do discurso de 13 de abril, na Central do Brasil, e declarar apoio às medidas encaminhadas por Goulart, os comunistas concluíam que

A reforma da Constituição tornou-se hoje uma questão fundamental, da qual dependem as mudanças necessárias ao progresso do País. [...] Nessas condições os comunistas consideram que as forças nacionalistas e democráticas devem acolher a idéia da realização de um plebiscito, aventada pelo sr. João Goulart e outros setores, com ampla ressonância no seio do povo. [...] deverá assegurar ao povo o direito de decidir soberanamente sobre as reformas de base e as emendas à Constituição sugeridas na mensagem do presidente da República ao Congresso Nacional. (NOVOS RUMOS, nº 265, 27/03/1964)

Muito já se discutiu sobre essa aproximação do PCB com o governo do presidente João Goulart. Para uns, os comunistas superestimaram tanto o governo quanto sua própria capacidade política e foram surpreendidos pelo Golpe de 1964. Para outros, estavam no caminho certo e a prova disso era justamente o evento de 1964, entendido nesse caso como uma “contra-revolução”. Também surgiram reflexões mais ponderadas, como em Brandão (1997), optando por fazer uma descrição equilibrada e consistente desses acontecimentos focando o modo de pensar que marcou esse período no qual as ideias se combinaram com maior proximidade à realidade brasileira, como que abrindo no campo vasto da política

nacional um espaço real para a manifestação prática de uma das duas almas do PCB, a “positiva”.

Porém, como advertimos mais de uma vez, evitaremos entrar nesse mérito. Pelo ângulo que analisamos, basta-nos verificar como a *concepção politicista* se fazia cada vez mais presente e se consolidava como fundamento do “pensamento democrático dos comunistas brasileiros”.

## 2.2 O pós-1964: os comunistas na “resistência democrática”

Rico em histórias e, no Brasil, uma espécie de assunto sensível, o período sob Regime Militar a partir de 1964 foi marcado por profundas mudanças no seio da esquerda brasileira, conseqüentemente, entre os comunistas brasileiros. Do ponto de vista da “ideia” de democracia como vinha sendo tratada, enquanto seus dirigentes insistiam numa prática alinhada à defesa desses mecanismos democráticos na tentativa de “derrotar” o Regime Militar pacificamente, várias tendências internas (algumas que se tornariam dissidências) argumentavam que o foco deveria ser a tática de confronto acreditando ser possível “derrubar” o Regime Militar.

Por conta disso, entre 1964 e 1974, correspondendo a um período de endurecimento da repressão pelo Regime Militar, poderíamos didaticamente demarcar como um momento de forte tensionamento entre a “alma positiva”<sup>53</sup> e a “alma negativa” do PCB, adjetivação aqui utilizada mais preocupada no contraste entre a *concepção politicista* e a *concepção insurrecional* do que com algum juízo de valor. Significava um momento em que setores do partido, defendiam o abandono da perspectiva de “via pacífica” e se pregavam o lançamento no enfrentamento insurrecional à ditadura, em alguns casos pela luta armada.

Vale ressaltarmos que ampliando o foco para além do PCB e mirando o conjunto das forças políticas da esquerda brasileira naquele momento, podemos perceber que o sentido dessa “alma negativa” correspondente à *concepção insurrecional* se espalhou e radicalizou entre várias organizações, ou seja, foi um

---

<sup>53</sup> Aludimos ao entendimento que já mencionamos da existência de almas positiva e, portanto, negativa, dentro do PCB, a partir do trabalho de Gildo Marçal Brandão (1997).

período em que não só os dissidentes do PCB, mas também integrantes de outras organizações de esquerda entenderam que o único meio de agir em favor do socialismo era pela revolução de tipo insurrecional, fazendo uso inclusive do enfrentamento armado e de táticas de guerrilha.

Sem pressões de listar todos, mas apenas como exemplos, destacavam-se grupos como MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes), ALN (Ação Libertadora Nacional), VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro).

A interpretação que estas organizações faziam e, conseqüentemente, os desdobramentos das ações que promoveram se tornaram mais agudos depois do Ato Institucional nº5, publicado em 1968. Os anos que se seguiram foram hostis e envolveram na história dessas organizações revolucionárias desde atos espetaculares (como sequestros de autoridades) até atos fracassos de luta armada que minguaram sua prática nos primeiros anos da década de 1970 e sobre os quais a bibliografia atribui como um marco definitivo dissolução da lendária Guerrilha do Araguaia, na região norte do país.

Como nosso foco não é a esquerda brasileira e suas expressões em termos táticos de “derrubada” do Regime Militar e da luta armada, tema bem estudado por autores como Jacob Gorender (1998), Daniel Aarão Reis Filho (1990), Marcelo Ridenti (1993), entre outros, que realizaram trabalhos consistentes que reconstroem esses fatos e retratam esse período, interessa-nos apenas apontar que, em resumo, ao mesmo tempo que esse fenômeno se desenvolvia, o PCB continuava se orientando (pelo menos boa parte de seus dirigentes) pela noção de uma prática política “por dentro” do sistema institucional, resistindo às teses da tática da derrubada e insistindo na crença na “derrota” do Regime Militar, na medida em que as forças progressistas organizadas sob o ideário da luta pela democracia avançassem com o apoio progressivo das massas populares.

O *Informe de Balanço do Comitê Central ao VI Congresso do PCB*, de 1967, destaca-se pela leitura que fez dos acontecimentos entre o *V Congresso do PCB* em 1960 e o Golpe Militar em 1964. Comenta que já naquele momento as tendências divergentes dentro do partido acirravam a disputa ao ponto do próprio documento ser uma construção incoerente procurando atender as perspectivas opostas, o que vai alterar a correlação de forças em 1962, na ocasião da *Conferência Nacional do Partido*, realizada em dezembro, na qual as tendências mas “esquerdistas” teriam

imposto deliberações que contradiziam as resoluções do *V Congresso do PCB* em pontos essenciais.

Em todo caso, mesmo com fortes indícios de anacronismo e de interpretações fracas da realidade em que estava inserido, o PCB naquele vai reforçar sua postura política que parecia uma espécie de “resistência democrática” nas resoluções aprovadas no congresso realizado clandestinamente em 1967. Nesse sentido, no documento conhecido como *Resolução Política do VI Congresso do PCB*, de 1967, os comunistas reforçavam a defesa do caminho pacífico e “frentista”. Do ponto de vista estratégico, afirmavam:

A revolução brasileira, em sua presente etapa, deverá liquidar os dois obstáculos históricos que se opõem ao progresso da nação: o domínio imperialista e o monopólio da terra. Ela é, assim, nacional e democrática. Devido à preponderância do fator nacional, a direção do golpe principal está voltada contra o imperialismo, particularmente o norte-americano, e seus agentes internos. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p. 172)

Como se nota, permaneciam ajustados ao entendimento de que o “imperialismo” e o “latifúndio” eram ainda os grandes obstáculos ao pleno desenvolvimento do capitalismo e da sociedade brasileira. Também reforçavam sua noção baseada no *etapismo* e consolidavam sua uma visão em relação à “questão democrática”<sup>54</sup> como tema secundário em relação à “questão nacional”. Ao tratarem da tática que deveria ser desenvolvida, remetiam a ela como a tarefa de

[...] mobilizar, unir e organizar a classe operária e demais forças patrióticas e democráticas para a luta contra o regime ditatorial, pela sua derrota e a conquista das liberdades democráticas. A realização dessa tarefa está estreitamente ligada aos objetivos revolucionários em sua etapa actual e ao desenvolvimento da luta da classe operária pelo socialismo. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p. 174)

Na prática, essencialmente, tinham se decidido em manter a orientação embasada numa *concepção politicista*. Evidente que cada manifestação trazia nuances e peculiaridades, sem, contudo, se distanciar desta concepção, ou seja, sem alterar o fundamento básico que poderia ser traduzido em objetivos claros e institucionalmente realizáveis, como a proposta de mudanças na legislação, de abertura e garantia de canais de comunicação sem censura, e assim por diante,

<sup>54</sup> Fazemos uso da expressão “questão da democracia” para ressaltar o sentido aqui adotado, por isso, evitamos o uso de “questão democrática”, como é bastante comum, pois nos parece “abrir” demais o conceito introduzindo um dimensão ideal ou idealista.

criticando inclusive qualquer tática golpista, expressão bastante difundida no meio político da época.

Mas, se havia dissidências se formando naquele ano de 1967 sob alegação de que a política adotada era inadequada, contrária ao “espírito revolucionário” do PCB, também é verdade que o grupo majoritário de dirigentes instalados no Comitê Central reagiam aos ataques com medidas nem sempre “democráticas”. Edgard Carone (1982b) descreveu o momento da seguinte maneira:

Ao mesmo tempo, fatos nocivos evidenciaram-se na medida em que aprofundou a luta interna. Nos últimos meses, alguns membros do Comitê Central enveredaram pelo caminho do fracionismo e da violação das normas partidárias. O mesmo aconteceu com certos dirigentes intermediários, notadamente em São Paulo, Estado do Rio e da Guanabara. Em setembro de 1967, o Comitê Central realizou uma reunião extraordinária, a fim de apreciar esses fatos e adotar as medidas disciplinares pertinentes. Deu poderes à Comissão Executiva para adotar outras providências que se fizessem necessárias, a fim de pôr termo à atividade fracionista. Em cumprimento dessa tarefa, a Comissão Executiva interveio nos Comitês Estaduais de São Paulo e do estado do Rio e do Comitê Metropolitano de Brasília, e designou delegações para esses três Comitês com a missão de ali normalizar a atividade partidária. (CARONE, 1982b, p.57).

Os opositoristas ao Comitê Central procuraram organizar o enfrentamento na tentativa de alterar a correlação de forças no partido e, desse processo, desencadeou-se o que ficou conhecida como Corrente Revolucionária, a qual “agrupou-se em torno de dirigentes tradicionais que, aliás, haviam desempenhado papel chave na elaboração e defesa das formulações de 1958-1960: Mario Alves, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho, Jover Telles, Carlos Marighella” (AARÃO REIS FILHO, 1990, p. 47).

Longe dos acontecimentos e, portanto, do inflamação daquele momento, refletindo sobre o conteúdo das *Teses* aprovadas naquele *VI Congresso do PCB*, Gorender avaliou que

Como perspectiva de luta, propunham as *Teses* a derrota da ditadura militar através das alianças com a oposição burguesa e dos arranjos de cúpula. Reiterava a confiança na burguesia nacional e na possibilidade do caminho pacífico da revolução”. (GORENDER, 1987, p. 90)

Quanto aos tensionamentos entre os dirigentes que chegaram ao ponto do ataque e posterior rompimento de alguns, Gorender relatou que

[...] sob o controle de Prestes e Dias, a Comissão executiva não se dispôs a aceitar as derrotas com espíritos democráticos. A situação de clandestinidade facilitava o desrespeito às decisões das assembleias e conferências [...] A reunião seguinte do Comitê Central, em setembro, foi a última à qual compareci. Guardo recordação indelével de um trecho da intervenção de Prestes: Os companheiros dissidentes – falou o secretário geral – cuspiam no prato em que comiam, porque atacavam a direção que pagava o sustento deles e de suas famílias. A chantagem não ia abalar nenhum dos dissidentes já expostos a sol e a chuva, mas transmitia um recado aos vacilantes. Afinal, como se arranjaría, sem a amarga ajuda que Giocondo Dias lhes destinava, um operário beirando os cinquenta anos, clandestino e procurado pela Polícia? (GORENDER, 1987, pp. 91-92)

A chegada dos anos 1970 representou a possibilidade de profundas mudanças no contexto brasileiro e, conseqüentemente, provocaram reflexões e tomadas de decisão dos comunistas brasileiros em relação à “questão democrática”. Destacamos, neste aspecto, um texto precursor que antecipava fundamentalmente muitos dos aspectos que marcariam as discussões nos anos 1980 entre os comunistas. Redigida por Armênio Guedes, que em um depoimento recente se referiu ao texto como o que de melhor ele teria escrito<sup>55</sup>, a *Resolução Política do Comitê Estadual da Guanabara* publicada primeiramente na revista *Temas*,<sup>56</sup> contribuiu na definição da orientação do PCB em relação às eleições de 1970. Depois de uma avaliação que apontava que o Regime Militar passava por um crise, apesar da economia do país naquele momento parecer bem sucedida, em crescimento, entendia que havia espaços para o avanço das forças oposicionistas, mas, que especialmente os grupos de esquerda, entre eles os comunistas, tinham dificuldade de assimilar o momento.

Cabe aqui, finalmente, uma observação especial sobre a situação das esquerdas dentro da oposição. Para essas forças, a pior conseqüência da inflexão do movimento de massas foi o rápido incremento das posições radicais. Não foram poucos os grupos revolucionários pequeno-burgueses que não souberam recuar ante o avanço da contra-revolução, passando do radicalismo verbal às posições de desespero e aventura. Iniciaram essas correntes uma série de atos que se explicam, antes de tudo, pela sua

<sup>55</sup> Armênio Guedes fez esse reconhecimento no depoimento concedido à TV Câmara que compôs o documentário realizado na ocasião em que ele recebeu o título de cidadão paulistano na Câmara Municipal de São Paulo, em 2012. Documentário pode ser vista na internet, acessando: <http://www.youtube.com/watch?v=ORdfhOmeHQA>

<sup>56</sup> Revista *Temas*, nº 10, 1970, pp. 71-91.

incapacidade para enfrentar a tarefa de reestruturar o movimento de massas nas condições difíceis criadas pelo avanço da repressão fascista. Os assaltos a bancos, os golpes de mão e outras formas de ação postas em prática por pequenos grupos desligados das massas, enfim, o emprego indiscriminado da violência, embora compondo objetivamente o quadro da oposição, não deixam, apesar de seu suposto caráter revolucionário, de desservir à resistência e de dificultar a organização da frente única de massas contra a ditadura. Em uma palavra, enfraquecem a oposição. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO in: CARONE, 1982c, p. 96)

E, logo a seguir, a resolução reforçava a posição dos comunistas em investir na via pacífica e institucional, e, mais que isso, apontava para a responsabilidade das forças oposicionistas no processo, colocando claramente a condição da “unidade” como fator essencial para o seu avanço.

O trabalho paciente, cauteloso e demorado de organização da classe operária e do povo, de sua preparação para enfrentar uma luta prolongada, se assim for preciso, que constitui para o nosso Partido uma alta virtude revolucionária, não passa, para aqueles grupos, de um pecado mortal oportunista. É esse o quadro da oposição. Quadro que explica porque a ditadura, apesar de suas fraturas e instabilidade, ainda encontra meios e formas para avançar no processo de fascistização. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO in: CARONE, 1982c pp. 71-91)

Um outro texto que merece ser lembrado é o artigo de Prestes publicado na *Voz Operária* em maio de 1972<sup>57</sup> com o título sugestivo *A luta revolucionária dos comunistas brasileiros*, no qual o processo de “acumulação de forças”, expressão tão difundida na época, era tratado de modo bastante esclarecedor, em especial por reforçar a luta institucional, mas sem descartar que as condições da realidade pudessem impor uma luta insurrecional.

Os comunistas brasileiros estamos convencidos de que o processo de isolamento e derrota da ditadura está ligado ao desenvolvimento da luta de massas e na unidade de ação das forças democráticas. Sabemos que o caminho da derrota da ditadura não será o das ações desesperadas e aventureiras desligadas das massas. [...] A ditadura, como dia a Resolução Política do VI Congresso do nosso Partido, poderá impor ao povo o caminho da insurreição armada ou da guerra civil. Por isso devemos preparar o Partido e as massas para todas as formas de luta. Como disse o grande Lenine, é difícil ser revolucionário quando ainda não amadureceram as condições para uma luta direta e aberta autenticamente de massas. (PRESTES in: VOZ OPERÁRIA, nº 87, s/f, maio de 1972)

---

<sup>57</sup> Identificamos como *Voz Operária* “s/f” (segunda fase) os exemplares após a retomada do jornal em 1964.

Esse convívio entre a via pacífica e a insurrecional vai expor cada vez mais os divergências internas. Os documentos desses primeiros anos da década de 1970 demonstram essa instabilidade que refletia a correlação de forças em cada momento e também uma indisposição de Prestes em “continuar” investindo “apenas” na luta institucional. Parece contraditório, mas, pelo que consta, desde o final dos anos 1960 que Prestes teria iniciado uma “mudança” no modo de interpretar a realidade e passava a ser um crítico da postura “muito reformista” do Comitê Central. Isso explica em parte o acirramento das divergências que resultará no rompimento entre Prestes e o PCB em 1980, fato crucial para nossos estudos, o qual investigaremos com atenção nos próximos capítulos. No momento, importa-nos verificar como a *concepção politicista* foi “vencendo” suas batalhas e se firmando como “traço” fundamental da fisionomia do “pensamento democrático dos comunistas brasileiros”.

Isso implica reconhecer que, por volta de 1973, os comunistas pareciam ter se desanimado com a linha política defendida até o momento. Mas, ressalvados alguns pontos sectários e dogmáticos, essencialmente, continuaram optando pela ação política institucional. Um ponto de referência pode ser identificado numa resolução conhecida como *Por uma Frente Patriótica contra o Fascismo*, de novembro de 1973, na qual, apesar de “reforçarem” até certo ponto sua *concepção politicista*, ao admitirem a necessidade da luta pelas liberdades democráticas, portanto, do sistema político democrático como campo de seu projeto revolucionário numa perspectiva de revolução por etapas, limitavam-na em certo sentido ao confrontá-la com o que entendiam ser a “versão” brasileira do fascismo italiano.

O documento fazia uma avaliação um tanto precária em considerar que o Regime Militar naquele momento havia evoluído de uma ditadura militar do tipo reacionária para uma ditadura militar tipicamente fascista, entendendo que esse caráter fascista guardava distinções em relação aos casos italiano e alemão, mas que poderia ser reconhecido por alguns traços essenciais:

[...] algumas aparências de democracia representativa, inclusive a mudança periódica do ditador; empenho, por todos os meios, para afastar o povo, principalmente a classe operária, da vida política; utilização das Forças Armadas como instrumento político-repressivo e suporte direto do regime; ampliação e hipertrofia dos chamados órgãos de segurança, que dominam o aparelho do Estado e vida do país; aplicação do terror como principal método de governo; maior controle da estrutura sindical, que já é de inspiração corporativista e vinculada ao Estado, e maior repressão aos



sindicatos operários com objetivo de reduzi-los à órgãos exclusivamente assistenciais e recreativos; intensa propaganda oficial orientada no sentido de uma completa mistificação do ocorre no país; política econômica baseada na intensificação da exploração da classe operária e na crescente espoliação da nação, em favorecimento dos interesses dos monopólios, os estrangeiros em particular, e do latifúndio; política externa expansionista vinculada fundamentalmente aos interesses do imperialismo norte-americano e acompanhado de insistente campanha chauvinista.<sup>58</sup> (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO in: VOZ OPERÁRIA, nº 106, s/f, dezembro de 1973)

Propunham a união de todas as forças afetadas pelo caráter fascista assumido pelo regime a constituírem uma frente ampla patriótica e antifascista que fosse capaz de incluir grupos muitas vezes divergentes e até então distantes desde a classe operária, o campesinato e a pequena burguesia urbana até os setores da burguesia nacional que por algum motivo chocavam seus interesses com o regime, enfim, “desde as forças políticas oposicionistas até os sectores arenistas divergentes do caráter fascista do regime.”(PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO in: VOZ OPERÁRIA, nº 106, s/f, dezembro de 1973)

Em relação às “tarefas” dessa frente patriótica e do PCB, nesse caso, do ponto de vista imediato, seria preciso

a) reforçar nossa atividade no movimento sindical urbano e rural [...] b) trabalhar pela ampliação do movimento de solidariedade aos presos e perseguidos políticos e de defesa das liberdades democráticas. c) **utilizar todas as formas legais de luta**, inclusive durante o processo de troca dos ditadores, com objetivo de denunciar o caráter do regime e desenvolver o movimento de oposição ao fascismo. d) **trabalhar, desde já, tendo em vista as eleições parlamentares de 1974**. e) desenvolver a luta contra a carestia. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO in: VOZ OPERÁRIA, nº 106, s/f, dezembro de 1973, grifos nossos)

Para Vianna (1988, p. 37), os dirigentes interpretavam a conjuntura política apontando a existência de um certo “nacionalismo burguês antipopular e associado ao nacionalismo”. Seja como for, menos pela precariedade da interpretação conjuntural, nacional e internacional; menos pelo significado de sua avaliação e

---

<sup>58</sup> É interessante a classificação de “chauvinista” para as ações do Regime Militar feita pelo PCB. Grosso modo, “chauvinista” estaria associado a um certo nacionalismo exacerbado que trata com sentido de superioridade a dimensão nacional em face das relações internacionais. A expressão seria uma referência à Nicholas Chauvin, que viveu na França no século XVIII, conhecido pela sua lealdade e defesa de Napoleão. No período pós-napoleônico sua conduta nacionalista exagerada e fervorosa foi ridicularizada e tornou tema de comédias como “La Cocarde Tricolore”, dos irmãos Cogniard.

caracterização mecânica do Regime Militar como fascista; menos pelos arroubos libertários expressos em propostas de transformações profundas da sociedade e na vida humana, e mais pelo compromisso tático em assumir a “via eleitoral” como forma de avançar; mais pela visão limitada em aspectos institucionais, e independente das tarefas terem sido ou não realizadas, do ponto de vista da “questão democrática” que nos interessa, ficou patente sua escolha em “fazer política”.

Além de defenderem os convencionais direitos e garantias de cidadania, o essencial foi seu direcionamento para um objetivo claro e realizável, política e historicamente falando, obter crescimento de representatividade nas eleições previstas para 1974.

Essa evidente objetividade em definir as eleições de 1974 como momento de ação privilegiado nos parece reforçar que na base de seu pensamento em relação aos temas da democracia prevaleceu o entendimento de que era preciso lutar com as “armas disponíveis”, mesmo que estas fossem típicas de organizações e sistemas políticos e sociais contrários ou contrastantes com seus ideais socialistas. É esse firme propósito em assumir o caminho eleitoral, somado ao posicionamento de defesa de uma “frente democrática” pluriclassista e pluripartidária como formas de enfrentar o Regime Militar que começava dar sinais de desgaste externo e principalmente interno, que se traduzirá no que estamos chamando de “pensamento democrático dos comunistas brasileiros” que atravessará com intensidade as reflexões em torno da “questão democrática” entre os anos 1979 e 1983, como veremos.

### 2.2.1 Novos ares: o PCB e o processo de redemocratização a partir de 1974

Evidente que esse “impulso democratizante” tinha relações fortes com as mudanças conjunturais do Brasil, especialmente se reforçavam pela percepção de que o Regime Militar já não dispunha de toda a força necessária para se manter nos padrões que há dez anos se mantinham. Maria D’Alva Kinzo afirmou que a partir de 1974 se desenvolveu no Brasil uma “longa transição”:

Tratou-se do caso mais longo de transição democrática: um processo lento e gradual de liberalização, em que se transcorreram 11 anos para que os civis retomassem o poder e outros cinco anos para que o presidente da República fosse eleito por voto popular. Para propósito analítico, pode-se dividir este processo em três fases. A primeira, de 1974 a 1982, é o período em que a dinâmica política da transição estava sob total controle dos militares, mais parecendo uma tentativa de reforma do regime do que os primeiros passos de uma transição democrática de fato. A segunda fase, de 1982 a 1985, é também caracterizada pelo domínio militar, mas outros atores - civis - passam a ter um papel importante no processo político. Na terceira fase, de 1985 a 1989, os militares deixam de deter o papel principal (apesar de manterem algum poder de veto), sendo substituídos pelos políticos civis, havendo também a participação dos setores organizados da sociedade civil. (KINZO, 2001, p. 4-5)

Sem a expectativa dos militantes de “esquerdistas” que consideravam esse comportamento um “desvio” do caminho marxista ou comunista, quando não presos na armadilha de procurarmos respostas para aquilo que “não se realizou” (ou não se realizou de maneira indesejada), quando não decididos em apontar as falhas e precariedades em relação ao suposto projeto revolucionário sempre em curso, ideologicamente falando, podemos verificar que a participação dos comunistas brasileiros foi importante nas eleições de 1974, que por sua vez, representou avanços ainda mais importantes dos setores de oposição representados pelos candidatos do MDB e se tornou um dos fatores cruciais para provocar mudanças fortes de rumo nos planos dos militares.

Dois anos antes, nas eleições de 1972, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido governista, tinha esmagado eleitoralmente a oposição em torno do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Mas, certamente influenciado pela crise do petróleo em 1973, abalando a economia brasileira, provocando alta de preços e crescimento da inflação, logo, diminuindo o poder de compra da população, somada aos demais problemas internos e externos ao Regime Militar, as eleições de 1974 representaram um refluxo das forças políticas governistas enquanto aos opositoristas favoreceram o crescimento surpreendente de sua representação política. Basta a constatação entre os governadores eleitos, em que a oposição emplacou Orestes Quércia em São Paulo, Itamar Franco em Minas Gerais, Íris Rezende em Goiás, Mauro Benevides no Ceará, Paulo Brossard no Rio Grande do Sul e José Richa no Paraná.

Admite-se que os resultados dessas eleições de 1974 foram um dos principais fatores que forçaram a decisão do governo do general Ernesto Geisel decidir pela tática da “distensão política” que culminaria na “abertura” anos depois. Para Kinzo,

Os sinais de liberalização que permitiram a realização das eleições de 1974 em condições mais livres resultaram num surpreendente desempenho eleitoral do partido de oposição (MDB). Com isso, ficava evidente que, a despeito dos excelentes resultados econômicos conseguidos sob regime militar, este carecia de apoio popular. Também ficava claro que o inofensivo MDB, criado para ser parceiro da Arena no bipartidarismo de fachada instituído pelo regime, havia se tornado um instrumento efetivo de oposição democrática, a ser utilizado não apenas na arena eleitoral, mas também no processo político mais amplo [...] (KINZO, 2001, p. 5)

O então presidente da República anunciou sua política de “distensão” que foi tratada como uma proposta de abertura “gradual e segura”, como se costuma dizer, num contexto que trazia novas possibilidades, principalmente para os grupos ligados à “classe operária”, genericamente. Para Adriano Codato,

O propósito do governo Geisel (1974-1979) foi promover uma distensão, isto é, um relaxamento dos controles políticos impostos à sociedade. A censura prévia foi parcialmente suspensa, os resultados eleitorais, depois de algumas manipulações das regras, foram admitidos, os protestos dos empresários contra o “modelo econômico” foram, embora com reservas, tolerados e as inesperadas reivindicações operárias, surgidas a partir de 1978, foram um efeito não antecipado da ação liberalizante. (CODATO, 2005, p. 93)

Começa ganhar cada vez mais força conceitual e politicamente falando o uso da “questão democrática” como uma espécie de “bandeira de luta” escancarada que permitiria grande flexibilidade tática e até estratégica. Tornava-se como que uma “marca” do processo de redemocratização ou transição democrática do ponto de vista dos comunistas. Um processo que foi, como se viu, iniciado pela liberalização controlada pelo governo Geisel e que convergiu para um longo e contraditório processo de “concessões do regime e conquistas da sociedade”. Como mostraram Juan Linz e Alfred Stepan (1999), diferente de outros países, o Brasil teve um processo de transição política longo e sem rupturas.

Tanto a duração incomum da transição brasileira, quanto o fato de que a abertura militar durou seis anos mais que o ‘fechamento’ militar, parecem-nos diretamente relacionados ao fato de que o regime autoritário, que embora jamais tenha sido plenamente institucionalizado, era

hierarquicamente controlado por uma organização militar que detinha poder suficiente para controlar o ritmo da transição e para extrair um alto preço por se retirar do poder. (Linz; Stepan, 1999, p. 205)

Essa força dos militares limitava o processo, frustrava os entusiastas do movimento pelas eleições diretas em 1984; acompanhava a eleição do primeiro presidente civil depois de tantos anos, Tancredo Neves; permaneceria durante o mandato presidencial (do até então vice-presidente) José Sarney, no qual se pode identificar pelo menos 6 ministros militares, o comando do Serviço Nacional de Inteligência (SNI) e marcante influência em outros órgãos, de modo que, “em toda gama de assuntos de importância, o governo civil, na melhor das hipóteses, compartilhava a soberania com os militares”. (Linz; Stepan, 1999: 205)

De qualquer forma, foi na esteira desses acontecimentos que as forças tidas como progressistas convergiram no movimento pelas eleições diretas que marcou, embora de maneira incompleta, uma nova fase que permitiu o aprimoramento progressivo do sistema democrático no país ao longo de um governo civil eleito indiretamente e culminou no processo Constituinte concluído em 1988, momento que se define as bases institucionais e princípios político-sociais do país que vivemos hoje.

Numa análise ampla dos fatores históricos e estruturais que estariam na base desse processo Constituinte, poderíamos identificar, segundo Amaury de Souza e Bolivar Lamounier (1990), “três diferentes estratos históricos da cultura política”. Um desses estratos seria percebido na dimensão mais remota da formação do país, estendendo desde seu período colonial até o fim do século XIX, caracterizado por uma sociedade basicamente agrícola, estratificada e autoritária. Um segundo estrato representaria a influência dos fatos e fatores que remontam à Revolução de 1930 e à era Vargas. Deste legado getulista destacaríamos a concepção nacionalista de desenvolvimento e, principalmente, três aspectos: a) o cargo de presidente que deixa de ser visto como representante de oligarquias para assumir a função de personificação da vontade nacional e popular; b) desencadeia um processo de ampliação dos direitos de cidadania; c) redefine o papel do Estado em relação à economia, acentuando seu caráter intervencionista.

O terceiro estrato seria representativo das bases do Regime Militar, que combinava crescimento econômico com repressão política, e teria se estendido até o início da abertura nos anos setenta. Desse estrato ficaria marcante a necessidade

de se definir um novo conceito de democracia, participativa e popular, e é a partir deste último contexto, especificamente, que vão aprofundando os “traços” que delineiam os contornos desse “pensamento democrático dos comunistas brasileiros”. Isso porque, do lado dos sujeitos políticos que reivindicavam a democratização estavam diversos segmentos e organizações, entre eles os comunistas (filiados ou não ao PCB) que defendiam a democracia como fundamento do socialismo.

Em suma, parece ter havido um tipo de convergência circunstancial entre a *concepção politicista* do PCB e uma realidade propícia às práticas políticas por ela sustentadas, mesmo que no sentido de sua defesa, ou seja, a não existência de liberdades democráticas levando a lutar por liberdades democráticas; o autoritarismo no presente provocando uma luta pela democracia no futuro.

A repercussão das eleições de 1974 também foi marcante no meio intelectual, colocando problemas que precisavam ser reavaliados considerando as mudanças pelas quais o país estava passando. Um bom exemplo foram os trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores do Cebrap. Conforme verificou Milton Lahuerta,

Aos poucos, caíam em desuso várias das posições presentes entre políticos e intelectuais, demonstrando que uma nova “interpretação do Brasil” estava se impondo, relegando muitas das elaborações teóricas dos anos 50 e 60 e pretendendo uma revisão do pensamento político no país. Era preciso superar o viés terceiro-mundista, a idéia de Estado paternalista, o revolucionarismo (bravo, mas ineficiente), **assumindo a participação nas instituições da “sociedade civil” como o caminho para se democratizar e substituir a forma de Estado autoritária.** (LAHUERTA, 2001a, p. 69, grifo nosso)

Destacando o momento das eleições, Lahuerta completa:

**A guinada teórico conceitual seria reforçada pela vitória do MDB nas eleições de 1974.** A partir desse episódio, reforçam-se os vínculos entre os intelectuais e o partido, abrindo espaço para uma participação dos “intelectuais enquanto massa”. Aos poucos, advogados, cientistas puros, filósofos, cineastas, dramaturgos, artistas plásticos, atores, economistas, estudantes... saíam de suas especialidades e se engajavam numa luta de resistência democrática. Dessa forma, passavam a compor um “partido informal”, através do qual se fazia uma política diferente da tradicional. O crescimento da frente oposicionista articulada no MDB, com os resultados dessas eleições e com a adesão da intelectualidade à luta democrática, só aumentaria o seu prestígio junto à opinião pública. (LAHUERTA, 2001a, p. 69-70, grifo nosso)

Mas, se os anos 1974 e 1975 tiveram esses “avanços” democráticos, por outro lado, foram anos de uma forte repressão e perseguição contra os comunistas que provocaram, além de sua fragilização, casos de desaparecimento de dirigentes. Por “segurança”, o partido decide enviar boa parte de seus dirigentes para outros países iniciando a fase que poderia ser referenciada como “o PCB no exílio”. Nesta fase, por incrível que pareça, até o retorno desses dirigentes ao Brasil possibilitado pela aprovação da Lei de Anistia em 1979, o Comitê Central do PCB se reunia e procurava definir a linha política do partido estando no exterior.

Produziram, portanto, mesmo em situação gravemente adversa, documentos que são significativos para entender esse deslocamento de ideários que vai colocando a democracia como questão central no pensamento dos comunistas brasileiros e apreendendo a dinâmica eleitoral como sua tradução mais acessível e concreta, combinada com a enfática defesa dos processos Constituintes.

Exemplares desse processo são as notas e resoluções políticas que partido divulga nos anos de 1977, 1978 e início de 1979. Em todas o “discurso” vai se moldando em termos de ampliação dos direitos, defesa do calendário eleitoral, alianças com outras forças políticas, enfim, vai reforçando a questão da democracia ao mesmo tempo que abandonando a tônica dogmática socialista, no sentido que aqui anunciamos, ou seja, vai priorizando questões nacionais, espaços de ação política por meios institucionais, como num processo de afastamento dos antigos referências do marxismo-leninismo, pelo menos quanto à “questão democrática”. Sem entrar no mérito, mas, curiosamente, isso se refletiu inclusive no número de vezes que palavras como “socialismo”, “revolução” e “marxismo” apareceram nos textos, sugerindo um movimento, em termos de vocabulário político, de progressiva diminuição e distanciamento desses conceitos.

Para Vianna (1988, p. 41), essa posição confiante na estratégia “democrática” se consolida de tal modo que, “deslocado o orientalismo de uma revolução nacional-libertadora, subordina-se o nacional à democracia.”

A publicação vinculada ao PCB que daria “voz” às suas ideias continuava sendo o jornal *Voz Operária*, “ressuscitado” em 1964 e por tempo estando sob responsabilidade do jornalista Marco Antônio Coelho, em São Paulo. Depois, passou a ser editado no Rio de Janeiro tendo como editor Orlando Bonfim. No clima de perseguição aos comunistas, em 1975 a gráfica em que era impresso foi invadida e destruída, interrompendo por um tempo sua publicação. Entre 1975 e 1979,

podemos identificar uma fase em que os membros do Comitê Central do PCB se encontravam majoritariamente exilados em vários países da Europa. Num esforço considerável, os comunistas procuram manter sua imprensa funcionando, basicamente, o *Brasil mês a mês na imprensa*, uma espécie de clipping de notícias sobre o Brasil e o jornal *Voz Operária*.

Sem sermos exaustivos, mas como exemplos de outros instrumentos de luta política publicista que, apesar de não serem oficialmente vinculados ao PCB, mas tendo aglutinado “intelectuais orgânicos” que fariam história dentro do partido, somando-se aos “veteranos” nessa empreitada, mantiveram forte influência no campo comunista, foi a experiência da revista *Temas de Ciências Humanas*, que acaba permitindo um debate relevante liderado por nomes como Gildo Marçal Brandão e Nelson Werneck Sodré. Nas lembranças de Brandão (1999), a revista Tema teve papel importante na formulação das ideias que adentrariam os anos 1980 como centrais na agenda política dos pecebistas.

[...] em 1976, quando um grupo de professores da Escola de Sociologia e Política de São Paulo e pós-graduandos na USP resolvemos criar uma revista, *Temas de Ciências Humanas*, que entre 1977 e 1980 viria a atrair uma série de intelectuais de esquerda, alguns então exilados, que de uma ou de outra maneira eram hostis ao mundo intelectual da chamada “esquerda revolucionária” e gravitavam em torno da política frentista do velho PCB e de autores como Georg Lukács, Antonio Gramsci e Palmiro Togliatti, para os quais até então tanto a esquerda acadêmica como a velha guarda do “Partidão” torciam o nariz. (BRANDÃO, in: DIÁRIO DO GRANDE ABC, 20/janeiro, 1999)

Enquanto comenta a participação de Nelson Werneck Sodré no projeto, Brandão nos relewa os objetivos da revista.

Com a intenção expressa de balizar o campo intelectual no qual pretendíamos nos movimentar, convidamos para compor o conselho editorial da revista os dois maiores — e sob vários aspectos opostos — expoentes que o marxismo de matriz comunista produzira até então, Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré. Éramos todos — os três ou quatro que dirigíamos a *Temas* — caiopradistas e produtos uspianos, e olhávamos com certa condescendência a obra historiográfica do velho general, a qual entretanto defendíamos contra os ataques da universidade. Por um motivo ou por outro, Caio Prado recusou o convite e Nelson o aceitou e, apesar da distância (ele morava no Rio de Janeiro, nós em São Paulo), acabou se integrando. Salvo engano, sua participação na *Temas* deve ter sido sua primeira ação pública depois da notável experiência da Editora e da Revista *Civilização Brasileira* (que dirigira com Ênio Silveira e Moacir Félix), que



morreram asfixiadas pela sanha vingativa da ditadura militar. (BRANDÃO, in: DIÁRIO DO GRANDE ABC, 20/janeiro, 1999)

De volta aos documentos do PCB, podemos identificar como na *Resolução Política do PCB*, de dezembro de 1977, no tópico *A resistência cresce, a ditadura se isola*, os comunistas avaliavam que

O balanço da situação econômica aponta, assim, a existência de problemas que o regime militar-fascista, pela natureza de seus compromissos antipopulares e antinacionais, não pode resolver. Quanto ao quadro político, ele se caracteriza, de um lado, pelo aprofundamento do processo de desgaste e isolamento desse regime, e, de outro lado, pelo constante aumento da influência real das forças oposicionistas. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p. 264)

Mais adiante, a resolução revela a preocupação com a reconstrução ou reorganização do partido.

Os golpes sofridos por nosso partido nos três últimos anos, com séria repercussão no seu funcionamento como organização, deram origem a uma das facetas negativas do processo político em curso no Brasil, particularmente no que diz respeito à luta das forças da democracia. Trata-se de uma situação que exige de nossa parte, do conjunto dos comunistas, um esforço concentrado para reorganizar em toda sua linha, fugindo à rotina, a ação política e a atividade do partido. Trata-se, portanto, de vencer a distância existente no momento entre a influência política do PCB e sua precária organização. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p. 275)

Dois documentos interessantes que reforçam a *concepção politicista*, ambos divulgados pelo Comitê Central em 1978, são as chamadas *Nota da Comissão Executiva do PCB a propósito da Campanha Eleitoral*, no mês de maio, e a *Declaração do PCB sobre o Movimento Sindical*, no mês de novembro.

Em relação ao primeiro, a *Nota*, tendo em vista o processo eleitoral que se avizinhava em novembro de 1978, os comunistas reforçavam seu entendimento do papel do MDB na luta pela democratização e para os projetos do PCB.

Por isso, embora convoque os brasileiros a sufragar os candidatos mais combativos do MDB, os mais identificados com as causas populares e antiimperialistas, o PCB considera que *todo voto atribuído ao MDB é um voto de oposição, de repúdio à continuação do arbítrio e, nesse sentido, é um voto válido e democrático*. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p. 280, grifo original)

Pensando na *concepção politicista*, principalmente quanto à decidida crença nos processos eleitorais, podemos identificar que os comunistas naquele momento tinham propósitos “reais” em no nível político-institucional.

No plano das reivindicações políticas gerais, que devem formar a base da plataforma eleitoral que propomos ao conjunto da oposição, nosso Partido sugere concentrar a campanha eleitoral na luta pela convocação de uma Assembleia Constituinte, considerada pressuposto da instauração de um regime democrático entre nós. Mas julgamos que a convocação de uma Constituinte deve ser precedida por algumas medidas democráticas, exigidas hoje pela esmagadora maioria da opinião pública nacional: 1) anistia ampla e irrestrita; 2) fim de todos os atos e leis de exceção; 3) restabelecimento do *habeas corpus* em sua plenitude; 4) respeito à livre organização partidária, sem discriminação de nenhuma espécie; 5) completa liberdade sindical. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p. 283)

Em relação ao segundo documento, a *Declaração*, os comunistas avaliavam o fenômeno de crescimento do movimento operário e sindical, principalmente se voltando para os acontecimentos na região do ABC paulista que colocavam o sindicalismo numa condição diferente do que vinha acontecendo no país, ao mesmo tempo que pautavam as eleições exigindo posicionamento adequado das forças oposicionistas. Numa interpretação animada, afirmavam que,

A pressão do movimento sindical sobre o governo, por uma real democratização do país, ao lado das greves iniciadas em maio, constitui o ponto mais alto de ação política que a classe operária alcançou na luta contra a ditadura. Esta ação política fez com que as reivindicações operárias se reflitam na campanha eleitoral e no comportamento dos candidatos de oposição comprometidos com os interesses populares e democráticos. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p. 307)

Um aspecto que marcou esse posicionamento dos comunistas se refere ao seu propósito de imprimir um significado mais propriamente político (no sentido de enxergar as movimentações num contexto de possíveis transformações efetivas na sociedade) ao movimento sindical, precisamente ao movimento grevista e reivindicatório. No entanto, as forças que se afirmaram nesse meio tinham características distintas, pois se mobilizavam em torno de uma perspectiva menos “política”, nesse sentido, e mais corporativa. Uma das grandes discussões entre membros do PCB e do Partido dos Trabalhadores (PT), por exemplo, ao longo da década de 1980 se baseava nessa divergência. Enquanto o primeiro procurava uma substância mais política, procurava tratar o movimento como meio tendo em vista o

fim revolucionário mais amplo, o segundo tornava a defesa dos “trabalhadores” e seus interesses corporativos e imediatos no próprio fim, ou seja, como que agindo motivado por um “apoliticismo”. Como veremos nos capítulos posteriores, esse debate terá duras consequências e, de certo modo, já se anunciava neste documento.

O PCB considera que, para superar a exploração e a opressão capitalista, não basta que os trabalhadores se organizem sindicalmente. Os trabalhadores, como classe, necessitam lutar politicamente para a conquista das transformações políticas, econômicas e sociais que os liberte da exploração capitalista. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p. 311)

Também em 1978 os comunistas divulgam na *Voz Operária* (nº 152, s/f, novembro de 1978) a *Resolução Política de 1978*, no mês de novembro, na qual entendiam que os movimentos grevistas dos operários da região do ABC paulista representavam um salto de qualidade na luta operária e determinavam novos parâmetros para a política oposicionista.

As greves operárias – iniciadas no ABC paulista e que se estenderam a outras regiões industriais do país – são não só o acontecimento mais importante do período como marcaram o início de uma etapa qualitativamente nova na luta dos trabalhadores contra o regime. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p. 285)

Porém, reconheciam no “tópico IV”, chamado de *Os comunistas e a luta pela democracia*, que, apesar de estarem envolvidos sob uma ideia de democratização do país, as forças oposicionistas não tinham uma visão única do seu significado e função. Como já foi dito, havia no final dos anos 1970 a necessidade de se disputar em nome da democracia contra o Regime Militar e, ao mesmo tempo, disputar pelo seu conteúdo teórico-político.

Participando ativamente da luta unitária pelas liberdades democráticas, os comunistas reconhecem que não são idênticas as concepções de democracia que circulam, explícita ou implicitamente, entre as diversas correntes da oposição. Para os comunistas, a luta pela democracia, pela manutenção, ampliação e aprofundamento das conquistas alcançadas, é parte integrante da luta pelo socialismo. Sem ocultar nossa aspiração final ao socialismo, que compreende a mais ampla e profunda democracia, hoje nos empenhamos para que tais diferenças de concepções não impeçam nem dificultem a unidade política de todas as forças que lutam ou podem lutar pela implantação de um regime democrático. Na situação atual, a prioridade deve ser concedida à luta pela conquista das liberdades democráticas. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p. 291)

A seguir, o mesmo empenho pela Constituinte e demais reformas.

*A luta pela conquista das liberdades democráticas e, em particular, pelas pré-condições para a convocação de uma Assembléia Constituinte na qual estejam representadas todas as correntes de opinião, e a elaboração a aprovação de uma Constituição aberta à renovação democrática – política, econômica e social – do país: eis o caminho que os comunistas propõem ao conjunto das forças de oposição, a todos os setores democráticos do país. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, 297, grifo original)*

Na mesma edição, a *Voz Operária* trazia outros textos significativos, especialmente, *A questão democrática*, assinado por Josimar Teixeira. Neste texto, o autor anunciava a tônica do período que se seguiria a partir de 1979.

Não temos uma concepção instrumental da democracia. A democracia não é, para nós, um estágio transitório do qual nos valeríamos para preparar a instalação de um tipo de dominação de classe formalmente antidemocrática. A democracia, ao contrário, é um princípio permanente de nossa atividade: é o eixo que articula nossas propostas táticas imediatas com nossa estratégia de mais longo alcance. (TEIXEIRA in: VOZ OPERÁRIA, nº 152, novembro de 1978)

Como vimos, seu pensamento político se caracterizava pela permanência da *concepção politicista*, aparentemente tentando um distanciamento da *dupla lealdade* e dando sinais de que era possível absorver as novas condições provocadas pelo deslocamento da *agenda política*. Ao mesmo tempo, um problema comum que parecia influenciar as variáveis era seu apego intelectual ao *etapismo* e ao *estalinismo*.

Encerramos este capítulo nos referindo à *Resolução Política de 1979*. O primeiro tópico deste documento, que foi publicado no mês de maio, refere-se a um balanço positivo dos resultados das eleições nos anos de 1974 e 1978, demonstrando já de início seu foco sobre o caminho institucional.

As eleições de 1974 já haviam mostrado que o povo não se deixava enganar pela política de “distensão”. a expectativa arenista de capitalizar eleitoralmente, em 1978, os benefícios da propalada “redemocratização” de Geisel não se materializou, apesar da máquina de propaganda ditatorial, das intimidações e do emprego, em muitos caso, dos órgãos de repressão. Nem mesmo a “Lei Falcão” – que restringiu o uso do rádio e da TV na campanha eleitoral – impediu a expressão do descontentamento popular. O povo impôs nova derrota à ditadura, mostrando que os resultados das

eleições de 1974 e 1976 nada tiveram de fortuito. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, pp. 315-316)

Noutro momento do texto, realizaram uma avaliação também positiva do ponto de vista da “guerra de posições” travada pelos comunistas em conjunto com as demais forças antiditatoriais e democráticas, como faziam questão de frisar, entendendo que o ascenso do movimento operário e sindical, o agravamento das tensões dentro do próprio Regime Militar, a extinção do AI-5 (deixando a vigência de um regime de exceção), o restabelecimento do *habeas corpus* em crimes políticos, enfim, eram “novos espaços políticos e brechas institucionais abertos à movimentação antiditatorial” conquistados pela resistência das chamadas forças democráticas e, nesse caso, o texto fazia a seguinte leitura do momento:

Confirmam-se as afirmações anteriores de nosso Comitê Central: a situação política nacional continua se desenvolvendo num sentido favorável às forças democráticas e ao movimento popular. Esta é sua tendência principal, e que reforça desde “o início de uma etapa qualitativamente nova na luta dos trabalhadores contra o regime”. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p. 320)

Embora as condições objetivas pudessem não ser tão favoráveis como pareciam, como historicamente em alguns setores demonstraram, percebe-se que, na visão dos comunistas, a ação política proposta pelo partido estava sendo bem sucedida, alcançando os objetivos, o que não poderia ser entendido, como o foi muitas vezes, como mera superestimação das forças democráticas. Isso fica evidente neste documento, principalmente no tópico: *V – Forjar a alternativa democrática, tarefa central das forças opositoras*. Neste tópico, os comunistas “celebravam” o acerto de suas proposições.

A nova situação criada no país – e que demonstra o acerto das linhas essenciais da Resolução Política do VI Congresso do PCB – coloca para os comunistas e para o conjunto das forças de oposição a questão de encaminhamento da luta para alargar as faixas e os espaços democráticos já conquistados, até a liquidação da ditadura. [...] Trata-se de fazer avançar agora nossa tarefa tática principal, definida pelo VI Congresso, que “consiste em mobilizar, unir e organizar a classe operária e demais forças patrióticas e democráticas para a luta contra o regime ditatorial, pela sua derrota e a conquista das liberdades democráticas”. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p. 321)

E, na sequência, contextualizavam esses avanços dentro de um projeto entendido como revolucionário.

Esta tarefa básica abre caminho à nossa luta pela conquista no Brasil de uma democracia política, econômica e social, porque “intimamente ligada aos objetivos revolucionários em sua etapa atual e ao desenvolvimento da luta da classe operária pelo socialismo”, ainda conforme a Resolução Política do VI Congresso. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, 321)

Esta ênfase em se manterem fiéis às decisões expressas na *Resolução Política do VI Congresso do PCB* é fundamental para compreendermos que, tempos depois, no auge da crise interna do partido, especialmente no episódio envolvendo as divergências com Prestes (que acabou sendo afastado de suas funções), este era um ponto crucial, pois o Comitê Central alegava continuar respeitando essas decisões, enquanto os prestistas defendiam uma revisão desse posicionamento.

Por fim, o documento encerrava deixando claro que o balanço mais fundamentado do período e o plano de ação conforme sua linha política a ser desenvolvido nos anos seguintes seriam tratados e deliberados no *VII Congresso do PCB*, para o qual o Comitê Central tomaria as medidas necessárias para sua realização em breve. Mas, por problemas internos e externos, este objetivo foi sendo adiado e apenas no final de 1980 se reuniram com essa finalidade e, mesmo assim, não conseguiram concluir os trabalhos como previam, sendo que a resolução só seria publicada em 1984.

De modo geral, estavam dadas as bases principais sobre as quais o debate nos anos seguintes irá ser travado. Os comunistas brasileiros realizavam, como observou Leandro Konder (1980, p. 123), “uma retomada da reflexão sobre a ‘questão democrática’”.

### 3 MUDANÇA DE “VOZES”

A virada do ano 1979 para o 1980 nos parece demarcar o “momento decisivo” do fenômeno de emergência da “questão democrática” combinado com um deslocamento à centralidade no pensamento político dos comunistas brasileiros. Uma fase complexa que envolveu várias situações que resultaram em rompimentos e mudanças importantes na concepção política do PCB. Cientes das limitações, admitimos que não seria possível resgatar aqui todas estas situações envolvidas, mas, entendemos que alguns fatos políticos e intelectuais possam ser utilizados como referenciais na compreensão do significado dessa fase em termos teórico-políticos entre os comunistas, desse modo, o objetivo será demonstrarmos a relevância e o significado destas referências. Assim, arriscaríamos dizer que uma primeira referência seria a publicação do artigo de Carlos Nelson Coutinho intitulado *A democracia como valor universal* em março de 1979 na *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*, sintetizando o que havia de fundamental como proposta de “renovação pecebista”. A segunda referência, esta correspondendo a um momento de “ruptura”, de caráter agonístico, seria o episódio de rompimento entre Luiz Carlos Prestes e o PCB que se intensifica com o retorno dos dirigentes do exterior no final de 1979 e se concretiza no início de 1980, quando os comunistas que permanecem como majoritários na direção do partido também rompem (ou tentam romper), simbolicamente, com uma tradição do “marxismo de matriz soviética”. O capítulo encerra anunciando o que para nós representou a conclusão desta fase do processo que visava “rupturas” e que ocorreria em março de 1980 quando o PCB lançou, à revelia de Prestes, o jornal semanário *Voz da Unidade*, momento que a perspectiva de “unidade” (no sentido não apenas interno, mas, sobretudo, externo, em relação às demais “forças democráticas” contra a ditadura), ocupa definitivamente o plano central na política pecebista. Precisamente, quando a *Voz da Unidade* vai às bancas, Prestes já era apenas uma “voz divergente” e isolada, situação que se efetiva em maio de 1980 quando o cargo de Secretário-Geral é declarado vago e, posteriormente, os comunistas elegem Giocondo Dias para assumir a função de dirigente máximo do PCB.

Iniciaremos o capítulo com uma breve contextualização do momento histórico no país que marcou a virada dos anos 1970 para os 1980. Neste aspecto,

num primeiro momento faremos uma descrição do processo de “transição” em curso na época utilizando conceitos atuais na Ciência Política como a relação entre “liberalização” e “democratização”. Na sequência, procuraremos reconstituir algumas características do momento considerando as mudanças estruturais e superestruturais no país que envolveram, por um lado, a relação mais ampla e histórica entre economia e política e, por outro lado, uma relação mais circunstancial entre Estado e sociedade civil. O propósito será demonstrar que o fenômeno de emergência da “questão democrática” esteve diretamente ligado às transformações mais gerais pelas quais o Brasil passou na década de 1970 e que, em termos gramscianos, poderíamos dizer que os deslocamentos na *agenda política* do país foram no sentido de uma valorização da “superestrutura” em relação à “infraestrutura” e, no âmbito da “superestrutura”, uma valorização da “sociedade civil” em relação ao “Estado”.

Após esta breve contextualização e de maneira tópica, analisaremos o que aqui definimos como marcos referencias. Dos objetivos específicos e do material básico utilizado sobre o primeiro fato, respectivamente, procuraremos encontrar fundamentos teóricos e políticos que influenciaram nas formulações políticas dos comunistas em relação à “questão democrática”, adotando como “texto-síntese” o artigo *A democracia como valor universal*, de Carlos Nelson Coutinho, abordando três aspectos: a recepção das ideias de Georg Lukács pelos comunistas e sua influência teórica, sobretudo pelo conceito de “via prussiana”, a recepção das ideias de Antonio Gramsci e sua influência teórica pelo conceito de “revolução passiva” e, por fim, a influência política do movimento internacional conhecido como “eurocomunismo”, utilizando como referência escritos de Enrico Berlinguer.

Para analisarmos o segundo fato utilizaremos como fontes privilegiadas, respectivamente, os documentos *Carta aos Comunistas* e *Ecos da Carta aos Comunistas* pelo lado de Prestes e, pelo lado Comitê Central, os documentos *Nota do CC em resposta à Carta aos Comunistas* e as manifestações pela imprensa comunista, no caso, pela *Voz da Unidade*. Além disso, procuraremos enriquecer a reconstituição deste período de crise com registros da imprensa nacional, uma vez que o problema analisado se tornou público e de interesse nacional, extrapolando os limites das divergências comumente internas ao partido. Para isso, utilizamos como critério um grande jornal de São Paulo e outro do Rio de Janeiro, respectivamente, a *Folha de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil*, que deram atenção especial ao caso e



representam os dois Estados que mais próximos estarão das batalhas travadas no campo dos comunistas brasileiros.

Por fim, restringiremos à apresentação de alguns desdobramentos, utilizando as primeiras edições da *Voz da Unidade* (que trazem aos comunistas os encaminhamentos e o desfecho da crise com Prestes) como indicativos do fim de um longo ciclo no qual Prestes e o PCB se confundiam. A investigação propriamente sobre o pensamento político manifesto na *Voz da Unidade* ficará para o quarto capítulo.

Como fizemos nos capítulos anteriores, neste também lançaremos mão de bibliografia especializada, dando ênfase aos trabalhos daqueles que estamos admitindo no trabalho como “intelectuais orgânicos” ligados ao PCB.

### 3.1 O Brasil entre 1979 e 1980: um período de “transições”

Ao assumir o mandato como presidente da República, inaugurando o que pode ser melhor entendido como “período de abertura”, o general João Batista Figueiredo se pronunciou na posse:

*Reafirmo*, portanto, os compromissos da Revolução de 1964, de assegurar uma sociedade livre e democrática. Por todas as formas a seu alcance, assim fizeram, nas circunstâncias de seu tempo, os presidentes Castello Branco, Costa e Silva, Emílio Médici e Ernesto Geisel.

**Reafirmo: é meu propósito inabalável** — dentro daqueles princípios — **fazer deste País uma democracia**. As reformas do eminente Presidente Ernesto Geisel prosseguirão até que possam expressar-se as muitas facetas da opinião pública brasileira, purificado o processo das influências desfigurantes e comprometedoras de sua representatividade. (FIGUEIREDO, 1979, pp. 5-6, grifo nosso)

Pelas expressões “propósito inabalável” e compromisso em “fazer deste País uma democracia”<sup>59</sup>, pode-se imaginar a concepção sobre o processo de transição que deveria restabelecer um sistema “democrático” do ponto de vista dos militares. Vale o registro de que em dezembro de 1978 o AI-5 deixava de vigorar,

Assim, com o ano novo, em 1979 o país reingressou no Estado de direito – ainda precário porque apoiado em uma Constituição imposta, a de 1967, em

<sup>59</sup> Discurso de posse do presidente João Batista Figueiredo de 15 de março de 1979.

uma emenda constitucional espúria, arrancada, sob ameaça, em 1969, e em toda uma constelação de leis e decretos que formavam, como se chamou desde então, um verdadeiro *entulho autoritário*. (REIS FILHO, 2002, p. 69)

Uma referência para localizarmos os acontecimentos seria de Adriano Codato em sua descrição do período histórico-político.

Do ponto de vista cronológico, a história política do regime ditatorial e da transição brasileira da ditadura militar para a democracia liberal pode ser assim descrita: Fase 1: *constituição do regime político ditatorial-militar* (governos Castello Branco e Costa e Silva) [...] Fase 2: *consolidação do regime ditatorial-militar* (governos Costa e Silva e Médici) [...] Fase 3: *transformação do regime ditatorial-militar* (governo Geisel) [...] Fase 4: *desagregação do regime ditatorial-militar* (governo Figueiredo). (CODATO, 2005, p. 87)

Este período entre 1979 e 1985, Codato chamou de “desagregação” e seria marcado, entre outros fatores, pelas seguintes etapas: uma primeira entre a posse do presidente em março de 1979 até a reforma partidária que extinguiu o bipartidarismo de Arena e MDB; uma segunda etapa a partir de abril de 1980 com as greves operárias em São Paulo, na região do ABC paulista, até pelo menos agosto de 1981 com a demissão do general Golbery do Couto e Silva do governo, até então tido como articulador principal das ações governistas, principalmente, no que se refere ao relacionamento e medidas com a oposição; a terceira etapa começaria em novembro de 1982 por ocasião das eleições diretas para governadores dos estados, quando se verifica crescimento dos opositores tanto nos Executivos estaduais quanto na Câmara dos Deputados, e seguiria até a frustrada votação da Emenda Dante de Oliveira em abril de 1984, momento em que a proposta das eleições diretas foi derrotada; por fim, uma quarta fase a partir de janeiro de 1985, com a vitória da oposição na eleição para Presidente da República até março de 1985 quando, devido à morte do presidente eleito Tancredo Neves, assumiu o governo federal seu vice, José Sarney. (CODATO, 2005, pp. 87-88). Logo, nossa investigação estaria localizada entre a “primeira” e a “segunda” etapas.

Uma vez ajustado nosso foco, o fato foi que na virada dos anos 1970 para os 1980 o Brasil vivenciava um daqueles intrigantes períodos que Adam Przeworski (1984) descreveu como marcados pelo clima de “incertezas previsíveis”, que seria

provocado pela complexidade e indefinição características de processos nos quais regimes autoritários vão chegando ao fim e regimes democráticos vão sendo institucionalizados e/ou retomados. São momentos em que prevalecem tensões de vários tipos e expectativas também variadas em torno do objetivo de transferência, de modo abrupto ou pacífico, de um poder antes concentrado nas mãos de um grupo quase autocrático para um poder difuso em regras e procedimentos institucionais, portanto, de perspectivas de mudanças estruturais e institucionais combinadas com a apreensão com os resultados do processo.

Qualquer um que tenha vivido os momentos que precedem a queda de uma ditadura, quando a democracia torna-se uma possibilidade real, há de lembrar a tensão quase constante, a alternância de esperanças e medos, os acessos de entusiasmo e a dor das frustrações. Cada etapa apresenta-se frágil e ainda assim nada parece inatingível. (PRZERWORSKI, 1984, p. 36)

No caso brasileiro, um período no qual a mudança anunciada se daria de um Regime Militar imposto desde o Golpe de 1964 para um “regime democrático”, cujo processo de “distensão” visando sua efetivação teria começado com objetividade a partir de 1974, quando o então presidente da República, general Ernesto Geisel, deu início à chamada abertura “gradual e segura” que resultaria no processo Constituinte entre 1987 e 1988, a partir do qual se considera estabelecido o desenho institucional que permitiu um tipo de democracia presente até hoje.

Uma maneira instrutiva de tratarmos esse momento histórico para melhor compreensão seria contextualizá-lo de maneira mais refinada utilizando conceitos valorizados nas últimas décadas pela Ciência Política, os quais assimilam os processos de transição a partir de dois parâmetros: liberalização e democratização.

Autores especialistas nesse assunto, especialmente nos processos ocorridos na América Latina, como Alfred Stepan (1988, 1999), Juan Linz (1999), Guillermo O’Donnell (1982, 1988), Philippe Schmitter (1988) e Adan Pzrsworski (1984), chegaram a determinados consensos na tipologia dos processos de transição, entre eles, uma razoável aceitação de ser possível identificarmos nesses processos pelo menos duas dimensões ou níveis de abrangência político-institucional. Uma delas identificam como “liberalização”, o que implicaria permitir algumas garantias jurídicas aos cidadãos, mas sem avançar em outros aspectos

reivindicados. Este “tipo” de transição pode ser melhor entendido na formulação de Przeworski:

A liberalização é uma situação — ou quando envolve diversos estágios, um processo — de instituição de liberdades civis, entre as quais o direito à associação independente e o direito de criar organizações políticas através das quais os conflitos possam ser canalizados de modo aberto, sem transformar, no entanto, o aparato de poder e sem atingir sua capacidade de controlar as conseqüências *ex post*. Assim, a liberalização é um processo pelo qual o aparato de poder permite algum tipo de organização política e interação de interesses, mantendo, porém, intacta sua própria capacidade de intervir. É uma abertura controlada do espaço político geralmente condicionada à compatibilidade das conseqüências políticas com os interesses e valores do aparato de poder autoritário. O resultado final do processo de liberalização é, por conseguinte, um sistema referido acima como “democracia tutelar”: um regime com instituições competitivas, formalmente democráticas, mas no qual o aparato de poder, neste momento reduzido às forças armadas, detém a capacidade de intervir numa situação indesejável. (PRZERWORSKI, 1984, p. 37)

Olhando para a realidade brasileira, seria possível admitirmos a princípio que houve um processo de “liberalização” verificado, por exemplo, pelo restabelecimento do *habeas corpus*, aprovação da Lei da Anistia, reforma do sistema partidário, realização de eleições diretas para os governos estaduais, conquista de mínima liberdade de imprensa e indicação clara de que haveria nos planos o retorno ao governo civil.

Ao mesmo tempo, na outra ponta, outra dimensão seria a “democratização”, o que exigiria avanços maiores no âmbito político institucional e não disporia, o Regime Militar, de aparato suficiente para controlar seu desenvolvimento e intervir agudamente para evitar determinados desdobramentos. Daí as “incertezas previsíveis” se caracterizariam com mais facilidade, em maior grau, pois os resultados dos acontecimentos fugiriam ao controle e poderiam ser surpreendentes. Entre os dois “tipos” de transição, poderíamos identificar uma relação cuja linha separativa é tênue, mas que sua forma de ser conduzida teria uma lógica elementar, uma regra que serviria de parâmetro analítico. Diz Stepan: “liberalização refere-se fundamentalmente à relação entre o Estado e a sociedade civil. A democratização refere-se fundamentalmente à relação entre o Estado e a sociedade política” (STEPAN, 1988, p. 13).

Os autores aqui mencionados, de modo geral, concordam que seja possível, e até comum, os processos se limitarem em sua dimensão liberalizante, ou seja, é

possível que haja “liberalização” sem necessariamente avançar no sentido da “democratização”. Porém, entendem que o contrário não acontece ou seria pouco provável. Para esses autores, o caso brasileiro foi tipicamente uma “liberalização”.

Este nos parece um aspecto importante para entendermos que os comunistas conviviam com conquistas do ponto de vista da “liberalização”, materializadas, como dissemos, no restabelecimento de condições tidas como democráticas, mas, ao mesmo tempo, percebiam que o processo não avançava com muita intensidade ao ponto de uma “democratização”.

Também podemos utilizar estes estudos para entendermos a “angústia” dos comunistas que defendiam a democracia, mas não uma democracia sem correspondentes sociais e econômicos (pelo menos pensavam assim no período recortado neste capítulo). Isso nos remete à própria caracterização da democracia institucionalizada, quer dizer, o tipo de democracia, entre as várias “combinações” possíveis histórica e geograficamente definidas, que resultou o processo. Haveria, entre as várias formas de definição, um modo elementar de classificá-las. Por exemplo, seria possível a existência de uma democracia sem (ou com pouca) correspondência significativa ao sentido de igualdade socioeconômica, fato que atemorizava os comunistas que realmente acreditavam numa democracia substanciada.

Assim, considerando os aspectos apontados, admitimos que a democracia brasileira quando analisada nesses padrões referenciais poderia ser entendida como resultado de um processo de liberalização combinado com uma visão predominante que admitia um tipo de democracia como “regime político” sem um condicionante fundamental nos aspectos socioeconômicos, sendo, portanto, produto de um processo que não colocou como condição fundamental uma correspondente “democratização socioeconômica”, se assim podemos dizer.

Nesse sentido, parece-nos possível reconhecer, sem que isso seja definitivo, que o processo de transição no Brasil teve mais características de uma “liberalização” do que de um legítimo processo de “democratização”. Entretanto, apesar de pender para um processo limitado ao nível liberalizante, tivemos alguns fatos ou desdobramentos inesperados, ou seja, apesar do Regime Militar conseguir impor seu projeto de auto-reforma, como alguns dizem, em alguns momentos por ação dos grupos opositores ou por fatores circunstanciais, nacionais e

internacionais, esse plano sofreu contratempos e ameaças que foram contribuindo para o delineamento dessa transição.

Resumindo, acreditamos que os comunistas brasileiros naquele momento aceitavam o processo de “liberalização”, mas, cobravam algo mais profundo que chegasse ao ponto de o caracterizar como um processo de “democratização”. Além disso, para agravar ainda mais, os comunistas desejavam que quando se chegasse ao nível da “democratização” o processo garantisse também no âmbito socioeconômico um significativo desenvolvimento democrático.

Feitas estas primeiras observações sobre o que nos parecia o ponto de vista dos comunistas brasileiros, vale também demonstrarmos brevemente como interpretavam a partir desse ponto o processo de emergência da “questão democrática” que se deslocava para o centro de suas atenções. Percebiam que havia uma nova realidade brasileira se formando, fenômeno que exigiu e impulsionou sua busca por embasamento teórico capaz de sustentar interpretações dessa nova realidade com menos equívocos, por um marxismo “arejado” que conseguisse dar conta de explicar e, principalmente, propor um rumo para as suas aspirações e propostas.

Para Carlos Nelson Coutinho esse impulso teve pelo menos duas causas principais,

Em primeiro lugar, o processo inicial de “abertura” política, que gradualmente erodiu o regime militar, criando um clima de relativa liberdade na vida cultural. Em segundo lugar - e este é certamente o fator mais importante - a esquerda brasileira adota uma perspectiva de autocrítica radical dos seus velhos modelos, sejam aqueles ancorados na Terceira Internacional, sejam aqueles (maoísta, castrista, trotskista) que defenderam e, em muitos casos, colocaram em prática a luta armada. [...] a recuperação do legado gramsciano se tornava, naquele momento, o instrumento privilegiado de uma operação, que tendia abertamente à ruptura com a esclerose doutrinária do partido e propunha, em seu lugar, uma nova cultura política de esquerda, adequada à modernidade brasileira e, ao mesmo tempo, à altura das considerações mais avançadas da reflexão marxista internacional do período, sobretudo, daquela ligada ao Partido Comunista Brasileiro. (COUTINHO, 2009, p. 40),

Sobre as motivações da busca pela esquerda e, para nós pelos comunistas principalmente, de novas orientações naquele período, Luiz Werneck Vianna, entendeu que

[...] significava admitir uma passagem para a democracia que não implicava, necessariamente, um momento forte e agonístico de ruptura com o antigo regime — o que na linguagem da esquerda significava aderir à via da reforma em desfavor da revolução. Para a esquerda, portanto, assumir o caminho da transição importava transformações na sua identidade e em sua trajetória tradicional, passando a se identificar plenamente com os valores e as instituições da democracia — compreendida aí a tradição liberal —, a recusar antigas antinomias — entre igualdade formal e igualdade real, por exemplo — e a pôr sob o mesmo estatuto os valores da liberdade e da igualdade. (VIANNA, 2000, site)

Outra observação viria de Francisco Weffort, refletindo já sobre desdobramentos desse processo na década seguinte, portanto, ou seja, nos anos 1980, trazia uma avaliação lúcida sobre a centralidade que a ideia de democracia tinha tomado nas reflexões e ações no campo da esquerda.

Para os comunistas do PCB, por exemplo, a sua atitude atual de valorização da democracia parece significar, não uma novidade, mas um aprofundamento de posições que se acham em sua própria tradição. [...] Mais sutil é o processo de mudança vivido por muitos que, na virada de 1968, se lançaram à luta armada. Como entender que os que se dedicaram ontem a ações armadas contra o regime militar participem hoje da luta pela democracia? (WEFFORT, 1984, p. 79-80)

Uma outra forma de procurarmos explicar esse deslocamento do eixo na visão de setores da esquerda coloca a situação econômica como fator preponderante. Mais que isso, a percepção da situação econômica e as respostas possíveis nessa realidade. Para nós se trata de elemento fundamental, pois a maneira de interpretar expressava em seus fundamentos as perspectivas, as aspirações e as orientações dos sujeitos políticos que a desenvolviam. Nesse caso, torna-se necessária uma interessante constatação de Bresser-Pereira:

A transição democrática no Brasil foi assim o resultado de um novo pacto político, que reuniu os trabalhadores, a burguesia e grande parte da tecnoburocracia civil, particularmente os intelectuais. Chamei esta coalizão de classes formada mais ou menos em 1977 e existente até 1987, de “pacto democrático-populista de 1977”. Será essa coalizão de classes que comandará o movimento das “Diretas Já” em 1984-85, promoverá a divisão do partido autoritário, e conduzirá à eleição de Tancredo Neves no colégio eleitoral. [...] Não se tratou de um acordo formal. Poucos tinham consciência dele. Mas estava baseado não simplesmente em uma aliança política entre a burguesia industrial e os trabalhadores (isto constituiria uma reedição do pacto populista), mas na aceitação de três idéias-chave por ambas as partes: (1) democracia, que interessa a todos; (2) manutenção do capitalismo, que é fundamental para a burguesia; e (3) distribuição moderada da renda, que interessa aos trabalhadores. (BRESSER-PEREIRA, 1997, p. 26)

Consideradas as bases desse “pacto democrático-populista de 1977”, podemos avançar no entendimento de que não se tratava de uma “alternativa” ao modelo capitalista, mas a uma nova composição de forças e organização socioeconômica. De certa forma, se isso se confirma, tendo como referência o ano de 1977, passa a ser razoável pensar que as famosas elaborações de 1979, como o festejado artigo de Coutinho, *A democracia como valor universal*, possa ser lido e revisto nesta ótica, ou seja, de que muito dessas preocupações do “pacto” estivessem lá sintetizadas.

Grosso modo, como veremos a seguir, o que já se percebe numa primeira aproximação é que o tal “pensamento democrático dos comunistas brasileiros” continuava, e esta é uma palavra interessante, sendo desenvolvido embasado na *concepção politicista* que vimos se forjar e se firmar pelos capítulos anteriores.

### 3.1.1 O deslocamento da *agenda política*

Como os comunistas brasileiros procuraram interpretar e propor uma ação política em meio às mudanças na *agenda política* do país? O que significava essa mudança da *agenda política*?

Desse fenômeno nos cabe reconhecer que desde o período do pós-guerra nos anos 1940 até parte dos anos 1970 no Brasil predominou a preocupação com a “questão do desenvolvimento”, principalmente, o desenvolvimento econômico. Em termos mais sofisticados, teria validade pensarmos que o nacional-desenvolvimentismo, por exemplo, formou gerações de economistas, políticos e também dirigentes e intelectuais comunistas. Para que isso fique claro, podemos entender que se tratava de um processo longo envolvido com a objetivação do capitalismo no Brasil. Conforme apontou Vera Cepêda,

A década de 1950 é o momento áureo nesse processo de transformação ao consolidar um pacto social com alta capacidade hegemônica, o nacional-desenvolvimentismo, caracterizado pela presença de atores e agenda absolutamente modernas. Trabalhadores assalariados e empresários de várias frações de classe (ligados aos interesses da indústria, comércio, agricultura; cindidos entre dinâmica interna e externa), classes médias urbanas, funcionalismo e intelectuais com poder de *state makers* mesclam-



se no debate sobre a configuração de uma sociedade moderna (de modelo urbano-industrial), definida como projeto nacional. (CEPÊDA, 2012, p. 82)

Nesse caso, continua Cepêda esclarecendo que,

O velho desenvolvimentismo, partindo do e preso ao diagnóstico do subdesenvolvimento, elege como nuclear o problema dos obstáculos à realização de um sistema econômico industrial complexo e maduro. O foco no velho desenvolvimentismo está assestado, centralmente, nos estrangulamentos do mundo da produção e na sua resolução via industrialização pesada. Aparecem em segundo plano, quando muito no horizonte de sua proposição e como efeito de sua ação, os aspectos de distribuição e elevação de bem-estar. O mote crescer primeiro para distribuir depois não é acidental, mas uma metáfora exemplar do compromisso e custos sociais necessários no projeto de desenvolvimento. (CEPÊDA, 2012, p. 84)

Esta realidade, no final dos anos 1970, estava passando por sensíveis transformações. Parafraseando Weffort (1984, p. 51), poderíamos dizer que dos anos 1950 até os anos 1970 o *leitmotiv* da política brasileira teria sido a “questão do desenvolvimento”, especialmente o econômico, mas, isso mudou e “a conquista da democracia tornou-se, desde 1974, o *leitmotiv* da política brasileira.”

Consideramos que existia um impasse entre os comunistas, pois estava em pauta a definição de sua estratégia de ação política tendo em vista uma mudança de horizontes, pois como apontou Marco Del Roio,

Não se tratava mais de uma revolução nacional democrático-burguesa, pois as forças de produção do capital já haviam atingido um significativo grau de desenvolvimento, tampouco uma revolução socialista imediata, diante da insuficiente organização das massas e da subjetividade operária. Nesse cenário, a questão nacional estaria subsumida à questão democrática, e isso não só nas relações sociais, mas também no que se refere ao partido. Somente um partido comunista amplo, democrático e de massas seria o instrumento capaz de conduzir uma “guerra de posição” que se antecipava longa pela construção de uma democracia socialista. (DEL ROIO in: PINASSI (org), 2002, p. 134)

Dessa forma, o que se percebe é houve uma sensível mudança no referencial de ideia-força do processo político brasileiro que culmina nos anos 1980. Nesse contexto, os comunistas tentaram ao seu modo formular e apresentar respostas aos problemas reais que surgiram, neste caso, debatendo-se sobre esse

processo de mudanças na *agenda política*, algo que correspondeu a um processo interno de ressignificação teórica sobre a “questão da democracia” pelos dirigentes e intelectuais comunistas. Para nós, esse processo de ressignificação teórica-política em relação à democracia só pode ser compreendido com esse pano de fundo.

Mais que isso, essa relação entre economia e política, que num contexto capitalista contemporâneo, balizou os encaminhamentos e debates sobre a “questão democrática” entre os comunistas, trazia em sua base um problema que é, ao mesmo tempo, teórico e histórico, envolvendo uma percepção de democracia muito influenciada por certa tendência interpretativa que a reduzia ou a identificava mecanicamente com o liberalismo. Noutras palavras, os comunistas precisaram enfrentar elementos que refletiam um processo mais amplo envolvendo as bases do próprio capitalismo. Este processo mais amplo poderia ser explicado pela lógica observada por Javier Amadeo,

El capitalismo tornó posible una redefinición de la democracia y su reducción al liberalismo. De un lado, pasó a existir una esfera política separada en la cual la condición “extra-económica” no tenía implicaciones directas para el poder económico, de apropiación, de exploración y distribución. De otro lado, pasó a existir una esfera económica con sus propias relaciones de poder que no dependían de privilegio político. (AMADEO, 2007, p. 6)

Essa “separação” entre uma dimensão econômica, de um lado, política, de outro, influenciou naquilo que substancia a democracia ou deveria substanciá-la.

Así, las condiciones reales que tornaron posible la democracia liberal también limitaron el alcance de la responsabilidad democrática. La democracia liberal deja intocada toda la esfera de dominación creada por el capitalismo, deja intocadas vastas áreas de la vida cotidiana que no están sujetas a responsabilidades democráticas, sino que son gobernadas por los poderes de la propiedad, por las leyes del mercado, y por el imperativo de maximización del lucro. La forma característica con que la democracia liberal trata esa nueva esfera de poder no es restringirla sino liberarla; de hecho, el liberalismo no la reconoce como una esfera de dominación. Eso vale principalmente en relación al mercado, que tiende a ser percibido como una oportunidad, no como una coacción. (AMADEO, 2007, p. 6)

Por outro ângulo também podemos identificar que a relação entre Estado e sociedade se apresentava em transição, num deslocamento na *agenda política* que se expressou, sobretudo, na ascensão dos movimentos sociais e do chamado “novo

sindicalismo”, realizando um processo que em termos gramscianos entendemos como de valorização da “superestrutura” (sociedade política e sociedade civil) em detrimento da “infraestrutura” (elementos socioeconômicos, estruturais, etc.) e, num segundo plano, no âmbito da “superestrutura”, da valorização da “sociedade civil” em detrimento da “sociedade política”, em especial do “Estado”.

Esta percepção se reforça pelo que observou Milton Lahuerta em se tratando de uma espécie de hipervalorização do papel da “sociedade civil” na época.

De 1974 a 1979 a sociedade brasileira segue um sinuoso trajeto no qual a sociedade civil se afirma enquanto conceito e realidade, definindo seu horizonte de ação, seus limites e possibilidades. Num primeiro momento, no contexto da luta contra as arbitrariedades da ditadura, “sociedade civil” tornou-se sinônimo de tudo aquilo que se contrapunha ao Estado ditatorial, o que foi facilitado pelo fato de “civil” significar também, no Brasil, o contrário de “militar”. Dessa operação resultou uma primeira leitura problemática: o par conceitual sociedade civil-Estado, que forma em Gramsci uma unidade na diversidade, foi utilizado para conformar e cristalizar uma contraposição radical e maniqueísta. Nessa leitura, ao contrário do formulado por Gramsci, acabou por se considerar tudo o que provinha da “sociedade civil” positivamente, enquanto que o que dizia respeito ao Estado aparecia marcado a priori por um sinal fortemente negativo. O que nas condições vigentes não chegava a ser surpreendente. (LAHUERTA, 2001b, pp. 73-74)

Noutro momento Lahuerta aprofundaria essa observação afirmando que a esquerda, e no caso repercutindo entre os comunistas que estavam atentos a essas discussões,

Essa interpretação do país que ganhou consistência teórico-política durante os anos setenta, tornou-se o principal referencial para a oposição, que passou a defender como ponto fundamental da agenda política a luta por direitos. O que, diga-se de passagem, revelou-se uma estratégia bastante acertada, já que permitiu superar o revolucionarismo voluntarista ainda bastante presente na cultura de esquerda e entre a juventude universitária. Ao que se acrescentaria: a luta por direitos deveria ter como seu principal protagonista a “sociedade civil”. No entanto, a afirmação desse novo conceito não se deu sem uma grande dose de ambigüidade. Da forma como foi concebido nos anos 70, o conceito de sociedade civil ganhou uma enorme autonomia da idéia de Estado, como se a sociedade civil fosse um “outro” do Estado. (LAHUERTA, 2001b, p. 38)

Esta segunda “separação”, agora entre Estado e sociedade civil, tornava ainda mais complexas as condições sobre as quais os comunistas deviam formular

suas “respostas” políticas. Em suma, essas mudanças na *agenda política*, por um lado, criaram um contexto em que as forças oposicionistas, e entre elas os comunistas, tinham na luta em defesa da democracia contra o autoritarismo do Regime Militar seu fator convergente principal, que justificava a proposta de alianças que em outros momentos seriam improváveis; por outro, demonstravam que o desenvolvimento econômico e a democracia poderiam se desenvolver de modo independente, o que exigia uma interpretação mais sofisticada das transformações pelas quais estavam vivenciando.

### **3.2 O “valor universal” da democracia para os comunistas brasileiros**

A busca de instrumental teórico mais apropriado às novas exigências fez com o período da virada dos anos 1970 para os 1980 fosse marcado também por um impulso no campo teórico comunista que representou uma tentativa de distanciamento da *dupla lealdade*. Neste processo, podemos identificar, não só, mas especialmente, o papel relevante de três fatores do ponto de vista do seu embasamento teórico-político: a recepção de Lukács e seu conceito de “via prussiana”; a recepção de Gramsci e seu conceito de “revolução passiva”; e o movimento “eurocomunista”. Entendemos que estes fatores irão fundamentar a proposta que entre os comunistas ficou reconhecida como do “valor universal” da democracia, possivelmente a proposta mais elaborada que se conseguiu fazer entre os comunistas para além dos esquematismos convencionais do “marxismo de matriz soviética”, mas, que por vários motivos não obteve o êxito desejado, como veremos no quarto capítulo.

Sobre estes autores influentes, especificamente, podemos dizer que embora já fossem recepcionados há algum tempo pelos intelectuais brasileiros, nesse momento eles “entram” definitivamente no debate pecebista, mesmo que num primeiro momento isso ocorresse de maneira limitada e restrita entre alguns intelectuais e entre poucos dirigentes. Significava, entre outras coisas, uma abertura para concepções não necessariamente vinculadas ao “marxismo de matriz soviética”, já como consequência do processo de desestalinização provocado mundialmente após o *XX Congresso do PCUS* em 1956.

Em relação à Lukács, Celso Frederico realizou um pertinente estudo sobre essa entrada teórica dos conceitos lukacsianos entre os brasileiros, em especial entre os comunistas. Grosso modo, segundo ele, os comunistas brasileiros tomaram contato “oficial” com suas ideias em 1959, pela revista *Problemas da paz e do socialismo* (nº 4), publicação internacional na qual em sua edição para o Brasil trouxe o ensaio de Bela Fogarasi intitulado *As concepções filosóficas de Georg Lukács*. No mesmo ano a *Estudos Sociais* (nº 5), revista dirigida por Astrojildo Pereira, publicou um texto do próprio Lukács, o prefácio de *A destruição da razão*, que acabou sendo publicado com o título *O irracionalismo - fenômeno internacional do período imperialista*. Havia, ao menos entre alguns comunistas influentes, a preocupação em “renovar” o marxismo, especialmente se “libertando” dos modelos do *estalinismo*.

Mas os tempos ainda não eram totalmente favoráveis a maiores ousadias. Por isso, prudentemente, o texto de Lukács fez-se acompanhar do ensaio “Relação entre as ideias políticas e filosóficas de Lukács”, de autoria de Jozsef Szigeti, Ministro da Cultura da Hungria. Seguindo uma linha de argumentação idêntica à de Bela Fogarasi, apesar da linguagem menos truculenta, o autor aproveitou para estender a crítica aos discípulos de Lukács na Hungria (István Mészáros, Miklos Almasi e Agnes Heller). Na apresentação dos dois textos, *Estudos Sociais* incluiu uma cautelosa “nota da redação” informando que a publicação visava a contribuir para o debate sobre o desenvolvimento do pensamento filosófico marxista. (FREDERICO, 2013, site)

Em todo caso, começava um processo de “renovação” desse pensamento, e claro, com reflexos em relação à “questão democrática” que, de certa forma, vai aos poucos se deslocando para o centro. Como Celso Frederico apontou:

De qualquer modo, as condições favoreciam a renovação. No plano internacional, iniciava-se um debate nos partidos comunistas ainda perplexos com o processo de desestalinização. Internacionalmente, os grupos renovadores já haviam obtido uma importante vitória política com a Declaração de março de 1958, documento aprovado pela direção do PCB, que acenava pela primeira vez para a centralidade da questão democrática na construção do socialismo, rompendo assim, com a estratégia insurrecionalista e com o dogmatismo fomentado pela importação de modelos teóricos (no caso: o modelo de revolução para os países coloniais, elaborado pela Internacional Comunista em 1928 e, desde então, seguido pelo PCB). (FREDERICO, 2013, site)

Conforme estes estudos, além dessa tímida recepção no grupo em torno da revista, pode-se perceber que foi Nelson Werneck Sodré nos anos 1960 quem incorporou decididamente seus conceitos na elaboração de interpretações e

propostas. Com o tempo suas ideias já estavam disseminadas entre jovens intelectuais, parte deles vinculada ao PCB, como Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, José Chasin, José Paulo Netto e Luiz Sérgio Henriques.

Nota-se que muitos destes intelectuais estarão protagonizando nos anos 1980 as disputas pelo poder e pelas ideias entre os comunistas alinhados na *corrente renovadora* e se expressando com mais audiência por meio da *Voz da Unidade*. A influência de Lukács foi crescendo e se sofisticando com o passar do tempo.

A adoção das idéias de Lukács, no Brasil, teve diferentes significados. Antes de mais nada, ela inseria-se no esforço de renovação do marxismo pós-desestalinização; servia de suporte teórico na luta ideológica contra o irracionalismo (em especial a filosofia existencialista que tanto prestígio teve entre nós na década de 50 e início da década de 60) e, depois, contra o formalismo, estruturalismo e positivismo (em voga nos anos 70); servia, também, para se reestudar criticamente a literatura e servia, finalmente, em escala menor, para se pensarem temas da realidade brasileira. (FREDERICO, 2013, site)

Da produção sobre ele ou baseada em seus conceitos, principalmente referentes ao grupo de intelectuais que nos interessa, podemos destacar escritos de Leandro Konder como *Os marxistas e a arte* (1967), o ensaio *Lukács e a arquitetura* (1978) e a apresentação da obra *Lukács* (1980). De Carlos Nelson Coutinho podemos citar *O estruturalismo e a miséria da razão* (1972).

De José Paulo Netto, *Lukács e a teoria do romance* (1974), *A teoria do romance do jovem Lukács* (1976), *Lukács e a crítica da filosofia burguesa* (1978), o prefácio à *Carta sobre o stalinismo* (1978), *Para a crítica da vida cotidiana* (1987) e o sempre lembrado *Lukács - o guerreiro sem repouso* (1983). Neste último livro, uma biografia pela qual José Paulo Netto expõe claramente a crítica de Lukács à política stalinista, que a entende mais como um método impregnado de pragmatismo oportunista do que algo de valor teórico.

Criticando a sua caracterização como um simples produto do "culto à personalidade" de Stalin, Lukács busca as causas das deformações geradas na União Soviética no cerco capitalista à experiência revolucionária e nas particularidades do processo histórico russo. O seu interesse dirige-se para o entendimento da problemática cultural da era stalinista. Lukács assinala que, sob Stalin, ao contrário da orientação lenineana, as necessidades táticas imediatas subordinaram a elaboração teórica e paralisaram o pensamento marxista, submetendo-o a exigências rasteiramente pragmáticas e oportunistas. Lukács considera o stalinismo como, sobretudo, um método: em política, um oportunismo taticista; na

cultura, o administrativismo burocrático que engendra o dogmatismo. (NETTO, 1983, pp. 71-72)

O ponto que aqui mais nos interessa se refere às reflexões lukacsianas sobre o tema da “via prussiana”, uma espécie de “revolução pelo alto”, de conciliações e decisões que não envolveriam os “de baixo”, a qual poderia servir para entender o processo de modernização e de transição brasileira para um capitalismo. Conforme assinalou Celso Frederico,

A luta democrática passava a ser interpretada como uma reversão do prussianismo presente em toda a nossa vida política. O conceito, assim, iluminou diversos estudos sobre a realidade brasileira. Entre outros citaríamos: Luiz Werneck Vianna, *Liberalismo e sindicato no Brasil* (Paz e Terra, 1976); Leandro Konder, *A democracia e os comunistas no Brasil* (Graal, 1980); Ivan de Otero Ribeiro, "A importância da exploração familiar camponesa na América Latina", em *Temas de Ciências Humanas*, número 4, 1978; Marco Aurélio Nogueira, *As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república* (Paz e Terra, 1984). (FREDERICO, 2013, site)

Existe razoável aceitação de que conceitos lukacsianos como de “via prussiana” e outros foram marcantes no histórico artigo de Carlos Nelson Coutinho intitulado *A democracia como valor universal*. Como já dissemos, este texto foi importante para o debate que se seguiu na virada dos anos 1970 para os 1980 entre os comunistas, inclusive consolidando no repertório político do PCB a definição e defesa da democracia como um “valor universal”, uma condição e fundamento do próprio socialismo.

Para nosso estudo, vale destacarmos que a formulação da “via prussiana”, como acontece com tantas outras no campo político, tornou-se por um bom tempo entre alguns comunistas um modelo que servia para explicar quase tudo na história do desenvolvimento do Brasil como um país de capitalismo tardio, ou hiper-tardio, como definiu José Chasin (1977).

Sua gênese, no sentido que acabou adquirindo com o tempo foi atribuída aos estudos de Engels sobre o processo de objetivação do capitalismo na Alemanha, quando comparava com os acontecimentos nos casos francês e inglês. Entendeu Engels que nestes países, o capitalismo se desenvolveu pelo que ficou conhecido como “via clássica”, ocorrendo as transformações do sistema feudalista para o capitalista no tempo contextual correspondente à primeira “onda” de efetivação mundial, portanto, autênticos em relação à revolução democrático-

burguesa que o estabeleceu, mantendo entre política e economia uma relação complementar.

Por outro lado, avaliava que o caso alemão de objetivação do capitalismo teria acontecido tardiamente, num processo em que a burguesia abria mão das reivindicações políticas aceitando o comando das elites conservadoras representadas pela nobreza, entregava-se estritamente ao propósito econômico, excluindo qualquer participação das classes subalternas, consolidando-se como classe que teria negado a si e à história seu projeto de emancipação política e conquista da hegemonia. Claro que isso considerado por Engels a partir de um entendimento de que essa burguesia tinha “por natureza” uma função revolucionária nos moldes da francesa, por exemplo. Essa decepção com a burguesia, digamos assim, levou-o a atribuir ao caso alemão o título de “miséria alemã” e para definir o processo que a provocou utilizou a denominação de “via prussiana”.

Lenin também utilizou este conceito após analisar a situação russa. Preocupado em entender o desenvolvimento do capitalismo num país predominantemente agrário e distinto dos casos francês e inglês, obviamente, mas também com peculiaridades em relação à “miséria alemã”, ele formulou duas possibilidades de interpretação.

Chamou de “caminho do tipo prussiano” quando as condições objetivas que estruturavam o “feudalismo russo” (e aqui notamos a dificuldade em torno de generalizações uma vez que os países eram bem distintos) se transformavam lentamente em “empresa” de tipo burguês com as demais características como desvinculação do político e priorização do econômico, exclusão dos subalternos e admissão do governo conservador.

Na outra ponta estaria o que chamou de “caminho de tipo norte-americano”, quando ao invés de se entregar ao controle dos latifundiários, a revolução “divide” as propriedades em parcelas menores que a burguesia otimiza gerando melhor distribuição num processo mais célere.

Conforme Lenin (1980, p. 30) entendeu, no “caminho de tipo prussiano” se percebe que “o conteúdo fundamental da evolução é a transformação do feudalismo em sistema usurário e em exploração capitalista das terras dos feudais-latifundiários-júncers”, de outra forma, no “caminho de tipo norte-americano”, esse “conteúdo está na transformação do camponês patriarcal em granjeiro burguês”



Lukács, quando se referiu à “via prussiana”, procurava entender o processo de desenvolvimento alemão, porém, abordando seus aspectos históricos e estéticos, da literatura, por exemplo. Em síntese, entendeu que o problema dos alemães era o capitalismo tardio e isso teria produzido em termos estéticos uma falta de continuidade, de possibilidade de consolidação avançada. Esta relação entre a “via prussiana” e suas consequências para a formação cultural e política de uma dada sociedade seriam referências importantes absorvidos pelo pensamento dos comunistas.

Em relação ao outro autor, Gramsci, podemos dizer que a partir de 1974 houve um aprofundamento da influência de autores de um certo “marxismo ocidental”, especialmente os italianos, e que ele compôs essa tendência. Embora não tenha sido a primeira tentativa dos comunistas brasileiros avançarem em relação à “questão democrática”, foi nesse momento que ela se “encontrou” com ideias e pensamentos que pareciam expandir o horizonte dos comunistas, como exemplo o avanço e influência do pensamento gramsciano que se intensificou conjuntamente provocando efeitos que chegam até os dias de hoje. Nesse caso, poderíamos dizer que esse “encontro” não só, mas sobretudo, com Gramsci, tenha se dado basicamente no campo da esquerda política e pelos comunistas brasileiros, no que se costuma classificar como “segundo ciclo” de recepção das ideias gramscianas no Brasil.

Em um breve resgate, a título de esclarecimento, poderíamos admitir que o itinerário da recepção de suas ideias seja marcado por dois ciclos. O “primeiro ciclo” ou momento em que a obra do autor repercutiu significativamente foi nos anos 1960. Antes temos notícia de dois textos, um de Romain Roland, *Os que morrem nas prisões de Mussolini*, de 1935 e o outro um artigo de E. C. Guerra, *As novas cartas de Gramsci*, de 1947. Porém, nesse período ainda não conquistam um espaço significativo.

Seria, assim, entre 1961 e 1967, que sua recepção se tornaria um fato relevante, especialmente pelos trabalhos de intelectuais como Carlos Nelson Coutinho, Michael Löwy, Constantino Ianni, Leandro Konder, Octávio Ianni e Otto Maria Carpeaux. Além disso, entre 1966 e 1968, a editora Civilização Brasileira publicou as seguintes obras: *Cartas do Cárcere* (1966), *A concepção dialética da história* (1966), *Literatura e vida nacional* (1968), *Os intelectuais e a organização da*

*cultura* (1968) e *Maquiavel, a política e o Estado moderno* (1968), todos baseados na edição temática coordenada por Palmiro Togliatti e Felice Platone.

O “segundo ciclo” da recepção de Gramsci seria, como dissemos, a partir de 1974, quando o país e os comunistas estavam enfrentando, respectivamente, crises tanto econômicas quanto intelectuais, aquela pelo fracasso do modelo desenvolvido pelos militares e esta pelas incertezas entre êxitos aparentes como as eleições de 1974 e logo em seguida a ofensiva anticomunista por parte do Regime Militar.

O país também via crescer novos movimentos sociais como o sindicalismo na região do ABC paulista e outras organizações que exigiam interpretações e teses mais elaboradas, especialmente no campo marxista. É quando o ambiente se torna propício para a defesa de garantias democráticas como sufrágio universal, direitos de liberdade, enfim, quando a defesa da democracia baseada na *concepção politicista* dos comunistas encontra um terreno fértil para se desenvolver.

Neste momento, num processo de reflexão e autocrítica, as ideias de Gramsci encontram espaço e acabam virando “moda” não só entre os comunistas, mas em muitos grupos de esquerda e também na universidade. A produção acadêmica nesse período reproduziu intensamente suas teses, adaptadas, evidentemente, de acordo com o que se “precisava” mais do que conforme Gramsci havia escrito. De outra forma, significa dizer que a “leitura” dos conceitos gramscianos foi feita num contexto que requeria um tipo de interpretação que muitas vezes acabou distorcendo seu sentido, ou seja, “lido” como convinha e não necessariamente como se propunha. Problema que começava bem antes, pois, como se sabe, os textos utilizados na época eram baseados na “edição temática”<sup>60</sup> coordenada por Palmiro Togliatti que divulgou ao mundo um Gramsci “organizado” de acordo com seus próprios interesses e compromissos.

Conforme demonstrou Álvaro Bianchi,

Uma reconstrução da trajetória de difusão do pensamento de Antonio Gramsci no Brasil é, também, uma história de sua publicação. Essa trajetória começa imediatamente após a morte do marxista sardo, em abril de 1937, quando sua cunhada Tatiana Schucht e o líder comunista Palmiro Togliatti se empenharam para recuperar os cadernos que Gramsci havia redigido na prisão e levá-los em segurança para Moscou. Em 1947, a

<sup>60</sup> A outra edição, a chamada “edição crítica” organizada por Valentino Gerratana e publicada pela Editora Einaudi na década de 1970 procurou se aproximar do ponto de vista histórico e filológico com o processo de elaboração sistemático de Gramsci. É basicamente essa “edição crítica” que a Editora Civilização Brasileira publicou recentemente e que utilizamos majoritariamente nesta pesquisa, conforme a bibliografia.

Editora Einaudi começou a publicar esses escritos. Primeiro, um volume reunindo suas cartas (*Lettere dal carcere*) e, a partir de 1948, o texto que ele havia anotado de modo caprichoso em 33 cadernos escolares de capa dura. Os volumes publicados foram, entretanto, organizados tematicamente e vieram à luz com títulos arbitrariamente atribuídos pelos editores: *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce* (1948); *Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura* (1949); *Il Risorgimento* (1949); *Note sul Macchiavelli, sulla politica e sullo Stato moderno* (1949); *Letteratura e vita nazionale* (1950); e *Passato e presente* (1951). (BIANCHI, 2007, p. 7)

Seja como for, o ponto que vale ressaltarmos é que foi por esse grupo de “intelectuais orgânicos” e reconhecidos na *corrente renovadora*, entusiastas dessas nova abordagens, em contato direto de alguns com os intelectuais comunistas italianos, que esse pensamento se desenvolveu com mais intensidade no âmbito do PCB.

E, de tantos conceitos que Gramsci desenvolveu, tornou-se importante o de “revolução passiva”. Embora não tenha sido tratada com rigor, apesar de ser utilizado muitas vezes com funções destoantes e em alguns casos distorcidas de sua finalidade, o uso da “revolução passiva” como conceito-chave de interpretação e explicação mais ampla do processo histórico-político da “transição” para a democracia entre 1970 e 1980 parecia ser capaz de elucidar muitos de seus aspectos daquela nova realidade. Por quê?

Inicialmente, a expressão “revolução passiva” fora utilizada por Vincenzo Cuoco para definir um determinado fenômeno representado pela Revolução Napolitana em 1799. Partindo desse referencial, Gramsci o sofisticou e ampliou seu uso e dimensão.

Vincenzo Cuoco chamou de revolução passiva a revolução ocorrida na Itália, como consequência imediata das guerras napoleônicas. O conceito de revolução passiva me parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino. (GRAMSCI, 2002, v. 5, p. 209-210).

De modo geral, como veremos, entre outros fatores interpretados por esse critério em relação ao processo de modernização que convergiu com a “transição” para a democracia estão a confiança num movimento de mudanças “moleculares” na sociedade, na influência importante mas não decisiva da mobilização popular e a forte presença do Estado sob controle do Regime Militar como condutor, mesmo que fragilizado.

Sobre o terceiro fator que consideramos relevante, o “eurocomunismo”, vale registrarmos que este fenômeno internacional se tornou de extrema importância para o desenvolvimento do “pensamento democrático dos comunistas brasileiros”. Como demonstramos nos capítulos anteriores, os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial trouxeram novos desafios aos países e ao movimento comunista como um todo. Por um lado, os soviéticos tornaram mais agudas suas relações com países como os Estados Unidos, rompendo a aliança antifascista e partindo com numa ofensiva que marcaria o fenômeno conhecido como “guerra fria”; com isso, precisavam e procuraram determinar as ações dos comunistas em vários países com um caráter militarizado. Por outro, grupos de comunistas buscavam alternativas ao projeto socialista se baseando nas questões nacional e democrática, ou seja, encontrando na luta pelo desenvolvimento e afirmação nacional numa organização político-institucional que garantisse ampliação de garantias democráticas, o argumento de sua ação.

Segundo Marcos Del Roio,

A expressão “eurocomunista” tem origem na publicística do debate político italiano, referindo-se à estratégia desenvolvida pelo então secretário-geral do PCI, Enrico Berlinguer, conhecida como “compromisso histórico”. Simplificadamente, constituía um projeto de aliança entre as massas comunistas e católicas no marco da defesa e aprofundamento da democracia. O respaldo teórico era oferecido por uma certa leitura de Gramsci, que colocava a questão democrática no centro da ação político-cultural dos comunistas. Pretendia ser uma atualização das formulações de Gramsci, mas também um desenvolvimento da tese de Togliatti sobre a “via italiana ao socialismo”, algo como uma “via euro-ocidental ao socialismo”. [...] O “eurocomunismo” tinha também como pano de fundo uma visão crítica do “socialismo real” e a insistência na particularidade histórica do Ocidente e da transição socialista. Seria uma terza via entre o stalinismo e a socialdemocracia. O que se buscava, enfim, era um novo nexo estratégico entre democracia e socialismo. (DEL ROIO in: PINASSI (org), 2002, p. 133)

Internacionalmente, portanto, essa tendência em se “distanciar” do “marxismo de matriz soviética” ou marxismo-leninismo passou a ser ponto central na pauta de partidos comunistas importantes fora da União Soviética, precisamente o italiano, o espanhol e o francês. É, portanto, como expressão deste fenômeno internacional que as teses defendidas no movimento o qual a imprensa atribuiu o nome genérico de “eurocomunismo” passaram a influenciar comunistas em vários outros países. As ideias dos “eurocomunistas” foram bastante difundidas a partir das declarações do então Secretário-Geral do Partido Comunista Italiano (PCI), Enrico

Berlinguer, sobretudo, pelo conteúdo do seu discurso proferido em Moscou, por ocasião das comemorações pelos dos sessenta anos da Revolução Russa, em 1977, quando afirmou que

O Partido Comunista Italiano também surgiu sob o impulso da Revolução dos Soviéticos. Ele cresceu depois, sobretudo porque conseguiu fazer da classe operária, antes e durante a Resistência, a protagonista da luta pela reconquista da liberdade contra a tirania fascista e, no curso dos últimos 30 anos, pela salvaguarda e o desenvolvimento mais amplo da democracia. A experiência realizada nos levou à conclusão — assim como aconteceu com outros partidos comunistas da Europa capitalista — de que a democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é forçado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual se deve fundar uma original sociedade socialista. (BERLINGUER, 2006, site)

Após definir esse novo enquadramento para a “questão democrática” face ao seu vínculo com o socialismo, Berlinguer reforçava a tendência de distanciamento do que estamos tratando por *dupla lealdade*, afirmando que cada partido em sua realidade e ao seu modo deveria buscar desenvolver os resultados da tradição soviética.

Todos temos ainda muito caminho a percorrer. Mas nós, comunistas italianos, estamos certos de que, desenvolvendo os resultados da Revolução de Outubro segundo os deveres e os modos que a cada um são próprios, os partidos comunistas e operários, os movimentos de libertação, as forças progressistas de cada país conseguirão determinar — na conseqüente universalização da democracia, da liberdade e da emancipação do trabalho — a superação em escala mundial da velha ordem capitalista e, então, assegurar um futuro mais calmo e feliz para todos os povos. (BERLINGUER, 2006, site)

O contato dos comunistas brasileiros com os “eurocomunistas”, especialmente no período do “PCB no exílio”, em alguns casos, como de Armênio Guedes, uma relação pessoal com os irmãos Berlinguer, tanto Enrico quanto Giovanni,<sup>61</sup> somadas às exigências de reavaliação teórica do partido e às exigências “novas” que a realidade brasileira impunha; também ao entusiasmo de jovens comunistas que no Brasil a partir de 1976 vão emergir como figuras importantes nesse processo como Marco Aurélio Nogueira, Gildo Marçal Brandão e o próprio Carlos Nelson Coutinho, enfim, uma série de fatores vão convergir para os

---

<sup>61</sup> Armênio Guedes comentou essa sua amizade com os irmãos Berlinguer no documentário da TC Câmara de São Paulo em 2012, para a ocasião de entrega de Título de Cidadão Paulistanos, em 2012. O vídeo pode ser acessado pelo endereço: <http://www.youtube.com/watch?v=ORdfhOmeHQA>.

acontecimentos no início de 1980. Recentemente, numa matéria sobre Armênio Guedes, por ocasião do lançamento de um livro sobre sua vida, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou “três perguntas para Armênio Guedes”, cujas respostas, por um lado, corroboram com o que tratamos aqui e, por autor, servem-nos de pistas para os próximos tópicos:

**1. Qual foi a missão que cumpriu como militante?□□**

O trabalho de ruptura com os processos adotados na URSS e usados pelo PC brasileiro. Eu tinha posição contra o centralismo e autoritarismo.

**2. Além da sua vocação para o diálogo, o que o levou a essa ruptura?□□**

O aprendizado do eurocomunismo, com Palmiro Togliatti e Berlinguer. Vi que o paradigma soviético não valia mais.

**3. O livro reproduz muitas frases suas desafiadoras, contra a URSS, Prestes... Isso não lhe custou caro?**

Eu fiz política a minha vida inteira sem nunca ter a menor preocupação com cargos. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 16/06/13, p. 9)

### 3.2.1 O “texto-síntese”: A democracia como valor universal (1979)

No Brasil, um “texto-síntese” dessas influências teórico-políticas de Lukács, Gramsci e dos eurocomunistas, pode ser reconhecido no célebre artigo de Carlos Nelson Coutinho, *A democracia como valor universal*, de 1979, cuja questão central era demonstrar o vínculo legítimo entre socialismo e democracia. Partindo da necessidade de “releitura” da proposta marxista considerando o papel estratégico da democracia, procurava superar, por um lado, os esquerdistas de mentalidade golpista e, por outro, os grupos conservadores sustentados pelo imperialismo, pelo latifúndio e pelo monopólio. Propunha socializar o processo político com conquistas de “liberdades político-formais” face ao regime repressivo e de exceção da época, enfatizando dois aspectos: o vínculo socialismo-democracia na base da proposta marxista; a renovação democrática não como etapa temporária e nem como tática apenas, mas, com sentido estratégico ao longo de um processo contínuo de consolidação da revolução socialista no país. Ao apresentar os objetivos do texto, Coutinho destaca:

Em primeiro lugar, tentaremos indicar como o vínculo socialismo-democracia é parte integrante do patrimônio categorial do marxismo; e, em segundo, mostraremos como a renovação democrática do conjunto da vida

social – enquanto elemento indispensável para a criação dos pressupostos do socialismo – não pode ser encarada apenas como objetivo tático imediato, mas aparece como o conteúdo estratégico da etapa atual da revolução brasileira. (COUTINHO, 1979, p. 35)

Para nós, o primeiro aspecto que chama a atenção se refere à *concepção politicista*. Coutinho concluía seu artigo com duas propostas do ponto de vista político: conquistar e consolidar um regime de liberdades fundamentais e aprofundar uma democracia organizada nas massas.

Em primeiro lugar, lógica e cronologicamente, trata-se de primeiro conquistar e depois consolidar um regime de liberdades fundamentais, para o que se torna necessária uma unidade com todas as forças interessadas nessa conquista e na permanência das “regras do jogo” a serem implantadas por uma Assembleia Constituinte dotada de legitimidade. E, em segundo, trata-se de construir as alianças necessárias para aprofundar a democracia no sentido de uma democracia organizada de massas, com crescente participação popular; e a busca da unidade, nesse nível, terá como meta a conquista do consenso necessário para empreender medidas de caráter antimonopolista e antiimperialista e, numa etapa posterior, para a construção em nosso país de uma sociedade socialista fundada na democracia política. (COUTINHO, 1979, 45-46)

Como se nota, as propostas não traziam algo novo em relação às teses pecebistas que vinham sendo defendidas há tempo e que ficaram referenciadas como as teses do *VI Congresso do PCB*, de 1967, como veremos a seguir ao tratarmos do episódio de rompimento entre Prestes e o partido. O texto insistia em ações que reiteradamente foram defendidas pelos comunistas desde os anos 1940, pelo menos: frente ampla pluriclassista e pluripartidária, defesa de processos Constituintes e de eleições.

O aspecto inovador, digamos assim, que contribuiria com uma renovação no próprio repertório teórico dos comunistas, estaria mais na fundamentação que Coutinho procurou dar às propostas do que na sua caracterização. Neste sentido que identificamos influências teórico-políticas decisivas de autores como Lukács e Gramsci e do movimento eurocomunista, perpassando análises e afirmações do texto. Sobre a relação estreita com o eurocomunismo, percebemos em trechos como o seguinte:

Portanto, para aqueles que, em nome dos interesses históricos universais dos trabalhadores, lutam pelo socialismo, a democracia política não é um simples princípio tático; é um valor estratégico permanente, na medida em que é condição tanto para a conquista, quanto para a consolidação e aprofundamento dessa nova sociedade. [...] A essa socialização objetiva da

participação política deve corresponder, em medida cada vez maior, uma socialização dos meios e dos processos de governar o conjunto da vida social. (COUTINHO, 1979, pp. 37-38)

Nogueira (1985, p. 139) reforçou a importância dessa relação, defendendo que o “eurocomunismo não foi imitado ou grosseiramente copiado, mas tratado como elemento de vanguarda da moderna teoria socialista, uma espécie de ponte que permitiu saltar as armadilhas do “marxismo-leninismo. ”

A necessidade de “saltar as armadilhas” também os levava a recepcionar criticamente as ideias de marxistas heterodoxos, como dissemos, exemplarmente, sobre a influência de Gramsci e Lukács. Não apenas estes autores, mas, sobretudo eles, foram utilizados na base das elaborações que consideramos mais criativas a partir de 1979, a começar por Coutinho. Neste caso, destacamos o uso que fez de referências lukcsianas e gramscianas na tentativa de compreender e explicar o desenvolvimento e a objetivação do capitalismo no Brasil e o caráter da “revolução brasileira”. Como já demonstramos, o *etapismo* crônico nas formulações pecebistas não lhes permitia chegar muito além dos esquemas baseados (ou no mínimo inspirados) no marxismo soviético. O conceito de “via prussiana” e “revolução passiva” na medida em que vão sendo absorvidos, contribuem para atribuir um sentido mais liberto do marxismo soviético e isso não só em Coutinho, evidentemente.

Nogueira tratou como “modernização conservadora”. Luiz Werneck Vianna, praticamente sobre o mesmo sentido da “via prussiana”, adotou o conceito análogo de “revolução pelo alto” e, ampliando as possibilidades analíticas, fez uso também em sentido análogo ao conceito gramsciano de “revolução passiva”.

Mas, parece-nos acertado afirmarmos que entre eles, no que concerne à “questão democrática”, tenha sido Coutinho quem mais utilizou esses conceitos como “critério de interpretação”, como dizia Gramsci, colocando o problema num contexto de capitalismo tardio que se traduzia na constatação. Segundo Coutinho, a história brasileira poderia ser compreendida por estes critérios, como nos mostra nesse trecho emblemático:

[...] quem proclamou nossa Independência política foi um príncipe português, numa típica manobra “pelo alto”; a classe dominante do Império foi a mesma da época colonial; quem terminou capitalizando os resultados da proclamação da República (também ela proclamada “pelo alto”) foi a



velha oligarquia agrária; a Revolução de 1930, apesar de tudo, não passou de uma “rearrumação” do velho bloco de poder, que cooptou - e, desse modo, neutralizou e subordinou – alguns setores mais radicais das camadas médias urbanas; a burguesia industrial floresceu sob a proteção de um regime bonapartista, o Estado Novo,, que assegurou pela repressão e pela demagogia a neutralização da classe operária, ao mesmo tempo em que conservava quase intocado o poder do latifúndio, etc. Mas essa modalidade de “via prussiana” (Lênin, Lukács) ou de “revolução-restauração” (Gramsci) encontrou seu ponto mais alto no atual regime militar, que criou as condições políticas para a implantação em nosso País de uma modalidade dependente (e conciliada com o latifúndio) de capitalismo monopolista de Estado, radicalizando ao extremo a velha tendência a excluir tanto dos frutos do progresso quanto das decisões políticas as grandes massas da população nacional”. (COUTINHO, 1979, pp. 41-42)

É interessante que a perspectiva explicativa se manteve por muito tempo e, mesmo depois de passados anos de quando publicou o famoso artigo, Coutinho continuou admitindo importância aos conceitos e avaliando forte influência na intelectualidade brasileira.

[...] as transformações ocorridas em nossa história não resultaram de autênticas revoluções, de movimentos provenientes de baixo para cima, envolvendo o conjunto da população; mas se encaminharam sempre através de uma conciliação entre os representantes dos grupos opostos economicamente dominantes, conciliação que se expressava sob a figura política de reformas “pelo ato” [...] Mas, generalizando o conceito, pode-se dizer que - na base de uma solução prussiana global para a questão da transição ao capitalismo - todas as grandes alternativas concretas vividas pelo nosso país, direta ou indiretamente ligadas àquela transição (Independência, Abolição, República, modificação do bloco de poder em 30 e 37, passagem para um novo patamar de acumulação em 64, encontraram uma resposta “à prussiana”, uma resposta na qual a conciliação “pelo ato” não escondeu jamais a intenção explícita de manter marginalizadas ou reprimidas - de qualquer modo, fora do âmbito das decisões - as classes e camadas sociais “de baixo”. (COUTINHO, 2008, site).

Nesse sentido, vimos que do ponto de vista teórico e político, autores e ideias ditas heterodoxas nessa tradição passaram a compor a base das reflexões entre alguns comunistas brasileiros e os acompanharam por muitos anos. Quanto ao papel específico, as contribuições de Lukács e Gramsci foram fundamentais nesse processo de ressignificação em torno do conceito de democracia que marcará os anos 1980 na história do pensamento político dos comunistas.

Claro que essas ideias foram contestadas e, especificamente, as formulações de Coutinho vão entusiasmar alguns comunistas e desanimar outros. Também renderão críticas no meio acadêmico e intelectual, entre elas, poderíamos destacar dois pontos que foram alvos.

Segundo José Guilherme Merquior,

Carlos Nelson denuncia, constante e louvavelmente, a concepção tática, instrumentalista, de democracia, esposada pelos marxistas que não reconhecem o perene valor humano e social das liberdades democráticas e as reduzem a simples instrumento da revolução. Contudo, o Lenin democrata invocado em seu livro [A democracia como valor universal] é exatamente o tático de O Estado e a Revolução (1917) ou o líder do comunismo de guerra, dos anos da luta pela sobrevivência do regime, quando o apoio das massas proletárias e camponesas era simplesmente vital. (Merquior, 1981, p.233)

Também Edmundo Fernandes Dias se tornou crítico conhecido de Coutinho e, mais que isso, crítico a fundamentação referente ao suposto vínculo entre democracia e socialismo, o que neste caso tinha o argumento do “valor universal” da democracia. Tratando do que entendeu como limitações de Coutinho e chamando atenção para o “uso” que se fez de Gramsci em suas elaborações, Dias foi contundente:

Quem acompanhou os textos de Carlos Nelson Coutinho constata que as elaborações da teoria política do PCB parecem mais produtos da elaboração italiana do que da análise da realidade nacional. A elaboração de uma visão crítica e de teses adequadas à nossa realidade pelo PCB não aparecem. A separação entre análise de conjuntura/estratégia/tática, tal como nos foi descrita, é, para nós, uma revelação muito precisa de como e por que o pensamento gramsciano não cabia na matriz PCB. No entanto, para os "jovens intelectuais" do PCB isso poderia ter sido superado: eles leram "bem" os italianos. Pena que a realidade brasileira não tenha sido um bom laboratório para a produção deles. Se assim fosse, quem sabe, o debate e a prática política teriam sido mais ricos e eficientes. (DIAS, 1991, site)

Apesar das críticas, o trabalho de Coutinho ganhou notoriedade e há um razoável entendimento em torno de sua importância na definição de diretrizes ao debate entre os comunistas e, de certo modo, para além do partido repercutindo na esquerda brasileira como um todo. Segundo Caio Navarro de Toledo,

Embora se deva reconhecer que nem toda a esquerda brasileira se alinharia com o conjunto das teses expostas por Coutinho, particularmente pela sua confessada adesão aos teóricos italianos vinculados ao chamado eurocomunismo, é inegável a proximidade dos intelectuais da esquerda moderna com algumas de suas concepções mais substantivas. Para nomear alguns desses setores de esquerda no Brasil atual: ).” (Toledo, 1994, p.129)

Nos últimos anos Coutinho ainda refletia sobre esta proposta que essencialmente entendia a democracia como condição para o socialismo. Numa entrevista à revista *Caros Amigos*, em 2009, ele tratou da validade ou abrangência das propostas de 1979. Reconhecendo as implicações teóricas e práticas da democracia, Coutinho traz uma reflexão interessante.

Uma alteração que eu faria no velho artigo [A democracia como valor universal] era colocar não democracia como valor universal, mas democratização como valor universal. Para mim a democracia é um processo, ela não se identifica com as formas institucionais que ela assume em determinados contextos históricos. A democratização é o processo de crescente socialização da política com maior participação na política, e, sobretudo, a socialização do poder político. Então, eu acredito que a plena socialização do poder político, ou seja, da democracia, só pode ocorrer no socialismo, porque numa sociedade capitalista sempre há déficit de cidadania. Em uma sociedade de classes, por mais que sejam universalizados os direitos, o exercício deles é limitado pela condição classista das pessoas. Neste sentido, para a plena realização da democracia, o autogoverno da sociedade só pode ser realizado no socialismo. Então, eu diria que sem democracia não há socialismo, e sem socialismo não há democracia. Acho que as duas coisas devem ser sublinhadas com igual ênfase. (COUTINHO in: CAROS AMIGOS, n° 153, dezembro de 2009)

Mais que variação semântica, a defesa da “democratização” como valor universal mesmo em situações empíricas que a contradiga ou não a concretize, reforça a necessidade e pertinência do constante debate acerca da “questão democrática”.

### **3.3 O rompimento entre Prestes e o PCB: o “velho” e os “novos”**

Devemos considerar, do ponto de vista político-institucional que a partir de 1979, já com o fim do período de exceção com a perda da vigência do Ato Institucional n° 5, em dezembro de 1978, com o início de um novo governo dos militares propondo ampliar os limites e possibilidades da “distensão política” e em meio à necessidade de reorganizar o partido para enfrentar essa nova realidade, o PCB vivenciava um processo difícil o qual, em termos gramscianos, denominaríamos de período de “crise orgânica”, quando as “contradições são insanáveis”, quando os dirigentes tem sua autoridade questionada, quando há um descompasso entre a

vontade do coletivo e sua direção, no caso partidário. Esse aspecto é importante, pois, em alguma medida, os elementos constitutivos e resultantes dessa “crise orgânica” contribuem para o entendimento dos problemas reais enfrentados no contexto político do país e, para nossos objetivos, corroboram com a hipótese trabalhada.

Os esforços na tentativa de reorganização interna e reavaliação da política para fora do partido se intensificam a partir de 1979 influenciados pelo clima de “redemocratização” que parecia contagiar os setores oposicionistas principalmente depois de dois fatos relevantes no campo político-institucional desencadeados por propostas do próprio Regime Militar, claro que no tensionamento com as demais forças políticas: a reforma partidária e a aprovação da Lei da Anistia.

Da reforma partidária, brevemente, podemos verificar que após o Golpe de 1964, os militares formaram o Supremo Comando da Revolução, que decretou o Ato Institucional nº 1 (AI -1), determinando que a próxima eleição direta para presidente da República seria realizada em outubro de 1965; até lá, teríamos como presidente provisório o marechal Castelo Branco. Mas, o prazo foi prorrogado para mais um ano, mantendo apenas eleição direta para Governador, em onze Estados brasileiros.

Naquele ano de 1965, a oposição ao regime militar venceu em cinco Estados, provocando uma ameaça ao governo e gerando uma reação autoritária e abusiva por parte deste. Para impedir o crescimento da oposição, em 27 de outubro de 1965 foi decretado o Ato Institucional nº 2 (AI-2), extinguindo os partidos políticos existentes, estabelecendo eleições indiretas para Presidente da República e dando poderes ao governo para cassar mandatos e suspender direitos políticos. O AI-2 também previa a instauração do bipartidarismo, ou seja, seriam criados apenas dois partidos e, legalmente, só esses dois seriam reconhecidos. Foram assim formados: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido que apoiava o governo militar; e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que o combatia.

Durante anos esses dois partidos, ARENA e MDB, disputaram o poder, mesmo que de maneira limitada e em condições evidentemente desequilibradas, construindo uma história de conflitos e confrontos políticos, num cenário cada vez mais hostil, com o Regime Militar se tornando cada vez mais duro e os militares perpetuando-se no poder. Vieram os Ato Institucional nº 3 (AI-3), em 1966, determinando que as eleições para Governador também seriam indiretas, restringindo ainda mais a mobilização da oposição. Em 1967, o Ato Institucional nº 4

(AI-4), garantindo a aprovação da nova Constituição, elaborada arbitrariamente, com o Congresso Nacional fechado, abrindo posteriormente apenas para aprová-la e eleger como presidente, o candidato único, marechal Costa e Silva.

E, em dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5 (AI-5), destruindo definitivamente a estrutura “democrática” do país, provocando uma revolta generalizada, que culminou entre outras coisas com o crescimento dos movimentos de luta armada por organizações de esquerda.

Nessas condições, pelo que consta, com orientação do lendário general Golbery do Couto e Silva, então ministro-chefe da Casa Civil, a reforma partidária proposta na prática abria possibilidades para acabar com o bipartidarismo. Em outubro de 1979, quando o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei conhecido como “Reforma Partidária”, os comunistas se dispuseram a analisar o projeto. O que parecia uma decisão convencional se tornou um momento de acirramento dos ânimos entre o Comitê Central e Prestes, tanto pela condução das atividades partidárias, quanto pelo teor das deliberações. As discussões foram parar na imprensa “burguesa” nacional.

Sem entrarmos na discussão se foi uma tática acertada dentro de um plano claro e definido, o fato é que os políticos ligados a ARENA permaneceram razoavelmente unidos na nova sigla, Partido Democrático Social (PDS), enquanto no lado oposicionista os políticos ligados ao MDB divergiram e se “dividiram”, como era temido por uns e esperado por outros, reapareceram e revigoraram partidos políticos, outros novos foram fundados, de maneira que em pouco anos os principais partidos políticos no cenário nacional seriam o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Popular (PP), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O PCB continuaria na ilegalidade por alguns anos, mas, se apresentava no contexto como um grupo político ativo.

Da aprovação da Lei da Anistia, um dispositivo legal que permitiu que boa parte dos dirigentes comunistas retornasse ao país e pudessem retomar em território nacional suas ações políticas, provocava dentro do PCB uma movimentação intensa. Mesmo antes de desembarcarem no Brasil, os comunistas já anunciavam tempos difíceis pela frente.

Assim, o retorno dos dirigentes ao Brasil traria consigo também suas divergências e convergências. Havia um claro tensionamento e sérios conflitos por

dentro do partido, como fenômenos próprios da dinâmica partidária, mas também, e isso nos interessa, a predominância do ponto de vista político-conceitual de pelo menos três tendências ou correntes de pensamento. Havia um chamado *centro dirigente*, em torno de Giocondo Dias, uma *esquerda* em torno de Luiz Carlos Prestes e uma terceira corrente chamada *corrente renovadora*, composta principalmente por intelectuais e dirigentes comunistas representados no Comitê Central na figura de Armênio Guedes.

Havia divergências no que se refere aos fundamentos teórico-políticos que embasavam as concepções sobre a “questão da democracia”, mas, pode-se verificar que os comunistas brasileiros interagindo com aquela realidade a partir de 1979 mantiveram como elemento comum, ou seja, apesar de divergências conceituais e estratégicas, pelo menos a maioria com poder de expressão e decisão convergia sobre a *concepção politicista*. Mas, o retorno de Prestes dava início ao período mais conturbado.

Sábado, 20 de outubro de 1979, depois de anos de exílio, chegou pelo voo 093 da Air France ao Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro, o “ainda” Secretário-Geral do PCB, Luiz Carlos Prestes, então com 82 anos. Um pouco antes, ainda em Paris, comentou com jornalistas de suas expectativas em relação ao Brasil e ao PCB.

Volto para lutar pela legalização do Partido Comunista Brasileiro. Sem a participação de comunistas, de progressistas, não há democracia. E uma democracia mutilada é a negação da democracia. Volto para participar da luta popular pela livre organização de todas as correntes e movimentos de opinião políticos. [...] o essencial é a conquista das liberdades democráticas, bem como a organização da união de forças da Oposição contra as manobras divisionistas da ditadura, porque a divisão é o objetivo real da chamada reformulação dos Partidos. Achemos que a união das oposições deve ser feita atualmente em torno do MDB. É um movimento que já existe, com experiência de lutas populares e que obteve vitórias nas eleições desde 1974. (JORNAL DO BRASIL, 20/10/1979, p. 6)

“A tarde estava como a abertura: Prestes chegou num dia impreciso, ora cinzento, ora claro”, iniciava o jornalista Alberto Dines uma matéria do jornal *Folha de S. Paulo* de domingo, 21 de outubro de 1979, repercutindo o retorno de Luiz Carlos Prestes ao Brasil depois de anos no exílio, do qual a capa estampava a foto do comunista com a chamada: *Prestes, à chegada, pede anistia ampla*.

O texto de Alberto Dines, intitulado *45 e 79, as duas voltas de Prestes*, trazia ao final uma declaração fundamental.

Duro e enrijecido pelo cativo de uma década, em 1945, com 47 anos, o capitão Prestes recusou a idéia de uma frente ampla, liberal-progressista. Aos 82 anos, depois de uma fuga espetacular e um exílio de oito anos, testemunha e participante de um mundo inexoravelmente convergente, o ex-senador Luiz Carlos Prestes volta mais uma vez à cena política nacional, desta vez, convencido de que o fim do autoritarismo só será possível com a união de todas as forças democráticas. (FOLHA DE S. PAULO, 21/10/1979, p. 8)

O jornal *O Estado de São Paulo* noticiou a sua chegada enfatizando a “questão democrática”:

A ditadura, no entanto, prossegue e não devemos ter ilusões. É necessário lutar contra a opressão, pelas salvaguardas constitucionais, pela revogação da Lei de Segurança Nacional. O ódio anticomunista é imposto pelo imperialismo. É indispensável lutar pela legalização do Partido Comunista Brasileiro. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 21/10/1979, p. 8)

Nos dias que se seguiram ao retorno de Prestes a discussão sobre o reforma partidária foi um dos temas mais importantes da agenda política, não só dos comunistas, mas sobretudo na deles. Consta que já em 23 de outubro o Secretário-Geral recebeu em seu apartamento Gregório Bezerra, membro do Comitê Central, além do deputado federal Marcelo Cerqueira (MDB, RJ), o deputado estadual Domingos Leonelli (MDB, BA) e o jornalista João Saldanha, para discutir prioritariamente a legalização do PCB e a reforma partidária. Mas, o que começa a ganhar destaque na imprensa são as divergências entre Prestes e os demais membros do Comitê Central.

Foi Hércules Corrêa, membro do Comitê Central, quem tratou de divulgar que o comando do partido iria se reunir para analisar a proposta de reforma partidária sem que Prestes estivesse participando diretamente dos encaminhamentos. O Secretário-Geral chegou a negar na imprensa que haveria uma reunião desse tipo, o que julgava arriscada a ponto de servir de pretexto para ações repressivas que ainda não estavam descartadas. Seja como for, começou na “imprensa burguesa”, como se costumava dizer, uma cobertura atenta dos desdobramentos dos conflitos entre os dirigentes, o que, por um lado, contribuiu para aumentar a tensão e, por outro, para expor ao meio político e ao Regime Militar, especialmente, o momento de crise e fragilidade vivido pelos comunistas brasileiros.

Numa longa entrevista concedida ao jornalista Thomas Coelho e publicada no jornal *Folha de S. Paulo*<sup>62</sup> do dia 18 de novembro de 1979, Prestes respondeu sobre a relação democracia e socialismo que:

Lênin já dizia em 1905 que a única forma de se chegar ao socialismo é através do “democratismo” absoluto. Ele não usava a palavra democracia, porque para nós, marxistas, toda democracia tem caráter de classe. Lênin perguntava: Democracia para quem? Para os explorados ou exploradores? Nós lutamos pela democracia econômica, política, social, que abra caminho para o socialismo. Essa é a nossa bandeira estratégica. Mas a tática é a democracia atual. É a luta pelas liberdades democráticas. (FOLHA DE S. PAULO, 18/11/1979, p. 8)

Luiz Carlos Bresser-Pereira publicou em novembro de 1979 um artigo no jornal *Folha de S. Paulo* em que fazia uma leitura do cenário político enfatizando os aspectos ideológicos que poderiam se sobressair com o processo de reformulação partidária em curso. Para identificar as correntes e, nelas, localizar o PCB, escreveu era possível reconhecer as seguintes tendências:

uma esquerda autoritária, definida pela tese marxista-leninista da ditadura do proletariado; uma esquerda democrática, definida pela combinação de socialismo marxista e cristão com ideais democráticos de extração burguesa; uma burguesia liberal; e uma burguesia autoritária, ainda que procurando revestir-se de propósitos democráticos. A esquerda autoritária tem como matriz fundamental o Partido Comunista Brasileiro. Seu autoritarismo está hoje muito abrandado, seja pelas tendências eurocomunistas nela existentes, seja pelo fato de o PCB constituir-se claramente no setor mais moderado do que poderíamos chamar de extrema esquerda. (BRESSER-PEREIRA in: FOLHA DE S. PAULO, 24/11/1979)

Nessa leitura a “esquerda democrática” se organizaria em torno do MDB, principalmente, e também no PTB e PT.

No campo comunista a “questão democrática” ocupava posição prioritária na pauta de discussões. É o que se vê em registros como o suplemento especial do *Jornal do Brasil*<sup>63</sup> de 29 de julho de 1979 chamado *O PCB encara a democracia*. Numa das entrevistas, Armênio Guedes, dirigente do Comitê Central que vivia os últimos momentos do exílio forçado, de Paris, abordou esses pontos com muita clareza. Defendeu uma concepção de democracia que fosse além dos institutos

<sup>62</sup> As edições do jornal *Folha de S. Paulo* estão digitalizadas e disponíveis no “Acervo Folha” encontrado na página do jornal na internet no endereço: [www.folha.com.br](http://www.folha.com.br)

<sup>63</sup> As edições do *Jornal do Brasil* estão digitalizadas pela Fundação Biblioteca Nacional e disponíveis na internet no endereço: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br)



liberais e fosse integrante de um projeto socialista. Para ele, “a luta pela democracia política, por sua conservação e aprofundamento, é parte integrante da luta pelo socialismo, pela democracia socialista”.

Afirmou que a linha política continuava sendo aquela definida no *VI Congresso do PCB* em 1967 e defendeu que a “luta” dos comunistas deveria se concentrar em ampliar os espaços democráticos e garantir novas referências institucionais, traduzindo em termos de

[...] um regime que possibilite ao povo discutir amplamente os seus problemas e encontrar, sem paternalismo, solução para os seus problemas. É evidente que isso deve se expressar numa etapa posterior, em algo tão importante quanto possa ser a convocação de uma Assembleia Constituinte que dê ao país uma nova lei básica, uma Constituição democrática. (JORNAL DO BRASIL, 29/07/1979, p. 2)

Nota-se que a fala se apresenta com razoável dose de “realismo” em relação aos problemas e os limites das possibilidades que a democracia brasileira poderia garantir. Ressalvados os temas e conceitos que ainda pretendiam imprimir o sentido “socialista” nos planos dos comunistas, pelo menos para seus dirigentes, a luta pela democracia político-institucional poderia ser tratada em certa medida como algo “acima” das questões ideológicas tradicionais. Possivelmente no embalo que provocaria o que aqui estamos denominando de distanciamento da *dupla lealdade*, ou seja, do propósito de cada vez buscar na realidade nacional as possibilidades políticas e poder interpretá-la e formular proposições com um “instrumental” teórico mais adequado aos tempos, desde que referenciado em matriz marxista. Isso até momento, evidentemente.

Embora convergindo apenas genericamente, outro registro esclarecedor será a entrevista de Giocondo Dias no mesmo suplemento, quando questionado sobre seu conceito de democracia, revela ainda seu *etapismo*.

Naturalmente, nós não queremos enganar ninguém: nós lutamos pelo socialismo, é o objetivo final de nosso Partido. No entanto, neste instante, nós lutamos para que haja liberdade em nosso país, para que efetivamente haja democracia, para que o povo participe das decisões, possa influir. E isso não é coisa fácil, não. Vai ser uma parada duríssima, num país onde o povo raramente participa. Esta não seria a maior conquista do nosso Partido, mas imediatamente pode ser uma grande vitória do povo brasileiro para o qual o Partido concorreu. (JORNAL DO BRASIL, 29/07/1979)

Isso nos parece essencial do ponto de vista do propósito da pesquisa, uma vez que Dias será, no período que mais nos interessa, o dirigente máximo, ou seja, o Secretário Geral e, em torno dele, conformará o que aqui identificamos e trataremos de modo aprofundado a seguir enquanto uma tendência ou corrente de pensamento no momento de “crise orgânica”, o chamado centro dirigente que, objetivamente, saiu do processo como “vencedor”.

Quando investigamos o ambiente externo ao partido, por exemplo, nos registros da imprensa nacional sobre os fatos, identificamos muitos aspectos que ajudam reconstituir e localizar com mais objetividade os limites da convergência e os pontos de divergências. No mês de junho, a revista *Veja*<sup>64</sup> trouxe uma longa reportagem sobre os comunistas no clima pré-anistia. Constatava que havia certa convergência sobre defender a democracia em termos genéricos, para nossa interpretação, a democracia enquanto sistema político, diga-se, e também percebiam significativas divergências, especialmente com o pensamento de Prestes e dos dirigentes que o acompanhava, quanto ao “tipo” e ao “papel” dessa democracia defendida. Tomando por base textos publicados em dezembro de 1977 no jornal *Voz Operária* que já falava em uma democracia enquanto um princípio ou valor permanente e analisando os fatos no momento, a reportagem afirmava que,

Esse conceito da democracia como valor permanente ainda não se tornou oficial. Não há nem mesmo um indício de que a maioria dos dirigentes concorda com essa profissão de fé democrática. Sabe-se que pelo menos uma das três tendências em que se dividem os comunistas brasileiros sustenta que esse é o caminho. (REVISTA VEJA, nº 563, 27/06/1979, p. 30)

A reportagem ainda sugeria ser pouco provável que o PCB estivesse disposto a discutir uma revisão profunda na ideia de “ditadura do proletariado” e outros conceitos próprios do marxismo-leninismo. Esse ponto da pauta de debates sugere contratempos que mais tarde ficariam não apenas evidentes, como agudos, entre os membros do Comitê Central e Prestes que vinha publicamente expondo sua contrariedade e críticas duras aos demais dirigentes.

Quem conhece a dinâmica interna de um partido atualmente, independente de ser ou não comunista, reconhece que pouco valor científico se pode atribuir às discussões públicas ou não entre seus membros. A lógica “despolitizada” no sentido

---

<sup>64</sup> Todas as edições da revista *Veja*, lançada em setembro de 1968, estão digitalizadas e disponíveis no “Acervo Digital” encontrado na página da revista na internet no endereço: [www.veja.com](http://www.veja.com)

programático e o mero jogo de interesses de elites dirigentes, para lembrarmos de Robert Michells,<sup>65</sup> que marca sua dinâmica interna esvazia de qualquer proveito como discurso e elaborações teórico-políticas. Porém, no PCB, talvez pela tradição militarista, quem sabe seus fundamentos de tipo russo, possivelmente como efeito do “cardonismo” que lhe fora peculiar, os registros demonstram um mínimo de significado político para além da mera disputa de poder pelas elites dirigentes. Quer dizer que seus dirigentes e intelectuais, ao menos naquele momento, “falavam sério” em torno de um adequado projeto político. Isso não foi capaz de diminuir os equívocos e anacronismos, mas sustentou um tipo de discussão e debate politizado, sobre política e suas possibilidades.

No dia 30 de março de 1980, Prestes tornou público seu rompimento com o PCB. O jornal *Folha de S. Paulo* no dia seguinte chamava para a reportagem sob o título *Prestes está rompido com o comitê do PC*, reproduzindo trechos da *Carta aos Comunistas* e comentando que

O rompimento do secretário-geral com parte da direção do PCB estava sendo esperado desde o dia 3 de fevereiro, quando Salomão Malina, Giocondo Dias e Hércules Correia, todos membros do Comitê Central, concederam entrevista ao “Jornal do Brasil” descredenciando Prestes, publicamente, ao dizer que ele não falava pela direção e que ainda estava veiculando posições que não eram o espelho das resoluções do Comitê Central. (FOLHA DE S. PAULO, 01/04/1980, p. 4)

Na sua edição de 4 de abril, o mesmo jornal trouxe a notícia de que a maioria do Comitê Central do PCB iria se reunir em alguns dias para discutirem e deliberarem sobre o episódio. O interessante é que apresentou a posição de três membros do Comitê Central fundamentais para os desdobramentos que a história registrou. Ouvindo Giocondo Dias, Hércules Correia e Armênio Guedes, demonstrava que os dirigentes lamentavam a decisão de Luiz Carlos Prestes e defendiam que a contrariedade essencial era de que a maioria entendia que as resoluções do *VI Congresso do PCB*, de 1967, ainda eram válidas e deveriam ser a orientação política, o que os colocava em posições diferentes.

O formalismo da elaboração e divulgação da “resposta” dos dirigentes comunistas às declarações de Luiz Carlos Prestes se evidencia no planejamento das ações. Na tarde do dia 9 de abril de 1980 a nota assinada por cinco dirigentes,

---

<sup>65</sup>MICHELS, R. **Os partidos políticos**. São Paulo: Senzala, s/d.

Giocondo Dias, Armênio Guedes, Salomão Malina, Teodoro Melo e Hércules Correia, em nome do Comitê Central, foi levada por Hércules Correia à Sala de Imprensa da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro precisamente às 16 horas, sendo sua divulgação simultânea com a realizada na sede do jornal *Voz da Unidade*, em São Paulo. A nota assinada no dia 7 de abril trazia alguns tópicos. No item 3:

Neste momento, importa menos defender a atuação da direção comunista do que a política do VI Congresso. É aí que reside o fundo da questão, como o camarada Prestes se encarrega de deixar claro. Consideramo-nos, antes de mais nada, comprometidos com esta linha e a serviço dela. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO in: JORNAL DO BRASIL, 10/04/1980, p. 5)

A nota foi publicada na segunda edição do jornal *Voz da Unidade* (nº 2 de 10 a 16 de abril de 1980), cuja manchete tratando da “resposta” à Luiz Carlos Prestes era: *Comunistas reafirmam linha do VI Congresso*. Os dirigentes do Comitê Central, Giocondo Dias, Salomão Malina, Teodoro Mello, Hércules Correia e Armênio Guedes, respondem a Luiz Carlos Prestes em defesa da *Resolução Política do VI Congresso*.

Vale destacar que nesse mês de abril foi lançado o pequeno livro de pouco mais de oitenta páginas com entrevistas de dirigentes comunistas à Pedro Del Picchia sobre o momento. O livro *O PCB no quadro atual da política brasileira* reuniu manifestações de Armênio Guedes, Hércules Correia, Lindolfo Silva, Tenório de Lima, Salomão Malina e Zuleika Alambert.

Em maio, o Comitê Central decide afastar Luiz Carlos Prestes do cargo de Secretário-Geral. Em 21 de maio, mais uma demonstração do formalismo para anunciar a resolução dos dirigentes, pois neste dia foi distribuída a nota à imprensa ao mesmo tempo que o *Voz da Unidade* chegava às bancas.

Um fato curioso é que nesta mesma reunião que deliberou que declarou vago o cargo de Secretário-Geral, outros dois membros do Comitê Central foram afastados de suas funções: Armênio Guedes e Hércules Correia, sendo substituídos por Givaldo Siqueira e Luiz Tenório de Lima. No *Jornal do Brasil* do dia 21 de maio, na reportagem sobre a divulgação dos documentos e dos bastidores da reunião, o jornal atribui aos “informantes” que presenciaram as discussões que no caso de Armênio Guedes, não apenas por sua condição oposicionista mais incisiva em relação à Luiz Carlos Prestes, o que no caso seu afastamento significaria consolidar

a posição do “centro dirigente”, “mas também porque ainda no exílio ele assumiu uma posição anti-soviética, quando a maioria do PCB é soviética.”(JORNAL DO BRASIL, 21/05/1980, p. 4)

Afora estas insinuações e avaliações, o fato é que naquele mesmo ano de 1980, pela primeira vez reunidos no país formalmente depois da aprovação da Lei da Anistia, os comunistas declaram vago o cargo de Prestes no partido, que desde 1943 era Secretário-Geral, escolhido no famoso *Congresso do Mantiqueira*. Como forma de se comunicarem por pronunciamentos de modo identificado, utilizaram a nomenclatura de *Coletivo de Dirigentes Comunistas* e escolheram Giocondo Dias para ser “coordenador” do grupo (na prática, o novo Secretário-Geral do PCB). Procurava-se definir os rumos das propostas de ação política com mais clareza, mesmo que para isso fosse preciso contrastar e, depois, isolar e romper com Prestes.

Esse *Coletivo* decidiu publicar dois documentos de avaliação da realidade do momento. Num deles, intitulado *Sobre a situação política atual*, apresentaram, objetivamente, um programa que se pretendia comum ou alinhado às forças oposicionistas e se fundamentava na tão presente *concepção politicista*. Significa verificar que um dos primeiros documentos do PCB tratando de sua linha política após anos de perseguição e exílio, de modo algum se referia a outro procedimento tático ou estratégico, como preferirem, que não fosse baseado em ações “por dentro” do sistema político e institucional. Neste caso, o documento defendia que era necessário lutar pela,

[...] eliminação de dispositivos legais antidemocráticos, como a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Greve e a Lei de Imprensa; a livre organização dos partidos políticos, inclusive do Partido Comunista; o cumprimento do calendário eleitoral e o restabelecimento das eleições diretas em todos os níveis, inclusive para presidente da República; a completa liberdade e autonomia sindicais e a democratização da legislação trabalhista; a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. (VOZ DA UNIDADE, nº 8, de 22 a 28/05/1980)

Leandro Konder constatou uma tendência de posições mais à esquerda impulsionadas pela ação de Prestes, mas, apesar desse tensionamento, considerava que o ambiente entre a maioria dos comunistas em 1979 era de envolvimento com essa concepção de democracia.

Em sua expressiva maioria, os dirigentes comunistas vêm tomando posição em favor do aprofundamento da linha política adotada no 5o e desenvolvida no 6o Congresso do PCB e vêm defendendo as ideias principais dos documentos elaborados pelo comitê central entre 1976 e 1979. (Ideias para as quais, diga-se de passagem, Luiz Carlos Prestes deu importantes contribuições pessoais.) Uma das características mais importantes dessa linha política que vem sendo mantida pelos dirigentes comunistas, apesar de todas as resistências, é que ela não se esquivava a novos aprofundamentos na reflexão sobre a “questão democrática”. (KONDER, 1980, p. 138/139)

Para nossos objetivos, nenhum documento se mostrou tão esclarecedor pontualmente sobre as divergências entre o grupo prestista e o Comitê Central, quando a publicação chamada *Ecos da Carta aos Comunistas*,<sup>66</sup> de maio de 1980, produzida de modo clandestino e, segundo consta, por apoiadores de Prestes. Utilizaremos este registro como base para análise que se segue, procurando não apenas apresentá-lo, mas procurar esmiuçar o seu conteúdo. Numa série de nove tópicos os prestistas procuravam apresentar respostas ao questionamento: Quais as principais diferenças entre Prestes e o atual Comitê Central do PCB?

1. Enquanto Prestes se coloca ao lado da classe operária e dá seu apoio irrestrito aos metalúrgicos em greve, enquanto os comunistas que se alinham com Prestes se mobilizam em função de prestar toda solidariedade aos grevistas (ver N° 01 de “ECOS”), o CC e seu jornal a “Voz da Unidade” estão contra a greve. (ECOS DA CARTA AOS COMUNISTAS, n° 2, 1980, p. 3, sublinhado pelo autor)

E ainda no mesmo tópico n° 1 afirmam que essa posição do Comitê Central e do jornal *Voz da Unidade* é evidenciada em editoriais, notas e artigos em vários exemplares do semanário:

Isso é evidenciado tanto no editorial do n° 4 do referido jornal, como na Nota da CER-SP publicada nesse número, no artigo de L. W. Vianna publicado no n° 5 e em outras matérias. Como diz um leitor da VU, cuja carta o jornal teve que publicar em n° 6, “... a nota do CER propõe o fim da greve porquanto seu prolongamento põe em risco o conjunto do movimento sindical e a luta democrática do povo...”, e conclui: “Os autores destas matérias pouco sentiram o cheiro do suor do macacão, nem apertaram a mão calosa, suja de graxa ou viram o que há na marmitta. Os artigos podem ter alimentado a simpatia de algum liberal, mas com certeza merecerá o desagrado dos operários.” (ECOS DA CARTA AOS COMUNISTAS, n° 2, 1980, p. 3)

---

<sup>66</sup> A publicação *Ecos à Carta de Prestes*, n° 2, de maio de 1980, foi produzida de maneira clandestina por apoiadores de Luiz Carlos Prestes. Trata-se de um impresso de 5 páginas mimeografadas, que analisa e repercute o texto Carta aos Comunistas, de 1980.

A verificação do conteúdo dessas matérias citadas nos ajuda entender melhor a discussão, por um lado, mas demonstra a dificuldade de se avaliar situações como essa, por outro. Na verdade exige a cautela de não tomarmos uma posição conforme uma determinada versão, sob pena de distorcer os fatos e ideias que se apresentavam no momento. Com esse cuidado, não parece tão evidente, por exemplo, que o editorial do *Voz da Unidade* nº 4, intitulado *Solidariedade ao ABC*, tenha declarado uma posição que se demonstrasse em “não estar ao lado” dos operários. Ao que parece o texto apontava que os trabalhadores haviam superestimado suas forças, motivados pelas suas lideranças, é que a violência do Regime Militar sobre o movimento era o ponto preocupante, concluindo que,

Enfim, o apoio e a solidariedade aos grevistas no ABC é uma batalha que transcende os limites de uma luta corporativa, e todo esforço nesse sentido contribuiu para a elaboração de uma saída política, posto que o que está em jogo é avanço do processo democratizante em curso no país. (VOZ DA UNIDADE, nº 4, de 24 a 30/04/1980)

Talvez estivesse na pauta o ponto essencial para nossa abordagem que se traduziu neste editorial na busca de uma “saída política”. Corrobora com isso o editorial da edição seguinte, *Voz da Unidade* nº 5, intitulado *Sindicato e política*, o qual não foi citado pela publicação prestista, mas, de certa maneira, completava a observação criticando o que chamava “apoliticismo” no movimento operário, alegando que os sindicatos não precisavam se filiar ou estarem ligados diretamente à partidos políticos, mas não poderiam reduzir o movimento operário às questões estritamente corporativas. Nutras palavras, cobravam dos sindicatos que fizessem política num sentido mais amplo.

[...] é necessário compreender o papel decisivo da classe operária brasileira, o seu papel de vanguarda, na reorganização democrática de nosso país. Vemos, por tudo isso, que não se deve aceitar o apoliticismo do movimento operário, e que se deve repelir a ideia de um sindicalismo confinado nos limites da vida corporativa. (VOZ DA UNIDADE, nº 5, de 1 a 7/05/1980)

Esta mesma edição do jornal trouxe o tal artigo de Luiz Werneck Vianna chamado *A greve do Abc e a cidadania operária*, no qual seguiu a mesma direção do editorial, tratando de cobrar a atuação política dos sindicatos, criticando as lideranças pelo modo como encaminhavam o movimento ao ponto de o tornarem um espécie de ameaça às conquistas até então no terreno democrático. Aqui talvez

fique mais claro que a postura de procurar evitar o confronto ou um tensionamento demasiado contra o Regime Militar poderia ser interpretado pelos prestistas, e pelo visto o foi, como uma postura de vacilo do Comitê Central e dos colaboradores do *Voz da Unidade* frente ao movimento grevista. Por outro lado, fica cada vez mais evidente a busca destes comunistas em encontrar “saídas” políticas para a transição em todos os sentidos. No texto, Vianna fez um balanço positivo da participação dos operários naquele momento, especialmente os da cidade de São Bernardo do Campo, mas advertiu que,

O momento de admiração pela classe operária do ABC, porém, não impede o necessário julgamento do erro na condução da greve, pelos efeitos políticos prejudiciais já produzidos, e pelos riscos de novos efeitos negativos quanto às recentes conquistas do movimento democrático. O desconfiar da política, o culto à espontaneidade e à classe operária como categoria abstrata, fez com que seus líderes não procurassem – ao contrário, evitassem – representar a classe. A rigor desejavam *encarná-la*. Esse tipo de prática, que ignora a mediação da política, tem encaminhado cada reivindicação para uma solução de confronto das massas com o regime, desconhecendo as claras exigências da luta pelo alargamento das liberdades democráticas e dos direitos civis e de uma judiciosa avaliação da situação concreta. (VOZ DA UNIDADE, nº 5, de 1 a 7/05/1980)

Os prestistas ainda lembravam que este artigo havia sido elogiado pela “[...] reacionaríssima revista ‘Veja’ (14/05/80, pg. 20), que qualificou de ‘fundados’ seus argumentos contra a greve [...]”. Uma leitura dessa matéria da revista nos permite levantar outros aspectos significativos.

A revista *Veja* mencionada trazia a matéria de capa com a manchete *A face duro do governo*, referindo ao general Octávio Aguiar de Medeiros, então chefe do Serviço Nacional de Segurança (SNI), cuja fotografia estampava a capa da revista. É no conteúdo da matéria de capa, cujo tema era a repressão e os casos de violência sofrida pelo movimento grevista à mando do Governo Federal, que se faz referência ao artigo de Vianna num trecho que pretendia evidenciar o resultado das ações no sentido de dividir e desestruturar a oposição. Depois de chamar os ataques de “pequenos desvios”, a reportagem afirmava que o “Planalto” lamentava os prejuízos, mas, que em contrapartida, tinha saboreado,

[...] não só a melancólica agonia da greve como também o aprofundamento das rachaduras no edifício oposicionista. No curso do movimento, o PT brigou com o PMDB, o PTB teve seus oradores vaiados por inflamadas assembleias, o PP foi acusado de “adesista” por não mandar emissários à zona conflagrada e o PCB arcou com o ônus de pregar a volta ao trabalho.



Na edição do jornal *Voz da Unidade*, órgão oficial do PCB, que circulou na semana passada, o sociólogo Luiz Werneck Vianna **criticou com fundados argumentos a decisão de continuar a greve [...]** (REVISTA VEJA, nº 610, de 15/05/1980, pp. 19-20, grifo nosso)

Nos tópicos 2 e 3 da publicação *Ecoss à Carta de Prestes*, a súpula das divergências de Prestes e o Comitê Central tratava com especificidade o que lhe parecia divergente nas concepções referentes à “questão democrática” entre os grupos comunistas:

2. Enquanto Prestes considera, como todo marxista-leninista, que a democracia tem sempre um conteúdo de classe determinado e a sua conquista e consolidação dependem, fundamentalmente, das lutas de massas e, particularmente, da classe operária; que é lutando por reivindicações – como estão fazendo os metalúrgicos de SP – que se conquista a democracia e se impede um possível “fechamento”; o CC e a VU, como os revisionistas de todos os tempos, “teorizam” a respeito de uma democracia “pura” e acima das classes, cuja existência estaria na dependência de uma política que evite “tensões”. (ECOS DA CARTA AOS COMUNISTAS, nº 2, 1980, pp. 3-4)

E, continuava o documento trazendo a discussão para o campo do compromisso histórico dos comunistas em superar o capitalismo e não se ajustar a ele com objetivo de aprimorá-lo, digamos assim:

3. Enquanto Prestes, como comunista, considera essencial - a partir das lutas de hoje contra a ditadura e pela democracia – acumular forças para que se possa chegar à liquidação do regime capitalista e à revolução socialista; as posições do CC, através das declarações de diversos de seus membros, convergem no sentido de não questionar a dominação capitalista e, ao contrário, contribuir para seu aperfeiçoamento e manutenção. Isso, certamente, não é dito explicitamente, mas é evidenciado, quando se coloca claramente o objetivo de luta por uma democracia dentro dos marcos do capitalismo, quando NÃO se aponta para uma acumulação de forças sociais e políticas que sejam capazes de – lutando por formas cada vez mais avançadas de democracia – romper os marcos do capitalismo e iniciar a caminhada para o socialismo. Ficam, pois, os atuais dirigentes do PCB limitados à defesa da democracia no capitalismo, como qualquer liberal burguês. Entretanto, para os comunistas, é fundamental dirigir as massas rumo a uma democracia em que elas tenham assegurados seus direitos econômicos, sociais e políticos; e, para isso, será necessário ultrapassar o capitalismo. (ECOS DA CARTA AOS COMUNISTAS, nº 2, 1980, p. 4, sublinhado do autor)

Como se nota, o documento mistura questões de alcance amplo e histórico com fatos circunstanciais, procurando demonstrar com objetivo de “comprovar” que nas atitudes políticas do Comitê Central estavam implícitos problemas mais profundos. Um caso típico foi comentarem no documento o episódio que envolveu a

declaração do então presidente João Figueiredo. Estando este em viagem à Europa respondeu aos jornalistas genericamente que aceitaria “conversar” com os comunistas, ou seja, possibilitar uma aproximação. Não há registro confiável, e este é o tipo de declaração que pode conter muito significado ou ser apenas uma cordialidade política. O caso repercutiu entre os comunistas e a imprensa “burguesa” fez disso um fato político, como se fosse preciso uma “resposta” à declaração, o que foi se tornando conhecido como “a mão estendida do presidente”. Pelo documento, fica mais claro o entendimento desse (pseudo) impasse:

4) Enquanto Prestes diz claramente que a ditadura ainda está aí e é necessário derrotá-la, mobilizando e unindo, para isso, as mais amplas forças antiditatoriais e principalmente, o movimento de massas; o CC do PCB evita referir-se ao regime como a uma ditadura e, o mais importante, alguns membros do CC se mostram favoráveis a apertar a “mão estendida” do general Figueiredo, numa atitude clara de capitulação diante do regime que nos oprime. Basta lembrar das declarações de José Salles e, em particular, de Giocondo Dias, o qual, segundo “Isto É” (10/X/79, pg. 16, “elogiou muito o general Figueiredo: “Uma peça importante da abertura, que deve ter reconhecido a sua sabedoria de compreender o processo e vive-lo, sem perder o poder”. (ECOS DA CARTA AOS COMUNISTAS, nº 2, 1980, p. 4-5)

Na sequência os argumentos tocam em pontos sensíveis para o nosso trabalho, pois abordam as possíveis divergências em torno de pontos relativos à “questão democrática” e a opção em “fazer política”. Depois dos vários fatos e discussões que reconstituímos ao longo desta pesquisa é possível reconhecer que as ambiguidades e oscilações confusas fizeram parte da história intelectual do PCB, o que não cabe julgar, porém, obriga-nos a ter contato com as versões dos fatos com certa prudência. Feita a ressalva, podemos compreender os limites de afirmações do documento que, por exemplo, colocavam que um ponto de divergência sobre a formação da “frente democrática” era que um defenderia a “inclusão” da esquerda e outro defenderia sua “exclusão”, um argumento mais retórico do que embasado cientificamente.

5. Enquanto Prestes considera que o centro da atividade dos comunistas deve ser o trabalho de massas, junto aos mais amplos setores populares; o CC do PCB e seu jornal, a VU fazem do Parlamento o lugar privilegiado da luta pela democracia. 6. Enquanto Prestes, na luta contra a ditadura, defende a formação de uma ampla frente democrática e, ao mesmo tempo, a unificação das forças de “esquerda” dentro da frente democrática para, dessa forma, contribuir para a própria consolidação desta última; o CC do PCB, na prática, quer uma frente democrática da qual estejam excluídas as

diferentes forças de “esquerda”, na qual continuam mantendo sua hegemonia os setores mais à direita e menos consequentes, na qual os comunistas estejam a reboque da burguesia liberal. O CC do PCB não se mostra interessado, nem empenhado na luta pela conquista da hegemonia na frente democrática pelas forças de “esquerda”, que para isso, como indica Prestes, precisam encontrar o caminho da Unidade. 7. Enquanto Prestes considera que “a legalização do PCB terá que ser uma conquista do movimento de massas e de todas as forças realmente democráticas em nosso País”, o CC do PCB revela disposição de aceitar o acordo que lhe vem sendo proposto pela ditadura. (ECOS DA CARTA AOS COMUNISTAS, nº 2, 1980, p. 5)

De todo o documento, sem dúvida, o ponto mais revelador e o qual corrobora com nosso estudo nos parece ser o oitavo tópico:

8. Enquanto Prestes mantém uma posição de firme apoio à URSS e a todo o campo socialista, os membros do atual CC têm revelado uma posição cada vez mais clara do que poderia ser chamado de “anti-sovietismo envergonhado”. Assim, Armênio Guedes, em entrevista ao “JB” (28.X.79), dizia, abertamente ser favorável ao “socialismo democrático”, numa clara alusão à tese da reação de que o SOCIALISMO REAL, existente nos países socialistas, não seria democrático. Mais recentemente, A. Guedes, ao embarcar em Paris de regresso ao Brasil, declarava ao “Estado de São Paulo” ser contrário à “intervenção soviética” no Afeganistão. (ECOS DA CARTA AOS COMUNISTAS, nº 2, 1980, p. 6)

Neste aspecto, o qual nos remeteria à discussão do distanciamento da *dupla lealdade*, representado especificamente pela tentativa de ruptura com o marxismo determinado pela política soviética, o documento atinge um ponto que, ressalvados os elementos passionais e políticos e ainda desconsideradas elementos de sua caracterização pelos adversários, tinha para nós relevância.

Vale aqui destacarmos essas manifestações de Armênio Guedes citadas no texto estiveram nas páginas do *Jornal do Brasil* do dia 28 de outubro de 1979. Anunciada com a manchete *Dirigente do PCB diverge de Prestes sobre luta armada*, a entrevista concedida ainda em Paris, provocado sobre as divergências que iam se tornando cada vez mais públicas com Prestes principalmente em torno da “questão da democracia”. Um elemento sugestivo é que o jornal apresenta o entrevistado o localizando em “Paris, onde vive um exílio modesto há oito anos, num pequeno apartamento de uma austeridade apenas quebrada por um retrato de Gramsci e alguns cartazes de museus italianos”, e alguns elementos elucidativos estariam em suas avaliações.

Estamos num período de transição para a democracia. E, nós, comunistas, não pretendemos instrumentalizar essa democracia. Nossa concepção de

democracia vai além da tática. Para nós, não é simples expediente, mas um dado estratégico. (JORNAL DO BRASIL, 28/10/1979, p. 7)

De volta aos *Ecoss à Carta de Prestes*, na sequência ele concluía:

9. Enquanto Prestes está empenhado [...] em fazer uma autocrítica profunda, tanto da política do PCB, como de seus métodos de organização, o CC não mostra a menor disposição à autocrítica e vem intensificando sua atividade terrorista na condução da luta interna [...]. (PRESTES, A. 2012)

No final do ano 1980, num edição da *Voz da Unidade*, Mário Patti fazia a uma leitura desses fatos e da postura política Prestes interessante, afirmando que ele

Procurou e procura articular uma nova política, fruto da reflexão coletiva e da sua comprovação permanente com os processos que se desenvolvem na sociedade, que reduz sensivelmente as tendências aventureiras e golpistas típicas de uma estrutura em que o pessoal se sobrepõe ao coletivo. Uma estrutura hierarquizada à maneira militar, que primeiro facilitou a introdução das deformações do sistema do culto à personalidade, gerando nosso stalinismo cabloco, e depois retardou a sua superação. Desfecho inevitável, dizíamos, porque na raiz do quase cinquentenário casamento de Prestes com o PCB estava esse tipo de estrutura, que atendia objetivamente às características da formação ideal do Cavaleiro da Esperança –um militar de origem pequeno- burguesa, trazendo dentro de si todos os traços caudilhescos do gaúcho, convencido de antemão de seu papel. Assim, é lógico que, quando uma das partes começou a mudar, ou mudou, tornou mais concreta a possibilidade de separação. (VOZ DA UNIDADE, nº 26, de 26-9 a 2-10/1980)

A mudança para a *Voz da Unidade*, jornal comunista lançado em março de 1980, como órgão de divulgação da ideias do PCB simbolizaria assim a substituição da “tradicional” *Voz Operária*, publicação que perpassou a história do partido desde 1949 (excetuando um período de aproximadamente cinco anos, entre 1959 e 1964, quando deixou de circular sendo substituída pelo jornal *Novos Rumos*) e que expressou e veiculou uma política em transição, oscilante entre um compromisso de *dupla lealdade* e a necessidade de atender às exigências de uma *agenda política* e de uma realidade brasileira que se transformava rapidamente na medida que o capitalismo se objetivava no país.

De outro modo, o fato de Prestes e seus aliados insistirem na publicação do jornal *Voz Operária* mesmo depois do seu rompimento com o partido e do lançamento da *Voz da Unidade* marcaria uma certa ruptura com uma determinada tradição marxista que para a maioria dos dirigentes comunistas nos 1980 deveria ser

superada. Essa convicção pareceu convergente entre o chamado *centro dirigente* e a *corrente renovadora*, pelo menos no período entre 1980 e 1981, como expressão de uma linha política que entendemos ser definitivamente baseada na *concepção politicista*, considerando a acepção com a qual trabalhamos. Porém, depois desse período, revelaram-se divergências entre os grupos ao ponto de seu rompimento em 1983.

Na outra ponta, Prestes e seus aliados continuariam insistindo em “repetir” a mesma “voz”. Mas, mas, agora, o grupo atuava sob uma auto-identificação definitiva que aparecia estampada na primeira página do jornal logo abaixo do nome *Voz Operária*, explícita com os seguintes dizeres: “ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (Dos comunistas que se alinham em torno das posições revolucionárias de Luiz Carlos Prestes)”.<sup>67</sup>

---

<sup>67</sup> A reprodução de uma capa do *Voz Operária* desta fase prestista pode ser consultada no **Anexo 09**.

#### 4 A DEMOCRACIA PELA “VOZ” DA UNIDADE

A *Voz da Unidade*<sup>68</sup> “surge para ser expressão e veículo de uma corrente de pensamento, cuja linha de ação está orientada para ajudar a classe operária e todas as forças democráticas do país”, dizia o editorial *O que pretendemos* já na primeira edição, esclarecendo também que pelo jornal objetivavam enfrentar “a questão da luta por um regime de amplas liberdades democráticas, aberto à participação das grandes massas, reconhecidamente a questão central de nossos dias”.(VOZ DA UNIDADE, nº 1, 30-03 a 05-04/1980). Assim, o jornal se apresentava como um instrumento para a formulação e a divulgação da política do PCB, mas, vocacionado à ampliação de seu campo de influência às massas em favor da luta das forças oposicionistas contra o Regime Militar e pela conquista e garantia de liberdades democráticas.<sup>69</sup>

---

<sup>68</sup> Conforme o verbete no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV* (disponível no endereço: cpdoc.fgv.br), a *Voz da Unidade* era um jornal semanário “do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em março de 1980 e editado em São Paulo, com sucursais em diversas capitais. [...] Mesmo no tempo em que o PCB estava na ilegalidade, a *Voz da Unidade* foi claramente identificada como o órgão oficial do partido. No primeiro número, de 30 de março de 1980, definiu-se em editorial como um jornal que “surge para ser expressão e veículo de uma corrente de pensamento cuja linha de ação está orientada para ajudar a classe operária e a todas as forças democráticas do país”. [...] Na década de 1980, a *Voz da Unidade* refletiu as oscilações na conjuntura política em relação ao PCB. [...] Em 1983, Giocondo Dias, então secretário-geral do PCB, lançou em Brasília a campanha nacional pela legalização do partido e a *Voz da Unidade*, com o lema “A luta pela legalidade do PCB é a luta pela democracia”, passou a ser o porta-voz do movimento, publicando manifestos e apoios políticos à campanha. Em fins daquele ano, a *Voz da Unidade* integrou-se à campanha da Diretas Já, mas manteve a defesa das prioridades do PCB, como “a livre organização partidária e a instauração da Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana”. No ano seguinte, após a derrota no Congresso da emenda constitucional que restaurava as eleições diretas para a presidência da República, a *Voz da Unidade* passou a defender o nome de Tancredo Neves, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), como candidato único dos democratas. Assim, apoiou no Colégio Eleitoral a chapa Tancredo Neves-José Sarney, da chamada Aliança Democrática, que reuniu o PMDB e dissidentes da Aliança Renovadora Nacional (Arena), o partido do governo, agrupados na Frente Liberal. Em maio de 1985, após o fim do regime militar, o PCB foi finalmente legalizado. A legalização do partido se refletiu na apresentação formal do jornal que, em 1986, incorporou a foice e o martelo ao seu logotipo e, em 1988, passou a apresentar, abaixo do título, a legenda “Órgão Central do Partido Comunista Brasileiro”. O **Anexo 10** traz a capa da primeira edição da *Voz da Unidade*.

<sup>69</sup> As edições da *Voz da Unidade* utilizadas neste capítulo (bem como as citadas nos capítulos anteriores) estão disponíveis em papel no original no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), do IFCH/Unicamp. Para este capítulo foram consultadas 87 edições, do período entre março de 1980 a dezembro de 1981, selecionando desse acervo os textos relevantes correspondentes aos momentos em que os comunistas se manifestavam diretamente sobre a “questão democrática” e com mais ênfase. Além de constar nas referências, o **Anexo 11** traz um resumo catalográfico para consulta de todos os textos selecionados como de interesse para a pesquisa, identificando as edições, os títulos e os tipos (editoriais, matérias ou artigos).

Entendemos que as manifestações na *Voz da Unidade*, sobretudo as publicadas no período entre 1980 e 1981 revelam uma espécie de “momento de convergência” entre os comunistas (lembrando que o grupo contrário à linha política majoritária representado por Prestes já havia sido afastado das decisões do PCB), de certo modo, uma afirmação no âmbito do pensamento político dos comunistas brasileiros como um momento criativo em relação ao tratamento da “questão democrática”. O contexto brasileiro e as aspirações dos comunistas se encontraram com muitos pontos comuns, ou seja, parecia um êxito da política pecebista em sintonia com às exigências da realidade brasileira que, paradoxalmente, nos anos seguintes, aparentemente se “desencontrarão”, de modo que o partido parece se “descolar” dessa realidade e retoma uma concepção anacrônica com fortes resquícios dogmáticos do “marxismo de matriz soviética”.

Neste capítulo procuraremos, fundamentalmente, demonstrar por meio do conteúdo publicado pelo jornal *Voz da Unidade* as manifestações que nos parecem corroborar com a confirmação do fenômeno que neste trabalho estamos identificando como a permanência da *concepção politicista* enquanto “traço” fundamental do que denominamos “pensamento de democrático dos comunistas brasileiros”, ou seja, a forma reiterada e praticamente uniforme com a qual os comunistas brasileiros, representantes tanto do *centro dirigente* quanto da *corrente renovadora*, defenderam o caminho pacífico de “fazer política” considerando os limites e perspectivas da democracia institucional. Perspectiva que, no nosso entendimento, não se reduzia à tática reformista, mas, contemplava também a tendência em aderir e colaborar com os governos nacionais; atuar pela legalidade e institucionalidade, priorizar processos Constituintes, defender e participar de eleições e tender à política de frente ampla pluripartidária e pluriclassista como forma de participação, contudo, atribuindo a esse modo de fazer política por conquistas graduais também uma possibilidade revolucionária de transformação da sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo, procuraremos demonstrar as possíveis variações mais significativas em outros dois “traços” da fisionomia intelectual desse “pensamento democrático” os quais aqui denominamos como *dupla lealdade e agenda política*, respectivamente, um relativo ao compromisso com a política soviética e o marxismo

---

soviético na formulação de “respostas” às exigências da realidade brasileira, e outro relativo à da maneira como os comunistas interpretaram e procuraram se adequar às mudanças estruturais e políticas da época, do ponto de vista da relação política e economia, por um lado, e entre Estado e sociedade, por outro.

Estes são os nossos objetivos principais. Num segundo plano, dando sequência ao capítulo, reconstituiremos brevemente o que poderíamos chamar de “momento de divergência” acentuado marcado pelo rompimento entre os comunistas da chamada *corrente renovadora* e o PCB, processo que toma forma com o afastamento dos comunistas identificados com esta corrente do controle do jornal *Voz da Unidade*, em julho de 1981, se acentua com as divergências e as disputas que irão travar do ponto de vista teórico-político em torno das “Teses” apresentadas para discussão preparando as deliberações congressistas e encerra com o rompimento definitivo em meio ao conturbado *VII Congresso do PCB* que começa em dezembro de 1982 mas só se conclui efetivamente na virada do ano 1983 para o 1984, pois apenas neste último ano serão divulgadas as resoluções políticas do congresso no documento *Uma alternativa democrática para a crise brasileira*.

Sem aprofundar, o capítulo se encerra com o distanciamento dos dirigentes e intelectuais da *corrente renovadora* em relação ao PCB, mas não em relação às ideias e compromissos que defendiam enquanto comunistas, tendo boa parte deles se aglutinado em torno da *Presença – Revista de Política e Cultura*, instrumento político que principalmente pelo esforço de militantes como Marco Aurélio Nogueira e Milton Lahuerta servirá de trincheira para a continuidade da “batalha das ideias” por este grupo. O último ato analisado simbolicamente como o afastamento definitivo dessa vertente no pensamento político do PCB será o episódio envolvendo Armênio Guedes que, depois de décadas de vida diretamente ligada ao PCB, irá se afastar em definitivo em 1983.

Como fontes de pesquisa privilegiadas para este capítulo estão os exemplares do jornal *Voz da Unidade* publicados entre março de 1980 e dezembro de 1981. Não só, mas principalmente os editoriais e notícias pelas quais se manifestaram diretamente em nome do PCB sobre a “questão democrática”. Além disso, faremos uso também de textos da *Voz da Unidade* escritos por dirigentes e intelectuais, sendo priorizado neste último caso os textos daqueles que identificamos ao longo do trabalho como “intelectuais orgânicos” do partido, como Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna, Marco Aurélio Nogueira, Gildo Marçal Brandão e



Leandro Konder que, ao mesmo tempo que atuavam na militância política, trabalhavam no campo intelectual no esforço de compreender e explicar a própria atuação dos comunistas. Para nós, um material de muito valor, pois consegue a síntese entre o modo de pensar e agir de parte significativa dos comunistas brasileiros.

Também serão mobilizados uma ampla bibliografia especializada sobre o assunto e alguns documentos do partido que consideramos relevantes para os objetivos do capítulo, tais como as *Teses para um debate nacional de comunistas pela legalidade do Partido Comunista Brasileiro*, que após aprovadas praticamente por unanimidade no *VII Congresso do PCB* serão divulgadas em 1984 com o título *Uma alternativa democrática para a crise brasileira*. Além disso, alguns documentos que marcaram o período como a manifestação dos dirigentes de São Paulo que ficaram conhecidas como *Chegou a hora da verdade* e *Para renovar a política dos comunistas*,<sup>70</sup> ambos de 1981.

#### 4.1 Em busca da “voz” da unidade das forças democráticas

Em março de 1980, os dirigentes e intelectuais da chamada *corrente renovadora*, com o consentimento da maioria do Comitê Central e como parte do esforço dos comunistas brasileiros para “sair à superfície”, envolveram-se no lançamento do jornal semanário *Voz da Unidade* que, se por um lado surgia como espaço privilegiado para divulgação e debate dessas ideias de cunho democráticas, por outro, fazia se tornar mais evidentes as divergências entre os grupos, especialmente em relação aos comunistas alinhados com Luiz Carlos Prestes. Como constatou Dulce Pandolfi,

Em março de 1980 o grupo renovador aglutinou-se em torno do semanário *Voz da Unidade*, uma publicação legal, criada como órgão de divulgação das ideias do PCB, que visava atingir um público mais amplo. Para os militantes vinculados a Prestes e que ainda detinham o controle do jornal clandestino *Voz Operária*, o órgão oficial do PCB, o semanário *Voz da Unidade* era uma excrescência. (PANDOLFI, 1995, p. 216-217)

<sup>70</sup> Além dos dirigentes de São Paulo, este documento tinha participação de dirigentes de outros comitês regionais do PCB.

Na verdade, era um momento difícil que expunha fragilidades do partido enquanto organização e também divergências do ponto de vista programático e ideológico. Pandolfi observou que

O PCB ingressou na década de 80 com pouca inserção social e tendo sofrido várias fissuras. O líder maior do comunismo brasileiro, Luiz Carlos Prestes, havia abandonado as hostes partidárias. Uma parte dos intelectuais vinculados à corrente renovadora havia aderido ao PT. [...] No entanto, a direção do PCB continuava mantendo sua autoestima e acreditando na inevitabilidade do socialismo. Afirmava ainda que o partido havia elaborado “teoricamente os problemas da revolução brasileira melhor que as outras correntes políticas”. Por isso tudo, o PCB estava pronto para se transformar num grande partido de massas. (PANDOLFI, 1995, p. 225-226)

Assim, o lançamento da *Voz da Unidade* marcaria a decisão categórica de que a “unidade”, tanto em sentido interno de união em torno do projeto comunista, quanto em sentido externo de união com as demais forças oposicionistas contra um inimigo comum, a ditadura militar, e por uma via institucional também comum, entendida como ampliação e garantia de liberdades democráticas, tornando-se uma decisiva palavra de ordem dentro do PCB.

Isso se evidencia já na primeira edição, na qual o editorial intitulado *O que pretendemos* procurou apresentar a “nova linha política” (que fundamentalmente reproduzia a linha que entendemos ter origem ainda nos anos 1940 e que recebeu a formulação mais acabada a partir da *Declaração de Março de 1958* e havia se mantido essencialmente na *Resolução Política do VI Congresso do PCB de 1967* e nas resoluções nos anos 1970), afirmando que, em relação à sociedade brasileira e aos seus problemas à época, só o socialismo seria “capaz de oferecer soluções definitivas para seus problemas fundamentais”, mas, naquele momento este propósito precisava ser viabilizado pela na luta por um regime que ampliasse e garantisse as liberdades democráticas, abrindo-se à participação das grandes massas. (VOZ DA UNIDADE, nº 1, de 30-03 a 05-04/1980).

Reforçando a direção intelectual que se pretendia tomar, em *Democracia e socialismo*, matéria que citava trechos do discurso de Marco Aurélio Nogueira proferido na ocasião da festa de lançamento do jornal *Voz da Unidade* no Picadeiro do Circo dos Bancários, demonstrava seu entendimento de que aquela publicação seria representante de uma “uma corrente de pensamento que concebe a

democracia como elemento essencial do socialismo”. Nesse caso, o “socialismo” sendo o único caminho para soluções dos problemas fundamentais do país, seria um processo que teria “como pressuposto indispensável a intervenção organizada das massas e a consolidação de um regime verdadeiramente democrático”. (VOZ DA UNIDADE, nº 2, de 10 a 16/04/1980)

*Que Voz querem os comunistas?* Com este título Nogueira publicava um artigo com objetivo de posicionar o *Voz da Unidade* como órgão de divulgação e formação, citando literalmente, sua pretensão em termos gramscianos:

Terá que procurar realizar o “jornalismo integral” de que falava Gramsci: um jornalismo que não apenas pretenda satisfazer as necessidades de seu público, mas também criar essas necessidades e ampliar progressivamente sua área e sua influência. (VOZ DA UNIDADE, nº 6, de 8 a 14/05/1980)

Editor do semanário naquele momento, Gildo Marçal Brandão publicou um artigo elucidativo sobre a necessidade de encontrar uma “voz” adequada às condições históricas e políticas daquele momento. Com o título *Nós precisamos de uma Voz política, não doutrinária*, o seu texto retomava o argumento de Nogueira e defendia que o jornal cumpriria o papel histórico de contribuir para as tarefas do PCB naquele momento que, segundo ele, deveria buscar o diálogo com as forças políticas, sobretudo as democráticas, investindo para aparecer no cenário político nacional e que assumisse a defesa de maneira clara e decidida de sua legalidade como partido político. Advertia Brandão:

Na verdade, aos comunistas só não é permitido adotar a postura da avestruz, fechar os olhos às exigências realidade. Sim, é preciso afirmar abertamente que, se querem construir um grande partido de massas, se não querem se reduzir a uma seita de velhos e bons camaradas iluminados mas impotentes, se querem responder às questões que estão sendo postas na ordem do dia e construir um partido que influa real e decisivamente na totalidade da política brasileira, os comunistas precisam lutar para conquistar a legalidade. Para chegar lá devem, desde agora, sair da catacumbas, se livrar do mofo acumulado, vir à luz do dia e não temer respirar o ar fresco da superfície e o ar poluído das grandes cidades industriais.” (VOZ DA UNIDADE, nº 13, de 26-06 a 04-07/1980)

O então Secretário-Geral do PCB, Giocondo Dias, escreveu em abril de 1980 um artigo intitulado *A democracia vista pelos comunistas*, no qual defendeu a busca de unidade dentro e fora do partido como condição para avançar no processo

democrático e, de alguma forma, ao socialista. Sobre o papel do jornal nesse sentido, afirmou que

A VOZ procurará reforçar a unidade das forças oposicionistas, através do esclarecimento e da informação de amplas massas, a fim de que suas lutas pelas liberdades democráticas tenham êxito e o progresso social seja o mais amplo e profundo. Nós defendemos as liberdades democráticas porque sabemos, por experiência própria, que o peso principal da ausência de democracia recai sempre sobre os ombros da classe operária. (VOZ DA UNIDADE, nº 3, de 17 a 23/04/1980)

Uma questão interessante é a ênfase na questão da “unidade”. Em vários outros momentos os textos do jornal traziam referências à importância de unir os setores “progressistas e democráticos” para isolar e derrotar, se assim podemos dizer, as forças autoritárias do Regime Militar. Ainda em 1980, no mês de dezembro, o editorial *Por que unidade é valor estratégico?* atribuía à “unidade” uma dimensão “estratégica”, logo, mais ampla que a “tática”, como era comum se referir.

Assim, acreditamos que a busca da unidade entre todos os setores da sociedade que – sejam quais foram seus motivos – expressem e potencializem em ações concretas seu repúdio ao regime antidemocrático e antipopular é o eixo para o qual devem convergir as ações de todos os comunistas. Para nós, a *unidade* não é uma questão abstrata. Na base da unidade, entendida como algo estrategicamente necessário, encontra-se um conceito muito simples: no Brasil, a conquista da democracia e a sua consolidação exigem grandes lutas e excepcionais esforços. (VOZ DA UNIDADE, nº 37, de 12 a 18/12/1980)

A *Voz da Unidade* também será caracterizada por um aspecto peculiar desse momento histórico que entendemos enriquecer a análise neste capítulo. Referimo-nos ao fato de “fundir” nas suas páginas manifestações de dirigentes e intelectuais, sendo estes últimos em sua maioria os mesmos que se firmaram no cenário acadêmico como referências nos estudos sobre a esquerda brasileira e, principalmente, sobre o PCB. Estamos nos referindo aos intelectuais que desenvolveram uma certa vertente no pensamento comunista e para nós podem ser assumidos como “intelectuais orgânicos” como entendeu Gramsci. Conforme Marco Del Roio,

Foi graças a esse grupo de intelectuais que se generalizou a hipótese da “via prussiana” do desenvolvimento capitalista no Brasil. Entendiam então essa categoria, segundo a sugestão de Lukács, de maneira ampliada, isto é, que deveria se estender também para o campo das supra-estruturas.

Com isso seria possível uma aproximação com a categoria correlata de “revolução passiva” utilizada por Gramsci. Assim introduziram a questão dos intelectuais e da cultura, expuseram a importância da teoria na luta pela democracia, contra o atraso, o elitismo e o autoritarismo, cujo *locus* fundamental deveria ser a “sociedade civil”. Termos e problemas que entraram em voga na Universidade, na imprensa e na militância política. (DEL ROIO, in: PINASSI (org), 2002, p.129)

A importância desses autores esteve intimamente ligada ao contexto:

Em oposição à ditadura, a esquerda teve que incorporar, como nunca o fizera, o tema da democracia e também empreender o esforço de melhorar o conhecimento da realidade brasileira, criando e incorporando novas formulações teóricas. No campo do marxismo e na tradição comunista, o influxo de Lukács e de Gramsci foi notável, até como forma de oposição à influência exercida por Althusser. (DEL ROIO, in: PINASSI (org), 2002, p.130)

Mas, precisamos reconhecer que o trabalho de boa parte deste grupo de intelectuais havia começado a ganhar importância mesmo antes de sua aglutinação em torno da *Voz da Unidade*. Um breve retrospecto da trajetória de seus principais representantes nos faz compreender que enquanto os comunistas viviam a expectativa do retorno de suas lideranças do exílio, essa nova geração de comunistas com bases expressivas no Rio de Janeiro e em São Paulo se empenhava em reorganizar o partido. Do ponto de vista intelectual, algumas publicações foram simbólicas ao aglutinar esses comunistas. Podemos reconhecer esse papel de “organizador da cultura” na revista *Temas de Ciências Humanas*, que entre os anos 1977 e 1979, reuniu nomes que se tornariam referências no PCB na década seguinte principalmente em torno do projeto do jornal *Voz da Unidade*. Destes, poderíamos apontar Marco Aurélio Nogueira, Gildo Marçal Brandão, José Paulo Netto, Luís Sérgio Henriques, Ivan de Otero Ribeiro, Celso Frederico, José Chasin, Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder.

Além da revista *Temas*, Ênio Silveira organizou a publicação da revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, na qual os colaboradores eram em sua maioria intelectuais ligados direta ou indiretamente ligados ao PCB e, neste, alinhado com a vertente que nos anos 1980 ficou conhecida como *corrente renovadora*. Uma boa referência sobre o campo político que pretendia avançar é o próprio artigo *A democracia como valor universal*, de Carlos Nelson Coutinho, que foi publicado pela primeira vez na revista em março de 1979. Outra publicação

interessante foi a revista *Escrita e Escrita/Ensaio*, na qual se destacou trabalhos de José Chasin.

O que nos interessa nesse ponto é que esses “intelectuais orgânicos” vinculados com o PCB vão encontrar agora na experiência do jornal *Voz da Unidade* o espaço privilegiado para travar o que entendiam como “batalha das ideias”, servindo de instrumento para a luta política, somando-se aos esforços de veteranos como Armênio Guedes, que era membro do Comitê Central e mantinha estrita relação com Enrico Berlinguer na Itália, representante do “eurocomunismo”, e de outros intelectuais e militantes que completariam até o final dos anos 1980 um ciclo importante na produção de ideias no campo político, nomes como Davi Capistrano Filho, Milton Lahuerta, Luís Sérgio Henriques, Mauro Malin e outros.

#### 4.2 A ressignificação do conceito de democracia

Nestas condições foram sendo formulados e difundidos o lugar e o sentido que a “questão democrática” teria para os comunistas brasileiros expressos nas páginas da *Voz da Unidade*, ou seja, foi se desenvolvendo o processo de ressignificação do conceito de democracia no interior e no entorno do PCB.

Em 1980 ocorreu um debate na reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), no Rio de Janeiro, do qual participaram José Álvaro Moisés, Carlos Nelson Coutinho, Frei Beto e Perseu Abramo. O evento foi comentado na *Voz da Unidade* na matéria cuja chamada era “*A democracia não é expediente tático*”, citando a intervenção de Carlos Nelson Coutinho:

Gramsci colocou os fundamentos de uma teoria da transição democrática para o socialismo. E democrática no sentido da democracia política, no sentido de que a luta pelo socialismo e sua construção devem conservar e ampliar permanentemente a democracia política. Mas, ao falar num socialismo fundado na democracia política, não estou pensando apenas nas instituições da democracia liberal. A democracia que tenho em vista é uma **democracia de massas** isto é, implica uma ampla participação organizada do povo, a intensificação da socialização da política, a criação de mecanismos através dos quais os sujeitos coletivos decidam cada vez mais sobre seus próprios problemas, sem esperar soluções de cima para baixo. A democracia de massas combina a democracia de base com a democracia representativa. (VOZ DA UNIDADE, nº 16, de 18 a 24/07/1980)

David Capistrano Filho, em *As derrotas da democracia foram derrotas do PCB*, defendeu o compromisso dos comunistas com a *Resolução Política do VI Congresso*. Comentou que esta política nem sempre foi compreendida pelos comunistas e que em 1973, na resolução patriótica, ou seja, no documento *Por uma Frente Patriótica contra o Fascismo*, houve uma certa “recaída” para o golpismo. Entre 1974 e 1976 a organização do partido foi enfraquecida,

[...] justamente quando se reuniram as melhores possibilidades para a aplicação de sua política, unitária e de massas, os comunistas viram-se privados de seu maior instrumento, a organização. Foi como se nos cortássemos as mãos, quando nos preparávamos para colher os frutos de nosso trabalho. (VOZ DA UNIDADE, nº 28, de 10 a 16/10/1980)

Concretamente, propõe algumas tarefas ao partido: apreender melhor a realidade brasileira, seguir a linha política do *VI Congresso* e investir na democracia interna.

Oportuno o artigo de Luiz Sérgio Henriques sobre a problema em torno do reformismo ou do tipo de reformismo tanto atribuído quanto desenvolvido pela PCB publicado numa edição “extra” no mês de dezembro de 1980. Uma epígrafe provocativa abria o texto. Tratava-se de uma nota da Coluna Paineis do jornal *Folha de S. Paulo* da edição do dia 4 de dezembro daquele ano intitulada *Mais ousadia*. Ela dizia:

Um velho militante do PCB lamentava ontem, em São Paulo, que a atual política do partido era “muito conciliadora” e avessa a atitudes mais ousadas, como as que, segundo ele, marcaram o PC em outros tempos. Refletindo sobre esta situação, o velho militante concluiu com certa amargura: “O PCB hoje mais parece o PDS na ilegalidade”. (FOLHA DE S. PAULO, 4/12/1980, p. 3)

No artigo, *Onde está o reformismo do PCB?*, ele defendia a chamada política de “unidade democrática” seguida pelo partido, principalmente, a partir do *VI Congresso* em 1967. Segundo Henriques escreveu,

A situação, na verdade, é paradoxal: enquanto setores de direita vêem na preocupação dos comunistas com a questão democrática um sinal de maquiavelismo, um puro disfarce tático, à esquerda do PCB prevalece a ideia de que aquela preocupação não passa de “bom mocismo” ou, quem sabe, de uma concessão oportunista para obter a legalidade. Neste último caso, estaria em curso um autêntico processo de social-democratização do PCB, que o levaria a “colaborar” cada vez mais com as classes dominantes. (VOZ DA UNIDADE, ed. Extra, de 15/12/1980)

Como resposta Henriques afirmava que era preciso fugir desse falso dilema, pois o comportamento dos pecebistas não era nem expressão de maquiavelismo nem tampouco prova de bom comportamento, mas sim *elemento fundamental* de seu projeto socialista proposto para a sociedade brasileira. Mantendo uma perspectiva etapista, entendia que

[...] a questão da transformação socialista não é objetivo imediato. Se há uma crise no capitalismo – crise política, econômica e moral - *ainda não amadureceram as condições para uma resposta hegemônica das classes trabalhadoras*, colocando na ordem do dia a mudança de formação econômico-social. (VOZ DA UNIDADE, ed. Extra, de 15/12/1980)

E, em relação à postura reformista propriamente dita, contrapunha com o que chamava de “mito” do comportamento baseado na *concepção insurrecional*.

[...] o mito de uma insurreição armada, de uma explosão revolucionária, persistente nas esquerdas brasileiras, funciona como uma espécie de fuga para a frente e é sintomático da incapacidade de entender politicamente uma sociedade complexa como a nossa. Este mito demonstra, perfeitamente, como a subalternidade, a impossibilidade de influir na vida nacional, geram contraditoriamente o sectarismo messiânico, sempre à espera do “grande dia”. (VOZ DA UNIDADE, ed. Extra, de 15/12/1980)

Sem dúvida que a última edição do ano de 1980 encerrava um ano tão atribulado entre os comunistas brasileiros com dois textos significativos. O primeiro, o editorial *Soberania e Democracia*, de capa, e o outro, um artigo de Armênio Guedes intitulado *O impasse político e a saída democrática*.

No editorial comentavam o manifesto que um grupo de políticos, intelectuais, empresários e militares chamado *Em defesa da Nação ameaçada*, criticando principalmente a “internacionalização da economia” e a fragilidade do “compromisso democrático”, e defendiam uma posição politicista clara e objetiva.

Os comunistas têm, sobre o assunto, uma posição muito clara, consideram que o eixo em torno do qual se organiza a vida política da Nação, aquele eixo que interessa às grandes massas trabalhadoras do campo e da cidade, é o eixo da luta pela democracia, pelas mais amplas liberdades, que, se expressa na reivindicação da Assembleia Nacional Constituinte e passa pela realização de eleições limpas para o governo dos Estados, em 1982. (VOZ DA UNIDADE, nº 39, de 31-12/1980 a 08-01/1981)

E insistiam que para enfrentar a situação de dependência econômica externa e outros problemas só mesmo o “caminho da defesa da Nação é a



democracia. Não há atalhos que diminuam o percurso” (VOZ DA UNIDADE, nº 39, de 31-12/1980 a 08-01/1981).

Ao mesmo tempo, no artigo, Guedes avaliava que o Regime Militar havia proposto uma auto-reforma, limitada e controlada, mas que aos poucos, e conforme as pressões, ia se modificando, para o bem ou para o mal. Quando analisa o caráter do processo de abertura, Guedes afirma que

A alternativa da “distensão lenta, gradual e segura” impôs-se, num determinado momento, como único projeto viável para a sua auto-reforma, desde que, dando anistia e restabelecendo certas liberdades, conservasse a iniciativa política e o controle do processo, dividindo a oposição e neutralizando o movimento operário. Daí a originalidade do período de transição que vivemos desde a segunda metade de 1979. Pouco definida, ou “abertura insossa” como preferem chama-la outros jornalistas, trata-se, na verdade, de uma transição em que não houve (como em Portugal e na Grécia, para citar apenas os casos mais recentes de ditaduras que sucumbiram) uma ruptura brusca das instituições autoritárias e repressivas. (VOZ DA UNIDADE, nº 39, de 31-12/1980 a 08-01/1981)

Entendia que o trabalho da oposição interferia e era capaz até de modificar os padrões do processo, mas devia ser uma tarefa encarada como algo lento e paciente, pois nada garantia que retornos bruscos ao autoritarismo mais severo estivessem definitivamente descartados. Guedes acreditava que,

[...] talvez no caso brasileiro, a superação do autoritarismo e a conquista de uma regime democrático possa ocorrer sem mudanças bruscas e violentas. Resultarão de uma guerra de posições – no bom sentido da tese gramsciana. Mas haverá, necessariamente, um momento de ruptura das instituições autoritárias e repressivas, que se dará pela pressão conjugada da opinião pública e de um amplo movimento de massas. (VOZ DA UNIDADE, nº 39, de 31-12/1980 a 08-01/1981)

Segundo entendia, era justamente por não reconhecer essa condição que as forças democráticas e de oposição se perdiam e conflitavam sobre questões mais particulares e corporativas que de interesse estratégico das forças democráticas. Ponderará, por fim, que deveriam considerar a oportunidade de participar de um governo de transição, algo polêmico, pois representava trabalhar em colaboração com o Regime Militar. Ao que parece, os comunistas brasileiros não efetivaram algo nesse sentido, formalmente, mas em alguns casos pontuais e significativos, atuaram como “parceiros” do governo.

É disso que na *Folha de S. Paulo* de 4 de dezembro de 1980, mesma edição da nota provocativa que inspirou Henriques, como demonstramos, tratava um artigo de Mino Carta com o título *Quem tem medo de Lula? Meu filho explica*, no qual comentava o espanto de seu filho ao ler sobre a colaboração de setores expressivos da oposição, entre eles do PCB, com os governistas na disputa pela presidência do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro apoiando a chapa Unidade Sindical que disputava com o grupo liderado pelo candidato apoiados por Luis Inácio Lula da Silva. No texto, Mino Carta “descrevia” o diálogo tenso com o filho de 17 anos:

“Me explica aí como é que o governo do Figueiredo pode aliar-se ao PCB e ao PMDB”. “Não sei”, respondi, abrindo os braços. “Escuta aqui”, voltou à carga aquele mocinho cabeçudo, “mas não aparece, a toda hora, um general para denunciar ações de subversivos de esquerda e enxergar comunistas agachados atrás das esquinas?” “Aparece”, respondi, abrindo os braços. “Não entendo”, disse ele, “o governo se sustenta graças ao apoio dos generais, mas se aliam aos caras que os generais abominam...”. Abri os braços, simplesmente. (FOLHA DE S. PAULO, 4/12/80, p. 2)

Sem entrarmos nessa discussão sobre em que medida os comunistas foram colaboracionistas com o governo autoritário, importa-nos focar naquilo que manifestaram em relação a “linha política” do partido. Neste aspecto, no editorial *PCB: uma história de lutas pela renovação democrática do país*, é possível verificarmos um resumo de sua história pelo viés de defesa de uma política baseada na *concepção politicista*, uma vez que os pontos “positivos” ressaltados no texto se referiam aos momentos em que essa linha política prevaleceu ou influenciou mais detidamente. Baseando-se no texto, poderíamos reconstruir o itinerário afirmando que, nas primeiras décadas, o PCB havia se vinculado fortemente à Internacional Comunista; tinha sido seduzido pelo esquematismo e doutrinário abstrato; recebido o impacto do stalinismo; havia se empolgado com a perspectiva de insurreições armadas; depois da Segunda Guerra Mundial teria vivido dois anos na legalidade determinado em cumprir sua tarefa nacional e internacional pela *dupla lealdade*; depois, em 1947, voltou a ser clandestino em meio à “guerra fria”; viveu em crises desde então; recebeu o impacto do processo de “desestalinização” iniciado após o *XX Congresso do PCUS* em 1956; iniciou uma fase de renovação, com os *V e VI Congressos* (1960 e 1967) resistindo às tentações ultra-esquerdistas, ao golpismo e aos apelos da luta armada, reforçando uma política de renovação

democrática e socialista; enfim, chegava aos anos 1980 como sendo a principal referência da esquerda no Brasil. (VOZ DA UNIDADE, nº 50, 27-03 a 02-04/1981)

Na mesma edição encontramos outro artigo fundamental escrito por Leandro Konder. Com o título *Os comunistas brasileiros e a democracia*, ele procurou responder o porquê da desconfiança entre a opinião pública em relação ao compromisso dos comunistas com a “questão da democracia”. Apontou como possíveis causas o preconceito elitista e a propagação do anticomunismo, mas afirmou que isso não bastava para compreender os pontos mais profundos dessa desconfiança. Conforme analisou, os comunistas teriam errado muito no passado no que se refere aos temas envolvendo a democracia, muito pela forte influência do estalinismo que, na prática, fez com que eles interpretassem a realidade com recursos teóricos e metodológicos bastante limitados.

Nas décadas do stalinismo, difundiram-se entre os comunistas do mundo inteiro modos de pensar pouco dialéticos (e até *antidialéticos*) que prejudicaram enormemente o enriquecimento do marxismo como teoria, que provocaram até certo “embotamento” dos instrumentos de análise que Marx, Engels e Lênin nos legaram. As contrações e os movimentos reais da sociedade brasileira deixaram de ser investigados pelos comunistas com espírito efetivamente científico e foram “enquadrados” em esquemas estreitos, apoiados em citações dos “clássicos”. (VOZ DA UNIDADE, nº 50, 27-03 a 02-04/1981)

Konder entendia que o erro de interpretação pelos comunistas brasileiros provocava uma subestimação da “questão democrática” e embasava, também de modo equivocado, propostas políticas descompassadas.

O capitalismo crescia, a sociedade se articulava de maneira cada vez mais complexa, criavam-se ricas possibilidades para o trabalho de massas, e os comunistas brasileiros, presos a uma concepção acentuadamente “agitadora” e “golpista” da política, fomentando crises setoriais para tentar pescar resultados imediatos em águas turvas, deixavam de elaborar uma estratégia política adequada às reais necessidades da classe operária no quadro sócio-econômico que estava sendo engendrado. (VOZ DA UNIDADE, nº 50, 27-03 a 02-04/1981)

Contudo, admitia que o PCB de tinha se desenvolvido com forte compromisso com a democracia, mas que era preciso se convencerem disso de modo profundo para convencer os outros setores da opinião pública, ou seja, era preciso não vacilar nessa posição e evitar a repetição dos mesmos erros. Numa autocrítica, Konder afirmava que

Infelizmente, os comunistas brasileiros não conseguiram, ao longo destas duas últimas décadas, sustentar sempre e com a imprescindível clareza essa posição. As perseguições e situações criadas pelo regime que se instalou no Brasil a partir de 1964, os problemas criados pelas tendências militaristas e ultra-esquerdistas na segunda metade dos anos 60, mais alguns equívocos e hesitações na abordagem da “questão democrática” por parte de comunistas influentes, tudo isso dificultou a realização de um trabalho mais eficaz no esclarecimento da opinião pública e impediu que alguns de seus setores se convencessem, afinal, da profundidade do compromisso dos comunistas brasileiros com a democracia. (VOZ DA UNIDADE, nº 50, 27-03 a 02-04/1981)

Não foi diferente a leitura de Luiz Werneck Vianna no artigo *PCB, ponto de referência em nossa história política*. Nele, comentou as origens operárias e nacionais do partido e a participação decisiva de Luiz Carlos Prestes como características marcantes. Sobre o momento político, tratando da linha política dos comunistas brasileiros, entendeu que

Sua estratégia democrática o reaproxima das outras forças de oposição, principalmente dos liberais e da Igreja, permitindo-lhe atualizar, como força política mais consequentemente antitatorial, sua influência junto à intelectualidade e aos setores médios da população. E embora ainda partido de quadros, ilegal e numericamente inexpressivo, poderá preservar sua vocação hegemônica na medida em que saiba manter-se fiel ao seu compromisso democrático de hoje e aprofundá-lo. Porque é nessa direção que se capacita a fazer política do ponto de vista de uma classe para toda a sociedade, como tem sido a sua melhor tradição. (VOZ DA UNIDADE, nº 51, de 02 a 10/04/1981)

Precisamos reconhecer que a tendência da resignificação da “questão democrática” seguia uma lógica pela qual a democracia deixava de ser um instrumento sob uma visão etapista da “revolução brasileira” rumo ao socialismo para se tornar um “valor” fundamental do próprio socialismo, mas, essa direção do processo enfrentava muitas dificuldades para se desenvolver. Notamos que aos poucos o discurso procurava mudar, mas, contudo, ainda assim com pouco espaço e flexibilidade. Podemos identificar essas dificuldades se comparamos manifestações do próprio Secretário-Geral do PCB nos anos 1980, Giocondo Dias. Ele escreveu em abril de 1980 o artigo *A democracia vista pelos comunistas*, no qual, numa nítida expressão do etapismo que concebia a democracia como meio imediato para alcançar os objetivos mediatos que definiam na ideia de um socialismo distante, afirmava:

A classe operária e os comunistas têm todo interesse em participar na defesa das poucas liberdades democráticas conquistadas, em desenvolver com inteligência e energia a luta pela ampliação dos direitos civis. Pois é nossa convicção que, em regime capitalista, é o conjunto desses direitos que torna mais ampla a possibilidade de desenvolver a luta de classes, de defender por meios legais as reivindicações e os interesses imediatos de lutar com maiores possibilidades de êxito nos objetivos mais gerais que, enquanto classe, os trabalhadores se propõem. (VOZ DA UNIDADE, nº 3, de 17 a 23/04/1980)

Um ano depois, no mês de abril de 1981, o mesmo Dias escreveu o artigo chamado *Os objetivos dos comunistas*, no qual coloca num horizonte mais distante os objetivos da sociedade socialista, com traços fortes de retórica:

Ora, o objetivos do PCB são claros, nítidos e inequívocos: lutar para que se estabeleça no Brasil, pela via da transição socialista, a sociedade sem classes, em que esteja superada a exploração do trabalho humano. Como marxistas, sabemos que não há “modelos” desta sociedade: as nossas peculiaridades nacionais, os nossos traços culturais, a nossa história é que determinarão os contornos da sociedade justa e humanizada que queremos e vamos construir. (VOZ DA UNIDADE, nº 53, de 24 a 30/04/1981)

Mas, o que nos parece mais significativo foi o seu entendimento de que, mantendo a perspectiva socialista, os comunistas se mantivessem firmes no propósito de “fazer política”. Em suas palavras, avaliando a posição pecebista,

[...] prosseguindo com os lineamentos gerais traçados pelo 6º Congresso, implementamos uma política de alianças em torno de um programa mínimo, cujo eixo é a reconquista dos estatutos democráticos elementares (a convocação de uma autêntica Constituinte, neste quadro, é indispensável). Mas não temos da democracia uma concepção estreita ou tática: consideramo-la uma via privilegiada à nova sociedade, que pretendemos pluralista. E não nos cremos portadores de verdades acabadas ou monopolizadores da vontade popular. [...] A partir da nossa perspectiva de classe, não desejamos privilégios na dinâmica do processo revolucionário brasileiro. Temos a experiência de que qualquer hegemonia deve ser conquistada a cada instante, na prática cotidiana. (VOZ DA UNIDADE, nº 53, de 24 a 30/04/1981)

A lugar da democracia na linha política do PCB vai ficando mais claro em outro artigo de Dias, com o título *Questão democrática, questão nacional*, no qual a reposiciona em relação à “questão nacional”, não a concebendo mais como elemento subordinado.

A revolução brasileira coloca, no seu estágio atual, a *questão democrática* em primeiro plano. A conquista e a defesa da democracia – compreendida

como incorporação intensiva da massa do povo no processo das decisões sócio-políticas – não se apresenta como um momento isolado ou singular, uma etapa em si da revolução brasileira. Ao contrário: dados o desenvolvimento objetivo do nosso processo político, a especificidade das contradições contemporâneas da sociedade brasileira e a urgência de novos mecanismos de poder, as tarefas democráticas abrem imensas possibilidades e perspectivas para equacionar a nossa *questão nacional*. (VOZ DA UNIDADE, nº 60, de 13 a 20/06/1981)

E, passa a assumir que a democracia deixara de ser encarada apenas como “tática”, adquirindo importância “estratégica”.

É preciso dizer, então, com a máxima clareza, que não consideramos a luta pela democracia como uma tarefa “tática” ou “transitória”: ela decorre dos interesses de classe do proletariado. E não se divorciam de uma postura contra a espoliação promovida pelos monopólios internacionais: no Brasil contemporâneo, é impossível descartar das conquistas democráticas o seu conteúdo antiimperialista. (VOZ DA UNIDADE, nº 60, de 13 a 20/06/1981)

Salomão Malina traz um aspecto relevante da linha política adotado pelo partido. No artigo *Uma política para uso geral*, coloca-se de forma categórica:

O PCB não possui duas políticas, uma para uso externo e outra para consumo interno. Com seus erros e acertos, o PCB tem uma só política, uma só orientação. Fruto de nossa experiência histórica, esta política sofreu inflexões ao longo de quase 60 anos de vida. Mas ela está aí, posta à sociedade. Esta política tem se revelado adequada. Insistindo na organização das massas e na unidade das forças democráticas, estamos ocupando os espaços sociais conquistados e tentando orientar o processo para uma via que exclua golpismos ou precipitações aventureiras de qualquer espécie. (VOZ DA UNIDADE, nº 62, de 26-06 a 02-07/1981)

Em suma, os comunistas assumiram uma postura face à “questão democrática” enquanto estratégia da luta pelo socialismo, entendendo que o projeto “aberturista” do Regime Militar, produto de uma busca para se auto-reformar ou se perpetuar em novas condições, poderia ser surpreendido e aproveitado como espaço de crescimento e afirmação das forças oposicionistas e democráticas. Conforme o editorial intitulado *Dirigentes comunistas recusam qualquer tipo de golpismo*, avaliavam que desde 1974 e, principalmente, depois de 1978, a mobilização popular e oposicionista havia sido maior do que o esperado pelo governo, evidenciando os traços mais importantes desse processo: “o deslocamento de forças no interior do bloco de poder e a ascensão das massas, com o movimento

sindical e operário à frente, na luta política”. (VOZ DA UNIDADE, nº 63, de 03 a 09/07/1981)

Mais que isso, numa leitura explicitamente pelo conceito de “via prussiana” combinada com a “revolução passiva”, os comunistas apontavam uma movimentação governista para “absorver” reivindicações das forças opostas com o objetivo de completar seu longo projeto de transição controlada.

O regime, perdidas as condições para a manutenção do modelo fascista, estabeleceu uma estratégia de largo fôlego para assegurar e preservar o seu núcleo de instrumento antidemocrático dos grandes monopólios (especialmente os estrangeiros, entre eles, dos norte-americanos). Trata-se, para ele, de incorporar as exigências da sociedade civil no âmbito de uma articulação de um autoritarismo político capaz de neutralizar (pela absorção social e pela repressão seletiva) as tendências que operam contra o seu caráter restritivo e autocrático. (VOZ DA UNIDADE, nº 63, de 03 a 09/07/1981)

Ainda poderíamos dizer que esse processo de ressignificação ocorreu baseado numa percepção mais ou menos clara por parte dos comunistas de que o processo de transição de ponto de vista dos militares seria caracterizado por um tipo de “liberalização”, logo, sem avançar ao ponto da “democratização”, e que a mudança nesse caráter dependeria do trabalho organizado das forças oposicionistas em abrir os espaços gradualmente. Talvez um dos textos mais explícitos sobre essa percepção de que o processo em curso era de “liberalização” restrita e controlada pelo Regime Militar e, por outro lado, da confiança fundamentada ou não de que a oposição conseguira impor um dimensão maior ao processo, seja um artigo de Dias, de outubro de 1980, com o título *Os comunistas, a abertura e a democracia*. O Secretário-Geral foi enfático, afirmando que não existiam “dois” processos de abertura, um dos governo e um da oposição, mas “duas” tendências no mesmo processo de abertura, no qual os governistas visam reformar para continuar no controle e a oposição visa ampliar a democracia e isolar e derrotar o Regime. (VOZ DA UNIDADE, nº 29, de 17 a 23-10/1980)

### 4.3 A permanência da *concepção politicista*

O resultado deste processo de ressignificação do conceito de democracia parece ter mantido determinados fundamentos, em especial o que aqui estamos considerando por “permanência” da *concepção politicista*, conforme admitimos sua possível gênese desde os anos 1940, conservando desde então a convicção crescente de que a luta deveria ter na base alguns pontos programáticos essenciais como a tática da frente ampla pluriclassista e pluripartidária, a defesa de processos Constituintes e a participação efetiva nas eleições. É dizer que os comunistas adentram os anos 1980 com manifestações públicas em seu órgão de divulgação reforçando uma proposta de prática política conhecida com variações no conteúdo que não ameaçavam esta prática, ou seja, procurava alterar a caracterização, mas mantendo uma base comum. Por exemplo, se nos anos 1950 o movimento nacionalista era a força mais agregadora da frente única, agora os anos de repressão e autoritarismo vão se tornar o ponto principal de convergência dos interesses das forças políticas em articulação frentista, mas, a tática da frente ampla pluriclassista e pluripartidária continuava basicamente a mesma.

Mais clara esta situação se revelou no artigo de Marco Aurélio Nogueira intitulado *Povo se organiza lutando pela Constituinte* quando comenta a posição do partido em relação à proposta de convocação uma Assembleia Constituinte. Citando um documento do PCB sobre o tema, afirmou, sobre seu teor:

Para muitos críticos e adversários, o PCB mostrou novamente sua face “realista” e “fria”; alguns, certamente mais afoitos, imputaram ao Partido uma certa “capitulação diante do regime” e a defesa da tão falada “Constituinte com João”. Houve mesmo quem falasse que os comunistas estavam querendo “agradar o sistema”. Deixando de debater e analisar o documento comunista, esses críticos preferiram entregar-se à descoberta de misteriosas “maquinações” e de inescrupulosos “acordos” e “conchavos”, feitos com o intuito de obter a concessão da legalidade para o PCB. [...] Pensada como conquista popular e nascendo nas fábricas, nos sindicatos, nas escolas, nas tribunas parlamentares, nas associações profissionais e culturais, a Constituinte livre e soberana é a grande arma para a politização e a unificação em nível superior de todas as lutas e interesses específicos. Com ela e através dela entramos propriamente, dadas as condições atuais, no verdadeiro grande mundo da política. (VOZ DA UNIDADE, nº 18, de 01 a 07/08/1980)



De modo ilustrativo, diríamos que da defesa da “Constituinte com Vargas” nos anos 1940 à defesa da “Constituinte com João” nos anos 1980, apesar de significativas diferenças em relação à realidade brasileira, manteve-se a crença de que os processos Constituinte eram capazes de ampliar e formalizar conquistas no terreno democrático.

Afirmavam em no final de julho: “Comunistas querem uma Constituinte com as massas – ela precisa expressar a vontade popular e vir de baixo para cima. (VOZ DA UNIDADE, nº 17, de 25 a 31/07/1980). Na edição seguinte, reforçavam e aprofundavam essa ideia. Em *Pela Constituinte*, um editorial de destaque, defendiam que

“A nação – e a classe operária não se divorcia do sentimento nacional – aspira a um novo ordenamento legal, democrático e legítimo. Uma verdadeira Constituição, que seja fruto de uma Assembleia Nacional Constituinte. A Constituição que as forças democráticas reclamam é basicamente um diploma que assegure direitos e liberdades fundamentais, que traduza em lei uma situação permeável às conquistas sociais do nosso povo, que permita o progresso social.” (VOZ DA UNIDADE, nº 18, de 01 a 07/08/1980)

O editorial *Quem tem medo das eleições de 1982* citava que a Emenda Constitucional que visava restabelecer as eleições para 1982 estava sendo discutida no Congresso Nacional e que a prioridade era defender sua aprovação, independente de sua origem governamental. Comentavam:

Pouco importa aqui sua origem governamental. Interessa é que, caso aprovada, as portas para mudanças mais substantivas na vida política brasileira estarão abertas. Sem dúvida ainda não é o que todos queremos, o restabelecimento das eleições diretas em todos os níveis, a democracia. Mas o importante é constata que – do ponto de vista de quem faz política, de quem quer se inserir no processo realmente existente, e não inventar um outro que só existe na própria cabeça – a mera perspectiva e a luta pela realização das eleições para governador introduzirão uma dinâmica nova no país. (VOZ DA UNIDADE, nº 30, de 24 a 30/10/1980)

Na mesma edição, no artigo *Os comunistas devem mudar sua conduta?*, o dirigente Givaldo Pereira de Siqueira reforçava a ideia de que a “frente única” contra o regime era válida em qualquer circunstância naquele momento, possibilitando alianças amplas e aparentemente contraditórias, alegando que a mobilização das forças oposicionistas, entre elas os comunistas, deveria ser “contra o terrorismo e o

golpe, pelas eleições diretas em 1982 e pela Constituinte”. (VOZ DA UNIDADE, nº 30, de 24 a 30/10/1980)

Como ficou evidente, a manchete de capa da edição nº 34 do *Voz da Unidade* pontuava o esforço dos comunistas em defender o caminho institucional e constitucional com o editorial *Os comunistas e a Constituinte*, no qual afirmavam que a linha política definida no *VI Congresso do PCB em 1967* havia preconizado três pontos fundamentais: 1 – a conquista das liberdades democráticas na prática; 2 – organização das massas como método; 3 – convocação de Assembleia Constituinte como objetivo. Entendia ainda que a unidade em torno da Constituinte não tinha exigência de “derrubar” o governo nem disputar a hegemonia da classe operária. Nesse sentido, faz uma reflexão interessante:

Ao reconhecer esta imposição da realidade , estamos nos acomodando à situação atual da luta contra o regime e abdicando da luta pela hegemonia ou, ao contrário, estamos partindo **do que é** para podermos construir, de fato, o que **deve ser**? [...] Entre o golpe que ninguém em sã consciência pode desejar e a revolução que só existe na cabeça de alguns lunáticos, a Constituinte é a saída possível – e, por isso mesmo, necessária – ao impasse político e à profunda crise que o país atravessa; a única alternativa concreta e pacífica às diferentes modalidades de auto-reforma que o regime pretende nos impor. (VOZ DA UNIDADE, nº 34, de 21 a 27/11/1980, grifo do autor)

Tratando das eleições, o editorial *Reforçar a unidade em defesa das eleições diretas de 1982* afirmava que havia uma definição em apoiar a realização das eleições como ação objetiva das forças oposicionistas. Ao mesmo tempo, uma confiança (superestimada ou não) no poder das massas trabalhadoras.

Corroído pelas suas contradições e, principalmente, pressionado pelas massas, o regime só foi capaz de legitimar a supressão das eleições de 1980 assumindo o compromisso público de respeitar o calendário em 1982 e renovar os governos estaduais pelo voto direto. [...] O laboratório dos “casuísmos” parece funcionar a todo vapor – votos distritais, votos vinculados, manipulação de sublegendas [...] (VOZ DA UNIDADE, nº 54, de 01 a 07/05/1981)

Ainda sobre as eleições, Vianna publicou o artigo *Questões políticas acerca da sucessões estaduais*, entendendo que se devia aproveitar o momento das eleições de 1982 para avançar no processo de democratização. Defendia inclusive uma candidatura “unitária” da oposição: “Será o candidato da coalizão democrática o

que adotar um programa mínimo que formule as exigências atuais para a derrota do regime.” (VOZ DA UNIDADE, nº Extra (38), de 15/12/1980)

Numa perspectiva mais ampla, no artigo *Fazer política ainda é contravenção tolerada*, Léo Lince refletiu sobre do processo de “abertura” conduzido pelo Regime Militar e apontou que uma de suas características era a tentativa de controlar a política, tolerar a ação dos opositoristas desde que não se tornassem ameaça às estruturas do poder governista. E, considerando este cenário, defendeu o que entendia ser o caminho a seguir. Segundo Lince, à época,

A saída positiva para a crise passa pelo fortalecimento dos partidos políticos e de outros instrumentos de pressão democrática e deságua na luta pelo reordenamento institucional. Qualquer que seja a configuração imediata dessa tendência, a luta pela Constituinte é sua destinação inevitável. Neste sentido, deve ser saudado como o oásis em meio ao deserto de apreensões o surgimento, no componente liberal da frente democrática, do nome do professor Afonso Arinos de Mello Franco, como primeiro candidato declarado à Assembleia Nacional Constituinte. (VOZ DA UNIDADE, nº 60, de 13 a 20/06/1981)

Em julho de 1980 o *Voz da Unidade* estampava em sua capa: *Fazer política*. O editorial demonstrava o entendimento dos comunistas de que para alcançarem os objetivos de isolar e derrotar o Regime Militar, problemas concretos que se colocavam naquele momento para eles e para as forças democráticas como um todo, seria necessário esforços no sentido de uma posição aberta à participação conjunta com as estas demais forças políticas.

Não ter medo de transar, de se aliar com todos aqueles que, por um momento e sejam quais forem seus motivos e origem, discreparem o mínimo possível que seja do regime vigente. Não ter receio de negociar e de fazer os acordos que sejam necessários, tanto para avançar quanto para – como parece ser atualmente o caso - evitar o retrocesso. Sobretudo, é preciso acumular forças e organizar as massas, e isso só se consegue fazendo política ampla, aberta e unitária. (VOZ DA UNIDADE, nº14, de 05 a 11/07/1980)

Seguiam apontando o que julgavam ser erros de avaliação por parte das forças políticas de oposição, os quais precisariam ser superados como tarefa essencial para o êxito do trabalho. Estes “erros”, resumidamente, poderiam ser elencados como: de que a crise econômica gerava condições revolucionárias; de que as tensões eram sempre indicativos da inevitabilidade da revolução; de que

aquele tensionamento era sempre favorável aos subalternos; de que as tensões deveriam ser aproveitadas para o confronto direto.

Não por acaso este era o mesmo argumento que semanas antes tinha sido defendido por Armênio Guedes. No artigo *Avançar sem dar margem ao retrocesso político*, ele apontava o fracasso do chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento” conduzido pelo regime nos últimos 16 anos e retomava uma orientação presente na resolução política elaborada pela direção pecebista na fase em que estava no exterior, precisamente em 1978:

Evitar o acirramento de tensões em movimentos nos quais as condições são desfavoráveis para a classe operária e o conjunto da oposição é um critério político importante para todos os democratas. Da mesma forma, não podemos admitir a contenção da luta quando se pode avançar na conquista de novas posições. (GUEDES in: NOGUEIRA (org), 1980)

Guedes partia desta avaliação para dizer que:

Quase sempre, no passado, trabalhamos com a idéia sectária e primitiva de que as tensões jamais deveriam ser evitadas, que elas eram sempre úteis à luta das classes exploradas. É claro, não se especulava então se o confronto e a ruptura a que tais tensões poderiam conduzir, nas condições concretas em que se dariam, seriam ou não favoráveis àquelas classes.” (VOZ DA UNIDADE, nº 13, de 26/06 a 04-07/1980)

A defesa desse posicionamento, portanto, para nossos objetivos na pesquisa, aparece como forte indicativo da manutenção de uma *concepção politicista* como um “traço” permanente e comum na trajetória do que estamos chamando de “pensamento democrático dos comunistas brasileiros. Esse fato também nos parece evidenciado em vários outros documentos e, principalmente, em várias edições do jornal *Voz da Unidade*, especialmente na fase em que esteve sob maior influência da *corrente renovadora* até 1981. Nesse momento, diga-se, o jornal era dirigido por Henrique Cordeiro e contava como uma equipe que tinha no Conselho Editorial, Armênio Guedes, Lindolfo Silva, Teodoro Mello e Gildo Marçal Brandão, que também exercia a função de Editor-Chefe.

Seguimos esta exposição apontando como no editorial *Unificar a oposição*, publicado no final do mês de maio, reforçava a mesma objetividade ao defender uma “frente ampla” dos setores opositoristas independentemente de suas divergências, fossem quais fossem, em nome de uma “unidade política contra o regime e pela instauração das liberdades democráticas”. (VOZ DA UNIDADE, nº 9, de 29 de maio

a 4 de junho de 1980). Além disso, comentava uma ação efetiva com participação considerável dos comunistas no sentido de ampliar o potencial de luta pela causa: o lançamento do chamado *Comitê pelas Liberdades Democráticas*, cujo manifesto tinha sido assinado por cerca de 200 “intelectuais e homens públicos”.

Nesta mesma edição encontramos uma entrevista do então “novo Secretário-Geral”, Giocondo Dias, diga-se, o dirigente que nos anos que se seguiram até 1983 teve influência decisiva (quando não determinante). A entrevista era anunciada com uma chamada extraída de sua fala e que já demonstrava o sentido do conteúdo de sua fala: “*O golpismo só nos afasta das amplas massas*”. Respondendo à Tereza Ottoni sobre como deveria ser conduzida a luta pela democracia, Dias respondeu:

A luta está fadada a arrastar grandes massas. O instrumento para levar à vitória é a frente única democrática, que existe objetivamente. Uma frente política. E é errado se criar um caroço (a frente de esquerda) e injetá-lo nessa frente para obrigar os liberais a se definirem. Não somos donos da frente. E somos contra qualquer discriminação. Quem estiver contra a ditadura e a favor da democracia deve estar nessa frente. (VOZ DA UNIDADE, nº 9, de 29-05 a 04-06/1980)

Neste ponto vale recordarmos que a proposta de “frente ampla” envolvendo forças políticas de vários campos ideológicos contrariava a visão, à época, de Luiz Carlos Prestes e seu grupo, para os quais deveria existir uma espécie de “frente de esquerda”, portanto seleta, na qual encontrassem maior convergência em torno do projeto socialista. De outro modo, os prestistas defendiam o entendimento de que a “frente” contra o Regime Militar e a favor da democracia devesse unir as “forças de esquerda” e, prioritariamente, com os comunistas exercendo papel de direção, pelo menos intelectual, para usarmos uma formulação gramsciana. Em contrapartida, Dias, em nome dos comunistas que exerciam a direção do partido, colocava de forma clara que para o PCB, independente de ideologia ou posicionamento político, bastava aos grupos políticos e às forças vivas da sociedade serem contrárias ao Regime Militar e favoráveis à democracia (e aqui evidentemente, em termos de sistema político) para atender ao critério de definição que os alinhariam na mesma “frente democrática”.

Há que considerar também os episódios em torno das eleições que eram previstas para 1980, que nos revelam além do espírito da época entre os dirigentes e intelectuais comunistas, sua visão otimista e superestimada em relação às forças

oposicionistas contra o Regime Militar. Mais uma vez, reforçavam a crença em mecanismos e procedimentos que fossem capazes de derrotar politicamente o governo e, alargando e ampliando o espaço político-institucional, pudessem estabelecer uma nova condição no país. Aqui podemos claramente perceber, se utilizarmos como “critério de interpretação” o conceito gramsciano de “revolução passiva”. Vejamos.

Na edição nº 21 do *Voz da Unidade*, uma manchete anunciava o corte da avaliação que os comunistas faziam no momento: *Oposição pode ganhar batalha das eleições*. O impasse se dava porque o calendário eleitoral até então previa as eleições municipais para 1980, porém, os militares pretendiam “esfriar” os ânimos, principalmente dos oposicionistas que vinham crescendo politicamente, apesar de toda confusão. Os governistas propuseram ao Congresso Nacional uma proposta de cancelamento das eleições municipais de 1980 para que fossem juntadas com as eleições estaduais e nacional em 1982. Não precisamos fazer mistério sobre o resultado, pois, no modelo que se seguia, estava evidenciado que o Regime Militar aprovaria sua proposta (como o fez).

O que importa é verificarmos a interpretação que os comunistas brasileiros fizeram, conforme a *concepção politicista* que os embasava, além de algumas doses de romantismo, para não dizer outra coisa. Na matéria escrita por Cláudio Guedes, a qual se referia a manchete, a chamada era ainda mais impactante: *É possível dividir PDS e derrotar o governo*, e o resumo logo abaixo era categórico: “A defesa das eleições municipais e da manutenção do calendário eleitoral deve ser bandeira de todas as forças interessadas numa alternativa democrática”. No texto, Guedes lançava o desafio:

Tudo se passa como se, antes de travar a luta, já se concedesse ao governo, de antemão, essa vitória. Daí que as forças democráticas não estejam se mobilizando de fato – pelo menos, não tanto quanto poderiam – em defesa da realização das eleições municipais. Importa romper essa inércia, essa apatia, essa incompreensão. (VOZ DA UNIDADE, nº 21, de 22 a 28/08/1980)

Ainda podemos perceber esse propósito de concentrar esforços na defesa da “questão democrática” pelo viés politicista pelos comunistas nas páginas da imprensa da época na forma de artigos assinados. Num artigo de João Salles, membro do Comitê Central, publicado na revista *Veja* em outubro de 1979 intitulado

*Contra os tumultos*, ele defendeu o que considerava avanços democráticos no país, como a extinção do Ato Institucional nº5 (AI-5), o restabelecimento de parte das prerrogativas do Legislativo e Judiciário, a Anistia, enfim, eram devidas, na sua visão, em parte pelo processo de acumulação de forças “democráticas e liberais” que os comunistas estavam envolvidos nos últimos anos. Dessa perspectiva, apontou algumas propostas concretas:

Aos democratas, a meu ver, convém a preservação do calendário eleitoral – eleições livres e diretas em 1980 e 1982, e convocação de uma assembleia constituinte livremente eleita. Nossa visão peculiar de democracia nada tem de instrumental. Ao mesmo tempo que visamos sua ampliação, defendemos a necessidade de que a frente democrática permaneça coesa e unida na sua diversidade em defesa do que já foi conquistado. (SALLES in: REVISTA VEJA, nº 578, de 17/10/1979)

No artigo chamado *Porque defendemos aliança com liberais*, Giocondo Dias colocava mais uma vez o problema de forma definitiva para o que estamos analisando. De maneira objetiva descrevia o foco ajustado da nova perspectiva ao afirmar que os “esquerdistas” (Prestes principalmente), dentro e fora do partido, atacavam as forças liberais potencialmente aliadas na luta democrática, por um lado, e à direção do PCB, por outro, por entenderem que este abandonava a perspectiva de classe e de revolução. Depois de comentar o que entendia por equívocos dessa posição e colocar o embate principal entre fascismo versus democracia, não mais o histórico capitalismo versus socialismo, Dias concluía de maneira enfática:

Em outros termos, a alternativa concretamente existente hoje não é entre capitalismo ou socialismo, mas entre fascismo e submissão ao imperialismo ou democracia e independência nacional. A grande tarefa política imediata é, portanto, a unidade de todas as forças democráticas contra o inimigo comum, para conquistar a liberdade política e varrer a opressão e o terror da vida brasileira. (VOZ DA UNIDADE, nº 23, de 05 a 11/12/1980)

Na mesma edição do jornal ainda encontramos uma entrevista concedida por Givaldo Pereira de Siqueira, então dirigente do PCB, à Mauro Malin, cuja chamada era *Abertura se garante é com mais democracia*, na qual o dirigente comentava que a revolução nacional e democrática não precisava ser feita com hegemonia da classe operária, pois apenas a transição desta “etapa” nacional-democrática para a posterior, da revolução socialista propriamente dita, era que exigiria esse protagonismo da classe operária. Ao ser questionado se a hegemonia

de classe era necessária para derrotar a ditadura e substituí-la por um regime democrático, afirmou enfaticamente que não.

Não. A resolução política de nosso VI Congresso diz que a hegemonia do proletariado é condição necessária para a transição da revolução nacional e democrática para o socialismo. Admite a derrota da ditadura e até a transição para a etapa nacional e democrática sem essa hegemonia. (VOZ DA UNIDADE, nº 23, de 05 a 11/12/1980)

O entendimento de que o inimigo comum definido como o Regime Militar e seu típico autoritarismo justificaria a aliança entre comunistas e correntes liberais foi tema de dois artigos de Luiz Werneck Vianna publicados no *Voz da Unidade* nos meses de setembro e outubro de 1980. O primeiro texto, *Os empresários da Fiesp e a frente com os liberais*, defendia que os liberais democratas em atividade naquele momento também queriam superar o autoritarismo do Estado e nisso convergiam com os comunistas e com as forças oposicionistas em geral. Tratava, portanto, de reforçar a ideia presente desde os anos 1950, pelo menos, de que no campo da burguesia nacional era possível identificar e se aliar aos setores progressistas que por motivos conjunturais estavam dispostos a lutar contra o governo central. A leitura de Vianna era, assim, de que algumas contradições surgiam de modo a dividir a burguesia liberal.

[...] desde a crise de 1973, o regime não pôde mais fazer processar no interior do Estado as disputas de interesse entre as diferentes frações burguesas; foi obrigado, por força da nova conjuntura, a atender umas em detrimento das outras, ao contrário da época do “milagre”, em que salomonicamente beneficiava a todas; a condução da economia pela tecnocracia estatal não permite previsibilidade para o cálculo econômico por parte dos empresários. (VOZ DA UNIDADE, nº 25, de 19 a 25/09/1980)

O segundo texto sobre o tema teve o título *A classe operária e os liberais*, nele Vianna apontava que os empresários, em especial os de São Paulo, entendiam que o regime “asfixiava” as possibilidades de desenvolvimento da livre iniciativa. Vianna acreditava que isso ajudava no processo em direção à democracia, defendendo que o sentido de vitória, naquele momento, era claro e vidente: derrotar o Regime Militar, que não interessava desde sempre aos comunistas e, naquele momento, também a determinados setores da burguesia nacional. Segundo sua interpretação para a época: “empresários de São Paulo sabem que, se ficarem, o bicho come. Preferem correr, e, nesse movimento, impõem aos acontecimentos uma



dinâmica nova, favorável à democratização do país”. (VOZ DA UNIDADE, nº 28, de 10 a 16/10/1980)

Um aspecto importante que muitas vezes não é devidamente tratado se refere a percepção minimamente fundamentada entre os comunistas que demonstrava terem discernimento em relação à característica e à dimensão do processo de “abertura” conduzido pelos militares. No artigo *A abertura que o país reclama não é a de Golbery*, Mauro Malin comentava a intenção do Chefe da Casa Civil em “dividir as oposições” com suas propostas de reforma partidária e outras. Cita a *Resolução Política de 1977*:

Os projetos da ditadura dependem da divisão do campo oposicionista [...] A derrota então sofrida (nas eleições de 1974) pelo regime significou, em última análise, que, a partir daquele momento, mais premente se tornara a necessidade de ele negociar e buscar um acordo com as correntes políticas do País. (VOZ DA UNIDADE, nº 25, de 19 a 25/09/1980)

Outro ponto interessante é o senso crítico em relação à emergência de outras forças políticas no campo oposicionista e de seu papel no processo, destacando que a defesa de processos Constituintes, por exemplo, não era condicionada às mudanças ou rupturas imediatas no sistema, podendo se realizar mesmo sob direção dos militares. Nesse ponto, David Capistrano Filho, que anos depois deixaria o PCB (ingressaria no PT, sendo eleito prefeito da cidade de Santos, SP e se tornando renomado entre os petistas), observava esse fenômeno de modo crítico na matéria *Estreiteza pode levar PT ao divisionismo* (VOZ DA UNIDADE, nº 34, de 21 a 27/11/1980). Para ele, as chamadas correntes de oposição estavam, majoritariamente, defendendo a democracia pela via institucional e colocando como meta a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Entretanto, saltava aos olhos, na sua opinião, a inexistência de um consenso mínimo em torno de como encaminhar a transição do atual regime. De maneira irônica, dizia que era um falso problema entre os oposicionistas a decisão se deveriam ou não aceitar a convocação de uma Assembleia Constituinte sob governo de João Figueiredo, afirmando se tratar de uma “tola discussão” sobre uma “Constituinte com ou sem o João”. Entendia que à esquerda, e em especial o PT, faltava uma compreensão mais aprimorada dos fatores relevantes em meio ao processo de transição como no caso da crise econômica que se apresentava praticamente evidente.

É interessante como os comunistas se mostravam convictos de que a questão da “unidade” das forças oposicionistas, relevando suas diferenças, inclusive ideológicas, mas convergindo em torno de um programa mínimo que naquele momento significava, principalmente, o fortalecimento da frente ampla pela defesa de uma Assembleia Constituinte e de eleições livres, seria o caminho acertado para se conduzir a luta contra o Regime Militar. Neste aspecto, chama-nos atenção a percepção que tinham em relação aos limites e aos riscos da proposta que defendiam, ou seja, da consciência (pelo menos por parte de alguns dirigentes e intelectuais) do que representava uma aliança com as chamadas forças liberais da sociedade, por exemplo.

De forma decidida vamos encontrar esse posicionamento no artigo *Em defesa do compromisso histórico com os liberais*, escrito por Vianna. Para ele, existia uma assimetria entre política e economia e entre os “liberais” existia divergências que poderiam ser capitaneadas ao projeto comunista.

Temos, ao mesmo tempo, uma economia moderna, plenamente capitalista, dinamicamente ajustada ao seu mercado, e um sistema político autocrático, oligárquico e excludente. [...] Nesse quadro, e com a pressa de quem se atrasou bastante, os empresários brasileiros assumem o liberalismo como ideologia política. (VOZ DA UNIDADE, nº 40, de 09 a 15/01/1981)

Com esse ponto de vista, recomendava que era preciso à classe operária reconhecer que essa posição era emergente e, procurando dar substância a uma democracia nesses termos, pudesse assumir a defesa junto com essas forças liberais, numa união que pudesse visar um “amplo compromisso histórico que compreenda os liberais, os católicos e os marxistas”, transcendendo a crise atual. (VOZ DA UNIDADE, nº 40, de 09 a 15/01/1981)

Essa visão do processo perpassava as manifestações do PCB pelo seu órgão de divulgação de sua política de maneira reiterada e, o que é mais importante, com certa uniformidade no discurso. Em março de 1981 o editorial *É preciso lutar pela unidade das oposições* explicitava essa “unidade” no discurso:

A tônica de praticamente todas as matérias que a **Voz** publicou até hoje – e já vamos completar um ano de circulação – é a defesa da unidade do movimento popular e democrático, de todas as forças que fazem oposição ao regime resultante do golpe de 1964. (VOZ DA UNIDADE, nº 48, de 13 a 19/03/1981)

Aliás, essa postura democratizante era reforçada por iniciativas que tinham como objetivo organizar a ação política da oposição na sociedade brasileira, demonstrando disposição de significativos setores pecebistas em efetivamente praticar o discurso da “unidade”. Este mesmo editorial mencionava com otimismo um *Ato pela unidade das forças democráticas*, convocado pelos comunistas do Rio de Janeiro visando fortalecer a frente ampla. Este “ato”, previsto para o dia 24 de março de 1981 na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) tinha como principal ponto na sua pauta a definição das eleições de 1982 como momento oportuno e privilegiado para avançar contras as forças ditatoriais. O editorial afirmava:

O manifesto que convoca o ato, marcado para o próximo dia 24, aponta as eleições marcadas para 1982 como o evento para o qual devem convergir, desde já, as atenções das oposições. Para transformar essas eleições em momento de imposição de grave derrota ao regime, e portanto de avanço da luta democrática [...] (VOZ DA UNIDADE, nº 48, de 13 a 19/03/1981)

Ao analisarmos o próprio conteúdo da convocatória para o ato do dia 14 de março, fica claro que as reivindicações reforçavam o entendimento de que a *concepção politicista* se firmava cada vez mais entre os comunistas. Após uma breve apresentação dos objetivos gerais, o texto estabelecia os pontos em torno dos quais deveriam as forças oposicionistas se unir na defesa, entre eles:

Realização de uma ampla campanha de mobilização popular em favor da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana; Luta pela mais ampla liberdade de organização partidária; Defesa do direito de existência legal do Partido Comunista Brasileiro. (VOZ DA UNIDADE, nº 48, de 13 a 19/03/1981)

Na comissão responsável pela sua organização, estavam nomes de comunistas conhecidos como Alberto Passos Guimarães, Alcedo Coutinho, Aloísio Teixeira, Amâncio Paulino de Carvalho, Aristides Saldanha, Boruch Milman, Carlos Nelson Coutinho, Dias Gomes, Givaldo Siqueira, Henrique Cordeiro, Hércules Correia, Humberto Jansen, Isnard Teixeira, Jarbas Amorim, João Saldanha, Leandro Konder, Leon Hirszman, Luiz Werneck Vianna, Maria Felisberta Trindade Jardim, Sebastião Neto de Oliveira (China) e Sérgio de Moraes.

#### 4.4 Distanciamento da *dupla lealdade* e o deslocamento da *agenda política*

Leandro Konder escreveu um artigo interessante sobre essa tentativa de distanciamento da *dupla lealdade*, como aqui definimos. Com o título *Cultura e liberdade na política dos comunistas*, ele afirmava em março de 1981 na *Voz da Unidade*:

Ao longo de várias décadas, os comunistas brasileiros agiram com a convicção (frequentemente implícita) de que a adesão ao marxismo e ao leninismo (ou ao marxismo-leninismo, como ainda preferem muitos) bastava para orientá-los em face dos problemas colocados pela vida cultural. Hoje, a inocência (ou preguiça) do doutrinário abstrato está definitivamente desmoralizada pela prática, pela experiência dolorosamente adquirida na luta política. (VOZ DA UNIDADE, nº 49, de 20 a 26/03/1981)

E, avançava com o entendimento de que o desenvolvimento capitalista tinha transformado o Brasil naquilo que em termos gramscianos ficou conhecido como sociedade de tipo “ocidental”, logo, mais complexa, com um tecido social que envolvia uma “sociedade civil” mais ativa e influente nos processos sociais e políticos. Face esta constatação, Konder defendia que a base interpretativa do marxismo e a conduta dos comunistas precisavam se diversificar.

Um outro aspecto tratado neste texto, no mesmo sentido, mas, para nós de grande relevância tendo em vista os propósitos deste trabalho, refere-se ao que ele chamou da presença do conservadorismo e do autoritarismo no próprio pensamento político dos comunistas. É interessante perceber que os “intelectuais orgânicos” do partido que aqui definimos como fontes importantes de pesquisa mostravam ter uma consciência crítica que os diferenciava da postura dogmática muito comum entre os militantes do partido e muitos de seus dirigentes. Nesse caso, por exemplo, Konder entendia que a condição dos pecebistas da seguinte forma:

Embora a nossa inspiração central, como marxistas, tenha sido sempre **libertária**, a dureza das condições históricas em que travamos nossas lutas acabou impregnando de autoritarismo muitos aspectos de nossa prática política. Forçados à clandestinidade, perseguidos, cedemos à tentação de nos considerar desobrigados a aprofundar a nossa reflexão sobre a questão da liberdade em todas as suas complexas implicações. Ridicularizamos as limitações das concepções burguesas de liberdade e deixamos de enfrentar toda uma série de aspectos difíceis do encaminhamento de soluções positivas **nossas** para os problemas reais que se refletem na ideologia burguesa. (VOZ DA UNIDADE, nº 49, de 20 a 26/03/1981, grifos do autor)

A necessidade de arejar o marxismo entre os comunistas brasileiros e encontrar possíveis “soluções positivas” locais, adequadas à realidade, de modo independente da política soviética e do marxismo-leninismo de modo geral, aparecia como tarefa essencial para o desenvolvimento da política pecebista. Essa necessidade, no entanto, encontrava resistência que particularmente nos acontecimentos que marcaram do *VII Congresso do PCB* iniciado em 1982 irá emergir com tamanha intensidade que o grupo identificado como *corrente renovadora* não encontrará mais espaço para promover mudanças significativas no âmbito do pensamento político e da ação política dos comunistas. Se retomarmos o texto de Konder sobre essa “resistência”, podemos notar uma hipótese razoável que entre outros fatores poderiam elucidar essa dificuldade de superar, por exemplo, o próprio autoritarismo pecebista manifesto em sua política.

Na medida em que se insurge contra uma determinada ordem social, o revolucionário é, na sua origem, um ser dividido; porque nele, ao lado do protesto consciente e do projeto de uma nova ordem persiste sempre algo do mundo que está sendo negado, algo da sociedade que, em certa medida, o formou antes dele poder contestá-la. Esse fenômeno, obviamente, não poderia deixar de ocorrer, também, no meio dos comunistas brasileiros. (KONDER, 1980, p. 137)

O fato é que ao longo dos anos 1980 e 1981 a *Voz da Unidade* publicou várias manifestações de autocrítica nesse mesmo sentido, ou seja, da necessidade de superar dogmatismos e utilizar instrumentais teóricos mais ajustados às exigências da realidade brasileira. Destas manifestações, poderíamos destacar algumas que nos parecem terem sido mais diretas nessa cobrança, evidenciando pela forma incisiva com que as defendiam, a situação de conflitos e confusão que marcava aquele momento no qual os comunistas, apesar de suas divergências, viam-se obrigados ao esforço de definir pontos comuns que lhes permitissem agir com unidade partidária. Destacamos, entre estas manifestações, alguns artigos que foram escritos por Luiz Sérgio Henriques, David Capistrano Filho, Luiz Werneck Vianna e José Paulo Netto, todos abordando o que aqui estamos tratando como tentativa de distanciamento da *dupla lealdade*, no caso, no campo teórico.

Em *A questão é superar o dogmatismo*, Luiz Sérgio Henriques afirmava que era preciso reconhecer que o fato de

[...] situar o marxismo como matriz de orientação do partido comunista não deve impedir o reconhecimento de que o próprio marxismo não é mais um corpo único. Caberia até falar de marxismos – no plural – a compor um quadro heterogêneo (lukacsianismo, althusserianismo, gramscianismo...). (VOZ DA UNIDADE, nº 12, de 19 a 25/07/1980)

David Capistrano Filho, no texto *O socialismo é a esperança do mundo* definia que o socialismo era encarado como ideal, como sonho possível, mas que o *XX Congresso do PCUS* havia acordado os comunistas no mundo todo, e também no Brasil, para a necessidade de superar certas interpretações que não davam conta dos problemas que enfrentavam, porém, continuava defendendo o socialismo de “carne e osso” como alternativa justa ao capitalismo. (VOZ DA UNIDADE, nº 22, de 29 de agosto e 4 de setembro de 1980). Noutro artigo, *Viva Lenin!*, David Capistrano Filho defendia o marxismo-leninismo exaltando Lenin e a Revolução de Outubro, mas definindo Lenin como um “democrata”.

Todas as modalidades de anticomunistas pretendem apresentar o fundador da União Soviética como intolerante e avesso à democracia. Nada mais falso. Tanto a concepção de Partido de Lenin, como sua ideia de revolução e de socialismo, estão impregnadas de conteúdo verdadeiramente democrático. (VOZ DA UNIDADE, nº 32, de 07 a 13/12/1980)

Avançando nessa compreensão, no artigo *Lenin, a política e o marxismo*, Luiz Werneck Vianna comentava que Lenin tinha entendido o marxismo como “método” e não como “dogma” e, por isso, tinha conseguido inovar na interpretação da realidade e na formulação e execução de ações concretas nessa mesma realidade. (VOZ DA UNIDADE, nº 34, de 21 a 27/11/1980)

Com o mesmo objetivo de arejar o instrumental marxista entre os comunistas brasileiros, mas focando também a necessidade de melhorar a interpretação de uma realidade brasileira em transformação, especificamente em relação ao processo que aqui identificamos como deslocamento do *agenda política*, Carlos Nelson Coutinho vai encontrar referências na experiência italiana. No seu artigo intitulado *A renovação leninista do marxismo italiano*, fazia uma análise de um livro que Luciano Gruppi<sup>71</sup> lançava no Brasil naquele ano, aproveitando para levantar algumas questões de interesse local e comparando, de certa forma, semelhanças e diferenças entre os casos brasileiro e italiano.

<sup>71</sup> Carlos Nelson Coutinho se referia ao livro: Luciano Gruppi, **Tudo começou com Maquiavel** (As concepções do Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci). Porto Alegre: L&PM Editores, 1980, 93 p.

Um primeiro ponto que nos interessa ressaltar é que ele aproveitava do texto de Gruppi sobretudo o entendimento de que a luta pela hegemonia da classe operária tinha alterado seus referencias, pois ao invés de pensá-la em função estrita de classe, abria-se, em termos gramscianos, para pensar numa hegemonia a ser exercida pelo “bloco de poder”. Nesse ponto Coutinho citava trechos de Gruppi, literalmente, para apontar o que julgava ser tarefas adequadas aos comunistas em geral, e evidentemente, aos comunistas brasileiros:

Mas eis como ele [Gruppi] formula a sua “opinião”: “A noção de ditadura do proletariado está dialeticamente superada na situação italiana. Isto é, ela é assumida num nível superior”. O que se conserva da noção de ditadura do proletariado – diz ele – é este elemento essencial: “a autonomia e a hegemonia (direção) da classe operária” no seio do novo bloco de poder. E o momento “superado” se refere a outro elemento: “É o bloco de poder que exerce a coerção na sociedade através da legalidade do Estado. O elemento da coerção não pode ser eliminado, não se constrói o socialismo sem coerção, inclusive dura, mas ela deve ser aplicada pelo bloco de poder, não diretamente pela classe operária”. (p. 91-92). Embora se refira explicitamente à Itália, Gruppi me parece colocar aqui uma questão a se enfrentada por todos os comunistas que trabalham nas condições de sociedades complexas, pluralistas, “ocidentais” (no sentido gramsciano). (VOZ DA UNIDADE, nº 26, de 26-09 a 02-10/1980)

Essa perspectiva sugeria, na prática, manter o entendimento do *VI Congresso do PCB de 1967* em considerar que a hegemonia do proletariado não era mais imprescindível ao desenvolvimento da “revolução brasileira” para o socialismo, e acrescentava a noção mais elaborada de como essa hegemonia seria imposta por um grupo mais amplo de forças políticas que poderiam ser tratados em termos de “bloco de poder”, visão convergente com o resultado esperado pela política de frente ampla pluriclassista e pluripartidária defendida pelo PCB desde muito tempo, como mostramos, com origens ainda nos anos 1940. Significava compreender que para formar um grupo (bloco) de poder das forças democráticas opositoras era preciso admitir e aceitar que a hegemonia fosse exercida pelo grupo.

Vale aqui lembrar mais uma vez das divergências do grupo majoritário com Prestes. Este ponto foi fundamental no acirramento e conseqüente rompimento entre Prestes e o Comitê Central, pois Prestes admitia “compartilhar” essa hegemonia apenas no campo dos grupos de esquerda, no máximo, refutando a possibilidade de abrir para grupos liberais, por exemplo, ou seja, para ele a “frente” deveria ser de esquerda e com os comunistas na vanguarda.

Outro ponto interessante que o texto de Coutinho trazia se baseando na experiência italiana era a possibilidade (e necessidade) de conservar instituições tradicionais e envolvê-las com instituições novas, a exemplo dos movimentos sociais, produzindo uma espécie de Estado “renovado”, mas não totalmente novo. Fazendo menção ao livro de Gruppi, o autor brasileiro desenvolvia a ideia de que

O elemento de renovação consiste na ideia de que não se trata – no “Ocidente” – de construir um Estado *inteiramente* novo, mas de promover uma articulação dialética entre instituições herdadas do passado (que *mudam de função* graças precisamente a esta articulação) e instituições novas geradas diretamente pelas lutas das massas trabalhadoras. A reforma do Estado passa assim pela criação de uma democracia de massas. (VOZ DA UNIDADE, n° 26, de 26-09 a 02-10/1980)

Essa ideia de um Estado que pode ser reformado conciliando instituições do passado (de tipo burguesa) com instituições novas (a sociedade civil organizada, por exemplo), e fazendo desse processo uma forma de requalificação da democracia, já era algo que o próprio Coutinho havia tratado no famoso artigo *A democracia como valor universal*, de 1979, principalmente quando considerava que a democracia de massas que defendia partiria de uma plataforma liberal-burguesa, mas acrescentaria elementos novos, principalmente a integração das massas e a organização da sociedade civil, de modo a conseguir “elevar a nível superior” a democracia construída pela perspectiva socialista.

Em outras palavras: a conquista de um regime de democracia política não é uma etapa no caminho do socialismo a ser posteriormente abandonada em favor de tipos de dominação formalmente não-democráticos. É, antes, a criação de uma base, de um patamar mínimo que deve certamente ser aprofundado (tanto em sentido econômico-social quanto em sentido político), mas também *conservado* ao longo de todo o processo. [...] a democracia de massas que os socialistas brasileiros se propõem construir *conserva e eleva a nível superior* as conquistas puramente liberais. (COUTINHO, 1979, p. 43)

Em seguida, o próprio autor tratava de responder sobre o significado dessa “elevação a nível superior”.

Em que consiste essa “elevação a nível superior”? antes de mais nada, em medidas que eliminem gradualmente as bases econômicos-sociais que não só tornaram possível a emergência da “via prussiana” elitista e oligárquica, mas que contribuem para reproduzi-la (de modo ampliado) permanentemente. (COUTINHO, 1979, p. 43)



Um outro aspecto que nos mostra os referenciais no pensamento político desses comunistas ao longo dos primeiros anos da década de 1980 corresponde à percepção e, conseqüentemente, à preocupação com a ascensão dos chamados movimentos sociais, mas, sobretudo, da ascensão do “novo sindicalismo” que se desenvolve principalmente a partir da região do ABC paulista, por um processo que lhes parece pretender “esvaziar” de conteúdo propriamente político esses novos atores no cenário político nacional.

Mais uma vez Luiz Werneck Vianna nos parece sensato quando em seu artigo publicado na *Voz da Unidade* sobre o tema. Intitulado *Pela política, contra o basismo e o espontaneísmo*, procurava demonstrar que a tendência ao espontaneísmo significaria defender um movimento social “apolítico”, pois entendia que entre os comunistas havia quem entendesse que “a aposta de fundo quase messiânico nos movimentos sociais tem-se associado à subestimação e desconfiança da política” e que isso provocava uma certo distanciamento em relação aos partidos políticos, uma vez que determinadas “reivindicações são conduzidas como se tivessem também entre seus objetivos demonstrar sua contestação face aos partidos, à política e aos políticos. A autenticidade versus a representação”. (VOZ DA UNIDADE, nº 11, de 12 a 18/06/1980)

O que percebemos era que os comunistas naqueles anos viam com cautela o crescimento desses movimentos, particularmente do sindicalismo do ABC, considerando seu crescimento arredo à política, em certo sentido, pelo menos evitando se fundir no sistema político-partidário do momento. Esses grupos (e o liderado por Luiz Inácio Lula da Silva, que anos depois, em 2002, viria a ser eleito presidente da República, era o principal deles) atuavam procurando se diferenciar das forças que, como o PCB, representavam uma política tradicionalmente desgastada. É curioso notar que a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) tinha pouca clareza teórica e programática, especialmente quanto ao seu discurso “socialista”, mas tinha convicção de que deveria agir de modo diferente dos comunistas.

Aliás, este ponto merece uma análise mais rigorosa, tarefa que extrapolaria os limites deste nosso trabalho, mas que precisa se encarada. Estamos nos referindo ao fato de que como o PCB, partido que se identificava (ou procurava se identificar) com a classe operária e pretendia agir “politicamente”, acabou

historicamente se “distanciando” dessa base, ao mesmo tempo que o PT, criticando a política, cresceu e se tornou um partido de massas em pouco tempo e se colocou como representante legítimo da classe operária.

De volta aos nossos objetivos, podemos perceber que, naquele momento, os editoriais da *Voz da Unidade* reiteravam a visão dos comunistas sobre as possíveis causas desse fenômeno, tanto revelando seu otimismo pelo fortalecimento dos movimentos quanto demonstrando preocupação em relação aos rumos que esses movimentos tomavam. No mês de abril de 1980, em sua segunda edição, o semanário comunista estampava na capa o editorial *Questão é política*, no qual, referindo-se ao movimento grevista do ABC como fato novo, afirmava otimista que os patrões fugiam

[...] como o diabo da cruz da discussão que sabem eminentemente política, posto que implica em maior grau de autonomia e organização dos trabalhadores e no controle que eles podem passar a exercer, a partir daí, sobre o próprio processo de organização do trabalho, ultrapassando a esfera meramente corporativa. (VOZ DA UNIDADE, nº 2, de 10 a 16/04/1980)

No mês de maio, por meio do texto *É possível evitar retrocesso e derrotar regime*, os comunistas colocavam de modo categórico a necessidade, primeiro, de uma democracia, e segundo, de uma redefinição do papel da classe operária a partir do crescimento surpreendente do sindicalismo do ABC e, concluía: “Qualquer que seja o desfecho da greve, ela inaugura uma fase nova na luta pela democracia no Brasil”. (VOZ DA UNIDADE, nº 5, de 01 a 07/05/1980)

Depois que as greves na região do ABC acabaram naquele momento, cujos resultados não eram os esperados pelos trabalhadores, os comunistas procuraram refletir sobre o fato e tenta compreender os fatores conjunturais que haviam frustrado os grevistas. Em mais uma nítida demonstração de sua *concepção politicista*, eles avaliavam e concluía da seguinte forma:

O resultado das greves desfez as ilusões dos que pretendiam com ela o “assalto ao céu”, desmascarando o aventureirismo que quer ver em movimentos específicos e parciais o anúncio de uma revolução súbita e imediato. E, em contrapartida, mostrou a verdadeira face do regime, colocando em primeiro plano a necessidade de ampliar ainda mais o leque de forças que se bate hoje pela transformação democrática do país, pela revogação da Lei de Segurança Nacional e pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. (VOZ DA UNIDADE, nº 7, de 15 a 21/05/1980)

Vale ressaltar que o PCB foi bastante criticado por essa postura que parecia aos grupos internos mais à esquerda, como diziam, especialmente aos comunistas em torno de Prestes, uma atitude conservadora e meramente revisionista que procurava “evitar” os embates mais duros sob o argumento de não acirrar e tensionar ainda mais as condições já hostis provocadas pelo Regime Militar. Por outro lado, grupos mais alinhados à sua linha política viam como acertadas as decisões, inclusive utilizando o episódio das greves para demonstrar que ainda não estavam “maduras” as condições para avanços mais radicais no sentido do socialismo.

#### **4.5 O rompimento entre a *corrente renovadora* e o PCB**

Por fim, como anunciamos no início do capítulo, dedicaremos um espaço para analisar, ainda que superficialmente, os embates que marcaram e resultaram no rompimento de parte expressiva dos comunistas alinhados à *corrente renovadora* com o Comitê Central.

Em primeiro lugar, vale registrarmos que o período entre 1980 e 1981, pela *Voz da Unidade*, parece-nos ser o momento mais criativo em termos de tratamento pelos comunistas brasileiros em relação à “questão democrática”, quando os dirigentes e intelectuais da chamada *corrente renovadora* ainda dispunham de espaço dentro do partido, objetivamente o espaço no seu principal órgão de divulgação de sua política no período, o jornal *Voz da Unidade*. Mas, ainda em 1981 esse grupo será afastado da direção do jornal e com isso se acentuará um processo de isolamento e rompimentos pontuais que culmina com o rompimento praticamente definitivo de muitos deles a partir de 1983, depois das resoluções do *VII Congresso do PCB*.

Consta que naquele período existiram muitos acontecimentos que foram provocando as dissidências e inflamando os ânimos dos grupos internos do partido. Um caso conhecido e que certamente repercutiu no agravamento da crise que culminou com o rompimento de expressa parcela da *corrente renovadora* envolveu o Comitê Estadual de São Paulo, com o qual muitos desses militantes mantinham

vínculos. O episódio ficou conhecido como “intervenção” no Comitê Estadual de São Paulo pelo Comitê Central, afastando alguns dirigentes mais identificados com os grupos que cobravam uma renovação mais significativa da política pecebista.

O grupo de comunistas afastado, por sua vez, reagiu publicando o documento com o sugestivo título de *Chegou a hora da verdade*, como numa nova versão, ressalvadas as diferenças, da reação de Prestes com a *Carta aos Comunistas* em 1980., ou seja, tornando públicas as divergências procurando levar a discussão para a base do partido. No texto, afirmavam que não interessava aos comunistas

[...] uma direção residual que não soube se reproduzir no curso das lutas reais nos conduza a uma situação também residual na sociedade. Recusamo-nos a ser um ornamento. [...] São tantas as reviravoltas, são tantos os erros, é tanta a relutância em se extrair as lições dos erros, que quase se desespera de ser comunista. (CHEGOU A HORA DA VERDADE, 1981)

O objetivo de levar a discussão para a base e ampliar sua potencialidade talvez não tenha sido contemplado como esperavam, mas, de algum modo mobilizou algumas forças regionais do partido que em solidariedade e concordância apoiaram as críticas. Dessa mobilização é um exemplo o documento elaborado em conjunto com outros dirigentes de outros Estados intitulado *Para renovar a política dos comunistas*, em que o grupo “ampliado” denunciava o que entendia ser

[...] as concepções ambíguas sobre o papel da democracia formuladas pelo CNDC<sup>72</sup> e [...] suas práticas estalinistas de organização, através das quais pretende moldar o partido e conformar sua ação segundo meia dúzia de dogmas anacrônicos acerca do socialismo. [...] que o socialismo no mundo encontra-se em crise, entre outros motivos, pelas dificuldades de incorporação da questão democrática à praxis dos comunistas contemporâneos. (PARA RENOVAR A POLÍTICA DOS COMUNISTAS, 1981)

Mais adiante o documento procurava esclarecer que, para estes comunistas, o processo de renovação não encontrava

[...] no CNDC um organizador e sim um obstáculo permanente, um agente alimentador da prática – consciente ou não – de liquidação dos comunistas

<sup>72</sup> Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas (CNDC) era como se identificava o grupo que, na prática, era o Comitê Central. A necessidade do nome CNDC se justifica pela condição de clandestinidade, pois, precisavam de uma “identidade” que publicamente pudesse se manifestar em nome dos comunistas brasileiros.

neste país. É ele que, na tentativa de se preservar como grupo dirigente, não hesita em destruir parcelas significativas do partido numa perspectiva suicida que vê nesta desagregação partidária mais um desses expurgos que levam à purificação e à verdade da doutrina. (PARA RENOVAR A POLÍTICA DOS COMUNISTAS, 1981)

Sem entrarmos no emaranhado confuso de relações e fatores que provocaram esse processo de rompimento, algo prescindível para nossos objetivos, do ponto de vista do debate público sobre questões teórico-políticas, principalmente em relação à “questão democrática”, que é o nosso interesse, acreditamos ser possível verificar minimamente os pontos de divergência entre o chamado *centro dirigente* e os membros das *corrente renovadora* investigando o conteúdo e as circunstâncias que se fez o “debate” em torno das Teses apresentadas para discussão ao longo dos preparativos para a realização do *VII Congresso do PCB*.

No mês de maio de 1981 a *Voz da Unidade* trouxe um *Suplemento Especial* contendo as chamadas *Teses para um debate nacional de comunistas pela legalidade do Partido Comunista Brasileiro*. Organizada em vários tópicos, as *Teses* serviriam de base para as discussões e deliberações do VII Congresso do PCB marcado para 1982, mas, eram apresentadas como debate sobre a legalidade, isso porque na condição de ilegal o partido estava impedido de realizar atividades formais com um congresso. Em todo caso, era esse o objetivo.

No tópico *III – O Caminho da Revolução Brasileira*, destacava o crescimento do proletariado (Tese 18) que, segundo afirmava, tinha se tornado na maioria da população brasileira à época, e reconhecia que as mudanças estruturais no setor produtivo e as alterações no âmbito do Estado criavam condições complexas que exigiam redirecionamentos na luta da classe operária. Entendia que o movimento provocado pelo sindicalismo havia impulsionado o fortalecimento das forças oposicionistas e colocado o proletariado em condição vanguarda. Mas, em nenhum momento o texto retomava as expressões de “hegemonia” do proletariado, ficando nos termos de valorização da mobilização social. (VOZ DA UNIDADE, nº 55, de 08 a 14/05/1981, Suplemento Especial)

Porém, no tópico seguinte, *IV – A luta contra a ditadura e pelas liberdades democráticas*, o tema da “revolução brasileira” aparecia de modo ambíguo em relação às propostas que os comunistas vinham defendendo até o momento. O que se percebe é um movimento de “retorno” a determinados conceitos e práticas que nos últimos anos tinham ficado à margem das formulações políticas do PCB, em

especial sobre a concepção em torno da “questão democrática”. Alguns trechos podem nos servir para demonstrar essa mudança (ou retomada) presente no texto. Primeiro, chama a atenção a visão sobre o Estado e principalmente pelo que chamavam de “setor estatal” como protagonista do processo revolucionário numa interpretação evidentemente “etapista”:

Na etapa atual da revolução brasileira e na transição ao socialismo, ao setor estatal da economia está reservado um importante papel, ampliado pela incorporação de outros setores fundamentais da economia subtraídos ao imperialismo. Ele exercerá a função de núcleo mais dinâmico e acelerador da economia e facilitará a transição ao socialismo através do caminho do desenvolvimento independente, democrático e progressista. (VOZ DA UNIDADE, nº 55, de 08 a 14/05/1981, Suplemento Especial, Tese 23, p. 17)

Afirmavam que esse setor estatal teria o papel progressista necessário ao processo revolucionário quando passado ao “controle das classes e camadas sociais que participam da revolução” e, na sequência, expunham que

As forças sociais capazes de promover essas transformações revolucionárias são o proletariado e os seus aliados fundamentais – os camponeses e as camadas médias urbanas, que historicamente, vêm contando com certa participação de setores da burguesia brasileira em lutas de caráter nacional e democrático. **A hegemonia da classe operária, entretanto, é a condição essencial para a transição ao socialismo.** (VOZ DA UNIDADE, nº 55, de 08 a 14/05/1981, Suplemento Especial, p. 18, Tese 23, grifos nossos)

Ao mesmo tempo, avaliavam que nas condições que vivenciavam na época tanto o Brasil quanto o mundo existia a “possibilidade real de a revolução atingir os seus objetivos por caminhos que excluam a luta armada, a insurreição ou a guerra civil”. (VU, nº 55, de 8 a 14 de maio de 1981, Suplemento Especial, p. 18). Também reforçavam o entendimento de que os opositoristas deviam estabelecer um programa comum que deveria incluir “soluções” que já vinham sendo defendidas há tempos e que nesta nossa pesquisa estamos classificando como expressões de uma *concepção politicista*; são elas:

[...] a eliminação da legislação antidemocrática criada pela ditadura, a livre organização dos partidos políticos (inclusive o comunista), o restabelecimento das eleições diretas em todos os níveis, o rigoroso cumprimento do calendário eleitoral, a completa liberdade e autonomia sindical, a democratização da legislação trabalhista, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livremente eleita e soberana. (VOZ DA UNIDADE, nº 55, de 08 a 14/05/1981, Suplemento Especial, Tese 26, p. 21)

Com suas oscilações entre a manutenção da linha política consolidada no VI Congresso do PCB de 1967 e algumas manifestações divergentes dessa linha política que remetiam ao tempo anterior à famosa formulação da “nova política” expressa na *Declaração de Março de 1958*, as *Teses* foram debatidas numa sequência de *Suplementos Especiais (Debate)* ao longo do ano de 1981 e início de 1982. Esses suplementos traziam manifestações de militantes de várias correntes internas, entre eles, de intelectuais e dirigentes que ainda eram reconhecidos como pertencentes à *corrente renovadora*, dos quais, para nosso objetivo de contrastar as concepções divergentes das do Comitê Central e ficarmos focados nos “intelectuais orgânicos” que decidimos utilizar como fontes na pesquisa, podemos destacar os textos Leandro Konder, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Werneck Vianna.

No mês de julho quem abriu o debate da *Teses* foi Konder com quatro artigos ou partes<sup>73</sup>: *Força e fraqueza das “Teses”, Lição do “caso Prestes”, O atraso e o “esquerdismo”* e *Opção democrática radical*. (VOZ DA UNIDADE, nº 64, Suplemento Especial, de 10 a 16/07/1981)

De modo geral, os textos comentavam como pontos positivos das “Teses” os elementos que preservavam e reafirmavam conforme as elaborações desde os anos de 1956 e 1957, ou seja, referentes à “nova política” que encontrara na *Declaração de Março de 1958* sua forma duradoura, citando como exemplos o reconhecimento da importância da sociedade civil, da democracia de massas, da via pacífica para o socialismo, entre outros, que julgava serem pontos positivos do documento proposto.

Entretanto, Konder apontava elementos que considerava aquém das exigências que a realidade brasileira impunha ao partido, e alegava que o documento em muitos casos parecia costurar o pensamento como “colcha de retalhos” eclética objetivando conciliar divergências e, com isso, perdendo objetividade e validade em boa parte de seu conteúdo. Além do ecletismo que as prejudicavam, ele notava certos resquícios de uma visão estreita que não conseguia superar resquícios de “esquerdismo” e de anacronismo, por exemplo no caso de desvalorizar a “questão democrática” subordinando-a “novamente “ à “questão

---

<sup>73</sup> Conforme o regulamento dos debates cada militante poderia escrever até 480 linhas podendo subdividir em até quatro artigos de até 120 linhas cada. Foi o caso de Leandro Konder.

nacional” ao colocar que a maior contradição no Brasil naquele momento era o antagonismo entre o povo e o imperialismo norte-americano.

Por fim, Konder se mantinha fiel às ideias que nos últimos anos vinha defendendo e afirmava que, no campo teórico, o caminho que os comunistas deveriam seguir tinha sido aberto em 1979 com o artigo de Carlos Nelson Coutinho, *A democracia como valor universal*.

Noutra edição, agora no mês de dezembro, Marco Aurélio Nogueira publicou um longo texto também em quatro partes: *As Teses que não temos, A cultura no ostracismo, O partido que temos e Do partido que temos ao partido que queremos*.

Iniciava condenando o que chamou de “caráter conciliatório” das Teses e também atacava o ecletismo que, ao invés de enriquecer o documento, acabava por enfraquece-lo ao ponto de se tornar ineficaz. Um ponto interessante que apontou foi a fragilidade nas interpretações da realidade brasileira que, de fato, parecem um esquematismo sem fundamento, por exemplo, sobre a caracterização do Brasil e o caráter da “revolução brasileira”:

Impotentes (teórica e politicamente) diante do novo, as Teses escorregam para o **nominalismo**. Veja-se: antes, caracterizávamos o Brasil como “país agrário-industrial” e a revolução como nacional e democrática”; hoje, falamos em “país industrial-agrário” (anexando a esta expressão, na tese 9, uma charada matemática: “de grau médio”) e em revolução com “caráter democrático e nacional” (tese 23). É como se a ordem dos fatores alterasse o produto, como se a mera inversão dos termos fosse capaz de apreender o específico das mudanças ocorridas no país. (VOZ DA UNIDADE, nº 86, Suplemento Especial, de 11 a 18/12/1981)

Num dos trechos mais explícitos em relação às divergências com o *centro dirigente*, na prática a direção nacional do partido, Nogueira foi ácido quando abordou o problema da renovação (ou o que entendia como incapacidade de renovação) do PCB numa condição de “crise da direção” e, de certo modo, fez uma síntese de como a direção nacional, na sua opinião, agia para isolar e afastar as tendências contrárias, primeiramente, Prestes e seus seguidores, depois, o grupo da *corrente renovadora*.

Ainda mais: a crise de direção existe também porque o próprio corpo partidário foi incapaz de se renovar com rapidez (e poderia fazê-lo sem uma direção à altura, e com uma abertura real, mas de meia pataca?) deixando se contaminar pelo conservadorismo. [...] Uma **direção em crise** é incapaz de pensar a **crise do partido**: fazer isto seria reconhecer a si mesma como **não-direção**. A alternativa, então, passa a ser instrumentalizar a crise em



termos de luta interna. Por um lado, explorando o sentimento “oficialista” e a “fé” no partido. Por outro lado, numa manobra inteligente, saindo na mira de Prestes a atraindo para si a rebeldia de militantes antes fascinados pelas propostas prestistas. Aos seus próprios soldados, incorporou este batalhão de “convertidos” e, com o respaldo passivo de setores oficialistas, dirigiu o fogo contra o impulso renovador. (VOZ DA UNIDADE, nº 86, Suplemento Especial, de 11 a 18/12/1981, grifos do autor)

Um terceiro autor que também apresentou contra-argumentos às *Teses* ainda naquele mês de dezembro foi Luiz Werneck Vianna. Na parte que mais nos interessa, intitulada *Sobre a tática e a estratégia das teses*, ele apontava que

O plano de construção e elaboração das Teses está infiltrado pela praga do economicismo, desconhecendo a especificidade do plano da política, que é vista como atributo do modo de produção. Segundo elas, desvendando-se o grau de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, o que se deve fazer em política parece como um dado. (VOZ DA UNIDADE, nº 87, Suplemento Especial, de 18 a 25/12/1981)

Denunciando o “nominalismo” das interpretações simplistas e propondo que o aprofundamento da democracia política ou processo de democratização poderia ser beneficiado pelo fato que avaliava, com certo otimismo, de que a “burguesia” havia perdido sua capacidade “hegemônica”:

A revolução, diz-se, é democrática e nacional, alterando a disposição desses dois termos feita pelo VI Congresso. Mas essa inversão de ordem não chega a se constituir numa transformação conceitual. [...] A conquista e o constante aprofundamento da democracia política, num país em que a burguesia já perdeu há muito tempo a possibilidade de se tornar classe hegemônica, no sentido gramsciano de um domínio que se revista da capacidade de dirigir a sociedade, abrirá caminho para que essa progressiva democratização venha a situar como atual a transição para o socialismo. (VOZ DA UNIDADE, nº 87, Suplemento Especial, de 18 a 25/12/1981)

Os acontecimentos posteriores que marcaram o agonístico *VII Congresso do PCB* encerraram esse processo. Muitos dos comunistas reconhecidos como da *corrente renovadora* se afastaram ou romperam definitivamente com o PCB em 1983. Portanto, muitos dos militantes e “intelectuais orgânicos” irão se afastar ou romper definitivamente com o partido, mas, a contribuição teórico-política do grupo continuará enriquecedora, embora dispersa do ponto de vista político-partidário, perpassando em alguma medida os programas de outros partidos políticos, como no caso de PMDB, PDT e PT, mesmo que seu trabalho não assumisse, necessariamente, vínculos com estes partidos. É possível percebermos que muito

das contribuições desta corrente de pensamento que apostava numa democracia substantiva como fundamento do socialismo permaneceu nas elaborações publicadas na *Presença – Revista de Política e Cultura*,<sup>74</sup> que pelo esforço de intelectuais como Marco Aurélio Nogueira e Milton Lahuerta, referenciados pela participação ativa do veterano Armênio Guedes, tornou-se um instrumento de luta dessa política. Como observou Caio Navarro de Toledo,

A revista *Presença*, editada por conhecidos intelectuais, outrora vinculados ao PCB, talvez seja o mais importante núcleo teórico-ideológico onde o tema da democracia, como a verdadeira revolução de nossos tempos, tem a sua mais ampla e incontestável hegemonia. Os principais colaboradores dessa publicação se destacam por uma intensa atividade nos debates culturais e têm sempre lugar garantido nas páginas de cultura e política da grande imprensa brasileira (por meio de artigos, resenhas, entrevistas).” (TOLEDO, 1994, p.129)

Sem avançarmos nesse ponto, pois também extrapolaria nossos objetivos, cabe registrarmos, conforme a apresentação do próprio Armênio Guedes (1983, p. 7), que o trabalho que se pretendia prosseguir pela revista *Presença* tinha raízes remotas na trajetória do PCB e atendia à “necessidade de impedir a reprodução do autoritarismo e de trabalhar pela reorganização democrática da sociedade brasileira”.

---

<sup>74</sup> *Presença – Revista de Política e Cultura* circulou entre novembro de 1983 e junho de 1992. Entre organizadores e colaboradores, a revista reuniu nomes como Armênio Guedes, Marco Aurélio Nogueira, Milton Lahuerta, Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho, Leandro Konder, Luiz Sérgio Henriques, João Quartim de Moraes, Carlos Nelson Coutinho, Alberto Aggio, Marcos Del Roio, entre outros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democracia “devorou” o socialismo do pensamento político dos comunistas brasileiros; ela se tornou o “túmulo” do socialismo, como era o temor de Florestan Fernandes <sup>75</sup> em 1989. Esta poderia ser uma forma ilustrativa de demonstrarmos, genericamente, os resultados desta pesquisa ao considerarmos neste caso o “socialismo” pelo sentido da definição que historicamente foi forjada pelo “marxismo de matriz soviética”. Mas, acreditamos que essa afirmação não baste para explicarmos um fenômeno mais complexo que verificamos ao longo do trabalho.

As hipóteses com as quais trabalhamos se referiam a um possível processo de emergência da “questão democrática” com seu deslocamento à centralidade do pensamento político dos comunistas brasileiros acompanhado pela ressignificação do próprio conceito de democracia que teria provocado direta ou indiretamente uma secundarização de certos fundamentos do socialismo definido pelo “marxismo de matriz soviética”.

A primeira parte, digamos assim, sobre o processo de emergência e deslocamento da “questão democrática” ao centro do pensamento comunista, entendemos ter demonstrado considerando alguns pontos diferentes do que a bibliografia especializada costuma admitir. Quer dizer, num primeiro momento, poderíamos nos aproximar nesse sentido da percepção de uma opção entre os comunistas pela “valorização da política”, como entenderam José Antonio Segatto e Raimundo Santos (2007). Segundo os autores, o PCB poderia ser apresentado “exemplo, para as esquerdas brasileiras, de um agrupamento que, embora não tenha concluído todo o percurso, transitou da condição de partido revolucionário a partido com vocação para a política. (SEGATTO; SANTOS, 2007, pp. 13)

Neste ponto, no entanto, apresentamos uma diferença pontual na análise, identificando a gênese desse “pensamento democrático” ainda nos anos 1940, precisamente após a *Conferência da Mantiqueira* em 1943, enquanto e muito autores como Segatto e Santos (2007) admitem a gênese apenas nos anos 1950, resultado de fatores nacionais como a morte de Getúlio Vargas em 1954 e,

---

<sup>75</sup> FERNANDES, F. **Democracia e socialismo**. Revista Crítica Marxista, n. 3, 1996

internacionais, como o impacto do *XX Congresso do PCUS* em 1956, este último evento sendo responsável em impulsionar o chamado processo revisionista de desestalinização. No Brasil, esse movimento culminaria na formulação da Declaração de Março de 1958, quando o PCB formulou sua “nova política” na versão duradoura que adentraria a década de 1980.

Demonstramos que esse processo de emergência da “questão democrática” esteve também relacionado com as mudanças na *agenda política* do país, num deslocamento que o tema da democracia foi ocupando aos poucos o espaço que até a década de 1970 era predominantemente ocupado pela “questão do desenvolvimento”, precisamente o econômico. De outro modo, do ponto de vista da relação entre economia e política, se antes o desenvolvimento era o tema central, a partir dos anos 1970, como bem ilustrou Francisco Weffort (1984) o *leitmotiv* da política brasileira passou a ser a democracia. Em termos gramscianos, demonstramos como uma valorização da “superestrutura” (sociedade política e sociedade civil) em detrimento da “infraestrutura” (economia)

Esse fato se desdobra também na relação entre Estado e sociedade. Neste caso, a ascensão dos movimentos sociais e do chamado “novo sindicalismo”, impulsionado pela geração de sindicalistas que se desenvolvimento principalmente a partir da experiência na região do ACB paulista foram entendidas, em termos também gramscianos, como valorização, no âmbito da “superestrutura”, da “sociedade civil” em detrimento da “sociedade política”.

Neste aspecto, notamos uma situação contraditória que perpassou o PCB e está entre os fatores que possivelmente contribuíram para seu enfraquecimento no cenário político nacional. Estamos nos referindo ao fato de, ao mesmo tempo em que a tendência de “valorização da política” por parte dos comunistas parecia ter convergido com os acontecimentos no país chega aos anos 1980 centralizando também em sua pauta a “questão democrática”, o PCB “perde” espaço e aos pouco a legitimidade que o tornaria, definitivamente, em um partido de massas em “sintonia” com o movimento político e de transformações da sociedade brasileira.

Um explicação, que é comum, aponta para um “descolamento” do partido em relação à base popular (e proletária) que o fundamentou. Outro fato, em alguma medida complementar, seria que esse processo de convergência em torno da questão da democracia se deu acompanhado de um processo paradoxal de “despolitização” da sociedade brasileira. Isso já percebido, por exemplo, quando os

comunistas cobravam das lideranças do “novo sindicalismo” que a luta era “política” e não “apolítica”, reduzida aos temas corporativistas ou de economia mais cotidiana.

Uma descrição bem feita disso que estamos procurando esclarecer foi feita por Marco Aurélio Nogueira, para o qual, nesta situação,

Aprofundou-se o divórcio entre Estado e sociedade, partidos e cidadãos, representantes e representados. Políticos, governantes e partidos afastaram-se dos fins superiores da política e enredaram-se em seus meios, sejam eles a violência, a dissimulação, o orçamento ou a manipulação dos recursos de poder. Cresceu o risco de inoperância e de corrupção, diminuiu o impacto ético da política. Uma crise ganhou corpo, como que a sugerir a “morte” da política tal como a conhecemos. Agredida e desajustada pelos novos termos da vida social, e fechando-se defensivamente em si mesma, a política converteu-se em um (sub)sistema que gera mais desordem e insegurança que respostas e soluções, inserindo-se num círculo de desgaste e deslegitimação. A perspectiva da eficiência, do ajuste, do controle técnico, da racionalidade instrumental, assim como a luta fria dos interesses ocuparam os mais recônditos nichos sociais e estacionaram no imaginário coletivo. A política deixou de ser, assim, o principal fator de composição social e de estabelecimento de equilíbrios e consensos. Tudo isso esvaziou de sentido as instituições políticas, banalizou e dessencializou suas regras e seus procedimentos, confundiu seus atores e, acima de tudo, modificou o da política. (NOGUEIRA; CHAUI, 2007, p. 219)

Essa situação fragilizou os grupos que defendiam posições que visavam substantivar a democracia que se efetivava. No caso do “pensamento democrático dos comunistas brasileiros”, os efeitos foram fatais. Segundo Nogueira:

O pensamento político interagiu com as tendências gerais, adaptando-se a elas. Tornou-se mais “institucional” que “social”, mais “técnico” que “ideológico”, mais “pragmático” que “cultural”, no sentido de que não se mostrou suficientemente virtuoso para articular essas faces inexoráveis da política. Tornou-se, também, mais fragmentado e menos “orgânico”. Afastou-se dos temas quentes (os temas éticos e políticos, voltados para a construção de alternativas sociais) e entregou-se aos temas mais frios (os sistemas, as regras, a gestão). Passou a elaborar mais conceitos e estudos de caso, esmerou-se em metodologia, deslocando a teoria para uma posição menos relevante. Cientistas e formuladores políticos, nesse particular, acompanharam a conversão prévia ocorrida no próprio plano da política, que se especializou, se tecnicizou e se fechou em si. (NOGUEIRA; CHAUI, 2007, p. 222)

Se o processo de emergência da “questão democrática” foi impulsionado pelos movimentos mais amplos nacionais e internacionais e, ao mesmo tempo, sofreu influência de forças “contrárias” como a tendência de “despolitização”, naquilo

que se refere ao processo de ressignificação da democracia entre os comunistas a situação também foi complexa.

Os resultados nos levam a afirmar que, de modo mais específico, a fisionomia intelectual desse “pensamento democrático dos comunistas brasileiros” que investigamos desde sua gênese e desenvolvimento a partir dos anos 1940, o qual adquiriu sua forma mais duradoura nas elaborações da *Declaração de Março de 1958* e “resistiu” ao longo do período mais hostil da ditadura militar, firmou-se entre os comunistas brasileiros a partir da virada do ano de 1979 para o 1980. O “momento decisivo” teria sido a virada do ano 1979 para o 1980, por um lado, representado pelas inovações no campo teórico-político influenciadas fortemente pelos conceitos lukacsianos e gramscianos, bem como, no campo mais político, pelo papel fundamental do movimento eurocomunista; por outro lado, definido pelo episódio de rompimento entre Prestes e o PCB, o que aqui identificamos como o momento crucial da mudança de “vozes”, de uma “operária”, representando a tradição do “marxismo de matriz soviética”, para uma da “unidade”, reforçando a aposta nas “forças democráticas” da sociedade brasileira.

Como vimos, o contexto contribuiu para essa decisão. Em outros termos, as forças “progressistas” e “democráticas”, no entendimento dos comunistas, naquele momento, tinham um adversário comum, a ditadura militar; tinham interesses comuns, o desenvolvimento do capitalismo e ampliação de liberdades político-formais; e, uma tática comum, as reformas político-institucionais que fossem capazes de ampliar e garantir as chamadas “liberdades democráticas”.

Dentro do partido, essas convergências também se formavam, pelo menos isso aconteceu nos primeiros anos da década de 1980 entre os “dois grupos” com mais relevância para nosso estudo, o *centro dirigente* e a *corrente renovadora*. Naquele momento, independente das divergências (ou apesar delas), as posições defendidas pela maioria dos dirigentes e intelectuais que se manifestaram no jornal *Voz da Unidade* demonstraram uma convergência em torno deste “pensamento democrático do comunistas brasileiros”, na forma que se apresentaram os “traços” marcantes de sua fisionomia intelectual que podemos identificar como sendo a permanência da *concepção politicista*, por um lado, com um considerável distanciamento da *dupla lealdade* e uma perspectiva permeável em alguns pontos ao deslocamento da *agenda política*.

Procuramos demonstrar, nesse sentido, como a partir da virada do ano 1979 para o 1980 a “questão democrática” já havia subordinado todas as demais questões relevantes na base do pensamento político dos comunistas. De algum modo, determinadas tentativas de superação de “marxismo de matriz soviética” puderam ser percebidas, digamos assim, apresentando novas referências e fundamentos que tratassem do vínculo entre democracia e socialismo, definindo com isso novas abordagens.

Assim, afirmamos que conforme nosso entendimento persistiu como “traço” marcante e constante na fisionomia intelectual desse pensamento a *concepção politicista*, demonstrada pelo compromisso do PCB com a legalidade e a institucionalidade: a escolha da política de frente ampla pluriclassista e pluripartidária; a defesa pública de processos Constituintes; a defesa e participação efetiva em processos eleitorais.

Para nós, a pretensa “segunda renovação pecebista” nos anos 1980, para retomar o estudo de Raimundo Santos (1994), não se propunha mudar esta base conceitual, mantendo inalterados os indicadores, ou seja, reforçando reiteradamente a escolha da política de frente ampla pluriclassista e pluripartidária; a defesa pública de processos Constituintes; a defesa e participação efetiva em processos eleitorais.

Esta tentativa de “renovação”, portanto, cujo referencial poderia estar, não só, mas, principalmente, nas elaborações dos comunistas da *corrente renovadora*, procurava se desenvolver no âmbito do aqui denominamos de *dupla lealdade* e *agenda política*. Retomando Leandro Konder (1980), parece-nos que as resistências que percebia na época não estavam em torno dos elementos da *concepção politicista*, mas, pelo menos, nos fatores ligados aos outros dois “traços” que isolamos para análise. Evidente que isso não esgota a explicação, pois outros fatos e fatores também foram importantes, mas, conforme estabelecemos como objetivo, esta nos parece uma forma razoável de contribuir aos questionamentos que se fazia na época.

Desse modo, entendemos que apenas no que se refere aos “traços” da *dupla lealdade* e da *agenda política* teria sentido admitir, simbolicamente, a “mudança de vozes” na virada nos anos 1970 para os 1980, ou seja, estes aspectos é que marcariam “diferenças” entre o pensamento político dos comunistas expresso

ao longo do período representado pela *Voz Operária* e o que se expressou nas páginas da *Voz da Unidade* a partir de 1980.

Nosso estudo também nos leva admitir que, apesar das tentativas, os comunistas não conseguiram superar dois aspectos que, para nós, prejudicaram seus modos de pensar e agir politicamente: o *etapismo* e o *estalinismo*.

Se existiu, nos anos 1980, algo que pudesse ir além da manutenção das bases desse “pensamento democrático” conforme apresentamos, o produto mais elaborado deste pensamento nos pareceu expresso, especialmente, nas elaborações dos militantes e “intelectuais orgânicos” que se alinhavam na chamada *corrente renovadora*. Por isso, para nós, o rompimento deste grupo com o PCB empobreceu o conteúdo do debate interno em torno da “questão democrática”, corroborando para a prevalência do *etapismo*, do *estalinismo* e, a partir de então com bastante força, o *anacronismo*.

Enfim, fomos em busca de um tipo de pensamento político desenvolvido no interior e no entorno do PCB que aqui denominamos de “pensamento democrático dos comunistas brasileiros”. De modo mais objetivo, interessava-nos reconhecer alguns “traços” fundamentais que delinearão ou procuraram delinear a sua fisionomia intelectual. Importava-nos reconhecer, além de sua trajetória, como esse pensamento se manifestou entre os comunistas no período entre 1979 e 1983, identificando-os na perspectiva de “continuidades” ou de “rupturas” nesse pensamento em relação à sua gênese e desenvolvimento.

Concluimos, como procuramos demonstrar até aqui, que o “pensamento democrático dos comunistas brasileiros” passou por um “momento decisivo” na virada do ano 1979 para o 1980, tornou-se predominante e convergente num primeiro momento, mas, depois voltou a divergir ao ponto de resultar em novos rompimentos em 1983. Entretanto, não foi capaz de “rupturas” significativas, podendo ser caracterizado, conforme definimos, como um pensamento político marcado pela permanência da *concepção* politicista e com variações que descrevemos como distanciamentos (ou tentativas de distanciamento) da *dupla lealdade* e adaptações às mudanças na *agenda política*.

Logo, um pensamento político que se forjou por linhas de “continuidade” tão enraizadas que, aludindo à metáfora de Raimundo Faoro (1991, pp. 380-381), parece-nos ter completado uma longa “viagem redonda”, como expressão de uma “claridade opaca, luz coada por vidro fosco, figura vaga e transparente, trajada de



névoas, toucada de reflexos, sem contornos, sombra que ambula entre as sombras, ser e não ser, ir e não ir, a indefinição das formas e da vontade criadora”. Ao mesmo tempo em que se forçava enfrentar os desafios que a realidade lhes apresentava, de viver o presente olhando para o futuro, cobria-o, “sobre o esqueleto de ar, a túnica rígida do passado inexaurível, pesado, sufocante”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. **A crise do Marxismo**: Introdução a um debate contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ANTUNES, R. **Os comunistas no Brasil**: as repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a Primeira Inflexão Stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB). In: Cadernos AEL, v. 1, no 2, Campinas: IFCH/Unicamp, 1995

AMADEO, J. **La política como lugar de la emancipación**. V Colóquio Internacional Marx-Engles, 2007, Campinas. Anais do V Colóquio Internacional Marx-Engles. Campinas: Cemarx, 2007. v. 1. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao3/Javier\\_Amadeo.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao3/Javier_Amadeo.pdf)> Acesso em: 10/08/13

ARENDT, H. **A condição humana**. 10ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. 352 p.

BERLINGUER, E. **A democracia como valor universal**. Trad. Marco Mondaini. Gramsci e o Brasil (on line), Setembro, 2006. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=572>> Acesso em: 10/08/13

BIANCHI, A. **Apresentação do “Dossiê Gramsci e a Política”**. REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA, no 29: 7-14 NOV. Curitiba, 2007

\_\_\_\_\_. **Revolução passiva**: o pretérito do futuro. Crítica Marxista, no. 23, 2006, p. 34-57.

BRANDÃO, G.M. **A esquerda positiva**: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997. 290p.

\_\_\_\_\_. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2007.

\_\_\_\_\_. **Sobre a fisionomia intelectual do partido comunista (1945-1964)**. Lua Nova, no 15, São Paulo, 1988

\_\_\_\_\_. **“Nelson Werneck Sodré”**. Diário do Grande ABC, 20 jan. 1999

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Interpretações sobre o Brasil**. In: Maria Rita Loureiro, org. (1997) 50 anos de Ciência Econômica no Brasil. Rio de Janeiro : Editora Vozes, 1997: 17-69.

CARDOSO, F. H. **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975

CARONE, E. **O P.C.B (1964-1982)**, v. III. São Paulo: Ed. Difel, 1982.

\_\_\_\_\_, **Movimento Operário no Brasil**. São Paulo: Ed. Difel, 1984.

CARVALHO, M. A. R. **Aos leitores**. Presença – Revista de Política e Cultura, no 16, abril. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas e Difusão Cultural. 1991

\_\_\_\_\_. **Breve história do “comunismo democrático” no Brasil**. In: FERREIRA, J; AARÃO REIS, D. (orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007

CEPÊDA, V. A. **Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo** – um balanço histórico. *Revista Estudos Avançados*, 26 (75), 2012, pp. 77-90

CHASIN, J. **A “politicização” da totalidade**: oposição e discurso econômico. *Revista Temas São Paulo: Grijalbo*, n. 2, 1977b.

CHAUÍ, M. & NOGUEIRA, M. A. **O pensamento político e a redemocratização do Brasil**. *Revista Lua Nova*, ed. 71, p. 173-228, São Paulo, 2007

CODATO, A. N. **Uma história política da transição brasileira**: da ditadura à democracia. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, no 25, p. 83-106, nov. 2005

COUTINHO, C. N. **A democracia como valor universal**. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*. v. 9. Ênio Silveira et al. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979

\_\_\_\_\_. **A presença de Gramsci no Brasil**. In: *Revista em Pauta*.n. 22. Rio de Janeiro : FSS/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009

\_\_\_\_\_. **Os efeitos da “via prussiana” sobre a intelectualidade brasileira**. Fundação Lauro Campos. Disponível em: <<http://laurocampos.org.br/2008/09/os-efeitos-da-via-prussiana-sobre-a-intelectualidade-brasileira/>> Acesso em 10/08/2013.

\_\_\_\_\_. **Entrevista com Carlos Nelson Coutinho**, *Revista Caros Amigos*, ed. 153, São Paulo: dezembro, 2009

DE FELICE, F. **Doppia lealtà e doppio Stato**. *Studi Storici*, Anno 30, No. 3 (Jul. - Sep., 1989), pp. 493-563

DEL ROIO, M. **De um século a outro: Trajetória e atualidades da questão comunista no Brasil.** In MAZZEO, Antonio Carlos & LAGOA, M. Izabel (org.) *Corações Vermelhos: Os Comunistas Brasileiros no século XX.* São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Leandro Konder e um capítulo da história dos intelectuais.** In: PINASSI, M. O. (Org.). *Leandro Konder: a revanche da dialética.* São Paulo: Boitempo, 2002, v. 1, p.127- 142.

DIAS, E. F. **A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação, produtiva e passivização,** Campinas, IFCH, Unicamp, 29, Setembro de 1999

\_\_\_\_\_. **Gramsci – Rabo preso.** *Teoria e Debate*, ed. 14, abril, São Paulo, 1991. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/gramsci-rabo-preso?page=full>> Acesso em 10/08/2013

DIMITROV, G. **A ofensiva do fascismo e as tarefas da Internacional Comunista na luta pela unidade da classe operária contra o fascismo.** Relatório apresentado no VII Congresso Mundial da Internacional Comunista, em 2 de agosto de 1935. In: *Obras escolhidas.* Lisboa: Estampa, 1976, v. 3, p. 9-90.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia.** São Paulo: Edusp, 1999. 330 p.

ENGELS, F. **As guerras camponesas na Alemanha.** São Paulo, Grijalbo, 1977.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil.** 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

\_\_\_\_\_. **Democracia e socialismo.** *Revista Crítica Marxista*, n. 3, 1996

FERREIRA, J & REIS, D. A.(org). **Revolução e democracia.** 1964... (Coleção As esquerdas no Brasil, vol. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2007. 712p.

FREDERICO, C. **A recepção de Lukács no Brasil.** 2013. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/teoria-critica-y-marxismo-occidental/recepcao-de-lukacs-no-brasil>> Acesso em 10/08/2013

GARCIA, M. A. **Contribuição à História da Esquerda Brasileira (1960-1979).** São Paulo, Agosto/1979 a Maio/1980. n.76-107. *Em Tempo.* Série Contribuição à História da Esquerda Brasileira.

GARCIA, Marco Aurélio. *As esquerdas e a democracia.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GORENDER, J. **Combate nas Trevas**. A esquerda brasileira: Das ilusões perdidas à Luta Armada. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GOULART, J. 1964. Discurso de 13 de março de 1964 na Central do Brasil. Disponível em: <http://www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=31> Acesso em 10/08/2013

GRAMSCI, A. **A revolução contra o Capital**. Avanti (1917). Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1917/04/24.htm>> Acesso em 10/08/2013

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. 2a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b. v. 3.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo da filosofia e a filosofia de Benedetto Croce. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a. v. 1

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b. v. 4.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**: o Risorgimento, notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. v. 5.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**: literatura, folclore, gramática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. v. 6.

\_\_\_\_\_. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1978

\_\_\_\_\_. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. **“Notas sobre Maquiavel”**. In: Emir

GRUPPI, L. **Tudo Começou com Maquiavel** – as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci, 9a edição, Porto Alegre, L&PM Editores, 1980.

\_\_\_\_\_. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**, 3a edição, Rio de Janeiro, Graal, 1991.

GUEDES, A. **Apresentação**. Presença – Revista de Política e Cultura, nº1,

novembro. São Paulo: Editora Caetés. 1983

GUIMARÃES, A. P. **As três frentes da luta de classes no campo brasileiro**, Novos Rumos, ed. 22 a 28 jul. 1960 e de 29 set. a 4 ago. 1960

HIRST, P. **A democracia representativa e seus limites**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1992, 214p

HOBBSBAWN, E. J. **A Era dos Extremos**. O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Cia. das Letras, 2001

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 12<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1978.

JASMIN, M. G. & FERES JUNIOR, J. **História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual**. In: História dos conceitos. Rio de Janeiro: Puc: Loyola, 2006.

KINZO, M.D. G. **A democratização brasileira**: um balanço do processo político desde a transição. São Paulo em Perspectiva , no 15 (4), 2001

KIRSCHNER, T. B. **A reflexão conceitual na prática historiográfica**. Textos de História, v.15, n.1/2, 2007.

KONDER, L. **A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1980

\_\_\_\_\_. **A derrota da dialética** – A recepção das idéias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LAHUERTA, M. **A democracia difícil**: violência e irresponsabilidade cívica. Estudos de Sociologia, v. 6, no 10, 2001a

\_\_\_\_\_. **Intelectuais e resistência democrática**: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. Cadernos AEL, v.8, n.14/15. 2001b

LAMOUNIER, B. **Completar a transição**. Presença – Revista de Política e Cultura, no 3, maio. São Paulo: Caetés. 1984

\_\_\_\_\_. **O “Brasil autoritário” revisitado**: o impacto das eleições sobre a ditadura”. STEPAN, A. (org.) Democratizando o Brasil, Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988

LENIN, V. I. **Duas táticas da social-democracia na revolução democrática.** In \_\_\_\_\_ . Obras Escolhidas, Vol.1. 3a ed. São Paulo: Alfa- Omega, 1986.

\_\_\_\_\_. **O programa agrário da Social-Democracia na primeira revolução russa de 1905-1907.** São Paulo, Ciências Humanas, 1980.

LESSA, R. **Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil.** In: Lua Nova – Revista de Cultura e Política, n. 82, pág. 17 - 60. São Paulo. 2011

LINZ, J.; STEPAN, A. **A transição e consolidação de democracia, a experiência do sul da Europa e da América do Sul.** São Paulo: Paz e Terra, 1999

LÖWY, M. *A teoria da revolução no jovem Marx.* Tradução de Anderson Gonçalves. Petrópolis: Vozes, 2002.

LUKÁCS, G. **Carta sobre o stalinismo.** In Temas de Ciências Humanas. Volume 1. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

MARTINS, C. E. **Vinte anos de democracia?** In: Revista Lua Nova, n. 64, 2005, 13-37p.

MARX, K. e ENGELS, F. **Críticas dos programas socialistas de Gotha e Erfurt.** Porto, Nunes, 1974.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista.** Cartas filosóficas e outros escritos. São Paulo, Grijalbo, 1977.

MAY, J.D. **Democracia, organização, Michels.** In: M.S.D. Amorim (Ed) Sociologia Política II. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. 440 p.

MAZZEO, A. C. **Sinfonia Inacabada: política dos comunistas no Brasil.** São Paulo: Boitempo. 1999

MERQUIOR, J. G. **As idéias e as formas.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981

NAVES, R. **Contribuição ao Debate sobre a Democracia.** Temas de Ciências Humanas, no. 10. 1981

NETTO, J. P. **Georg Lukács: o guerreiro sem repouso.** São Paulo, Brasiliense, 1983.

NOGUEIRA, M. A. **Comunistas, comunismo: o desafio da renovação**. Presença – Revista de Política e Cultura, nº 1, novembro. São Paulo: Editora Caetés.

\_\_\_\_\_. **Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil**. In: COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M. A. Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

NOGUEIRA, M. A. (org.). **PCB: vinte anos de política**. Documentos (1958/78). São Paulo: Lech, 1980.

O'DONNELL, G. **Tensões no Estado autoritário-burocrático e a questão da democracia**. In: COLLIER, David (org.). O novo autoritarismo na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. **Transições do regime autoritário: Primeiras Conclusões**. São Paulo, Vértice, 1988.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp, 1999.

PANDOLFI, D. **Camaradas e Companheiros**. História e Memória do PCB. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995. 259 p.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partido**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **PCB: Vinte anos de política (1958-1979)**. São Paulo : LECH, 1980

POCOCK, J. **Linguagens do Ideário Político**. SP: Ed. USP, 2003.

PRADO JÚNIOR, C. **A Revolução Brasileira**. 7a ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRESTES, Luis Carlos. Carta aos comunistas. São Paulo: Alfa Omega, 1980.

PRZERWORSKI, A. **Ama a incerteza e serás democrático**. In: Revista Novos Estudos, no 9, julho de 1984

REIS FILHO, D. A. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense; [Brasília]: CNPq, 1990

\_\_\_\_\_. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, pág. 69.



RIBEIRO DE LIRE. **Três etapas do comunismo brasileiro**, Cadernos de Nosso tempo, n. 2, Rio de Janeiro, janeiro-junho de 1954, pp. 123 a 138

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Ed. da Unesp: Fapesp, 1993

RICUPERO, B. **Caio Prado Júnior e o lugar do Brasil no mundo**. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 226-239

SANTOS, R. **A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS (1956-1957)**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988, 280p.

\_\_\_\_\_, **O pecebismo inconcluso: escritos sobre ideias políticas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Universidade Rural, 1994, 141 p.

SARTORI, G. **A Política**. Brasília: UNB, 1997

SECCO, L. **Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas ideias**. São Paulo: Cortez. 2002

\_\_\_\_\_. **Gramsci e a Revolução**. São Paulo: Alameda. 2006

SEGATTO, J. A.; SANTOS, R. **A valorização da política na trajetória pecebista dos anos 1950 a 1991**. In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). História do marxismo no Brasil. Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas (SP): Editora da Unicamp, v. 6, 2007.

SEGATTO, J. A. **Breve história do PCB**. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1989.

\_\_\_\_\_. **Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB 1954-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SEMERARO, Giovanni – Gramsci e a Sociedade Civil, Petrópolis, Editora Vozes, 1999.

SHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984

SKIDMORE, T. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In: STEPAN, A. (org.) Democratizando o Brasil, Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988

SODRÉ, N. W. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

\_\_\_\_\_. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 355.□

SOUZA, A; LAMOUNIER, B. **A feitura da nova constituição**: um reexame da cultura política brasileira. In LAMOUNIER, B. (Org.). De Geisel a Collor: o balanço da transição. São Paulo: Editora Sumaré e IDESP, 1990

STALIN, J. **O marxismo e o problema nacional e colonial**, Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1946, pág. 284

STEPAN, A. **Os militares: da abertura à Nova República**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

TEXIER, J. **Revolução e democracia em Marx e Engels**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005. 241p

TOLEDO, C. **As esquerdas e a redescoberta da democracia**. In: DAGNINO, E. Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense. 1994

VACCA, G. **Por um novo reformismo**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009. 258p.

VIANNA, L. W. **A esquerda e os quinze anos da transição**. In: Gramsci e o Brasil. 2000. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=173>> Acesso em 10/08/2013

\_\_\_\_\_. **A revolução passiva**. Rio de Janeiro, Revan, 1997.

\_\_\_\_\_. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

\_\_\_\_\_. **Questão nacional e democracia: o Ocidente incompleto do PCB**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988

WEFFORT, F. C. **Por que democracia?** São Paulo : Brasiliense, 1984

**Documentos do Partido Comunista Brasileiro:**

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **A significação histórica da Conferência da Mantiqueira.** In: PROBLEMAS – REVISTA MENSAL DE CULTURA POLÍTICA, nº 49, set/1953

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Há dez anos se reunia a Conferência da Mantiqueira.** In: VOZ OPERÁRIA, nº 222, 15 de agosto de 1953

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PRESTES, L. C.) **Declaração de Janeiro de 1948.** In: PROBLEMAS – REVISTA MENSAL DE CULTURA POLÍTICA, nº 9, abril de 1948

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Manifesto de Agosto de 1950.** In: PROBLEMAS – REVISTA MENSAL DE CULTURA POLÍTICA, nº 29, ago/set, 1950

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PRESTES, L. C.) **Informe de Balanço do Comitê Central do PCB ao IV Congresso do Partido Comunista do Brasil.** In: PROBLEMAS – REVISTA MENSAL DE CULTURA POLÍTICA, nº 64, dez, 1954

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Resolução Política do IV Congresso do PCB de 1954.** In: PROBLEMAS – REVISTA MENSAL DE CULTURA POLÍTICA nº 64, dezembro 1954 a fevereiro de 1955.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Programa do Partido Comunista do Brasil - Bandeira de Luta e da Vitória.** In: PROBLEMAS – REVISTA MENSAL DE CULTURA POLÍTICA, nº 64, dez, 1954)

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Declaração de Março de 1958.** In: VOZ OPERÁRIA, nº 459, de 22/03/1958

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Resolução Política do V Congresso do PCB realizado em 1960.** In: PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **PCB: Vinte anos de política (1958-1979).** São Paulo : LECH, 1980

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **O Informe de Balanço do Comitê Central ao VI Congresso do PCB, de 1967.** In: PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **PCB: Vinte anos de política (1958-1979).** São Paulo : LECH, 1980

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Resolução Política do VI Congresso do PCB, de 1967.** In: PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **PCB: Vinte anos de política (1958-1979).** São Paulo : LECH, 1980

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Resolução Política do Comitê Estadual da Guanabara.** In: CARONE, E. 1982c

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Por uma Frente Patriótica contra o Fascismo.** In: VOZ OPERÁRIA, n° 106, s/f, dezembro de 1973)

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Resolução Política do PCB, de dezembro de 1977,** In: PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **PCB: Vinte anos de política (1958-1979).** São Paulo : LECH, 1980

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Nota da Comissão Executiva do PCB a propósito da Campanha Eleitoral.** In: PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **PCB: Vinte anos de política (1958-1979).** São Paulo : LECH, 1980

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Declaração do PCB sobre o Movimento Sindical.** In: PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **PCB: Vinte anos de política (1958-1979).** São Paulo : LECH, 1980

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Resolução Política de 1978.** In: PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **PCB: Vinte anos de política (1958-1979).** São Paulo : LECH, 1980

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Resolução Política de 1979.** In: PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **PCB: Vinte anos de política (1958-1979).** São Paulo : LECH, 1980

UMA Alternativa Democrática para a Crise Brasileira. São Paulo: Novos Rumos, 1984.

#### **Outros documentos partidários:**

O DISCURSO SECRETO DE KHRUSHCHEV NO XX CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA. Rio de Janeiro, Ed. Ipanema, s/ data.

PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA. **Informe do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética ao XX Congresso do Partido (Krushev, N.)** In: VOZ OPERÁRIA, n° 356, de 10/03/1956

PARTIDO COMUNISTA DA ITÁLIA. **Informe de Palmiro Togliatti ao Comitê Central do PCI** (TOGLIATTI, P.) In: VOZ OPERÁRIA, n° 383, 15/09/1956

PRESTES, L. C. **São indispensáveis a Crítica e a Autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma Nova Política.** In: VOZ OPERÁRIA, n.º 460, 29/03/1958

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Carta dos Cem.** 1961, disponível em: [http://www.fmauriciograbois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id\\_sessao=49&id\\_noticia=127](http://www.fmauriciograbois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=127) Acesso em 10/08/2013

ECOS DA CARTA AOS COMUNISTAS, 1980. Arquivo do Instituto Luiz Carlos Prestes. Disponível no endereço: [www.ilcp.org.br](http://www.ilcp.org.br)

### **Publicações do Partido Comunista Brasileiro:**

NOVOS RUMOS, n° 01, de 02/02 a 06/03/1959

NOVOS RUMOS, n° 60, de 22 a 28/04/1960

NOVOS RUMOS, n° 265, de 27/03/1964

PROBLEMAS REVISTA MENSAL DE CULTURA POLÍTICA, n° 01, ago/1947

PROBLEMAS REVISTA MENSAL DE CULTURA POLÍTICA, n° 23, dez/1949

PROBLEMAS REVISTA MENSAL DE CULTURA POLÍTICA, n° 29, ago/1950

PROBLEMAS REVISTA MENSAL DE CULTURA POLÍTICA, n° 49, set/1953

PROBLEMAS REVISTA MENSAL DE CULTURA POLÍTICA, n° 64, dez, 1954

TRIBUNA POPULAR, n° 01, 22/05/1945

TRIBUNA POPULAR, n° 03, 24/05/1945

VOZ OPERÁRIA, n° 001, 19/02/1949

VOZ OPERÁRIA, n° 222, 15/08/1953

VOZ OPERÁRIA, n° 356, 10/03/1956

VOZ OPERÁRIA, n° 358, 24/03/1956

VOZ OPERÁRIA, n° 383, 15/09/1956

VOZ OPERÁRIA, n° 384, 22/09/1956

VOZ OPERÁRIA, n° 386, 06/10/1956

VOZ OPERÁRIA, n° 387, 13/10/1956

VOZ OPERÁRIA, nº 459, 22/03/1958  
VOZ OPERÁRIA, nº 460, 29/03/1958  
VOZ OPERÁRIA, nº 087, s/f, maio/1972  
VOZ OPERÁRIA, nº 106, s/f, dezembro/1973  
VOZ OPERÁRIA, nº 152, s/f, novembro/1978  
VOZ DA UNIDADE, nº 01, de 30-03 a 05-04/1980  
VOZ DA UNIDADE, nº 02, de 10 a 16/04/1980  
VOZ DA UNIDADE, nº 03, de 17 a 23/04/1980  
VOZ DA UNIDADE, nº 04, de 24 a 30/04/1980  
VOZ DA UNIDADE, nº 05, de 1 a 7/05/1980  
VOZ DA UNIDADE, nº 06, de 8 a 14/05/1980  
VOZ DA UNIDADE, nº 07, de 15 a 21/05/1980  
VOZ DA UNIDADE, nº 08, de 22 a 28/05/1980  
VOZ DA UNIDADE, nº 09, de 29-05 a 04-06/1980  
VOZ DA UNIDADE, nº 11, de 12 a 18/06/1980  
VOZ DA UNIDADE, nº 12, de 19 a 25/07/1980  
VOZ DA UNIDADE, nº 13, de 26-06 a 04-07/1980  
VOZ DA UNIDADE, nº 14, de 05 a 11/07/1980  
VOZ DA UNIDADE, nº 16, de 18 a 24/07/1980  
VOZ DA UNIDADE, nº 17, de 25 a 31/07/1980  
VOZ DA UNIDADE, nº 18, de 01 a 07/08/1980  
VOZ DA UNIDADE, nº 21, de 22 a 28/08/1980  
VOZ DA UNIDADE, nº 22 / de 29/8 a 4/9 de 1980  
VOZ DA UNIDADE, nº 23, de 05 a 11/12/1980  
VOZ DA UNIDADE, nº 25, de 19 a 25/09/1980  
VOZ DA UNIDADE, nº 26, de 26-9 a 2-10/1980  
VOZ DA UNIDADE, nº 28, de 10 a 16/10/1980  
VOZ DA UNIDADE, nº 29, 17 a 23/10/1980  
VOZ DA UNIDADE, nº 30, de 24 a 30/10/1980  
VOZ DA UNIDADE, nº 32, de 7 a 13/11/1980  
VOZ DA UNIDADE, nº 34, de 21 a 27/11/1980  
VOZ DA UNIDADE, nº 37, de 12 a 18/12/1980  
VOZ DA UNIDADE, nº 38 (Extra), de 15/12/1980  
VOZ DA UNIDADE, nº 39, de 31-12/1980 a 08-01/1981

VOZ DA UNIDADE, nº 40, de 09 a 15/01/1981  
VOZ DA UNIDADE, nº 48, de 13 a 19/03/1981  
VOZ DA UNIDADE, nº 49, de 20 a 26/03/1981  
VOZ DA UNIDADE, nº 50, de 27/03 a 02/04/1981  
VOZ DA UNIDADE, nº 51, de 02 a 10/04/1981  
VOZ DA UNIDADE, nº 53, de 24 a 30/04/1981  
VOZ DA UNIDADE, nº 54, de 1 a 7/05/1981  
VOZ DA UNIDADE, nº 55, de 08 a 14/05/1981, Suplemento Especial  
VOZ DA UNIDADE, nº 56, 15 a 21/05/1981  
VOZ DA UNIDADE, nº 60, de 13 a 20/06/1981  
VOZ DA UNIDADE, nº 62, de 26-06 a 02-07/1981  
VOZ DA UNIDADE, nº 63, de 03 a 09/07/1981  
VOZ DA UNIDADE, nº 64, de 10 a 16/07/1981, Suplemento Especial  
VOZ DA UNIDADE, nº 86, de 11 a 18/12/1981, Suplemento Especial  
VOZ DA UNIDADE, nº 87, de 18 a 25/12/1981, Suplemento Especial

Outras publicações:

TEORIA & DEBATE, no 11, 1990  
REVISTA PRINCÍPIOS, no 2, 1947  
REVISTA ISTO É, 13/01/82, p. 31  
JORNAL DO BRASIL, 20/10/1979, p. 6  
JORNAL DO BRASIL, 29/07/1979, p. 2)  
JORNAL DO BRASIL, 10/04/1980, p. 5  
JORNAL DO BRASIL, 21/05/1980, p. 4  
JORNAL DO BRASIL, 28/10/1979, p. 7)  
FOLHA DE SÃO PAULO, 21/10/1979, p. 8  
FOLHA DE S. PAULO, 18/11/1979, p.8  
FOLHA DE S. PAULO, 24/11/1979  
FOLHA DE S. PAULO, 01/04/1980,  
FOLHA DE S. PAULO, 4 de dezembro de 1980, p. 3  
O ESTADO DE SÃO PAULO, 21/10/1979, p. 8

REVISTA VEJA, no 563, 27/06/1979, p. 30

REVISTA VEJA, no 610, de 15/05/1980, pp. 19-20

REVISTA VEJA, no 578, de 17/10/1979



## **ANEXO 01**

### **ESTATUTO DE FUNDAÇÃO DO PCB**

(Aprovado em março de 1922, no Rio de Janeiro)

#### **Da Constituição do Partido**

Art. 1º - Fica fundada, por tempo indeterminado, uma Sociedade Civil, no Rio de Janeiro, ramificando-se por todo o Brasil, tendo por título - Centro do Partido Comunista do Brasil, mas que será chamada Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista.

Art. 2º - O Partido Comunista tem por fim promover o entendimento e a ação internacional dos trabalhadores e a organização política do proletariado em partido de classe para a conquista do poder e conseqüente transformação política e econômica da Sociedade Capitalista em Sociedade Comunista.

#### **Das Adesões**

Art. 3º - O Partido é organizado à base de adesões pessoais, sendo estabelecidas as seguintes condições de admissão:

- a) ter a idade mínima de 18 anos;
- b) assinar a fórmula de ingresso subscrita por três aderentes com mais de 3 meses de antigüidade;
- c) pertencer ao respectivo sindicato de indústria ou ofício, quando este exista;
- d) os membros da sociedade não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Art. 4º - Os aderentes adquirem direito de voto somente quando passados 3 meses a contar da data de sua admissão.

Art. 5º - O Partido admite também a adesão de pessoas que, por motivos justificáveis, não possam militar ativamente em seus organismos. Esses aderentes, chamados contribuintes, não têm, porém, direito de voto.

#### **Dos Centros**

Art. 6º - O Partido é constituído por centros locais ou distritais, desde que contenha um mínimo de 9 aderentes. Nas localidades onde não haja centros organizados admitem-se

aderentes isolados, os quais devem constituir-se em grupos de propaganda logo que atinjam o número de três.

Art. 7º - Não é admitido mais que um centro em cada localidade do país, exceção feita das grandes cidades, onde os centros podem organizar-se por distrito. Neste último caso os novos centros são sempre inicialmente constituídos por aderentes de um centro já existente.

Art. 8º - É obrigação de cada aderente retirar de seu respectivo centro, no primeiro trimestre de cada ano, a caderneta oficial do Partido, pagando pela mesma a quantia de I\$000.

a) Dentro do mesmo prazo cada centro deve remeter à Comissão Central Executiva do Partido a lista de seus aderentes com as indicações necessárias, a fim de lhe serem remetidas as cadernetas e os selos correspondentes.

b) A quota mensal de cada aderente é de 1 \$000, paga ao respectivo centro. Desta quota 50% são remetidos à Tesouraria Geral do Partido em pagamento dos selos fornecidos pela Comissão Central Executiva.

c) Ficam isentos das mensalidades os aderentes que, a juízo dos respectivos centros, estejam impossibilitados de satisfazê-las.

d) Os aderentes isolados ou dos grupos de propaganda pagam suas quotas integralmente à Tesouraria Geral do Partido.

Art. 9º - São, também, obrigatórias as contribuições extraordinárias ou subscrições de caráter nacional, as quais só podem ser estabelecidas pelos congressos do Partido ou pela Comissão Central Executiva, para fins determinados.

Art. 10º - Os centros, em casos de emergência, podem recorrer à Comissão Central Executiva no sentido de obterem o auxílio financeiro de que necessitem.

Art. 11º - É dever de cada centro organizar uma juventude comunista constituída por jovens menores de 18 anos. Os que ultrapassem essa idade podem permanecer na juventude, com a obrigação, porém, de se filiarem diretamente ao Partido.

Art. 12º - As juventudes comunistas, para serem reconhecidas como tais, devem aceitar os princípios fundamentais do Partido e adotar estatutos concordes com os mesmos, sob o controle da Comissão Central Executiva e dos centros. Quanto ao mais, gozam de plena autonomia, quer no concernente à sua constituição interna como sobre a forma de desenvolver sua propaganda.

### **Da Comissão Central Executiva**

Art. 13º - A Comissão Central Executiva se compõe de 5 membros titulares e 5 suplentes, eleitos pelo Congresso.

a) Até a realização do 2o Congresso Ordinário do Partido, só podem ser eleitos para a Comissão Central Executiva aderentes já filiados anteriormente á data de realização do Congresso Constituinte.

Art. 14º - De acordo com o principio da centralização democrática, a Comissão Central Executiva:

a) Representa e dirige o Partido em sua múltiplice atividade e promove a execução das resoluções dos Congressos Nacionais e Internacionais;

b) Vela pelo respeito ao programa e aos Estatutos do Partido, tornando efetivas as medidas disciplinares previstas nos mesmos Estatutos.

c) Mantém o mais rigoroso controle político sobre todos os organismos do Partido, e é responsável pela orientação dos órgãos centrais e em geral controla todas as publicações do Partido;

d) Mantém relações com os Partidos Comunistas de outros países, com a Internacional Comunista e com outras instituições proletárias;

e) Apresenta em cada Congresso do Partido um relatório geral sobre a marcha e o estado dos organismos componentes do Partido.

Art. 15º - As resoluções da Comissão Central Executiva, para serem válidas, devem ser aprovadas por maioria em suas reuniões ordinárias e extraordinárias.

Art. 16º - Cada membro titular da Comissão Central Executiva encarrega-se de um ramo especial de atividade, de acordo com a seguinte distribuição:

a) Serviço de secretaria geral, organização e propaganda;

b) Serviço de secretaria internacional, relações e informações mundiais;

c) Serviço de imprensa e publicidade;

d) Serviço de núcleos comunistas nas organizações sindicais e cooperativas;

e) Serviço de tesouraria geral, direção e controle das finanças.

Art. 17º - São as seguintes as atribuições especiais de cada encarregado de serviço:

a) Serviço de secretaria geral:

Tem a seu cargo as funções inerentes à Secretaria Geral do Partido, representa a Comissão Central Executiva, vela pela aplicação das resoluções da mesma, pela organização e disciplina dos centros, organiza e controla a propaganda geral do Partido.

O membro titular que exerce a Secretaria Geral é o representante da Sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente.

b) Serviço de secretaria internacional:

Mantém relações contínuas com o Comitê Executivo da Internacional Comunista e com os Partidos Comunistas de outros países, e organiza um serviço metódico de informações sobre o movimento comunista internacional.

c) Serviço de imprensa e publicidade:

Dirige as publicações centrais do Partido e controla todas as demais publicações comunistas do país, sejam de iniciativa coletiva ou individual, não se admitindo, de maneira alguma, que a pretexto de autonomia se possam fazer quaisquer publicações contrárias à orientação política geral do Partido.

Tem a responsabilidade, perante a Comissão Central Executiva, das doutrinas sustentadas nas publicações centrais do Partido.

Faz publicar no órgão central do Partido, ou em boletim especial, os atos e resoluções da Comissão Central Executiva, os balanços da tesouraria e das diversas empresas do Partido. Dá à publicidade, no órgão central do Partido, todas as resoluções das assembleias dos centros, bem como admite as observações que sobre assuntos internos ou de interesse geral sejam feitas pelos filiados.

d) Serviço de núcleos:

Tem a seu cargo a organização, direção e controle dos núcleos comunistas nos sindicatos e cooperativas, mantendo um contato direto e disciplinado entre os núcleos e a Comissão Central Executiva.

c) Serviço de tesouraria geral:

O encarregado da Tesouraria Geral, responsável pelas finanças do Partido, tem a seu cargo a administração direta da caixa central do Partido, dirigindo ou controlando todos os demais serviços financeiros e administrativos dos jornais, edições e caixas diversas do Partido em geral, como dos centros.

Art. 18º - Cada membro titular agrega a si, em conselho sob sua imediata direção, os aderentes indicados pela Comissão Central Executiva com a aprovação dos respectivos centros e segundo as necessidades de serviço e as habilitações ou cargos de cada um, a juízo da Comissão Central Executiva. Estes conselhos estudam e organizam os projetos, planos e trabalhos atinentes ao respectivo ramo de atividade, sendo porém o encarregado de serviço, membro titular da Comissão Central Executiva, o único responsável perante

esta, de quem depende, em última instância, a aprovação e adoção dos referidos projetos, planos e trabalhos.

Art. 19º - Os membros da Comissão Central Executiva se reúnem em sessão ordinária uma vez por semana. São válidas somente as reuniões a que compareçam pelo menos 3 titulares, sendo as faltas preenchidas pelos suplentes. Estes devem assistir a todas as reuniões da Comissão Central Executiva, só tendo voto, porém, quando funcionam em substituição dos titulares.

Art. 20º - São considerados demitidos os membros da Comissão Central Executiva que faltem às sessões da mesma sem a necessária justificação.

Do Congresso

Art. 21º - O Partido se reúne em congresso ordinário anualmente, em lugar e data determinados a critério da Comissão Central Executiva. Podem reunir-se congressos extraordinários por convocação da Comissão Central Executiva ou por iniciativa de dois terços dos centros.

Art. 22º - Cada centro envia ao congresso um delegado por 30 quotizantes ou fração maior de 15, sendo porém os votos das delegações contados pelo número de quotizantes representados.

Art. 23º - Não podem concorrer ao congresso os centros que não estejam em dia com a Tesouraria Geral do Partido ou não tenham pelo menos 3 meses de antigüidade.

Art. 24º - A ordem do dia e as teses a serem discutidas no congresso são preparadas pela Comissão Central Executiva e enviadas com antecedência de 60 dias a todos os centros. Estes, com antecedência de 90 dias, podem apresentar à Comissão Central Executiva teses ou proposições sobre questões importantes e de interesse geral, a serem discutidas no congresso.

Art. 25º - Cada centro envia à Comissão Central Executiva, com antecedência de 30 dias, um relatório geral sobre o estado e a marcha de seu movimento anual.

Art. 26º - Cada membro da Comissão Central Executiva lê perante o congresso um relatório sobre o movimento do serviço a seu cargo. O congresso julga esses relatórios.

Art. 27º - A mesa provisória do congresso é formada pela Comissão Central Executiva até que se efetue a verificação de poderes por uma comissão nomeada para tal fim.

Art. 28º - O congresso pode modificar a ordem do dia proposta pela Comissão Central Executiva e incluir na mesma questões novas se assim o resolvem dois terços dos delegados.

Art. 29º - Cada delegado ao congresso não pode representar mais de um centro local.

### **Da Administração**

Art. 30º - A caixa central do Partido é constituída pela contribuição mensal dos centros à razão de 500 réis por aderente quites; pela dos filiados diretos à razão de I\$000 por aderente quites e pelas demais entradas extraordinárias e rendas eventuais.

Art. 31º - O tesoureiro-geral do Partido informa mensalmente à Comissão Central Executiva sobre o movimento geral da caixa central, sendo os balanços examinados pela comissão de contas.

Art. 32º - A comissão de contas, composta de 3 membros eleitos pelo congresso, tem a seu cargo a fiscalização mensal dos balanços da Tesouraria Geral, tanto no que se refere às quotizações dos centros como à administração dos serviços de publicidade e demais entradas extraordinárias.

Art. 33º - Dissolvido um centro, seus haveres passam à Comissão Central Executiva.

### **Dos Estatutos dos Centros, Núcleos e Juventudes**

Art. 34º - Os estatutos dos centros, núcleos e juventudes comunistas são redigidos sob modelo apresentado pela Comissão Central Executiva, dependendo sua redação final da aprovação da mesma Comissão Central Executiva.

### **Da Disciplina**

Art. 35º - Em defesa do programa, da moralidade e da harmonia do Partido, os centros podem resolver, por dois terços de seus membros, em assembléia especial, a suspensão,

não maior de seis meses, e a exclusão de um de seus membros, com apelação perante a Comissão Central Executiva e o congresso do Partido. O aderente suspenso ou excluído pode reingressar no Partido sempre que hajam desaparecido as causas que motivaram sua exclusão ou suspensão.

Art. 36º - Pelas mesmas razões, a Comissão Central Executiva pode, por unanimidade de votos, suspender ou excluir um centro local ou distrital ou grupo local de propaganda, com apelação para o Congresso.

Art. 37º - Os aderentes que faltem, sem causa justificada, a 3 assembléias consecutivas de seus respectivos centros, têm suspensos seus direitos de voto durante as 3 assembléias seguintes. Em caso de reincidência são considerados excluídos do Partido.

Art. 38º - Os aderentes que faltem, durante 2 meses consecutivos, ao pagamento das quotizações estabelecidas, têm suspensos seus direitos de voto durante as 3 assembléias seguintes dos respectivos centros. Em caso de reincidência são considerados excluídos do Partido.

a) Escapam às condições impostas por este artigo os casos previstos na letra c) do art. 8o.

Art. 39º - Os centros, grupos e juventudes comunistas não podem realizar atos em colaboração com agrupações alheias ao Partido sem prévia aprovação da Comissão Central Executiva.

Art. 40º - Unicamente os congressos do Partido têm capacidade de realizar reformas e modificações nos presentes Estatutos, uma vez que sejam baseadas nos princípios e resoluções da Internacional Comunista, bem como só um congresso, especialmente convocado, pode resolver a extinção da sociedade e determinar o destino de seu patrimônio.

Art. 41º - Os casos não previstos nestes Estatutos são solucionados pela Comissão Central Executiva.

## ANEXO 02

### COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS CENTRAIS DO PCP (1922-1967)<sup>76</sup>

#### COMITÊ CENTRAL DO PCB – 1922

**Titulares:** Abílio de Nequete (Secretário-Geral), Astrojildo Pereira, Antonio Bernardo Canellas

**Suplentes:** Gomes Cruz Júnior, Antonio de Carvalho, Joaquim Barbosa, Manuel Cendon, Luis Peres

#### COMITÊ CENTRAL DO PCB – 1943

**Titulares:** Luiz Carlos Prestes, Diógenes Arruda Câmara, Pedro Pomar, José Medina Filho, Jorge Herlein, Maurício Grabois, Amarílio Vasconcelos, Francisco Gomes, Leivas Otero, Julio Cesar, Sergio Holmos, Lindolfo Hill, Dinarco Reis, José Militão Soares, Armênio Guedes, José Medina Azevedo, Milton Cayres Brito, Ivan Ramos Ribeiro, Mário Alves, Celso Cabral, João Amazonas, Álvaro Ventura, Carlos Marighella, Claudino José da Silva, Abílio Fernandes, Agostinho Dias de Oliveira

#### COMITÊ CENTRAL DO PCB – 1946

**Titulares:** Luiz Carlos Prestes, Diógenes Arruda Câmara, João Amazonas, Pedro Carvalho Braga, Celso Cabral, Milton Cayres Brito, Moises Vinas, David Capistrano, José Maria Crispim, Giocondo Dias, Agostinho Dias de Oliveira, José Francisco de Oliveira, Francisco Gomes, Maurício Grabois, Lindolfo Hill, Sérgio Holmos, Carlos Marighella, José Martins, João Macena, Estocel de Moraes, Mautilio Muraro, Pedro Pomar, João Sanches Segura,

---

<sup>76</sup> FONTE: Fundação Dinarco Reis. Disponível no site: [www.pcb.org.br/fdr](http://www.pcb.org.br/fdr)



Amarílio Vasconcelos, Agliberto de Azevedo, Abílio Fernandes, Lourival Vilar Costa, Domingos Marques, Jorge Herlein, Ivan Ramos Ribeiro, Antonio Soares de Oliveira, Mário Scott

**Suplentes:** Armênio Guedes, Osvaldo Pacheco, Astrojildo Pereira, Orestes Timbaúva, Manoel Jover Teles, Fernando Laceda, Octávio Brandão, Álvaro Ventura, Hermes de Cayres, Fernando Santana, Claudino José da Silva, José Carlos Cavacanti, Clóvis de Oliveira, Valquírio de Freitas, José Marinho Vasconcelos, Simão Alves, Vitorino Antunes, Francisco Chaves, Valdir Duarte, Iguatemi Ramos

#### **COMITÊ CENTRAL DO PCB – 1954**

**Titulares:** Luiz Carlos Prestes, Diógenes de Arruda Câmara, João Amazonas, Maurício Grabois, Agildo Barata, Sérgio Holmos, Orlando Piotto, Lourdes Benaim, David Capistrano da Costa, Apolônio de Carvalho, Benedito de Carvalho, Armando Mazzo, Francisco Gomes, José Francisco, Ramiro Luchesi, João Sanches Segura, Giocondo Dias, Ivan Ribeiro, Carlos Marighella, João Massena de Melo, Jover Telles, Geraldo Rodrigues dos Santos, Amarílio Vasconcelos, Agliberto de Azevedo, Arcelina Mochel, Carlos Danielli, Abílio Fernandes, Eloy Martins, Jacob Gorender, Zuleika Alambert, Hércules Correia

**Suplentes:** Moisés Vinhas, Orondina Silva, Orestes Timbaúva, Luiz Tenório de Lima, Olga Maranhão, Miguel Batista, Octávio Brandão, Oto Alcides Ohweileer, Carlos Lima Avelino, Amaro Valentim do Nascimento, Lincoln Cordeiro Oest, Rafael Martinelli, Aníbal Bonavides, Maria Sallas, Iracema Ribeiro

#### **COMITÊ CENTRAL DO PCB – 1960**

**Titulares:** Luiz Carlos Prestes, Giocondo Dias, Orlando Bonfim, Mário Alves

Ramiro Luchesi, Geraldo Rodrigues dos Santos, Zuleika Alambert, Neri Reis Almeida, Moisés Vinhas, Carlos Marighella, Francisco, Sérgio Holmos, Leivas, Otero, Ivã Ribeiro, Osvaldo Pacheco, Dinarco Reis, Élson Costa, Orestes Timbaúva, Jover Telles, Luiz Tenório Lima, Agliberto Azevedo, Armando Ziller, Apolônio de Carvalho, Benedito de Carvalho,

Antonio Chamorro, Marco Antonio Tavares Coelho, Francisco Gomes, Jacob Gorender, Antonio Ribeiro Granja

**Suplentes:** Henrique Oest, José Maria Cavalcanti, Rafael Martinelli

Aníbal Bonavides, Roberto Morena, Isaac Scheiwart, Lourival Vilar da Costa, Armênio Guedes, Renato Mota, Teodoro Melo, Amarílio Vasconcelos, Mário Schemberg, Pedro Pomar, Ângelo Arroyo, Carlos Danielli, Astrojildo Pereira, Miguel Batista

### COMITÊ CENTRAL DO PCB – 1967

**Titulares:** Luís Carlos Prestes, Orlando Bonfim, Walter Ribeiro, Giocondo Dias, Zuleika Alembert, Teodoro Melo, Moisés Vinhas, David Capistrano da Costa, Antônio Chamorro, Marco Antônio Coelho, Élson Costa, Jayme Miranda, José Francisco, Francisco Gomes, Antônio Ribeiro Granja, Ramiro Lucchesi, Geraldo Rodrigues dos Santos, Ivan Ramos Ribeiro, Luís Inácio Maranhão, Salomão Malina, Renato Mota, João Massena Melo, Osvaldo Pacheco, Dinarco Reis, Orestes Timbaúba, Luís Tenório de Lima, Agliberto Azevedo, Armando Ziller, Adalberto Silva, Aristeu Nogueira Campos, Sebastião Vitorino, Almir Neves

**Suplentes:** Itair José Veloso, Fued Saad, Nestor Veras, Armênio Guedes, Roberto Morena, Humberto Lopes, Dimas Perrin, Isnard Teixeira, Sérgio Holmos, Moacir Longo, Givaldo Siqueira, Hiram de Lima Pereira, Mário Schenberg, Carlos Avelino, José Salles, Artur Mendes, Oto Santos, Octacílio Gomes, Renato Guimarães, Jarbas Holanda, Teodoro Chercov, Vulpiano Cavalcanti, Paulo Santana, Júlio Teixeira

(Por defenderem a luta armada, foram impedidos de participar da eleição do Comitê Central em 1967: Carlos Marighela, Mário Alves, Jover Telles, Joaquim Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e Miguel Batista dos Santos)

ANEXO 03

Acontecimento de repercussão nacional e continental e comício de amanhã

"O POVO TERÁ SEMPRE O SEU JORNAL, A TRIBUNA POPULAR QUE RECLAMAVA E DE ONDE PODERIA ESPERAR SUAS REINDICAÇÕES E DEBATES OS GRANDES PROBLEMAS NACIONAIS QUE SE LHE PODE DE FATO RESOLVER."

Luiz Carlos Prestes

Redação: Av. Ayres de Castro Feres

Tribuna POPULAR

Director: PEDRO MOTTA LIMA

ANO 1 - Rua de Janeiro, Treze-Sete, 22 da Moura de 1945

UNIDADE DEMOCRACIA PROGRESSO

Genéris: Alisson Sergio F. Porto

OS TRABALHISTAS EXIGEM ELEIÇÕES GERAIS IMEDIATAS

Rejeitadas em caráter definitivo as propostas de Winston Churchill - Decididos a procurar nas urnas a solução da crise -- Apoio incondicional à guerra contra o Japão

LONDRES, 21 (U.P.) - O Partido Trabalhista... O povo terá sempre o seu jornal, a Tribuna Popular que reclamava e de onde poderia esperar suas reivindicações e debates os grandes problemas nacionais que se lhe pode de fato resolver.

de muitas maneiras... Criticas ao primeiro ministro britânico... Churchill, o primeiro ministro britânico, foi recebido em um momento de vista dos trabalhadores ingleses...

Carta de Churchill... LONDRES, 21 (U.P.) - Winston Churchill, o primeiro ministro britânico, foi recebido em um momento de vista dos trabalhadores ingleses...



O povo terá sempre o seu jornal, e a Tribuna Popular que reclamava e de onde poderia esperar suas reivindicações e debates os grandes problemas nacionais que se lhe pode de fato resolver.

Sempre articulados com o fascismo internacional

Estão os integralistas em plena tarefa de reorganização

Iraci Igarai, secretário de Blínio e tesoureiro da Tomhola trabalha com alguns acadêmicos da Bahia - Os verdes esperam tirar o jornal "Meio-Dia" nas oficinas de "El Pampero", que virão de Buenos Aires - Alguns jornais do Rio já não atearão o integralismo

O tesoureiro da Tomhola re-articulando os verdes... Um bluff em nome da Cruz Vermelha... A carta dos integralistas... O "Meio-Dia"...

A SAUDAÇÃO DE PRESTES

A propósito do aparecimento de TRIBUNA POPULAR, o grande líder nacional, Luiz Carlos Prestes, enviou a saudação que se segue, trazendo rumos para uma imprensa realmente popular e serviço do povo e das suas causas.

CENTENAS DE HERÓIS FERIDOS DA "RODRIGUES ALVES"

O povo carioca saberá receber com demonstrações de orgulho e carinho a sua vanguarda combatente... Para evitar o suicídio de Quisling...

PARA EVITAR O SUICÍDIO DE QUISLING

Arrancados os botões de suas vestimentas... O Brasil dentro de três semanas... Para evitar o suicídio de Quisling...

MA CASA DO OPERÁRIO

CAFÉ PREDILETO E O PREFERIDO... TAMBEEM NA CASA DO FUNCIONÁRIO... CAFÉ PREDILETO E O ESCOLMILITO... CAFÉ PREDILETO... AV. MARECHAL FLORIANO N. 130



de integralistas, sempre seguiu... O Brasil dentro de três semanas... Para evitar o suicídio de Quisling...

de integralistas, sempre seguiu... O Brasil dentro de três semanas... Para evitar o suicídio de Quisling...

de integralistas, sempre seguiu... O Brasil dentro de três semanas... Para evitar o suicídio de Quisling...

## ANEXO 04

Despacho do TSE pela cassação do registro do PCB em 7 de maio de 1947

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

1841

Sessão de 7.5.47

656

Processo n. 411/412 - Distrito Federal.  
 Cancelamento do registro do Partido Comunista do Brasil.  
 1º Requerente: Honorato Himalaya Vergolino  
 2º Requerente: Edmundo Barreto Pinto

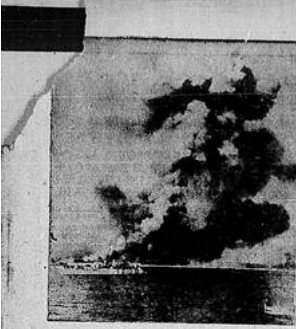
Relator o Sr. Professor Sá Filho.

## JULGAMENTO

Cancelaram o registro do Partido Comunista do Brasil contra os votos do Relator e do Ministro Ribeiro da Costa. Designado relator para lavrar a Resolução, o Sr. Desembargador J.A. Nogueira. Votaram pelo cancelamento os Desembargadores J.A. Nogueira, Rocha Lagôa e Cândido Lobo. Não tomou parte no julgamento o Professor Machado Guimaraes, por não ter assistido o relatório. O julgamento foi presidido pelo Ministro Lafayette de Andrada, sem voto.

*Ass: conforme*  
*Ass: Nogueira*  
*R.F.*

ANEXO 05



OF IANQUES PROSEGUIREM, com robustez forte, a sua falange de invencibilidade. O clichê mostra o fuzileiro das linhas de pólvora de Hampton, na Coreia, promovido por bombeiros de artilharia, ali deturpado pelas histórias do velho soldado de Mar do Rio de Janeiro. Um soldado de A.P.F. deturpa com sua nova refração na zona de norte do Brasil, as lanças ordinárias dos habitantes de toda ordem, de todo período, que aversam suas coisas, atarracando-lhes fogo pelo pédo. Com o chinês adido, bom cidadão de sua própria nação, deturpa com o chinês adido, bom cidadão de sua própria nação, deturpa com o chinês adido, bom cidadão de sua própria nação...

MENSAGEM DA CHINA POPULAR A PRESTES

O VICE-PRESIDENTE DA REPUBLICA POPULAR DA CHINA, SR. KUO MO-JO, FEZ A SEGUINTE DECLARAÇÃO CERCA DAS MEDIDAS ORDEADAS PELO IMPERIALISMO E PELO GOVERNO DE DUTRA CONTRA LUIZ CARLOS PRESTES: — ESTAMOS TOMADOS DA MAIS PROFUNDA INDIGNAÇÃO DIANTE DA TENTATIVA DE ENGARCERAMENTO DO SR. LUIZ CARLOS PRESTES POR PARTE DO GOVERNO BRASILEIRO, DEVIDO A SUA DEDICAÇÃO E ATIVIDADES EM FAVOR DA LIBERTAÇÃO DE SEU POVO. APOIAMOS RESULTANTE DO MOVIMENTO EM DEFESA DE SUA LIBERDADE. O POVO CHINES A ESPELA, PARA OS IMPERIALISTAS E SEUS CAES DE FILA DA CHINA CONTINENTAL. OS IMPERIALISTAS NORTE-AMERICANOS TORNARAM-SE O INIMIGO PUBLICO DOS POVOS DE TODO O MUNDO. NAO HA FUTURO PARA OS GOVERNOS QUE SE APOIAM NO IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO.

FERRO VELHO DE GUERRA IMPOSTO AOS PAISES DO «QUINTAL»

Rio de Janeiro, Quarta-feira, 3 de Janeiro de 1951  
Imprensa Popular  
Diretor: PEDRO MOTTA LIMA — Ano IV — N.º 587

SALVE 3 DE JANEIRO



A foto de João Roberto em um momento de sua vida. O despojo entregue por Luiz Prestes à família do soldado de guerra. A foto de João Roberto em um momento de sua vida. O despojo entregue por Luiz Prestes à família do soldado de guerra. A foto de João Roberto em um momento de sua vida. O despojo entregue por Luiz Prestes à família do soldado de guerra.

EM DRAMATICA CENA AS VANGUARDAS POPULARES

GIGANTESCA OFENSIVA PARA EXPULSAR DA COREIA OS INVASORES AMERICANOS — BATEM DE NOVO EM RETIRADA OS SOLDADOS DE MAC ARTHUR — AVANÇAM EM TODAS AS FRENTEAS AS UNIDADES DO EXERCITO POPULAR. ... O departamento de guerra dos Estados Unidos anunciou ontem que os soldados de Mac Arthur em retirada na península coreana, haviam sido substituídos por unidades de reserva. ...

ESTAMOS LUTANDO PELAS NOSSAS VIDAS

«Gatião nos ameaça com a guerra, mas será derr otdado» — O dia 16 será o Dia Nacional de Protesto Contra a Guerra — Falam à nossa reportagem em o jornalista Einar Mørel, o deputado Roberto Morena, o editor Barbosa Melo, o crítico de cine-ma Alex Viayn e o líder sindical Beccer Conto. ...



Os entrevistados falam à nossa reportagem

Perseguição aos Oficiais da Reserva da Aeronáutica. Concedido pelo Presidente, muitos outros excepcionais, nomeado e colocado de Depósito. O motivo da concessão são os serviços prestados durante o conflito de 1950, quando os oficiais da reserva foram chamados para o combate.

PREÇO 50 cts. A situação dos oficiais da reserva da aeronáutica...

NÃO QUERER VOLTAR PARA O CONFETO FRANQUISTA. Capturado pela polícia em 30 de março, que desertaram do Exército Brasileiro, não queriam voltar para o confeto franquista. ...

MILHÕES DE PESSOAS SEM VOTO

ESTA SERA, DENTRO EM POUCO TEMPO, A SITUAÇÃO EM TODO O PAIS SE UM VIGOROSO MOVIMENTO POPULAR NAO PUZER ABAIXO A TELA DO INQUILINATO. O própio de aumento de salários dos jornalistas, a greve dos funcionários do transporte, a greve dos funcionários da educação, a greve dos funcionários da saúde, a greve dos funcionários da indústria, a greve dos funcionários do comércio, a greve dos funcionários dos serviços, a greve dos funcionários da administração pública, a greve dos funcionários da defesa, a greve dos funcionários da ciência, a greve dos funcionários da cultura, a greve dos funcionários da comunicação, a greve dos funcionários da informação, a greve dos funcionários da justiça, a greve dos funcionários da segurança, a greve dos funcionários da ordem, a greve dos funcionários da disciplina, a greve dos funcionários da moralidade, a greve dos funcionários da honra, a greve dos funcionários da dignidade, a greve dos funcionários da nobreza, a greve dos funcionários da pureza, a greve dos funcionários da sinceridade, a greve dos funcionários da honestidade, a greve dos funcionários da integridade, a greve dos funcionários da lealdade, a greve dos funcionários da fidelidade, a greve dos funcionários da coerência, a greve dos funcionários da congruência, a greve dos funcionários da simpatia, a greve dos funcionários da afabilidade, a greve dos funcionários da acessibilidade, a greve dos funcionários da hospitalidade, a greve dos funcionários da cortesia, a greve dos funcionários da educação, a greve dos funcionários da cultura, a greve dos funcionários da ciência, a greve dos funcionários da tecnologia, a greve dos funcionários da inovação, a greve dos funcionários da criatividade, a greve dos funcionários da iniciativa, a greve dos funcionários da responsabilidade, a greve dos funcionários da solidariedade, a greve dos funcionários da cooperação, a greve dos funcionários da colaboração, a greve dos funcionários da participação, a greve dos funcionários da cidadania, a greve dos funcionários da democracia, a greve dos funcionários da liberdade, a greve dos funcionários da justiça social, a greve dos funcionários da igualdade, a greve dos funcionários da fraternidade, a greve dos funcionários da harmonia, a greve dos funcionários da paz, a greve dos funcionários da concordância, a greve dos funcionários da compreensão, a greve dos funcionários da tolerância, a greve dos funcionários da paciência, a greve dos funcionários da perseverança, a greve dos funcionários da persistência, a greve dos funcionários da firmeza, a greve dos funcionários da coragem, a greve dos funcionários da audácia, a greve dos funcionários da bravura, a greve dos funcionários da valentia, a greve dos funcionários da coragem, a greve dos funcionários da audácia, a greve dos funcionários da bravura, a greve dos funcionários da valentia...

ANEXO 06

O 101.º ANIVERSARIO DO MANIFESTO COMUNISTA

Neste mês, no dia 23, completa 101.º aniversário da publicação do "Manifesto Comunista", no qual Marx e Engels expuseram, pela primeira vez, de forma sistemática, os fundamentos do socialismo científico, armando e generalizando com a compreensão de seus papéis históricos e apontando-lhes o caminho de sua libertação.

O "Manifesto" continua, ainda hoje, como um guia para a classe operária de todo o mundo, como uma das obras fundamentais do marxismo. Comemorando este seu 101.º aniversário, publicamos a seguir biografias de seus grandes autores.

KARL MARX

O GENIAL fundador do socialismo científico nasceu a 5 de maio de 1818 na cidade de Treves, na Alemanha. Seu pai era advogado, de origem judaica, convertido ao cristianismo.

Após cursar a escola primária na cidade natal, Marx cursou as universidades de Bonn e de Berlim, dedicando-se particularmente ao estudo da Direito, da História e da Filosofia. Marx pertenceu, então, ao grupo da tendência revolucionária dos discípulos do filósofo alemão Hegel, que eram conhecidos como os "jovens hegelianos".

Depois de concluído o curso com a brilhante defesa de uma tese sobre os filósofos gregos Demócrito e Epicuro, Marx passou um certo período em Berlim e se transferiu, em 1842, para Colônia, onde se tornou o redator-chefe do diário "A Gazeta Rhenana", órgão da burguesia radical. A orientação revolucionária, que Marx imprimiu ao jornal, atraiu sobre ele as iras da censura prussiana, e um tempo Marx se absteve de publicar o órgão, além de tê-lo proibido de circular em março de 1843.

O trabalho jornalístico revelou, entretanto, a Marx o caminho dos seus conhecimentos sobre Economia Política e o levou a dedicar-se a esta ciência, que veio a ser completamente transformada com os seus estudos.

Em 1843, Marx contraiu matrimônio com a sua amiga de infância Jenny von Westfahlen, transferindo-se para Paris, onde editou, com Arnold Ruge, o primeiro e único número dos "Anais Franco-Aleman". Lembramos a quem a respeito da contribuição de Joven Marx aos "Anais":

(Conclui na 2.ª pag.)



FRIEDRICH ENGELS



KARL MARX

VOZ OPERÁRIA

ANO I — RIO DE JANEIRO, 19 DE FEVEREIRO DE 1949 — Nº 1

ERGUE-SE O POVO CONTRA A LEI DE SEGURANÇA

"NÃO PERMITIMOS QUE VV. EXCIAS. REFERENDEM ESSE PROJETO" — DECLARAM AOS PARLAMENTARES OS FERROVIÁRIOS DA SOROCABANA ★ MANIFESTOS DOS ESTUDANTES E DO CENTRO DE DEFESA DO PETRÓLEO, EM SÃO PAULO ★ LUTAR AGORA, ANTES QUE SEJA TARDE

A LEI DE SEGURANÇA E A LIBERDADE DE PRESTES

WALDYR DUARTE

O PROLETARIADO, os de esquerda e os democratas em todas as cidades da população brasileira comovendo a vitória iminente que pesa sobre nossos dias, com a aprovação e a vitória da célebre lei de segurança, que o governo exige do Congresso.

Se a situação das grandes massas populares se já vive em um regime de ditadura contra os direitos e liberdades das cidadãs de consciência e não sendo criada a classe operária e do povo, na aprovação da lei de segurança muito pior será ainda as condições de vida de nosso povo. Todas as suas lutas contra a fome e a miséria passará a ser "clandestina" perseguida. Todas as suas campanhas em defesa de nossas riquezas, da soberania nacional e das paz tornar-se-ão crimes contra o Estado e motivo para o encarceramento e a tortura de patriotas e democratas. Os dispositivos constitucionais que proclamam as liberdades dos cidadãos serão automaticamente revogados e todos esses atentados policiais do governo contra a imprensa livre, contra a classe operária, contra a liberdade de opinião e de crítica, de organização e manifestação pública que tanto revoltam e nosso povo, tornar-se-ão, com a lei de segurança, um direito do governo.

Estamos, assim, diante de uma tentativa do governo de dar mais um passo para a sua ditadura no país, de uma ditadura sangrenta e terrorista, no estilo das que ensanguentam o

solo da Grécia, da Espanha e de Portugal. É o claro que, a pretensa legalização de um tal regime terrorista por um governo, como o de Dutra, que se caracteriza pela sua submissão ao jogo de interesses dos trustes do governo norte-americanos visava sobretudo vestir sobre o nosso povo uma verdadeira camisa de força, para que de tornem mais fácil a entrega de nossas riquezas aos monopolistas lanoues e a preparação guerrreira do país para as cidadãs

internacionais que visam desestabilizar os agressivos imperialistas de Wall Street. LUTAR AGORA! — Por isso, os trabalhadores, os intelectuais honestos, as massas populares, todos os democratas e patriotas comigam a verificar que, ou lutam agora com energia e firmeza contra a aprovação e vigência do novo código de castigos nazifascistas, ou terão, mais tarde, de fazer sacrifício, muito maiores e mais dolorosos para reconquistarem as

liberdades democráticas, impedirem o aniquilamento físico de nosso povo pela fome e tirarem a nossa pátria da humilhante condição de colônia norte-americana. Assim, já se iniciam os movimentos de protestos e as lutas contra a nova lei celebrada. Movimento de protesto como o que realizam os ferroviários de Sorocabana, em luta por aumento de salários e suas demais reivindicações e que demonstram

liberdades democráticas, impedirem o aniquilamento físico de nosso povo pela fome e tirarem a nossa pátria da humilhante condição de colônia norte-americana. Assim, já se iniciam os movimentos de protestos e as lutas contra a nova lei celebrada. Movimento de protesto como o que realizam os ferroviários de Sorocabana, em luta por aumento de salários e suas demais reivindicações e que demonstram

(Conclui na 7.ª pag.)

ISTO ACONTECEU

O povo carioca já iniciou a campanha contra a nova Lei de Segurança fascista. Cada dia que passa, aumenta o número de inscrições murais e cartazes por toda cidade, sem dizer de combate à lei. Em quase todos os bairros já se podem ler pelas paredes e pelos muros estas duas frases: "Abaxo a Lei de Segurança" e "Viva Prestes".

Absolvido finalmente o ex-vereador e líder comerciário Afrânio Pinho, como resultado do grande movimento de solidariedade que se organizou pela sua liberdade. O povo brasileiro exige agora a de Gregório Bezerra, cujo "habes corpus" será julgado pelo Supremo no próximo dia 23.

Os transitários de Pernambuco Transvaya estão se organizando em comissões de locais de trabalho, a fim de lutar contra o desconto do imposto sindical e em defesa de Prestes. Um dos líderes dos transitários declarou à imprensa: "O ano passado fomos coagidos pela polícia a pagar esse absurdo

imposto que alimenta os tapurés do sindicato. Mas esse ano, mesmo com polícia, não pagaremos. Lutaremos contra o imposto de corrupção".

Crece em São Paulo a luta contra o imposto sindical. Revoltou ao proletariado a notícia de que Cr\$ 1.200.000 foram retirados do bolso do pagamento do "fundo sindical", a pretexto de pagamento das manifestações do 3.º aniversário do governo Dutra. Os operários estão plantando os muros e as paredes das fábricas com os seguintes dizeres: "Abaxo o imposto sindical" — "Queremos aumento".

O C.N.E.D.P. recebeu comunicação de que os Sindicatos Unidos Petroleiros da Argentina aderiram à realização do Congresso Latino-Americano de Defesa do Petróleo, a ser lido no Rio de Janeiro, conforme a decisão tomada na histórica I Convenção Nacional de Defesa do Petróleo. Além disso, o Sr. Pedro Gómez, presidente dos referidos Sindicatos, convidou o Centro a enviar uma delegação de trinta membros a Argentina.

O POVO se ergue em defesa de Prestes. Em São Paulo, escritores e artistas, trabalhadores e camponeses, donas de casa e estudantes, organizam-se em comissões de defesa da liberdade do Cavalheiro de Esperança, dispõem a derrotarem o processo que lhe move os seus inimigos, que são os inimigos do povo.

Em outros Estados, este exemplo começa a ser seguido, lançando à luta os democratas, os patriotas que desejam liberdade e progresso para a nossa Pátria.

O povo brasileiro, que há 25 anos tem seus olhos voltados para Prestes, a quem transformou no Cavalheiro de suas Esperanças, sabe o que significam essas perseguições e essas perseguições contra o seu grande líder. Quando a hienas da reação investem contra Prestes, procuram roubar a sua liberdade, é porque as liberdades populares estão sendo aniquiladas em nosso país, é porque os trustes imperialistas lançam com maior brutalidade suas garras espoladoras em nossa terra, é porque se pretende oprimir e explorar mais ainda o nosso povo e transformá-lo em carne de canhão das carnificinas empreendidas pelo imperialismo. Foi assim na época da Coluna Invicta, quando o país viveu sob um permanente estado de sítio e aqui se inauguravam na Cleveland, hediondo, campos de concentração. Foi assim depois de 35, quando o fascismo avançou a passos largos no país, enchendo as prisões com os melhores patriotas, destruindo todas as liberdades populares, derramando o sangue dos verdadeiros democratas que se levantaram contra o terror da ditadura estadonovista. O tempo em que Prestes viveu encarcerado se lutando, aquele em que o povo brasileiro se viu lançado num verdadeiro regime de terror, oprimido, omeado e perseguido.

Hoje volta-se a perseguir Prestes. Os mesmos homens que, em 35 e 37 trancaram a sua prisão e condenação a longos anos de cárcere, procuram roubar-lhe a liberdade. E nós sabemos em que condições o fazem. Num momento em que, mais uma vez, são golpeadas todas as conquistas democráticas do povo, em que as massas populares suportam ainda com maior intensidade a fome e a miséria, em que cresce diariamente a exploração sobre a classe operária e a massa camponesa e em que, sobretudo, vai nossa Pátria — transformando numa colônia dos trustes e sérias ameaças de envolvimento nos planos guerrreiros de Wall Street pesam sobre o nosso povo.

(Conclui na página central)

ANEXO 07

COMUNICACAO TRABALHARIA

JORNAL DE TRABALHADORES, FEITO POR TRABALHADORES, PARA TRABALHADORES

Publica-se aos sabbados

Anno I - Numero 10

Rio de Janeiro, 4 de Julho de 1925

A COOPERACAO

O que o Sr. Albert Thomas vem fazer a America do Sul

Preparando o terreno a actividades de sociaes do Sr. Albert Thomas, director do Respeito Internacional do Trabalho (do League of Nations), ja se encontra, ha dias, na delegacao da referida entidade, no Copacabana Palace.

A MORADIA PROLETARIA

NO CENTRO - EM SANTA THERESA - NOS SUBURBIOS - DOIS CASOS TYPICOS - A ILLUSO DA PEQUENA PROPRIEDADE - A SOLUCAO

Para um trabalhador do Rio de Janeiro, a moradia proletaria e um problema de primeira ordem. A solucao para este problema e a pequena propriedade.

POR ENTRE OS CANNAVIAES DO NORDESTE

As quatro etapas da evolucao dos engenhos - A marcha dialectica da historia - Do passado distante ao futuro longinquo - A evolucao economica, tecnica, politica, social e historica paralela das zonas acaucuzarias.

Em nome da classe trabalhadora, os engenheiros de cana-de-açúcar, em suas zonas acaucuzarias, tem a sua marcha dialectica da historia.

UMA DECLARACAO DE TROTSKY

A legatua burguesa da Inglaterra, ultimamente, contra a Conferencia de Trotsky, dando o nome de "victima de uma intima" porque considerava "invencao" a democracia e a liberdade do commercio.

PELOS TRABALHADORES EM PADARIAS

Os trabalhadores das padarias do Rio de Janeiro, em sua luta por melhores condicoes de trabalho, encontram-se em uma fase de luta.

COMPANHIA CERVEJARIA BRASILEIRA

A Companhia Cervejaria Brasileira, em sua luta por melhores condicoes de trabalho, encontra-se em uma fase de luta.

MARITIMOS - AVANTE!

Os marinheiros do Rio de Janeiro, em sua luta por melhores condicoes de trabalho, encontram-se em uma fase de luta.

OS OFFICIAES

Os officiaes do Rio de Janeiro, em sua luta por melhores condicoes de trabalho, encontram-se em uma fase de luta.

OS CERVEJEIROS

Os cervejeiros do Rio de Janeiro, em sua luta por melhores condicoes de trabalho, encontram-se em uma fase de luta.

Na Fabrica Progresso

Na fabrica Progresso do Rio de Janeiro, os trabalhadores encontram-se em uma fase de luta.

OS CERVEJEIROS

Os cervejeiros do Rio de Janeiro, em sua luta por melhores condicoes de trabalho, encontram-se em uma fase de luta.

O "socialismo" em Santo Antonio do Imbé

O "socialismo" em Santo Antonio do Imbé, em sua luta por melhores condicoes de trabalho, encontra-se em uma fase de luta.

Serralaria Artistica

A Serralaria Artistica do Rio de Janeiro, em sua luta por melhores condicoes de trabalho, encontra-se em uma fase de luta.

OS CERVEJEIROS

Os cervejeiros do Rio de Janeiro, em sua luta por melhores condicoes de trabalho, encontram-se em uma fase de luta.

OS CERVEJEIROS

Os cervejeiros do Rio de Janeiro, em sua luta por melhores condicoes de trabalho, encontram-se em uma fase de luta.

MUTLADO





## ANEXO 09

# VOZ OPERÁRIA

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO  
(Os comunistas que se alinham em torno das posições revolucionárias de Luiz Carlos Prestes)

OUTUBRO/NOVEMBRO 1981

Nº 174

CR\$ 40,00

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

## ELEIÇÕES DE 81:

**PARTICIPAR DO PROCESSO ELEITORAL  
PARA INFLIGIR NOVA DERROTA À  
DITADURA E CONTRIBUIR PARA O  
AVANÇO DAS LUTAS POPULARES.**

Em uma época em que tanto se fala no "caminho parlamentar" ou "eleitoral" para consolidar a democracia e até mesmo para chegar ao socialismo, é bom lembrar que, para os marxistas-leninistas, a participação nos parlamentos burgueses constitui apenas uma das formas de luta a serem utilizadas pelo proletariado e pela sua vanguarda no processo de acumulação de forças e preparação das massas para a revolução social. Lenin combatia com energia tanto aqueles que desprezavam a participação dos comunistas nos parlamentos burgueses ("enquanto não tenhais força para dissolver o parlamento burguês e qualquer outra organização reacionária, vossa obrigação é atuar no seio dessas instituições, precisamente porque ainda há nelas operários embrutecidos pelo clero e pela vida nos rincões mais afastados do campo"), como os que esqueciam "o caráter historicamente limitado e condicional que tem o parlamentarismo burguês".

Para os marxistas-leninistas, trata-se de saber combinar, de acordo com as condições históricas concretas de cada momento, a atuação parlamentar com as outras formas de mobilização e participação do movimento operário e popular. E a experiência brasileira revela que as eleições são momentos de importante mobilização política das massas, não obstante as imensas restrições à democracia que sempre existiram em nosso país e que as fazem particularmente presentes sob o atual regime ditatorial. Entretanto, trata-se de não se deixar fascinar pelo eleitoralismo, ou seja, pela idéia de que através fundamentalmente da participação nas eleições e posteriormente nas câmaras e assembleias legislativas seria possível conquistar a democracia e até mesmo avançar rumo ao socialismo. E este eleitoralismo está profundamente arraigado em vastos setores das oposições e até mesmo das "esquerdas" em nosso país. A própria concepção da chamada "revolução nacional e democrática", ainda hoje defendida pelo CC do PCB, leva atualmente às ilusões com o caminho parlamentar e com a "democracia burguesa", a uma falsa

## \* NACIONAL \*

**EDITORIAL** - Eleições de 81: participar do processo eleitoral para infligir nova derrota à ditadura ...

**PRESTES RESPONDE AO PT** - integral da Nota do camarada Prestes ao PT.

**ORGANIZAÇÃO** - Os caminhos da construção de um Partido novo, efetivamente revolucionário.

**PREVIDENCIA SOCIAL** - opinião pública e mobilização dos aposentados obriga governo a recuar.

**LEGENDA PARA PRESTES** - Banca da Federal do PMDB do Rio de Janeiro oferece a Legenda do Partido a LUIZ CARLOS PRESTES.

**DOCUMENTO** - Comunistas do Rio Grande do Norte romper com o CC e formam Comissão de Defesa e Reconstrução do PCB.

**LUTA PELA PAZ** - Artistas brasileiros lançam documento intitulado "UMA CARTA BRASILEIRA PARA O MUNDO", conclamando à luta pela paz.

## \* INTERNACIONAL \*

**CUBA** - I Encontro de intelectuais pela soberania dos povos de nossa América.

**7 DE NOVEMBRO** - Aniversário da Revolução Socialista na Rússia - Data histórica para o proletariado internacional.

## ANEXO 10

# VOZ da unidade

SÃO PAULO, 30 DE MARÇO A 5 DE ABRIL DE 1980 ANO I N.º 1 Cx3 20/80

## Metalúrgicos unidos defenderão sindicato

Ministro Macedo não passará à história

**Unidade das  
posições  
continua como  
eixo da luta**

**Políticos são  
favoráveis à  
egalização  
do PCB**

*Conquista democrática pode  
ser obtida com pressão das  
massas e dura batalha  
parlamentar e judiciária*



**Lançamento da  
"Voz" conta  
com presença  
de Gregório**



**Documento da  
Igreja é rude  
golpe contra  
latifúndio**

**Corpo a corpo  
com realidade  
do "milagre"**

*Caminhão da Caravana Rolidei  
ensina a ver o novo Brasil*

# O que pretendemos

"Voz da Unidade" surge para ser  
treado e veículo de uma  
rente de pensamento.  
A linha de ação está orientada  
a ajudar a classe operária  
e as forças democráticas  
para a consequirem que a  
ação dos problemas políticos,  
econômicos e sociais que afligem a  
classe se dê em benefício das  
massas do nosso povo,  
dependendo com os privilégios dos  
nobres, banqueiros e  
latifundiários. E buscará contribuir  
para que esta classe operária,  
em sua maioria do povo  
norte, amadureça para  
compreensão de que só o  
socialismo é capaz de oferecer  
soluções definitivas para  
os problemas fundamentais.  
Nesta perspectiva é que  
o jornal se situa diante

das questões que estão na pauta  
de discussão da sociedade civil  
brasileira. É assim que  
enfrentaremos a questão da luta  
por um regime de amplas  
liberdades democráticas, aberto à  
participação das grandes massas,  
reconhecendo a questão  
central de nossos dias, e de cuja  
solução depende o caminho  
para maiores mudanças no  
panorama social, político e  
econômico do país. É assim que  
faremos nosso o amplo leque  
de reivindicações setoriais da  
classe operária e dos trabalhadores  
do campo, das mulheres e das  
camadas urbanas, dos estudantes,  
dos artistas e da  
intelectualidade brasileira.  
Como faremos nossa a luta por  
uma reforma agrária democrática,  
que dê terra e assistência

técnica e financeira a centenas  
de milhares de famílias de  
camponeses e a luta por uma  
política econômico-financeira que  
elimine os privilégios e o  
controle exercido pelas  
multinacionais na economia  
brasileira. Lutaremos para que essa  
política contemple  
prioritariamente a empresa  
nacional e se volte para o  
desenvolvimento do mercado  
interno, de modo a assegurar um  
progressivo e ininterrupto  
aumento da oferta de emprego  
em todas as regiões do país.  
São soluções que só um governo  
verdadeiramente democrático está  
apto a realizar.  
Tal posição não se choca com a  
preocupação unitária que  
prezará nossa conduta.  
A diversidade das correntes que

lutam atualmente pela democracia  
não deverá ser obstáculo a essa  
ampla frente unitária em defesa  
de um Brasil democrático.  
Não temos ilusões quanto a  
esta luta. Preferiremos sempre dizer  
o que nos parecerá possível  
e o que nos parecerá aventureiro  
e utópico. Como todo jornal  
voltado para a defesa dos interesses  
da classe operária e do povo,  
e que se coloca na linha de  
defesa das grandes causas  
nacionais, ele poderá ser alvo de  
pressões por parte dos poderosos.  
Mas sabemos que não nos faltará  
a solidariedade política  
e material da classe operária e  
das massas populares, assim  
como de todos os setores  
democráticos e progressistas do país.  
É o que nos fará cumprir a  
missão que temos.

**ANEXO 11**

## CATÁLOGO DE TEXTOS - VOZ DA UNIDADE (1980-1981)

Nº 1 (30 de março a 5 de abril de 1980)

Editorial: O que pretendemos

Nº 2 (10 a 16 de abril de 1980)

Manchete: Comunistas reafirmam linha do VI Congresso

Editorial: Questão é política

Notícia: Democracia e socialismo

Nº 3 (17 a 23 de abril de 1980)

Artigo: A democracia vista pelos comunistas / Giocondo Dias

Nº 4 (24 a 30 de abril de 1980)

Editorial: Solidariedade ao ABC

Nº 5 (1 a 7 de maio de 1980)

Editorial: Sindicato e política

Editorial: É possível evitar retrocesso e derrotar regime

Artigo: A greve do ABC e a cidadania operária / Luiz Werneck Vianna

Nº 6 (8 a 14 de maio de 1980)

Artigo: Que Voz querem os comunistas? / Marco Aurélio Nogueira

Nº 7 (15 a 21 de maio de 1980)

Editorial: Greve impõe reflexão

Nº 8 (22 a 28 de maio de 1980)

Manchete: Giocondo é eleito novo secretário comunista

Matéria: Sobre a situação política atual

Matéria: Sobre a Carta aos Comunistas do companheiro Luiz Carlos Prestes

Nº 9 (29 de maio a 4 de junho de 1980)

Editorial: Unificar a oposição

Entrevista: “O golpismo só nos afasta das amplas massas”

Nº 10 (5 a 12 de junho de 1980)

Editorial: Saudando o PT

Nº 11 (12 a 18 de junho de 1980)

Artigo: Pela política, contra o basismo e o espontaneísmo / Luiz Werneck Vianna

Nº 12 (19 a 25 de junho de 1980)

Editorial: Isolar o retrocesso

Entrevista: Construir um PC influente na vida nacional

Artigo: A questão é superar o dogmatismo / Luiz Sérgio Henriques

Nº 13 (26 de junho a 4 de julho de 1980)

Artigo: Avançar sem dar margem ao retrocesso político / Armênio Guedes

Artigo: Nós precisamos de uma Voz política, não doutrinária / Gildo Marçal Brandão

Nº 14 (5 a 11 de julho de 1980)

Editorial: Fazer política

Nº 15 (10 a 16 de julho de 1980)

Editorial: Cultura e democracia

Nº 16 (18 a 24 de julho de 1980)

Notícia: A democracia não é expediente tático

Nº 17 (25 a 31 de julho de 1980)

Editorial: Unidade contra o terror

Nº 18 (1 a 7 de agosto de 1980)

Editorial: Pela Constituinte

Artigo: Povo se organiza lutando pela Constituinte / M. A. Nogueira

Nº 19 (8 a 14 de agosto de 1980)

Matéria: A defesa da Constituinte.

Nº 20 (15 a 21 de agosto de 1980)

Matéria: Frente ampla contra o terrorismo.

Nº 21 (22 a 28 de agosto de 1980)

Matéria: Sobre a tentativa de cancelar as eleições municipais de 1980.

Nº 22 (29 de agosto e 4 de setembro de 1980)

Editorial: Basta com o terrorismo! Abaixo a direita ensandecida!

Artigo: Há trinta anos, agosto começou muito mal / Mauro Malin

Artigo: O socialismo é a esperança do mundo / David Capistrano Filho

Nº 23 (5 a 11 de setembro de 1980)

Artigo: Porque defendemos aliança com liberais / Giocondo Dias

Entrevista: Abertura se garante é com mais democracia.

Nº 24 (12 a 18 de setembro de 1980)

Artigo: Polônia: socialismo sai fortalecido com acordo / Ivan Ribeiro

Nº 25 (19 a 25 de setembro de 1980)

Artigo: Os empresários da Fiesp e a frente com os liberais / L. W. Vianna

Artigo: A abertura que o país reclama não é a de Golbery / Mauro Malin

Nº 26 (26 de setembro a 2 de outubro de 1980)

Artigo: A renovação leninista do marxismo italiano / Carlos Nelson Coutinho

Nº 27 (3 a 9 de outubro de 1980)

Matéria: Na Polônia, democracia e socialismo saíram fortalecidos.

Nº 28 (10 a 16 de outubro de 1980)

Artigo: A classe operária e os liberais / Luiz Werneck Vianna

Artigo: As derrotas da democracia foram derrotas do PCB / David Capistrano Filho

Nº 29 (17 a 23 de outubro de 1980)

Artigo: Os comunistas, a abertura e a democracia / Giocondo Dias

Nº 30 (24 a 30 de outubro de 1980)

Artigo: Os comunistas devem mudar sua conduta? / Givaldo Pereira de Siqueira

Nº 32 (7 a 13 de novembro de 1980)

Manchete: A Revolução de Outubro, Lenin e o leninismo hoje

Artigo: Viva Lenin! / David Capistrano Filho

Nº 34 (21 a 27 de novembro de 1980)

Manchete: Os comunistas e a Constituinte

Matéria: Estreiteza pode levar PT ao divisionismo / David Capistrano Filho

Artigo: Lenin, a política e o marxismo / L. W. Vianna

Nº 35 (28 de novembro a 4 de dezembro de 1980)

Artigo: A solidão de Florestan / José Paulo Netto

Nº 37 (12 a 18 de dezembro de 1980)

Editorial: Por que unidade é valor estratégico?

Nº Extra (38) (15 de dezembro de 1980)

Artigo: Questões políticas acerca da sucessões estaduais / Luiz Werneck Vianna

Artigo: Onde está o reformismo do PCB? Luiz Sérgio Henriques

Nº 39 (31 de dezembro a 8 de janeiro de 1981)

Editorial: Soberania e democracia

Artigo: O impasse político e a saída democrática / Armênio Guedes

Artigo: Os novos partidos e a democracia / Carlos Nelson Coutinho

Nº 40 (9 a 15 de janeiro de 1981)

Artigo: Em defesa do compromisso histórico com os liberais / Luiz Werneck Vianna

Nº 43 (30 de janeiro a 5 de fevereiro de 1981)

Artigo: Vencer sem o povo é ilusão perigosa / David Capistrano Filho

Nº 44 (6 a 12 de fevereiro de 1981)

Editorial: Avanço democrático passa pela via da legalização do PCB

Nº 45 (13 a 19 de fevereiro de 1981)

Artigo: No erros do passado, comunistas devem buscar lições para o futuro / Rômulo Lins

Nº 48 (13 a 19 de março de 1981)

Editorial: É preciso lutar pela unidade das oposições

Notícia: “Ato pela unidade das forças democráticas”

Nº 49 (20 a 26 de março de 1981)

Editorial: Unidade das oposições é viável e conduzirá o país à democracia

Artigo: Cultura e liberdade na política dos comunistas / Leandro Konder

Nº 50 (27 de março a 2 de abril de 1981)

Editorial: PCB: uma história de lutas pela renovação democrática do país

Artigo: Os comunistas brasileiros e a democracia / Leandro Konder

Nº 51 (2 a 10 de abril de 1981)

Artigo: PCB, ponto de referência em nossa história política / Luiz Werneck Vianna

Nº 53 (24 a 30 de abril de 1981)

Artigo: Os objetivos dos comunistas / Giocondo Dias

Nº 54 (1 a 7 de maio de 1981)

Editorial: Reforçar a unidade em defesa das eleições diretas de 1982

Artigo: A nova política de 1958 e suas contradições / M. Malin e M. Freitas

Nº 55 (8 a 14 de maio de 1981)

Editorial: O desafio democrático e as teses do Partido Comunista Brasileiro  
(Suplemento Especial das Teses)

Nº 56 (15 a 21 de maio de 1981)

Artigo: Nacionalismo e democracia na nova política de 58 / Malin e Freitas

Nº 57 (22 a 28 de maio de 1981)

Artigo: Superando o “Nativismo” / Leandro Konder

Nº 59 (5 a 12 de junho de 1981)

Artigo: Na Itália, comunistas constroem alternativa democrática à DC / Luiz Sérgio Henriques

Nº 60 (13 a 20 de junho de 1981)

Artigo: Questão democrática, questão nacional / Giocondo Dias

Artigo: Fazer política ainda é contravenção tolerada / Léo Lince

Artigo: Declaração de Março inaugurou novo estilo de conciliação / Malin e Freitas

Nº 62 (26 a de junho a 2 de julho de 1981)

Editorial: Nova saudação ao PT

Artigo: Uma política para uso geral / Salomão Malina

Nº 63 (3 a 9 de julho de 1981)

Editorial: Dirigentes comunistas recusam qualquer tipo de golpismo

Nº 64 (10 a 16 de julho de 1981)

(Suplemento Especial – Debate das Teses)

Artigo: Força e fraqueza das “Teses” (e seguintes) / Leandro Konder

Nº 66 (24 a 31 de julho de 1981)

(Suplemento Especial – Debate das Teses)

Nº 86 (11 a 18 de dezembro de 1981)

(Suplemento Especial – Debate das Teses)

Artigo: As Teses que não temos / Marco Aurélio Nogueira

Nº 87 (18 a 25 de dezembro de 1981)

Matéria: Polônia: sem futuro a contra-revolução

(Suplemento Especial – Debate das Teses)

Artigo: Sobre a tática e a estratégia das teses / Luiz Werneck Vianna